35 ANOS DE INTERVENÇÕES EM PROL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS E DA ENGENHARIA

2015

1978 1980 1991 1999 2011

Bastonário da Ordem dos
Engenheiros Técnicos
Augusto Ferreira Guedes
Outubro 2017

Petrica
Editores

FICHA TÉCNICA
Título
35 anos de intervenções em prol dos engenheiros técnicos e da engenharia

Autor
Augusto Ferreira Guedes

Editor
Petrica Editores, Lda.
Rua Sousa Viterbo, nº48-C, 1900-427 Lisboa
Tel. 218 132 281 / 218 131 944
geral@revistaseguranca.com
www.revistaseguranca.com

Impressão e acabamento
EUROPRESS – Editores e Distribuidores de Publicações, Lda.
Rua João Saraiva, 10 A, 1700-249 Lisboa

Tiragem
500 exemplares
Depósito Legal
434707/17
ISBN
978-989-99550-6-6
Copyright © Petrica Editores, Lda
Todos os direitos reservados a Petrica Editores, Lda.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, no todo ou em parte, sob qualaquer forma ou meio, seja electrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro sem autorização prévia dos autores.

NOTA DE INTRODUÇÃO

Este livro compila algumas entrevistas marcantes ao longo dos quase 35 anos ao serviço dos Engenheiros Técnicos, para a história dos Engenheiros Técnicos, uma história com cerca de mais de 160 anos.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos é hoje uma das duas Ordens Profissionais que em Portugal representam os profissionais de engenharia, possuindo as duas profissões de 3, 5 e mais anos de formação.

Pertencer à Ordem dos Engenheiros Técnicos ou à Ordem dos Engenheiros é uma questão de escolha pessoal e não de limitação de formação académica.

Está chegada a hora de criar um mercado livre global de engenharia, em particular no espaço da lusofonia.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos existe porque o Engenheiro Paulino Pereira da Ordem dos Engenheiros dizia que os Engenheiros Técnicos nunca se poderiam inscrever na Ordem dos Engenheiros, nem pertencer/participar na FEANI - Federação Europeia de Associações Nacionais de Engenheiros, porque eram representados por um Sindicato e não por uma associação.

ÍNDICE

Nota de Introdução 3

AUGUSTO FERREIRA GUEDES - Breve nota curricular 9

Lista APET 88/91 17

Lista APET 95/98 18

Lista ANET 2000 20

Eleições para os Órgãos Directivos da ANET 21

Lista ANET 2004 25

Lista ANET 2008 26

Nota Final 27

A ANET 29

Discurso Tomada de Posse - Julho 2002 33

Da Formação ao mercado de trabalho na perspectiva das Ordens e Associações Profissionais - Março 2003 37

ANET - Ordenamento Heráldico da ANET 41
Revista ENGenharia (OET) - Julho 2003

Dinamismo marcou o 1º Congresso da ANET 47
O Comércio do Porto - Julho 2004

Processo de Bolonha 49
Jornal "O Primeiro de Janeiro" - Abril 2006

Discurso Tomada de Posse - 2005/2008 53

A Grande Entrevista 57
Revista Politecnia - Junho 2006

Entrevista a Augusto Guedes, Presidente da ANET 65
Revista da Qualidade - Março 2007

A todos os engenheiros técnicos, engenheiros e arquitectos de Portugal 69
Revista ENGenharia (OET) - Março 2007

Basta de Engenharia Ilegal / Ensaio sobre a Indignação 71
ANET - Boletim Especial - Abril 2007

A Nova Ordem 73
Revista Tecnologia e Vida (Secção Regional do Norte) - Novembro 2007

Ventos de mudança 75
Revista Perspectiva - Dezembro 2007

Entrevista ao Presidente - 2º Congresso da ANET 77
Jornal O Primeiro de Janeiro - Suplemento 2º Congresso da ANET Dezembro 2007

O futuro nas mãos dos engenheiros 81
Revista ENGenharia (OET) - Junho 2008

Promover o rigor e a transpartência 85
Revista Arte&Construção - Junho 2008

A regulação das profissões: Um fracasso? 93
Revista ENGenharia (OET) - Junho 2008

Código dos contratos públicos: diferentes olhares - Mudar mentalidades 95
Revista Arte&Construção - Julho 2008

1º ciclo habilita ao exercício da profissão 97
Revista Arte&Construção - Setembro 2008

Especialistas debatem segurança e saúde 99
Revista Arte&Construção - Janeiro 2009

Entrevista com o Presidente da ANET 103
Terra Nostra - Fevereiro 2009

Região precisa de engenheiros 105
Jornal Açoriano Oriental - Setembro 2009

Regular a actividade para o interesse nacional 107
Revista 5ª Dimensão - Outubro 2009

Associações Públicas Descontentes 110
Revista Arte&Construção - Dezembro 2009

Dez anos ao serviço da sociedade 112
Revista País Positivo - Dezembro 2009

Entrevista Augusto Ferreira Guedes - O Engenheiro de Causas 115
Revista Tecnologia e Vida (Secção Regional do Norte) - Março 2010

ANET apresenta propostas para uma correcta reabilitação urbana 121
Diário de Aveiro - Revista Suplemento - Maio 2010

A engenharia portuguesa tem de ser um factor de riqueza 125
Revista Ponte de Vista - Outubro 2010

20 anos de construção em Portugal - as opiniões de... 128
Revista Arte&Construção - Outubro 2010

10º Aniversário da ANET 131
Revista Arte&Construção - Outubro 2010

Potencializar os recursos 137
Revista da Qualidade - Março 2011

Face a Face em defesa da engenharia 139
Revista Arte&Construção - Março 2011

A Ordem dos Engenheiros Técnicos 147
Revista País Positivo - Abril 2011

Criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos - 159 anos a servir Portugal 149
Revista Tecnologia e Vida (Secção Regional do Norte) - Junho 2011

O porquê da existência de 2 associações de direito público a regular a actividade de engenharia 151
Revista Arte&Construção - Maio 2011

OET é oficial 155
Revista Arte&Construção - Junho 2011

Engenheiro Técnico e Engenheiro são duas profissões diferentes 157
Jornal Construir - Junho 2011

O porquê da existência de 2 associações de direito público a regular a actividade de engenharia 159
Correio dos Açores - Junho 2011

Discurso Presidente ANET - 3º Congresso Julho 2011 161

No congresso da ANET, Governo defende proposta de fundos comunitários para reabilitação urbana 163
Diário dos Açores - Julho 2011

A legislação dá-nos autonomia desde 1967 165
Jornal Construir - Julho 2011

ANET considera vergonha nacional estado do edificado em Portugal 169
Diário de Aveiro - Julho 2011

Açores são bom exemplo de como se consegue não deixar degradar o património 171
Correio dos Açores - Julho 2011

Candidato a bastonário da OET defende internacionalização 173
Diário de Coimbra - Setembro 2011

3º Congresso Nacional dos Engenheiros Técnicos 175
Revista Arte&Construção - Setembro 2011

Augusto Guedes apresenta lista e programa 181
Revista Arte&Construção - Setembro 2011

Na nossa casa mandamos nós 183
Revista Arte&Construção - Outubro 2011

O 1º Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos 187
Revista Arte&Construção - Outubro 2011

Engenheiros Técnicos levam OE ao tribunal 195
Jornal Construir - Outubro 2011

Bastonário quer reforçar o prestígio dos engenheiros técnicos 197
Revista Climatização - Dezembro 2011

Entrevista ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos 199
Revista “segurança” - Fevereiro 2012

Temos um problema sério com a avaliação 201
Jornal Construir - Abril 2012

Um ano da OET 203
Revista da AAUM - Junho 2012

Engenheiros Técnicos alvo de desqualificação profissional 205
Jornal Construir - Setembro 2012

Mais de um século e meio a valorizar a engenharia portuguesa 207
Correio dos Açores - Setembro 2012

Entrevista Augusto Guedes 209
Revista Arte&Construção - Setembro 2012

Grande Entrevista Augusto Ferreira Guedes 217
Revista O Instalador - Novembro 2012

Augusto Guedes propõe encontro com Carlos Matias Ramos 225
Revista O Instalador - Novembro 2012

Parte das ordens ainda tem o espírito corporativo do Estado Novo 227
Jornal Construir - Janeiro 2013

OET uma casa de engenharia 229
Revista ENGenharia (OET) - Julho 2013

Tempo futuro 233
Revista ENGenharia (OET) - Março 2014

A guerra dos 40 anos 234
Revista ENGenharia (OET) - Novembro 2014

O último capítulo 236
Revista ENGenharia (OET) - Agosto 2015

Reabilitação Urbana - a visão da Ordem dos Engenheiros Técnicos 239
Vida Imobiliária - Abril 2016

O fim do monopólio 241
Revista ENGenharia (OET) - Junho 2016

Reabilitar Lisboa: a opinião dos operadores - a importância da fiscalização 243
Jornal Público - Março 2017

Plano de ação para 2017 244
Revista ENGenharia (OET) - Abril 2017

À conversa com... Augusto Ferreira Guedes 246
Revista "segurança" - Junho 2017

Conclusões do 4º Congresso da OET 249
Revista "segurança" - Junho 2017

Próximos anos em Angola serão de oportunidade 253
Jornal Construir - Angola - Junho 2017

Discurso do Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos na Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo 2017/2018 do ISEL 257

AUGUSTO FERREIRA GUEDES

Breve nota curricular

Nasceu em Angola, Huambo, em novembro de 1957

Reside na Amadora

FORMAÇÃO

Estudou no Huambo onde frequentou até 1975 o curso Complementar de Eletricidade.

Em 1984 concluiu o Bacharelato em Engenharia Civil no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) na especialidade de Transportes.

Em 2005 conclui a Pós-Graduação em "Gestão das Cidades".

Em 2007 conclui a Licenciatura em Segurança e Higiene do Trabalho no Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC).

Em 2010 conclui o Mestrado em Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança no Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC).

Em 2015 conclui a Licenciatura em Engenharia Civil, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL).

PERFIL PROFISSIONAL

Em 1976 ingressa na Função Pública.

Em 1981 é eleito para o Conselho Diretivo do ISEL -Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

A partir de 1985 faz parte da Direção do Sindicato dos Engenheiros Técnicos.

Em 1988 fez parte dos órgãos dirigentes da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos.

Foi diretor da revista técnica "Engenho", editada pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos.

Fundador, com outros elementos, da Escola Profissional Gustave Eiffel, em 1989.

Presidente da Cooptécnica - Gustave Eiffel - Cooperativa de Ensino Técnico-Profissional desde 1989.

Em 1992 é consultor para a Formação Profissional do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED).

Fez várias missões em Angola - Luanda, Lobito e Huambo - (1992-2000).

Foi, de 1999 a 2005, chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Amadora.

Atualmente é o diretor da revista técnica "ENGenharia" editada pela Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Foi membro do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Coimbra - 2009.

Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Engenheiros, Engenheiros Técnico e Arquitetos.

Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Técnico Superior da Função Pública em 2017 em situação de licença sem vencimento.

Administrador e Gerente de Empresas.

Cartão de Estudante do ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

Cartão de Membro da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos

Cartão da ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

História da OET
Da ACOP à OET
128 Anos
a representar os
Engenheiros Técnicos
1852
1853
1859
1864
1865
1883
1898
1903
1911
1917
1918
1919
1924
1926
1935
1942
1967
1968
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1987
1989
1991
1992
1993
1994
1996
1997
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011

1982

O antigo Instituto Industrial de Lisboa, agora ISEL, comemorou os seus 130 anos de existência.

Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes (ainda estudante) na Sessão de Comemoração dos 130 anos do ISEL.

Uma notícia publicada em 1989, antes do 2º Congresso da APET - Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos Portugueses, no qual foi decidido fazer o pedido para a passagem a Ordem dos Engenheiros Técnicos.

ENGENHEIROS TÉCNICOS AFIRMAM COMPETÊNCIA

Legenda da imagem (esq. para dir.): Engenheiros Técnicos António Rodrigues Gameiro, Mário Sant'Ana Alves (ambos já falecidos), Maria da Glória Almeida Zeferino, Augusto Gueses e Jorge Fonseca.

1989

21 e 22 de outubro - Os engenheiros técnicos reuniram-se no LNEC, no 2º Congresso da Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos Portugueses onde foi decidido fazer o pedido para a passagem a Ordem dos Engenheiros Técnicos.

2º Congresso da APET, onde foi decidido fazer o pedido para a passagem a Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Acordo: Bases para formação do Comité Nacional FEANI

1993

FEANI

Teve lugar, no dia 1 de outubro em Lausanne, Suíça, a reunião do Conselho Geral da FEANI, onde os engenheiros técnicos foram formalmente recebidos na FEANI após o reconhecimento pelo Conselho Geral do novo Comité Português. De referir a forma como foi acolhida esta nova adesão com as mais diversas manifestações de apoio e congratulação. Com a recepção que se verificou, confirmou-se que a integração dos engenheiros técnicos Portugueses na FEANI como algo de absolutamente natural e desejado unanimamente.

Ao fim de 20 anos, é constituido o Comité Nacional Português da FEANI onde se encontravam representadas a OE (4 elementos) e a APET (2 elementos) (associação de direito privado). Essa informação pode ser encontrada no site da FEANI em http://www.feani.org/site/index.php?id=75 (#17). Mais tarde, em 1999, a ANET passou a ocupar o lugar da APET nesse comité.

A 20 de setembro, deslocou-se a Lisboa, o Presidente da FEANI, o Prof.º Doutor J. Medem, EUR ING. O principal objetivo desta visita foi a realização de uma reunião de trabalho com o recém formado Comité Português para a FEANI, CN-FEANI. Nesta reunião foram vistas as normas gerais do funcionamento da Federação, ações imediatas a desenvolver, face à nova representação portuguesa, e foram ainda abordadas questões sobre o Conselho Geral da FEANI. Nesta deslocação o Presidente da FEANI teve também oportunidade de visitar o ISEL.

Além de uma sessão de apresentação dos cursos ministrados, naquele Instituto, foi realizada uma visita às instalações. O Presidente da FEANI foi ainda recebido nas instalações da OE e da APET. Por fim, teve lugar uma reunião no Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, tendo o Prof. Almeida e Costa traçado uma panorâmica geral sobre o Ensino Superior Politécnico em Portugal e a formação de bacharéis em engenharia. Este dia de trabalho permitiu ao Presidente da FEANI inteirar-se, embora de forma breve, da realidade relativamente à situação da engenharia portuguesa em geral e dos engenheiros técnicos em particular.

O IV Congresso da APET foi realizado nos dias 22 e 23 de outubro, no Porto, sobre o tema “Os Caminhos Futuros da Engenharia Técnica”, e contou com a presença de diversas personalidades nacionais e estrangeiras.

LISTA CANDIDATA AOS CORPOS GERENTES DA APET - 88/91

« ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS PORTUGUESES »

SECRETARIADO NACIONAL

- Álvaro Rui Lebre Guimarães e Sousa
- Augusto Ferreira Guedes
- Fernando Manuel Soares Mendes
- Joaquim Santos Duarte
- José Carlos Almeida Craveiro
- José Miguel Pereira F.da Costa
- Maria do Céu Rodrigues
- Maria da Glória Almeida
- Sérgio Lopes B.Rodrigues

SUPLENTES

- António Rodrigues Gameiro
- João Oliveira Pinto
- José Manuel Arriscado G.Ribeiro
- José Manuel Gaspar Gomes Almeida
- Luis Filipe Pico Adão

DIRECÇÃO DAS SECÇÕES REGIONAIS

NORTE

- Fernando Manuel Soares Mendes
- Alfredo Fernando da Rocha Pinto
- Augusto Ferreira da Cruz
- António Mário Correia B.Reis
- Maria do Céu Rodrigues
- Maria Paula Negre Ferreira
- Raúl António Dias Silva Dória

SUL

- Maria da Glória Almeida
- António Manuel Rodrigues Marques
- Augusto Ferreira Guedes
- Carlos Manuel da Silva Gomes
- Jorge Fonseca
- Mário Helder de Assis Paixão
- Mário Sant'Ana Alves

SUPLENTES

- José Carlos Almeida Craveiro
- Joaquim Santos Duarte
- António Rodrigues Gameiro
- Ida Maria Inácio Soares
- Lídia Marques

CONSELHOS JURISDICIONAIS E FISCALIZADORES

- Manuel Fernando Maia Casal
- Luis Vicente M.C.Macedo Menezes
- Angelo Espinheira Gomes
- Rui Narata Leitão
- Augusto Edgar Ferreira da Silva
- Evaristo de Almeida G.Oliveira

SUPLENTES

- José Paulo Dias Costa
- José Manuel Arriscado G.Ribeiro
- Artur Mariano da Silva
- José Oliveira

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- António Castro Faria
- Alberto Ferreira Mesquita
- Frutuoso Almeida Soares
- Fernando Manuel Pinheiro Torres
- António Barroso Ribeiro
- Luis Filipe Pico Adão
- Maria Manuela Prata Azevedo
- Palma Antunes

SUPLENTES

- José Manuel Saraiva Brás
- José Manuel Gaspar Gomes Almeida

ELEIÇÕES

APET - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHEIROS TÉCNICOS

Assunto: Eleições

Prezado Colega,

Na sequência da minha comunicação de 18 de Janeiro último, sobre o adiamento do acto eleitoral, sou a informar que o mesmo irá ter lugar no próximo dia 1 de Junho. Junto anexo informação sobre as horas e locais de votação.

Lisboa, 6 Maio de 1995

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional

MESAS DE VOTO

PORTO: Sede da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos - Rua do Covelo, 223-4.º/, 4300 PORTO, das 14 às 22h.

LISBOA: Sede da Secção Regional Sul da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos - R. Ferreira da Silva, 4-3.º Fte., 1900 LISBOA, das 14 às 22h.

COIMBRA: Sede Secção Regional Centro da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos - Av. Vale das Flores, 561, r/c D/.º, 3030 COIMBRA, das 14 às 22h.

MADEIRA: Sede da Secção Regional da Madeira da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos - B.º Ajuda, Bloco 28, cave, 9000 FUNCHAL, das 14 às 22h.

FARO: Direção Regional da Agricultura, Palacão, 8000 FARO, das 11 às 19h

MIRANDELA: Biblioteca Municipal, 5370 MIRANDELA, das 14 às 22h.

SANTARÉM: Delegação da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos - R. Dr. Emílio Infante da Câmara, 2000 SANTARÉM, das 14 às 22h.

SETÚBAL: Câmara Municipal de Setúbal, Lg. Bocage, 2900 SETÚBAL, das 14 às 22h.

Os resultados das mesas de voto locais serão comunicados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, que terá o apuramento e divulgação dos mesmos.

LISTA CANDIDATA AOS ORGÃOS DA APET PARA O TRIÊNIO DE 1995/98

ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES

Presidente - Eng.º Téc.º Augusto Ferreira Guedes

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente - Eng.º Téc.º Fernando Manuel Soares Mendes
Vice Presidente - Eng.º Téc.º José Carmo Lemos
Vice Presidente - Eng.º Téc.º José Manuel Antocadio Ribeiro

SECRETARIADO NACIONAL

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Secretário Geral - Eng.º Téc.º Mário do Céu Rodrigues	1.º Eng.º Téc.º Nuno Gabriel Machado Pires de Lima
2. Eng.º Téc.º António Eduardo Duarte Louzado	2.º Eng.º Téc.º Joaquim T. dos Santos Castro
3. Eng.º Téc.º José Manuel Delgado	3.º Eng.º Téc.º Celestino Ferreira da Costa
4. Eng.º Téc.º José Manuel Martins Soares de Sousa	4.º Eng.º Téc.º Jorge Manuel Maia de Carvalho
5. Eng.º Téc.º Luís Filipe Rocha de Almeida	5.º Eng.º Téc.º Eugénio António Gomes Maurício
6. Eng.º Téc.º Carlos Gomes Pereira	6.º Eng.º Téc.º Alfredo Manuel Nobre Marques
7. Eng.º Téc.º João de Deus	7.º Eng.º Téc.º Gil A. Vieira da Silva
8. Eng.º Téc.º Isabel Maria Neto	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º José Manuel Ustudo	1.º Eng.º Téc.º João da Cruz Marques
2. Eng.º Téc.º Maria da Glória de Almeida Delgado	
3. Eng.º Téc.º António Maria Carreiro Brandão Reis	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR NACIONAL

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º António Luís Filipe Figueira	1.º Eng.º Téc.º Joaquim de Almeida
2. Eng.º Téc.º António Orlando de Andrade Pereira	
3. Eng.º Téc.º António Pires Tavares Franco	

SECRETARIADO REGIONAL DO NORTE

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º José Manuel Martins Soares Sousa	1.º Eng.º Téc.º Manuel António Ferreira
2. Eng.º Téc.º António António Castro Paula	2.º Eng.º Téc.º Elio Coelho Rocha
3. Eng.º Téc.º Nuno Gabriel Machado Pires de Lima	3.º Eng.º Téc.º Luís Manuel Oliveira Sousa
4. Eng.º Téc.º Celestino Ferreira da Costa	4.º Eng.º Téc.º João António Vieira Cabaço
5. Eng.º Téc.º Luís Miguel Ferreira Tavares Lopes	
6. Eng.º Téc.º Susana Coelho Coelho Valente	
7. Eng.º Téc.º Carlos Mário Casanova Mendes	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DO NORTE

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Alberto Ferreira Mesquita	1.º Eng.º Téc.º António Mário Carreiro Brandão Reis
2. Eng.º Téc.º Artur Clemente Sousa Lopes	
3. Eng.º Téc.º Fernando Manuel Soares Mendes	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DO NORTE

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Manuel Fernando Maia Cassal	1.º Eng.º Téc.º Joaquim Manuel Ferreira Almeida Silva
2. Eng.º Téc.º António Jorge Paes Vale Pereira	
3. Eng.º Téc.º Constantino Ferreira da Silva	

SECRETARIADO REGIONAL DO SUL

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º José Manuel Delgado	1.º Eng.º Téc.º Fernando Manuel Mongorrho
2. Eng.º Téc.º Isabel Maria Neto	2.º Eng.º Téc.º António Ferreira Gonçalves
3. Eng.º Téc.º José Ângelo Filipido	3.º Eng.º Téc.º António Tadeu Martins
4. Eng.º Téc.º Manuel Cleri	4.º Eng.º Téc.º Celeste Cruz Branco
5. Eng.º Téc.º Carlos Manuel Lopes	5.º Eng.º Téc.º Carlos Alberto Costa
6. Eng.º Téc.º Luís Filipe Gonçalves	
7. Eng.º Téc.º Maria Carmen Antunes	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DO SUL

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Carlos Gomes Pereira	1.º Eng.º Téc.º Estêvão Catharino Jorge
2. Eng.º Téc.º Mário de Jesus Pascoal	2.º Eng.º Téc.º Manuel Mendes Garcia
3. Eng.º Téc.º José de Oliveira	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DO SUL

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Luís Costa Zeferino	1.º Eng.º Téc.º Jorge Sanchez Campo
2. Eng.º Téc.º Francisco Lourenço Vaz	2.º Eng.º Téc.º Aldir Teixeira Magalhães
3. Eng.º Téc.º José João Oliveira	

SECRETARIADO REGIONAL DO CENTRO

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Luís Filipe Rocha de Almeida	1.º Eng.º Téc.º Helena Maria Duarte Pinto
2. Eng.º Téc.º Joaquim T. dos Santos Correia	2.º Eng.º Téc.º Anabela Santos Duarte
3. Eng.º Téc.º João da Cruz Marques	3.º Eng.º Téc.º Margarida Fatúcio Seguro
4. Eng.º Téc.º António A. Pinto de Almeida	4.º Eng.º Téc.º Cristóvão Manuel Cabral Sebastião
5. Eng.º Téc.º António Pires Tavares Franco	5.º Eng.º Téc.º António André Alves Martins
6. Eng.º Téc.º Jorge Manuel Maia de Carvalho	6.º Eng.º Téc.º Célio Mário Mendes Gomes Marques
7. Eng.º Téc.º Gil A. Vieira da Silva	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DO CENTRO

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º António Luís Filipe Figueira	1.º Eng.º Téc.º Maria Cristina C. Pardal
2. Eng.º Téc.º Carlos Alberto Moura Ferreira	2.º Eng.º Téc.º Sílvio Manuel F. Ramos
3. Eng.º Téc.º Maria Teresa Madeira Santos	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR DO CENTRO

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º António Manuel Gonçalves Gracio	1.º Eng.º Téc.º Paulo R. R. Almeida e Sousa
2. Eng.º Téc.º António Matias de Carvalho	
3. Eng.º Téc.º Maria da Graça Oliveira	

SECRETARIADO REGIONAL DA MADEIRA

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Victor Manuel da Fonseca Bettencourt da Silva	1.º Eng.º Téc.º António José Oliveira Marques do Rosário
2. Eng.º Téc.º José António Branco de Freitas Aragão	2.º Eng.º Téc.º Fernando Morel
3. Eng.º Téc.º José Maria de Freitas	3.º Eng.º Téc.º Celestino Bertolo Encarnação
4. Eng.º Téc.º Adelino Teodoro de Sousa Filipe	4.º Eng.º Téc.º José Carlos Rodrigues Jesus
5. Eng.º Téc.º Maria do Rosário F. Monteiro Nunes Ferreira	5.º Eng.º Téc.º António Carlos S. Aguiar
6. Eng.º Téc.º João Orlando Jesus Castro	
7. Eng.º Téc.º Luís Alberto V. Gomes	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DA MADEIRA

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º José Carlos Magro Esteves	1.º Eng.º Téc.º Mário Soares de Oliveira
2. Eng.º Téc.º António Duarte da Silva Brandão	2.º Eng.º Téc.º João Vítor Câmara Leme Mendonça
3. Eng.º Téc.º António Rogério Teixeira de Gouveia	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DA MADEIRA

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Mário Jorge Rogado Quintino	1.º Eng.º Téc.º Duarte Nuno Mendes Marques
2. Eng.º Téc.º Ana Cristina Vasques da Costa Fernandes Marques do Rosário	2.º Eng.º Téc.º Manuel Walter Figueira Chaves
3. Eng.º Téc.º José Augusto Helano de Carvalho	

SECRETARIADO REGIONAL DOS AÇORES

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º José Joaquim A. Oliveira Rodrigues	1.º Eng.º Téc.º Walter do Nascimento Tavares Lopes
2. Eng.º Téc.º Fernando Medeiros B. Rocha	2.º Eng.º Téc.º Emídio Manuel Ventura Borges
3. Eng.º Téc.º Carlos Eduardo da Costa Santos	
4. Eng.º Téc.º Luís Eduardo Primentel Vieira	
5. Eng.º Téc.º José Norberto Amaral	
6. Eng.º Téc.º Jorge Emanuel B. Almeida e Sousa	
7. Eng.º Téc.º Adelino Ferreira Mendes	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DOS AÇORES

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Vítor Manuel Lemos Macedo Silva	1.º Eng.º Téc.º Mª Ludovina P. D. Oliveira Rodrigues
2. Eng.º Téc.º António dos Santos Casado	
3. Eng.º Téc.º Luís Francisco Nobre de Vasconcelos	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DOS AÇORES

EFECTIVOS	SUPLENTES
1. Presidente - Eng.º Téc.º Felicjano Medeiros Soares	1.º Eng.º Téc.º João de Bitte Velho Amado Medeiros
2. Eng.º Téc.º Mendes Ventura Reis	
3. Eng.º Téc.º Teodomiro Amaral do Canto	

49 publicidade

APET - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHEIROS TÉCNICOS

TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS

No próximo dia 12 de Julho, pelas 11 horas, tomam posse na sede da APET, no Porto, os novos Órgãos Nacionais, Regionais e Direcções dos Colégios de Especialidade, constituídos pelos seguintes elementos.

ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES

Presidente - Eng.º Téc.º Augusto Ferreira Guedes

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente - Eng.º Téc.º Fernando Manuel Soares Bandeira
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º José do Carmo Lemos
Vice-Presidente - Eng.º Téc. José Manuel Antucede Ribeiro

SECRETARIADO NACIONAL

Efectivos	Suplentes
Secretário-Geral - Eng.º Téc.º Maria do Céu Rodrigues	Eng.º Téc.º Nuno Gabriel Machado Pires de Lima
Eng.º Téc.º Ambrósio Eduardo Garcia Lourenço	Eng.º Téc.º Joaquim Fernando dos Santos Antunes do Carmo
Eng.º Téc.º José Manuel Mendes Gargalo	Eng.º Téc.º Celestino Ferreira da Costa
Tesoureiro - Eng.º Téc.º José Manuel Rodrigues Soares do Sousa	Eng.º Téc.º Jorge Manso Matos de Carvalho
Eng.º Téc.º Luís Filipe Rocha Da Almeida	Eng.º Téc.º Eugénio António Gomes Mourão
Eng.º Téc.º Carlos Fernão Gomes Pereira	Eng.º Téc.º Alfredo Manuel Nobre Marques
Eng.º Téc.º João de Deus Gomes Pires	Eng.º Téc.º Gil Augusto Vieira da Silva
Eng.º Téc.º Isabel Maria Teixeira Nóbre	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º José Manuel Monteiro Velado	Eng.º Téc.º João do Céu Marques
Eng.º Téc.º Maria da Glória Pereira de Almeida Ordemio	
Eng.º Téc.º António Mário Correia Brandão Reis	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR NACIONAL

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º António Luís Freitas Figueira	Eng.º Téc.º Joaquim Manuel Pereira de Almeida e Silva
Eng.º Téc.º António Orlando de Andrade Pereira	
Eng.º Téc.º António Pires Ferreira Pereira	

SECRETARIADO REGIONAL DO NORTE - PORTO

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º José Manuel Martins Soares de Sousa	Eng.º Téc.º Manuel António Bacelo Ferreira
Eng.º Téc.º António Capão Pinto	Eng.º Téc.º Elio Coelho Mesha
Eng.º Téc.º Mário Gabriel Machado Pires de Lima	Eng.º Téc.º Luís Manuel de Oliveira Granja
Eng.º Téc.º Celestino Ferreira da Costa	Eng.º Téc.º João António Vieira Estevão
Eng.º Téc.º Luís Miguel da Fonseca Tavares Lopes	
Eng.º Téc.º Susana Godinho Coelho Valente	
Eng.º Téc.º Carlos Mário Calderona Mendes	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DO NORTE

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Alberto Pereira de Mesquita	Eng.º Téc.º António Vidal Correia Brandão Reis
Eng.º Téc.º Artur Clemente de Sousa Lopes	
Eng.º Téc.º Fernando Manuel Soares Mendes	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DO NORTE

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Manuel Fernando Maia Casal	Eng.º Téc.º Joaquim Manuel Pereira de Almeida e Silva
Eng.º Téc.º António Jorge Neto Vale Pinheiro	
Eng.º Téc.º Constantino Fonseca de Sousa	

SECRETARIADO REGIONAL DO SUL - LISBOA

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º José Manuel Martins De Carvalho	Eng.º Téc.º Fernando Manuel Mongiardo
Eng.º Téc.º Isabel Maria Trindade Neto	Eng.º Téc.º António Ferreira Gonçalves
Eng.º Téc.º José Rogério de Pinna e Silva Botelho Pinheiro	Eng.º Téc.º António Pedro Calmia Tadeu D'Almeida Martins
Eng.º Téc.º Manuel Rodrigues Dias	Eng.º Téc.º Maria Celeste Cruz Corrêa Franco
Eng.º Téc.º Carlos Manuel Lopes	Eng.º Téc.º Carlos Alberto Barreiro Costa
Eng.º Téc.º Luís Filipe Grego Gonçalves	
Eng.º Téc.º Maria Carmo Sabino Oliveira Antunes	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DO SUL

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Carlos Fernão Gomes Pereira	Eng.º Téc.º Galdino Esteves Marques Jorge
Eng.º Téc.º Pedro Nestor Moreira de Assis Pádua	Eng.º Téc.º Manuel Mendes Garcia
Eng.º Téc.º José do Oriente	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DO SUL

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Luís Manuel da Costa Zolintino	Eng.º Téc.º Jorge Gonçalves Cardoso
Eng.º Téc.º Francisco da Costa Lourenço Vau	Eng.º Téc.º Gilda Afonso Teixeira Magalhães
Eng.º Téc.º José Lôbo Silveira	

SECRETARIADO REGIONAL DO CENTRO - COIMBRA

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Luís Filipe Rocha da Almeida	Eng.º Téc.º Helena Maria Duarte da Silva Pinto
Eng.º Téc.º Joaquim Fernando dos Santos Antunes do Carmo	Eng.º Téc.º Rosinda Santos Duarte
Eng.º Téc.º João Cruz Marques	Eng.º Téc.º Margarida Fidalgo Bogano
Eng.º Téc.º Antonio Alfredo Fernandes Pinto da Almeida	Eng.º Téc.º Cristóvão Manuel Coelho Sebastião
Eng.º Téc.º António Pires Teixeira Pereira	Eng.º Téc.º António André Alves Martins
Eng.º Téc.º Jorge Manso Matos de Carvalho	Eng.º Téc.º Célia Maria Mendes Gomes Marques
Eng.º Téc.º Gil Augusto Vieira da Silva	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DO CENTRO

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º António Luís Freitas Figueira	Eng.º Téc.º Maria Cristina da Conceição Pereira
Eng.º Téc.º Carlos Alberto Moura Ferreira	Eng.º Téc.º Silvino Manuel Fernandes Ramos
Eng.º Téc.º Maria Teresa Mesquita Santos	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DO CENTRO

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º António Manuel Gonçalves Grácio	Eng.º Téc.º Rui Miguel Raposo de Almeida e Sousa
Eng.º Téc.º Ambrósio Matos de Carvalho	
Eng.º Téc.º Graça Maria Costa de Oliveira	

SECRETARIADO REGIONAL DA MADEIRA - FUNCHAL

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Victor Manuel do Freitas Bettencourt da Silva	Eng.º Téc.º António José Oliveira Marques do Mateu
Eng.º Téc.º José António Branco do Freitas Aragão	Eng.º Téc.º Fernando Morel
Eng.º Téc.º José Mário do Freitas	Eng.º Téc.º Celestino Bichão Encarnação
Eng.º Téc.º Adelino Teodoro da Sousa Filipe	Eng.º Téc.º José Carlos Rodrigues Jesus
Eng.º Téc.º Maria do Rosário Fortunato Monteiro Nunes Ferreira	Eng.º Téc.º António Carlos G. Aguiar
Eng.º Téc.º João Orlando Jesus Castro	
Eng.º Téc.º Luís Alberto Velosa Barnes	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DA MADEIRA

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º José Carlos Magro Esteves	Eng.º Téc.º Mário Soares de Oliveira
Eng.º Téc.º Aristine Sapena de Barros Brandão	Eng.º Téc.º João Abel Gomes Lima Monteiroso
Eng.º Téc.º António Nogueira Teixeira de Escovita	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DA MADEIRA

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Vítor Jorge Regado Quintino	Eng.º Téc.º Dacia Nuno Mendes Marques
Eng.º Téc.º Ana Cristina Vargas da Costa Fernandes Marques de Abreu	Eng.º Téc.º Manuel Walter Figueira Chaves
Eng.º Téc.º José Augusto Helena de Carvalho	

SECRETARIADO REGIONAL DOS AÇORES

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º José Joaquim de Almeida Oliveira Rodrigues	Eng.º Téc.º Walter do Nascimento Tavares Lopes
Eng.º Téc.º Fernando Medeiros Barbosa da Rocha	Eng.º Téc.º Ermido Manuel Ventura Dabrigo
Eng.º Téc.º Carlos Eduardo da Costa Santos	
Eng.º Téc.º Luís Eduardo Pimenta Vieira	
Eng.º Téc.º José Isabella Medeiros Armaral	
Eng.º Téc.º Jorge Gerardo Bastos Almeida e Sousa	
Eng.º Téc.º António Ferreira Moniz	

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DOS AÇORES

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Victor Manuel Lemos Macedo da Silva	Eng.º Téc.º Maria Ludovina Pires Duarte Oliveira Rodrigues
Eng.º Téc.º António dos Santos Calado	
Eng.º Téc.º Luís Francisco Neto Vieira	

CONSELHO JURISDICIONAL E FISCALIZADOR REGIONAL DOS AÇORES

Efectivos	Suplentes
Presidente - Eng.º Téc.º Frederico Medeiros Soares	Eng.º Téc.º João de Brito Velho Arruda Medeiros
Eng.º Téc.º Nicolau Nunes dos Reis	
Eng.º Téc.º Fernando Armaral da Costa	

CONSELHO DEONTOLÓGICO NACIONAL

Presidente - Eng.º Téc.º Mário Armando Sanches Alves
Vice-Presidente Eng.º Téc.º António Eduardo Garcia Lourenço
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º António Rodrigues Galvão
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º Eduardo Fernandes Torcato David
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º José Gonçalves Proude
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º Eugénio António Gomes Mourão
Membro Efectivo - Eng.º Téc.º José Rodrigues Salas
Membro Efectivo - Eng.º Téc.º Armando Reis Silva Lima
Membro Efectivo - Eng.º Téc.º José Carmo Lemos
Membro Efectivo - Eng.º Téc.º António João Carvalho Guedes
Membro Efectivo - Eng.º Téc.º Francisco Manuel Lopes Mendes
Membro Efectivo - Eng.º Téc.º Fernando Manuel R. Gonçalves
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º Heleno Carneiro Costa
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º Hélvio Mário Reis
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º Guilherme Oliveira Martins
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º Alberto Carlos Domingues
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º Victor Joaquim Moreira
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º Frédão Jorge Pinheiro Pita
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º Celestino Ferreira da Costa
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º António José Almeida Conceição
Membro Por Inerência - Eng.º Téc.º Afonso José Baptista Coelho
Suplente - Eng.º Téc.º Mário da Piedade C. N. Cardão
Suplente - Eng.º Téc.º António José Franco de Oliveira
Suplente - Eng.º Téc.º António Luís Figueira
Suplente - Eng.º Téc.º Vítor Manuel Santos Monteiro
Suplente - Eng.º Téc.º Heitor José Nunes Nunes

COLÉGIO DE ENGENHARIA CIVIL

Presidente - Eng.º Téc.º Ambrósio Gonçalves Costa
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º José Manuel Martins Soares de Sousa
Vogal - Eng.º Téc.º Agostinho Lourenço de Sousa
Vogal - Eng.º Téc.º Joaquim Gama Gomes Crespo
Vogal - Eng.º Téc.º João Siqueira
Vogal - Eng.º Téc.º Arlindo Rodrigues Pinho Silva

COLÉGIO DE ENGENHARIA DE ELECTRÓNICA E TELECOMUNICAÇÕES

Presidente - Eng.º Téc.º António Mário Correia Brandão Reis
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º António Pires Teixeira Pereira
Vogal - Eng.º Téc.º Jorge Luís Lopes Ribeiro
Vogal - Eng.º Téc.º Augusto Leite Ferreira
Vogal - Eng.º Téc.º Celestino Lopes de Oliveira
Vogal - Eng.º Téc.º Fernando Jorge Pinto Moreira
Vogal - Eng.º Téc.º Maria do Céu Rodrigues

COLÉGIO DE ENGENHARIA DE ENERGIA E SISTEMAS DE POTÊNCIA

Presidente - Eng.º Téc.º Guilherme Oliveira Martins
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º José Alberto Gorgão Araújo
Vogal - Eng.º Téc.º Moisés Henriques Ferreira
Vogal - Eng.º Téc.º Alberto Santos Bouças
Vogal - Eng.º Téc.º Rogério Fernando R. Rebelo
Vogal - Eng.º Téc.º António José Fernandes Nogueira

COLÉGIO DE ENGENHARIA MECÂNICA

Presidente - Eng.º Téc.º Alberto Castro Domingues
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º Fidelio Teixeira Pais
Vogal - Eng.º Téc.º José dos Santos Carvalho
Vogal - Eng.º Téc.º Manuel António Lima Mota
Vogal - Eng.º Téc.º Ambrósio Joaquim Pereira Gonçalves
Vogal - Eng.º Téc.º Miguel Joaquim Pedroso Cardoso

COLÉGIO DE ENGENHARIA QUÍMICA

Presidente - Eng.º Téc.º Vítor Joaquim Moreira
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º João Carlos Leitão Gomes
Vogal - Eng.º Téc.º José António Silva Batalha
Vogal - Eng.º Téc.º Abílio Jorge Martins
Vogal - Eng.º Téc.º Ana Paula Rodrigues
Vogal - Eng.º Téc.º Pedro Garcia

COLÉGIO DE ENGENHARIA INFORMÁTICA

Presidente - Eng.º Téc.º Hélder Jorge Pinheiro Pais
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º Bruno Joaquim Mendes Carneiro
Vogal - Eng.º Téc.º Luís Manuel do Carmo Assunção
Vogal - Eng.º Téc.º Pedro Manuel Brito
Vogal - Eng.º Téc.º Alexandre Manuel Teixeira Bragança
Vogal - Eng.º Téc.º José Eduardo Lopes Nogueira

COLÉGIO DE ENGENHARIA GEOTÉCNICA

Presidente - Eng.º Téc.º Cornelio Ferreira de Oliveira
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º Rafael da Costa Rodrigues
Vogal - Eng.º Téc.º Frisóbico Manuel Sousa Dias
Vogal - Eng.º Téc.º Jorge Eugénio Pais e Maria
Vogal - Eng.º Téc.º Adelino Manuel Serrão

COLÉGIO DE ENGENHARIA AGRÁRIA

Presidente - Eng.º Téc.º Orlando Vieira Ferreira Barbosa
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º António José Almeida Coelho
Vogal - Eng.º Téc.º Gil Soares Vieira
Vogal - Eng.º Téc.º António Alfredo F. Pires da Almeida
Vogal - Eng.º Téc.º Carlos Adriano Silva
Vogal - Eng.º Téc.º António Joaquim Vera Cruz
Vogal - Eng.º Téc.º José Secundino Barreto

COLÉGIO DE ENGENHARIA DE MÁQUINAS MARÍTIMAS

Presidente - Eng.º Téc.º Rosário José Baptista de Sousa
Vice-Presidente - Eng.º Téc.º Gustavino Coimbra da Costa
Vogal - Eng.º Téc.º José António Marques de Oliveira
Vogal - Eng.º Téc.º António Orlando Andrade Pereira
Vogal - Eng.º Téc.º Filipe Manuel de Resende Calado
Vogal - Eng.º Téc.º António José da Assunção Bonet

A ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos é uma Associação Pública criada pelo Dec.-Lei nº349/99.

A **LISTA A** promovida pela **APET** é apoiada pelo SETS/SNET, SEMM e SETCA e visa dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela APET na defesa dos Engenheiros Técnicos.

ÓRGÃOS NACIONAIS

Assembleia Geral
Presidente – Carlos Fernão Gomes Pereira
Secretário – Sandra Cristina Dias Jesus Graça
Secretário – Manuel Mendes Garcia
Suplente – António Luís Gonçalves Bastos
Suplente – José Manuel Pessoa Oliveira Carlo

Presidente
Presidente – Augusto Ferreira Guedes
Vice-Presidente – António Rodrigues Carneiro
Vice-Presidente – António Eduardo Garcia Lourenço
Suplente – Alfredo Manuel Silva Rocha
Suplente – José Manuel Mendes Delgado
Suplente – António Manuel Campos

Conselho Fiscal
Presidente – Fernando Manuel Soares Mendes
Secretário – José António Rosendo Pacheco
Vogal – António Alfredo Fernandes Pires Almeida
Vogal – João José Matos Ferreira
Suplente – António Manuel Rodrigues Marques
Suplente – Mário Ricardo Lopes
Suplente – João António Vilela Calheiço

Conselho Jurisdicional
Presidente – Alberto Pereira Mesquita
Vogal – José Augusto Garcia Lourenço
Vogal – José António Vilela Moreira
Vogal – Carlos José Santos Ennulo
Vogal – Eduardo Fernandes Tonato David
Suplente – Maria Perdida Correia Vieira Cordão
Suplente – Pedro Manuel Ferreira Esposo Torres Reis
Suplente – Helena Cristina Vieira Amaro

Conselho de Profissão
Conselheiro – Jurandir Carneiro Costa
Conselheiro – José Manuel Moares Costa Oliveira
Conselheiro – Maria Coutinho Rodrigues
Suplente – Carlos Manuel Silva Gomes
Suplente – António Núrio Correia Brandão Reis
Suplente – Fernando Jorge Pinto Moreira

ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS DIRECTIVOS DA ANET – LISTA A

AS NOSSAS PROPOSTAS

1. Acesso às chefias e à carreira técnica superior da função pública, director-geral inclusive;
2. Reformação da ANET em Ordem dos Engenheiros Técnicos ou, em alternativa, a criação de uma ordem única Ordem dos Engenheiros Técnicos e Engenheiros;
3. Revisão justa do Decreto 73/73, em que a posição dos Engenheiros Técnicos seja salvaguardada a todos os níveis, arquitectura incluída;
4. Revisão do artigo 4º do Decreto-Lei nº 316/95 de 29 de Abril;
5. Consolidação do nível V da qualificação profissional, na sequência da publicação da Portaria nº 588/99 de 3 de Novembro;
6. Reconhecimento da experiência profissional como mais valia fundamental para a valorização e progressão profissional, em pé de igualdade com outros profissionais de formação académica de nível superior;
7. Abertura dos Quadros da Administração Pública e, em particular, da Administração Local aos Engenheiros Técnicos;
8. Criação de institutos politécnicos nos Açores e Madeira;
9. Abertura de cursos de Bacharelato no Instituto Superior Técnico e em todas as Universidades. Para que a pirâmide seja corrigida devem, em Portugal, existir dois Engenheiros de 3 anos por cada Engenheiro de 5 anos;
10. Criação de plenários de enfermeiros com vista à revisão da legislação aplicável às classes profissionais dos Engenheiros Técnicos, Engenheiros, Arquitectos e Agentes Técnicos Civis;
11. Adesão aos fóruns das profissões liberais.

No dia 20 de Outubro de 2000 VOTA A – VOTA NO ORGULHO DE SER E SABER SER ENGENHEIRO TÉCNICO **LISTA A** ☒

ELEIÇÕES PARA OS ORGÃOS DIRECTIVOS DA ANET

ANET - A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS PORTUGUESES

A ANET foi criada em 1999, com o objectivo de instituir uma associação de Direito Público que desse resposta à necessidade de representação unitária e valorização dos Engenheiros Técnicos. A decisão de formar uma associação deste cariz foi tomada no II Congresso da APET - Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos, realizado em Lisboa no LNEC, há 11 anos.
A criação da ANET, em 1999, até à data a funcionar com uma Comissão Instaladora, surge assim como corolário de um trabalho persistente que se vem desenvolvendo desde a fundação da APET. Recorda-se que a APET foi fundada pelo SETN e SETS e mais tarde pela integração do ASSETCA e AEMM.

RAZÕES DE UMA CANDIDATURA

A experiência do passado

No âmbito da representação dos Engenheiros Técnicos, para além da credenciação e valorização profissional dos seus membros, a APET tem sido chamada a colaborar nas mais diversas instâncias.
Com efeito, a APET tem procurado e conseguido prestar um serviço à classe e ao País, contribuindo para a criação e revisão de diplomas de vital importância para a classe profissional que representa. Quando havia um vazio total de normas na tutela da profissão de Engenheiro Técnico, a APET nunca deixou de exercer a sua influência para inverter essa situação. Nesse sentido, apoia e acompanha as escolas de engenharia do ensino politécnico, quer na organização dos cursos e do seu reconhecimento no âmbito nacional e da FEANI, quer no enquadramento dos profissionais que estas formam.

ainda, pela sua importância na nossa vida associativa e pelo contributo para a causa dos Engenheiros Técnicos, as seguintes:

- I e II Fórum Ibérico de Engenharia e Arquitectura Técnica
- Cinco congressos de Engenheiros Técnicos
- Instalação da APET em todo o território nacional
- Organização, no seio da APET, de todas as especialidades de engenharia
- Constituição do Comité Nacional da FEANI (Federation Europeéne d'Associations Nationales de Ingénieres), juntamente com a Ordem dos Engenheiros
- Reconhecimento do título de EUR ING para os Engenheiros Técnicos
- Transposição para o Direito português da Directiva sobre o reconhecimento de diplomas de ensino superior
- Assinatura do Protocolo com a ANMP, que tornou desnecessária a inscrição nas Câmaras

Augusto Ferreira Guedes (Presidente da APET)

Municipais dos Engenheiros Técnico membros da APET
- Assinatura do acordo para a revisão do Decreto 73/73
- Seminários, Conferências, Colóquios e muitas dezenas de Acções de formação, na sua qualidade de entidade formadora reconhecida pelo INOFOR
- Participação activa dos colégios da

"Enfim, criámos responsabilidades."

Especialidade no reconhecimento de escolas e cursos ministrados
- Participação em feiras de grande impacto nacional e internacional
- Edição de revistas e livros técnicos de especialidade
- Emissão de pareceres técnicos, certificados de competência e termos de responsabilidade

A realidade no presente

O trabalho realizado, a responsabilidade assumida, as expectativas dos colegas, bastam-nos para continuar. Assim, criada a ANET, falta ainda percorrer um longo caminho nas questões que continuam a preocupar os Engenheiros Técnicos e passam por:

- Dignificar as condições do exercício da profissão, nomeadamente na Administração Pública (carreira técnica superior e chefias)
- Reconhecer as competências profissionais, com base na validação da formação escolar e da mais valia da experiência profissional, tendo em conta a importância da formação contínua e consequente revisão do Decreto 73/73

Aspectos ligados à profissão pelos quais nos devemos unir e mobilizar vontades para exigir, dos poderes públicos, legislação para a resolução correcta destes problemas

Mas outras tarefas esperam esta equipa que se apresenta agora a sufrágio:

- Adesão ao fórum das profissões liberais - Dinamização da informação, nomeadamente através de uma revista técnica com garantia de periocidade e de uma página na internet
- Dinamização das actividades associativas (lúdicas, técnicas e culturais)
- Realização de jornadas técnicas, seminários e fóruns
- Assinatura de protocolos de cooperação com outras entidades oficiais ou privadas, particularmente com associações de Engenheiros Técnicos no âmbito da CPLP
- Realização do Congresso dos Engenheiros Técnicos
- Dinamização de acções de âmbito internacional
- Dinamização do ensino de engenharia nos PALOP's
-Criação do Dia do Engenheiro Técnico no dia 2 de Setembro, dado ser a data de publicação do decreto que dá origem à ANET
-Aquisição de uma sede condigna para a ANET
-Estreitar a ligação com as associações de estudantes dos institutos e escolas de Ensino Superior que formam bacharéis em Engenharia

A ESCOLA COMO FORMA DE MELHORAR A SOCIEDADE

Contribuir para a melhoria da sociedade, nomeadamente através da escola é o objectivo e o motivo da acção cívico-política que o Engenheiro Técnico Augusto Guedes vem desenvolvendo, desde os tempos das lutas académicas, de fins dos anos 70. Por essa altura, Augusto Guedes, que viria a concluir, em 84, o curso de engenheiro técnico civil, integrava já um grupo de cerca de dezena e meia de elementos, na maioria também engenheiros técnicos do ISEL, no seio do qual foi germinando um conjunto de iniciativas de índole educacional e de inquestionável alcance social e político.Como sejam a Escola Gustave Eiffel (1980), com sede na Amadora e pólos em Queluz e Entroncamento, que há seis anos vem recebendo alunos timorenses. E daí que "estejamos agora a lançar em Aileu - Timor um centro de formação profissional para as Falintil". Ou então os três colégios privados para o ensino secundário a funcionar na Amadora (Alexandre Herculano), no Entroncamento (Mouzinho de Albuquerque) e no Lobito - Angola (Gustave Eiffel). Augusto Guedes, hoje, chefe de gabinete do Presidente da Câmara da Amadora, Presidente da APET e da Escola Gustave Eiffel e ainda membro da direcção do Sindicato Nacional dos Engenheiros Técnicos, é o candidato a Presidente da ANET. Fundamentalmente porque entende que "para nos sentirmos bem, temos de dar um pouco de nós aos outros."

-A dinamização da imagem pública dos Engenheiros Técnicos
-Reuniões sectoriais, por regiões e especialidade
-Divulgação e dinamização de contactos com os bachareis em engenharia não membros da ANET, para uma adesão significativa

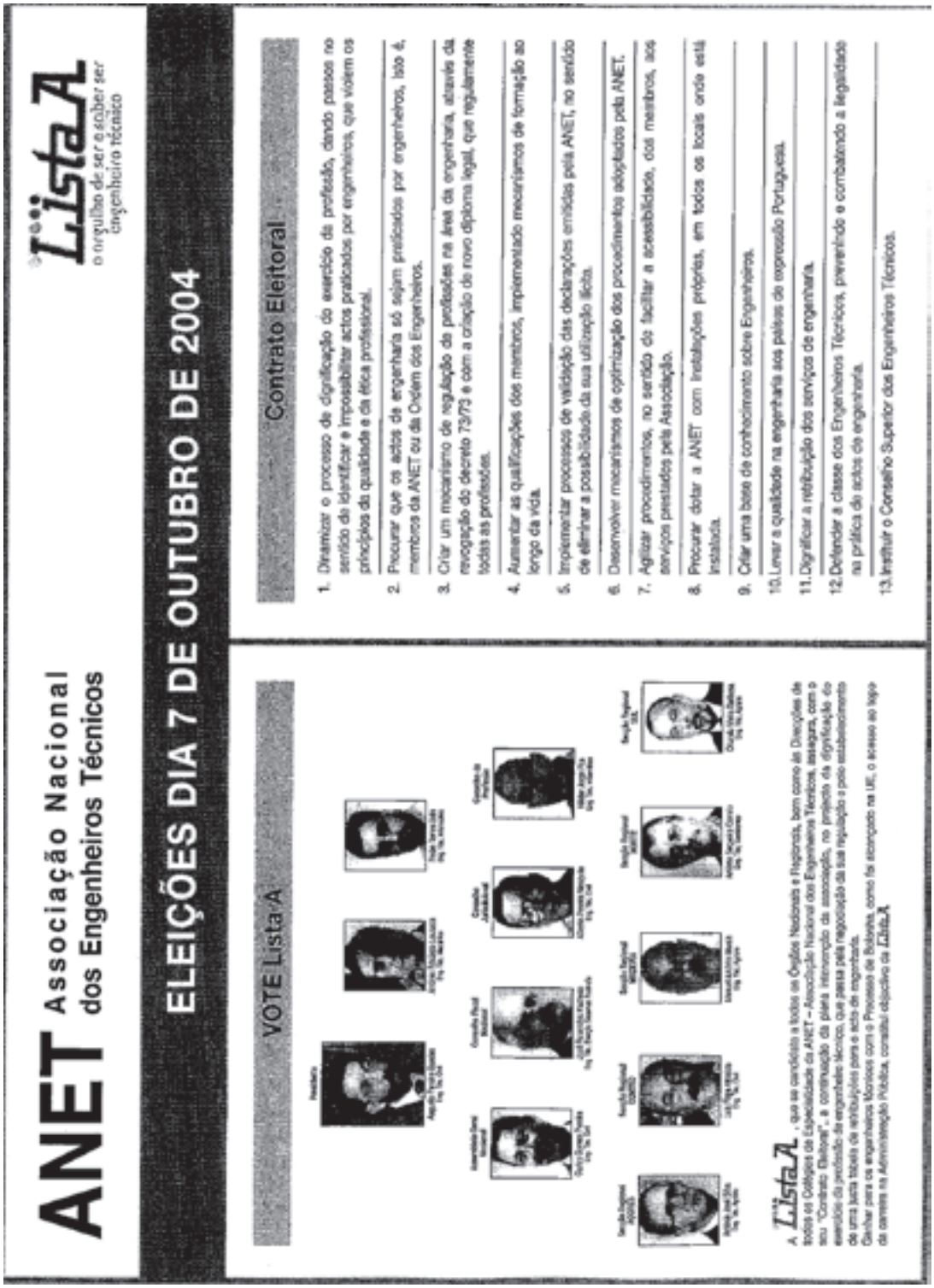
Algumas das acções enunciadas já foram iniciadas e agora cabe-nos dar continuidade às mesmas, vistas à luz das novas realidades.

A equipa que agora se apresenta para as eleições da ANET e se propõe realizar o programa acima mencionado, conta com o apoio dos Engenheiros Técnicos associados à APET, SETCA, SNET/SETS , SEMM,e de muitos outros Engenheiros Técnicos.

POR QUE VOTAR? ANET -UMA FORÇA PARA O FUTURO

A atribuição do título e seu uso, o contrôle do exercício da profissão de Engenheiro Técnico passam a ser competência da Associação de Direito Público representativa dos Engenheiros Técnicos, a ANET.
As nossas responsabilidades são agora acrescidas. Contamos com todos os colegas e colaboradores para reforçar a capacidade de intervenção e de afirmação dos Engenheiros Técnicos Portugueses.
Afirmação que se espera ver reconhecida:

- Na transformação da ANET em Ordem dos Engenheiros Técnicos Portugueses ou, em alternativa, na criação de uma Ordem única para os Engenheiros e Engenheiros Técnicos.
- Na revisão do Decreto 73/73
-Nas chefias e carreira técnica superior de função Pública
- No fórum das profissões liberais
-Estabelecimento de plataformas de entendimento com vista à revisão da legislação aplicável às Classes Profissionais dos Engenheiros Técnicos, Engenheiros, Arquitectos e Agentes Técnicos de Construção Civil.



ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

Lista A
o orgulho de ser e saber ser engenheiro técnico

ELEIÇÕES DIA 7 DE OUTUBRO DE 2004

VOTE Lista A

Contrato Eleitoral

1. Dinamizar o processo de dignificação do exercício da profissão, dando passos no sentido de identificar e impossibilitar actos praticados por engenheiros, que violem os princípios da qualidade e da ética profissional.
2. Procurar que os actos de engenharia só sejam praticados por engenheiros, isto é, membros da ANET ou da Ordem dos Engenheiros.
3. Criar um mecanismo de regulação de profissões na área da engenharia, através da revogação do decreto 73/73 e com a criação de novo diploma legal, que regulamente todas as profissões.
4. Aumentar as qualificações dos membros, implementado mecanismos de formação ao longo da vida.
5. Implementar processos de validação das declarações emitidas pela ANET, no sentido de eliminar a possibilidade da sua utilização ilícita.
6. Desenvolver mecanismos de optimização dos procedimentos adoptados pela ANET.
7. Agilizar procedimentos, no sentido de facilitar a acessibilidade, dos membros, aos serviços prestados pela Associação.
8. Procurar dotar a ANET com instalações próprias, em todos os locais onde está instalada.
9. Criar uma base de conhecimento sobre Engenheiros.
10. Levar a qualidade na engenharia aos países de expressão Portuguesa.
11. Dignificar a retribuição dos serviços de engenharia.
12. Defender a classe dos Engenheiros Técnicos, prevenindo e combatendo a ilegalidade na prática de actos de engenharia.
13. Instituir o Conselho Superior dos Engenheiros Técnicos.

A Lista A, que se candidata a todos os Órgãos Nacionais e Regionais, bem como às Direcções de todos os Colégios de Especialidade da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, assegura, com o seu "Contrato Eleitoral", a continuação da plena intervenção da associação, no projecto da dignificação do exercício da profissão de engenheiro técnico, que passa pela negociação da sua regulação e pelo estabelecimento de uma lista-base de retribuições para o acto de engenharia.
Ganhar para os engenheiros técnicos com o Processo de Bolonha, como foi alcançado na UE, o acesso ao topo da carreira na Administração Pública, constitui objectivo da Lista A.

LISTA A

ELEIÇÕES ANET . 08

Órgãos Nacionais

Conselho Directivo Nacional

Augusto Ferreira Guedes
Presidente

António Eduardo Louzado
Vice-Presidente

Pedro Torres Dias
Vice-Presidente

António Gaspar Silva
Presidente da SRAçores

Luís Filipe Almeida
Presidente da SRCentro

José Costa Gil
Presidente da SRMadeira

António Sequeira Correia
Presidente da SRNorte

Orlando José Barbosa
Presidente da SRSul

Vítor Macedo Silva
Vice-Presidente da SRAçores

Jorge Miguel Aranha
Vice-Presidente da SRCentro

Duarte Nuno Marques
Vice-Presidente da SRMadeira

Manuel Duarte Queijo
Vice-Presidente da SRNorte

José Manuel Delgado
Vice-Presidente da SRSul

Assembleia Geral Nacional

António Almeida Coimbra
Presidente

Conselho Fiscal Nacional

José Resendes Pacheco
Presidente

Conselho Jurisdicional

Alberto Pereira Mesquita
Presidente

Conselho da Profissão

Hélder Fernandes Pais
Presidente

NOTA FINAL

A OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos é a associação pública que regula, em Portugal, a atividade profissional dos Engenheiros Técnicos sendo que a Ordem detém um maior potencial de representatividade na área da Engenharia, procedendo à atribuição do título profissional de Engenheiro Técnico a todos os que possuírem a habilitação académica de:

a) Bacharelato;

b) Licenciatura pós-Bolonha;

c) Licenciatura antes de Bolonha (e consequentemente os detentores de Mestrado ou Doutoramento, pois não há Mestres, nem Doutores que não sejam licenciados, mesmo aqueles que possuem o diploma de um curso de Mestrado Integrado).

A OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos é uma Ordem moderna e pioneira, com poderes delegados pelo Estado Português, criada em 1999, contando atualmente com mais de 25.000 delegados, com instalações em Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal e Ponta Delgada. A OET pauta-se por práticas de atuação transparentes, e existe desde 1999 com o intuito de colmatar a insuficiente representação da engenharia portuguesa contribuindo para arejar o ambiente opaco e bafiento que se verificava.

Pertencer à OET é fazer parte de uma prestigiada associação de direito público que representa uma classe profissional que pratica engenharia desde 1852.

Os seus 16 colégios de especialidade (aeronáutica, agrária, alimentar, ambiente, civil, eletrónica e de telecomunicações, energia e sistemas de potência, geográfica/topográfica, geotécnica e minas, industrial e da qualidade, informática, mecânica, proteção civil, química e biológica, segurança, transportes) e a implementação em todo o território nacional conferem à Ordem uma estrutura organizativa que permite a participação ativa de todos os seus membros na criação e troca de conhecimento tecnológico, num mundo em permanente mudança.

Engenheiro Técnico é um profissional reconhecido nos 32 países pertencentes à FEANI: Àustria, Bélgica, Suíça, Chipre, República Checa, Alemanha, Dinamarca, Estónia, Espanha, Finlândia, França, Reino Unido, Grécia, Croácia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Macedónia, Malta, Holanda, Noruega, Polónia, Roménia, Rússia, Suécia, Sérvia, Eslovénia e Eslováquia. Tem a possibilidade de aceder ao título Eur Ing, através da FEANI.

Livre circulação na Europa, e em África, América e Ásia, nos países com os quais tenha sido estabelcido um protocolo de reciprocidade.

O prestígio de ser membro da OET reside no facto do Engenheiro Técnico exercer uma profissão de confiança pública regulada por uma Ordem forte e credível, que combate efetivamente a engenharia ilícita através de ações concretas, designadamente através de:

- Introdução de códigos de autenticidade nas declarações;
- Mecanismos de validação de declarações apresentadas por Engenheiros Técnicos;
- Estabelecimento do princípio: 1 declaração - 1 ato de engenharia;
- Certificação digital em todas as declarações emitidas. Até 31 de dezembro são ainda emitidas declarações com vinhetas numeradas apostas na declaração.

A OET, através do Código de Ética e Deontologia Profissional a que os seus membtros estão sujeitos, oferece à sociedade a garantia de que os Engenheiros Técnicos desempenham a sua atividade de forma responsável, Deste modo, a pertença à Ordem dos Engenheiros Técnicos representa, em simultâneo, um reconhecimento e um contrato de confiança entre a sociedade e o profissional de engenharia.

ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público

A ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, associação de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 349/99 de 2 de Setembro, é a organização profissional que regula o exercício da profissão e atribui o título profissional de engenheiro técnico.

Os engenheiros técnicos são profissionais de engenharia, detentores de formação académica completa, a que corresponde o grau académico de bacharel.

Da organização

A ANET enquanto organização profissional de âmbito nacional, para melhor e de forma mais próxima servir os engenheiros técnicos, está organizada em 5 secções regionais, que cobrem todo o território nacional.

As secções, dotadas de orgãos estatutários e instalações públicas, compreendem as regiões:

Norte, sediada no Porto,

Centro, sediada em Coimbra;

Sul, sediada em Lisboa;

Açores, sediada em Ponta Delgada;

Madeira, sediada no Funchal.

Conselho Directivo Nacional
Praça Dom João da Câmara, 19 - 2º Dto.
1200-147 LISBOA
Telef. 213 420 239 / 213 420 241 - Fax 213 420 209

ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público

Também compete à ANET efectuar o registo e exercer jurisdição disciplinar, sobre todos os engenheiros técnicos que exercem a profissão.

Como associação profissional, a ANET, também tem por atribuição defender os direitos e interesses dos engenheiros técnicos.

Neste domínio há questões que, por actuais e de primordial importância no âmbito do exercício da profissão, merecem particular atenção dos engenheiros técnicos e dos dirigentes da ANET.

As alterações que a aplicação dos princípios da Declaração de Bolonha, vão introduzir no ensino superior, é motivo de particular atenção da ANET, tendo em conta que embora se trate de uma reforma do sistema educativo, as suas consequências reflectem-se, de forma indelével, na formação dos profissionais que representamos.

A aplicação no quadro legal português, dos normativos da União Europeia, também merecem uma atenção especial desta associação, bem como, a elaboração ou revisão de legislação nacional que de qualquer modo se aplicam ao exercício da profissão.

De entre as questões mais prementes, salientamos o processo de revisão do Decreto n.º 73/73.

Conselho Directivo Nacional
Praça Dom João da Câmara, 19 - 2º Dto.
1200-147 LISBOA
Telef. 213 420 239 / 213 420 241 - Fax 213 420 209

ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público

A promoção do prestígio do exercício da profissão, constitui uma das atribuições da ANET, pelo que, no que diz respeito ao exercício da profissão na administração pública, exige-se repor a dignidade e o prestígio dos engenheiros técnicos, com a sua integração na carreira técnica superior e o acesso ao exercício de funções de chefia.

Não se pode ignorar que cerca de 25% dos engenheiros técnicos estão ligados à administração pública, sobretudo na administração local, onde asseguram, efectivamente, a maioria dos serviços técnicos de muitos municípios, sem acesso aos cargos de chefia, por estes lhes estarem vedados, por via administrativa e não de competência ou de economia de recursos financeiros.

Para a concretização das funções que nos estão cometidas, uma vez mais, apelamos os bons ofícios da Assembleia da República, para apoio na resolução dos problemas que afectam os engenheiros técnicos e que acima se descreveram, bem como, no que diz respeito a uma necessária revisão dos estatutos, quer para adaptação a novas realidades, quer para alteração da denominação da nossa associação, que de direito é uma Ordem profissional.

Das responsabilidades

Assumindo as responsabilidades que pelo estatuto de associação de direito público lhe foram cometidas, a ANET assegura a plena representação dos

Conselho Directivo Nacional
Praça Dom João da Câmara, 19 - 2º Dto.
1200-147 LISBOA
Telef. 213 420 239 / 213 420 241 - Fax 213 420 209

ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público

engenheiros técnicos e manifesta toda a disponibilidade para se envolver e colaborar na elaboração da regulamentação sobre a actividade profissional.

O Conselho Directivo Nacional

Conselho Directivo Nacional
Praça Dom João da Câmara, 19 - 2º Dto.
1200-147 LISBOA
Telef. 213 420 239 / 213 420 241 - Fax 213 420 209

DISCURSO TOMADA DE POSSE - Julho 2002

Exmo. Senhor

Meus senhores e minhas senhoras, caros Engenheiros e Engenheiros Técnicos.

Começo por agradecer, em meu nome e em nome dos cerca de 30 000 engenheiros técnicos que a ANET representa, o pensamento dos Engenheiros Técnicos sejam eles Bacharéis, Licenciados, Mestres ou Doutores.

Na nossa opinião o que está em causa, neste momento, é a oportunidade de uma vez por todas sermos suficientemente inteligentes para encontrar, as soluções que se impõem para resolver os vários equívocos que persistem em existir em torno do que é ou não o acto de engenharia e que profissionais o podem praticar, a que nível e em que dimensão.

Penso que, com a criação da Associação Pública dos Engenheiros Técnicos, foram abertos caminhos novos para chegar a soluções que aos Engenheiros Técnicos interessa.

O acto de engenharia deve ser exercido no quadro do rigoroso respeito pela ética e deontologia profissionais, garantindo, desta forma, ao consumidor que a engenharia é exercida, só por aqueles que para tal estão habilitados.

Não é possível que a Ordem ou a ANET acreditem cursos sem que exista uma consulta mútua, ou seja, não é possível que a Ordem acredite uma determinada licenciatura bietápica sem que a ANET acredite o respetivo bacharelato, pois assim corre-se o risco de que as escolas sacrifiquem os bacharelatos em função das licenciaturas, como fez recentemente o ISEL, o que vai obrigar a que alguns bacharelatos não sejam acreditados pela ANET.

A ANET, com esta tomada de posse, vai dar inicio à reanalize de todos os processos de acreditação, para credibilidade do sistema, pois com a publicação do Dec.-Lei 349/99, de 2 de setembro, que a criou, foi forçada a reconhecer todos os bacharelatos independentemente da avaliação.

Meus senhores e minhas senhoras,

Relativamente a Bolonha e uma proposta existente dos Engenheiros, temos que dizer de uma forma clara e inequívoca que não estamos de acordo. A proposta é redutora, ao criar 2 perfis de Engenharia, em que, o 1º perfil é um perfil não superior, de técnico intermédio ou médio, já consagrado nos cursos pós-secundário, conhecidos por CET e para onde quer empurrar os Engenheiros Técnicos.

Obviamente que a proposta da Ordem, na nossa opinião, contém alguns equívocos e que se forem desfeitos poderá até ser uma boa base de trabalho. Aquilo a que chamam 1.º perfil, não é de um curso superior, mas sim um CET - Curso de Especialização Tecnológica, obtido após o 12.º ano, constutído por um ano de formação escolar seguido de um estágio profissional de 6 meses, e na nossa opinião, aos seus diplomados deverá caber a designação profissional de Agente Técnico.

Ao 2.º perfil, apresentado pela Ordem ele corresponde aos actuais Curso de Bacharelato e Licenciatura corresponderiam, um título profissional de Engenheiro ou Engenheiro Técnico e academicamente o grau de graduado, bacharel ou licenciado.

Em conclusão, relativamente à proposta da Ordem podemos estar de acordo que existam dois perfis, só que um não é de nível superior e outro é de nível superior, que se subdividiria em dois graus, tal como nós ANET o defendemos.

Assim, e na linha de orientação filosófica e política do que já disse e considerando as experiências e realidades existentes e relativamente ao futuro, somos a propor a criação de dois perfis de profissionais de Engenharia:

a) O 1.º Perfil, de formação não superior;

b) O 2.º Perfil, de formação superior - Politécnico ou Universitário.

O profissional detentor do 1.º perfil, portador de formação não superior, não pode praticar actos de Engenharia, que é exclusivo do profissional do 2.º Perfil, portador de formação completa do ensino superior politécnico ou universitário.

O perfil não superior, cursos médios só tem competência para aplicação dos Processos Produtivos:

- Actividades de Manutenção
- Materialização de Soluções
- Execução de Soluções Correntes

Só pode exercer estas competências, porque não lhe é exigida uma sólida formação de base em matemática, física, e aplicação das ciências de Engenharia, sendo esta a formação exigida ao 2.º Perfil, cursos superiores, Engenheiros Técnicos e Engenheiros, o que lhes faculta conhecimentos para a prática do acto de engenharia, que assenta em:

- Capacidade de concepção
- Gerir e Planear
- Interface com outras especialidades e profissionais (coordenação)
- Elaboração de projetos com base em modelos

Esta última, está reservada aos especialistas, detentores do grau de Mestre ou especialidade atribuida pelos colégios da ANET e da Ordem.

Deste modo e tendo em conta as consequências que as propostas da Declaração de Bolonha, vão impor no ensino superior, no amplo espaço europeu, que extravasa os limites da UE, considerando a experiência que ao longo dos anos o ensino de engenharia vem acumulando, a ANET, considera no que diz respeito ao ensino da engenharia e para responder às necessidades do desenvolvimento do País deve ser tido em conta o seguinte:

1. O primeiro grau de formação ministrado nos Politécnicos e Universidades, deverá corresponder a uma formação completa de engenharia, de banda larga, com duração mínima de três anos, com características semelhantes às actualmente ministradas nos institutos politécnicos. A esta formação deverá corresponder o grau académico de bacharel, graduado ou licenciado. Em termos profissionais o título de engenheiro técnico ou engenheiro será atribuído após conclusão do estágio de 1 ano com produção do relatório final.
2. A conclusão do 1.º grau académico, nível V da U.E., dá acesso a um grau 2.º grau com duração variável, mínima de 1 ano, constituído por estudos que conduzem ao grau académico de mestre, permitindo elevados níveis de especialização aos seus diplomados.
3. O desenvolvimento do País exige que, em tempo útil, sejam introduzidas as reformas que assentem em unidades de crédito que permitam uma efectiva livre circulação interna, entre sub-sistemas do ensino superior, bem como, no conjunto dos países subscritores da Declaração de Bolonha.
4. A rentabilização dos recursos humanos e físicos disponíveis para a formação dos técnicos portugueses, deve permitir num espaço de dez anos a sua duplicação, nomeadamente no que diz respeito ao grau 1 de profissionais de engenharia, o que contribuirá para a optimização dos recursos e redução dos níveis de insucesso no ensino superior, constituindo um contributo importante para a melhoria da qualidade e da produção de riqueza.

5. Após a entrada em vigor desta reforma, aos actuais diplomados do ensino superior politécnico, com pelo menos três anos, os níveis académico e profissional devem ser assegurados, com as respectivas equiparações e integração, de forma automática e sem necessidade de qualquer outra formação, em particular, no que diz respeito à integração na carreira técnica superior e no acesso a cargos de chefia na Função Pública.
6. A reforma do ensino superior deverá apontar para elevados padrões de qualidade, que necessáriamente devem ser reconhecidos e certificados.
7. As componentes científicas e tecnológicas devem ter valores mínimos (créditos) internacionalmente aceites, nomeadamente os da FEANI ou sistema ECTS.
8. Para ingresso nos cursos de Engenharia do 1.º grau deve ser dada preferência aos alunos do secundário com formação técnica (CET - nível IV), Portaria n.º 989/99, de 2 de novembro.

Também em termos de organização profissional, há necessidade de clarificar e coordenar a acção, pelo que em nome da ANET me permito enumerar os seguintes pontos, quer no que diz respeito às condições de acesso ao título profissional, quer no que diz respeito às condições para o exercício da profissão.

1. O reconhecimento conjunto e simultâneo pela Ordem e ANET dos crusos que conferem os dois graus académicos.
2. A adopção dos mesmos critérios, para reconhecimento de cursos e avaliação de estágios.
3. A acreditação pelas associações dos cursos ministrados nos Institutos, Escolas e Faculdades, que formam Engenheiros e Engenheiros Técnicos, condição para a atribuição do título profissional.
4. A implementação dos estágios profissionais com vista e como condição para a atribuição do título profissional de Engenheiro e Engenheiro Técnico e que simultaneamente servirão para uma melhor inserção na vida activa.
5. A elaboração e acompanhamento das normas reguladoras do exercício da profissão, cujo destaque maior é o Decreto 73/73, com base no acordo assinado pelos Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitectos.
6. A implementação de medidas de protecção ao uso do título de Engenheiro e Engenheiro Técnico, só permitido aos membros efectivos da Ordem dos Engenheiros e da ANET.
7. A exigência para que, também na função pública, o exercício da profissão exija a inscrição na Ordem dos Engenheiros e ou na ANET.

Por fim resta realçar o papel que cabe aos Colégios de Especialidade, através do Conselho da Profissão, entre outras competências, detêm a capacidade para propor a criação de novas especialidades, bem como apresentar as propostas que visem a defesa de cada uma das especialidades e outras matérias de interesse para o exercício da profissão tais como a legislação que está a ser revista destacando o D.L. 129/2002.

É certo, que as posições dentro da ANET e no seio dos Engenheiros Técnicos nem sempre coincidentes, mas estamos seguros que será obtido consenso, no que diz respeito às posições finais de toda a Classe da Engenharia Portuguesa e em particular para os Engenheiros Técnicos que são aliás a razão da existência da ANET.

Lisboa, 3/7/2002

ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público

DA FORMAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO NA PERSPECTIVA DAS ORDENS E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS.

A ANET – Associação Nacional dos Engenheiros, associação de direito público, criada pelo Decreto - Lei n.º 349/99 de 2 de Setembro, é a associação pública representativa dos detentores de bacharelato em engenharia, que exercem a profissão de engenheiro técnico.

Os engenheiros técnicos são profissionais de engenharia, detentores de uma formação superior completa, com a duração de 3 anos, a que corresponde o grau académico de bacharel.

Os cursos de bacharelato em engenharia, conducentes ao título profissional de engenheiro técnico devem dotar os seus diplomados de competências para o exercício da profissão, no domínio da respectiva especialidade.

O exercício da profissão de engenheiro técnico, contempla diferentes tipos de intervenção, como as de investigação aplicada, concepção, estudo, projecto, fabrico, construção, produção, fiscalização, incluindo a sua gestão.

Estas competências, são adquiridas num processo de formação académica, que contempla uma sólida formação científica e técnica de base, que permite no domínio de cada especialidade, uma fácil e harmoniosa integração nos diversos campos de actividade, que a integram.

Conselho Directivo Nacional
Praça Dom João da Câmara, 19 - 2º Dto.
1200-147 LISBOA
Telef. 213 256 327/328 - Fax 213 420 209

ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público

Este perfil de formação académica, corresponde, em terminologia adoptada nos mais diversos fóruns académicos e profissionais, nacionais e estrangeiros, a uma formação do tipo de banda larga e de ciclo curto.

Em termos de inserção na vida activa, o perfil de competências profissionais identificadas para os engenheiros técnicos, corresponde ao profissional de engenharia, com ampla procura no mercado de trabalho, que está preparado para dar resposta às diversas solicitações do exercício da actividade com capacidades de adaptação a novas situações.

A flexibilidade e polivalência são partes do paradigma da formação dos engenheiros técnicos.
- Flexibilidade que permite percorrer e adaptar-se aos diversos campos de actividade.
- Polivalência que permite a intervenção profissional nos seus diversos tipos.

A ANET procurará estabelecer parcerias, com as escolas de engenharia, com as associações empresariais e com as associações de estudantes, para que em cada campo de actividade possa efectuar a divulgação e obter a colaboração activa de todos os intervenientes, para as tarefas a realizar em formação complementar específica, para as necessidades que sejam reconhecidas no mercado de trabalho de engenharia técnica.

Conselho Directivo Nacional
Praça Dom João da Câmara, 19 - 2º Dto.
1200-147 LISBOA
Telef. 213 256 327/328 - Fax 213 420 209

2

ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público

A ANET valorizará os estágios e, em correspondência os estagiários que no domínio de aplicação dos conhecimentos, constitua uma mais valia para a sua integração plena no mercado de trabalho. Valorização pelo acompanhamento que é prestado ao estagiário, fomentando o seu interesse em apresentar as suas ideias, de modo a melhorar os procedimentos, os métodos ou a actuação que consideraria mais adequada para as tarefas a realizar.

A ANET colaborará com as entidades responsáveis, no sentido de eliminar as designações ambíguas dos cursos, reduzindo o leque dos cursos existentes, tornando a sua inserção no mercado de trabalho mais racional, nomeadamente nas actividades regulamentadas, de modo a não criar equívocos nocivos aos engenheiros técnicos, para o tipo de actividade que pretendam exercer.

A ANET colaborará com as entidades responsáveis no sentido de racionalizar os cursos de engenharia técnica, tendo em atenção as necessidades regionais detectadas, de modo a utilizar o melhor possível os meios disponíveis, concentrando-os sempre que seja aconselhável, para que resulte um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes.

Conselho Directivo Nacional
Praça Dom João da Câmara, 19 - 2º Dto.
1200-147 LISBOA
Telef. 213 256 327/328 - Fax 213 420 209

ANET Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público

A ANET considera que na organização do plano curricular dos cursos, para obviar à redução havida no número de horas semanais de aulas, deverá existir o melhor aproveitamento das novas tecnologias e, para desenvolvimento das capacidades dos alunos, utilizar toda a informação disponível para consolidar os conhecimentos teóricos indispensáveis, pela aplicação sistemática em trabalhos curriculares a realizar no âmbito do curso que frequentam.

A ANET estudará o estabelecimento de convénios, para adquirir a capacidade de vir a efectuar o reconhecimento, para efeito de certificação, dos "Adquiridos Profissionais" pelos seus membros, pelo exercício da profissão e também pela frequência de cursos de formação adequados à certificação pretendida.

A ANET, já apresentou a sua posição e está envolvida na aceleração da remodelação do ensino superior de engenharia, de modo a acompanhar os países da UE e outros que aderiram à "Declaração de Bolonha".
Sob o patrocínio do Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior e, as entidades do ensino superior CRUP e CCISP e, para o reconhecimento profissional a OE e a ANET, aguardam a marcação da primeira reunião, para a qual a ANET já nomeou os seus representantes como lhe foi solicitado.

MARÇO 2003

Conselho Directivo Nacional
Praça Dom João da Câmara, 19 - 2º Dto.
1200-147 LISBOA
Telef. 213 256 327/328 - Fax 213 420 209

engenharia
revista técnica de engenharia
da associação nacional dos engenheiros técnicos
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
paulo majora canamus
ANET
ORDENAMENTO
HERÁLDICO
DA ANET

entrevista
ANET | revista técnica de engenharia
Augusto Ferreira
18
19

n.1 julho 2003 ANET | revista técnica de engenharia

entrevista

"A COMPETÊNCIA TEM DE SER A REGRA"

RIGOROSO E DETERMINADO NAS AFIRMAÇÕES, AUGUSTO FERREIRA GUEDES, PRESIDENTE DA ANET - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS, DEMONSTRA A SUA DISPONIBILIDADE PARA NEGOCIAR E ENFRENTAR, PELO DIÁLOGO, OS DESAFIOS QUE SE COLOCAM A ESTA CLASSE PROFISSIONAL. ACIMA DE TUDO E IMPERIOSO CLARIFICAR AS SITUAÇÕES, SENDO CERTO QUE A COMPETÊNCIA TEM DE SER A REGRA. POR VIA DESTE PRINCÍPIO, CADA UM DEVE EXERCER A PROFISSÃO PARA A QUAL ADQUIRIU CONHECIMENTOS E SER RESPONSÁVEL PELO TRABALHO QUE EXECUTA. "O DIRECTOR DE UMA OBRA, TEM DE SER UM ENGENHEIRO E DEVE ESTAR NO LOCAL. E ELE O PRIMEIRO RESPONSÁVEL E DEVE SER REMUNERADO COMO TAL", AFIRMA.

Guedes

A ANET resultou de uma dura luta. Com o estatuto de associação de direito público, é representativa da classe profissional dos engenheiros técnicos. Quer contar um pouco da história da ANET e dos objectivos a que se propõe?

Atravessámos tempos difíceis até 1942. Os engenheiros tinham o Grémio Técnico e que o regime de Salazar extinguiu, tendo criado um sindicato, igual a todos os outros instruídos pelo antigo regime. Em 1974, esse sindicato democratizou-se, transformou-se em dois, tendo havido, posteriormente, outros sindicatos pelo meio. Em 1975, percebeu-se que havia problemas que não eram de natureza sindical e que necessitavam de tratamento adequado. Foi então criada a primeira associação dos engenheiros técnicos, a APET - Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos, que desenvolveu um conjunto de iniciativas que culminaram em 1993, na criação da ANET. Na altura, viveram-se tempos conturbados, porque havia interesses divergentes e o Governo somou uma constatação insatisfatória para alterar o regime dos engenheiros técnicos e organizar as eleições para os órgãos dirigentes da associação de direito público. Fizeram-se eleições, ganhou uma determinada lista e a lista que perdeu não aceitou a derrota, pelo menos de uma forma pacífica, e durante muitos meses houve contestação interna. Conseguiu-se ultrapassar todos esses problemas e hoje a ANET respira saúde, tranquilidade e serenidade, tem o seu programa em plena execução e é o orgulho de todos os engenheiros técnicos, dos que votaram na lista vencedora e dos outros. A ANET é de todos. Eu tenho o privilégio de ser o presidente e a responsabilidade de conduzir este barco e estamos preparados para enfrentar uma série de desafios ao nível do ensino superior, da declaração de Bolonha, da lei de bases do sistema educativo, da regulamentação de competências. Sabemos o que queremos e estamos disponíveis para dialogar em torno do que são os nossos interesses. Não somos sec-

lacistas e, portanto, estamos disponíveis para fazer cedências desde que resultem num maior benefício para os engenheiros, engenheiros técnicos, arquitectos e para o consumidor final. É preciso que as nossas cidades e o País tenham maior qualidade de vida e nós somos responsáveis para que isso aconteça. Dizer as coisas desta maneira, não significa que não haja dificuldades. Há e muitas, mas vão sendo ultrapassadas no dia-a-dia. Temos 12 mil membros que se inscreveram de uma forma livre, porque ainda não usamos mecanismo de obrigatoriedade, e isto em pouco mais de dois anos, o que constitui um estímulo para continuarmos a trabalhar. Vamos ter dificuldades, precisamos de recursos financeiros e humanos, mas vamos conseguindo levar o barco a bom porto e encaramos o futuro com imensa tranquilidade. Quem existe há 130 anos, passou por um vasto conjunto de fases atribuladas e conseguiu sobreviver. Com o prestígio e a dignidade que os engenheiros técnicos têm, pode-se estar tranquilo quanto ao futuro. Muitas pessoas gostariam que esta classe deixasse de existir por transformação noutra coisa qualquer. Acho que isso é impensável porque temos História que não se abre de um dia para o outro. Somos uma classe empreendedora, capaz de trabalhar nas situações mais adversas, somos promotores de emprego e um dos objectivos da APET é lançar acções estimuladoras para que os engenheiros técnicos criem o seu próprio emprego. Que façam formação capaz de estimular a promoção de emprego e de empresas. Não temos a arrogância de saber tudo, mas a humildade de saber alguma coisa. Estamos disponíveis para trabalhar no desenvolvimento do País, sem que ninguém nos tenha de pedir para fazê-lo.

A proposta de reforma do ensino superior apresentada pelo Governo, determina a extinção de um dos graus académicos, nomeadamente o bacharelato, passando qualquer curso superior a ter o mínimo de quatro anos de duração. Sendo os engenheiros técnicos bacharéis, que problemas pode trazer à classe a proposta governamental?

A questão central é saber o que está a mais: ao o bacharelato ou a licenciatura. Não me preocupa que desapareça o bacharelato ou que termine a licenciatura. O que precisamos de saber é que quando a sociedade pede um engenheiro, está a pedir um técnico com capacidade científica bastante. A designação do grau académico é indiferente. Há uma vantagem objectiva em que se termine um dos graus e passe a haver um único engenheiro, ponto final. As pessoas têm de perceber, claramente, que um engenheiro ou engenheiro técnico, tem competências próprias, que não engana o cliente. Hoje não há dúvidas relativamente ao que é o médico ou o acto médico. Quando se está doente recorre-se ao médico, depois se se trata de uma doença muito específica, consulta-se um especialista. Nós aceitamos que haja engenheiros generalistas e depois os especialistas nesta ou noutra matéria. É tudo uma questão de sabermos o que cada um é capaz de fazer, não haver publicidade enganosa e o consumidor final ter conhecimento quais são as competências de um engenheiro e quais os requisitos exigidos para o exercício da profissão. Neste, como noutros aspectos, a proposta é clarificadora do que é que cada um pode e do que cada um é capaz de fazer. Não pode haver pessoas que se intitulem disto ou daquilo e não o sejam. Isto tem de acabar de uma vez por todas e nisso estamos de acordo com a lei.

Referiu-se a situações futuras. Dado que as leis não são retroactivas, os actuais engenheiros técnicos vão estar em termos de grau académico, em desvantagem em relação aos futuros colegas de profissão...

O empresário quando recruta uma pessoa está interessado, fundamentalmente, no que ela é capaz de fazer. Isto só não é verdade na função pública, porque é uma estrutura muito rígida e, se calhar, é por isso que tem tão baixa produtividade. O empresário apenas está interessado nas capacidades do técnico, quer saber se ele tem capacidade para fazer o que ele precisa que seja feito. Está pouco preocupado se ele é engenheiro técnico ou engenheiro; esta distinção é irrelevante para um verdadeiro empresário.

Quando a APET fez o acordo com a Ordem dos Engenheiros, falei com o bastonário, o Engenheiro Vaz Guedes, que me deu o caso concreto da Somague. Ele, na empresa, tinha engenheiros e engenheiros técnicos e para ele todos eram engenheiros. O importante era

saber o que eles conseguiam e sabiam fazer. Por isso foi tão fácil a ANET chegar a acordo com a Ordem dos Engenheiros. Conseguimo-lo em duas conversas, depois de quase 30 anos de conflito. O Engenheiro Vaz Guedes, empresário de nomeada, tinha uma noção clara da situação, sabe e muito bem que a empresa precisa de gente que saiba fazer, independentemente da designação académica. Em relação à função pública, o problema vai continuar enquanto a estrutura não se reformar. É mero corporativismo do outro regime. Espero que esta lei acabe com essa questão.

Acha que uma lei consegue acabar com essa situação?

Vai acabar com a distinção artificial entre engenheiros e engenheiros técnicos, mas não é a lei que vai acabar com a questão. Leis já temos muitas. É a necessidade imperiosa de se reformar o Estado. O Estado não pode continuar a ser sorvedor dos nossos recursos e não pode continuar com baixos índices de eficácia. E este é um problema que não tem que ver com os trabalhadores da função pública, mas antes com as normas e as regras que regem o sector. É uma urgência e um imperativo nacional fazer-se, de imediato, a reforma do Estado, para que tudo fique mais claro, para que a competência seja a regra, para que seja alerada a produtividade e não a ocupação do tempo, como hoje se faz. Em alguns aspectos, o Estado tem de ser visto como uma empresa capaz de produzir riqueza, gerar excedentes económicos para redistribuir riqueza.

Embora manifeste optimismo nas suas afirmações, as alterações que perspectiva e que diz serem imperiosas terão grande dificuldade em implantar-se.

Nada disso é fácil, mas é inevitável criar um novo estado de espírito. Não podemos continuar com este modelo. Relativamente à diferença que existe, a sociedade portuguesa sempre conseguiu resolver os problemas e estas situações não são culpa das pessoas. São culpa dos políticos do país. Temos de resolvê-las de forma séria, porque o que é importante não é o que está para trás, o que aconteceu; o importante é o futuro, o que vai acontecer. Se se vai fazer a transposição, a reconversão, a reciclagem ou a equiparação dos engenheiros técnicos é um problema menor. Até porque estamos a falar, no caso da engenharia, em 25.000 engenheiros técnicos e 30.000 engenheiros, é muita gente, mas muito pouca face à população nacional e aos engenheiros que precisamos. Nos próximos 10 anos precisamos de duplicar o número de engenheiros. O número de que falamos é irrisório para aquilo que são as tarefas e os desafios de desenvolvimento do país. O Japão que tem um alto nível de desenvolvimento e um número elevadíssimo de engenheiros está a fazer um esforço para duplicar esse número. Portugal vai ter de fazer o mesmo se quiser dar o salto no desenvolvimento e no bem-estar.

Disse há pouco que, em duas conversas, conseguiu desbloquear um conflito de 30 anos com a Ordem dos Engenheiros...

Desbloqueie o diálogo, o que foi muito interessante.

Como vão ser geridos os possíveis "conflitos" entre Ordem e ANET, visto que ambas as entidades são representativas dos profissionais de engenharia e passa a haver apenas um grau no 1.º ciclo da formação académica?

Na minha opinião é fácil. Mas capacidade de diálogo e, seguramente, resolveremos as divergências.

Quer referir algumas das principais divergências?

A dada altura, pareceu a muita gente que os pontos de vista da Ordem e da ANET eram muito diferentes, mas isto não corresponde à verdade. As preocupações são as mesmas, embora as metodologias sejam diferentes. Na base das duas organizações está a existência de dois graus académicos, dois títulos profissionais. Vamos ter de encontrar uma plataforma de entendimento. Tanto mais que, quando se sai da escola sabemos todos pouco. O ensino superior dá-nos as bases, depois cada um de nós evolui na medida em que faz formação e adquire experiência. Hoje, um diplomado, por qualquer escola superior, se após a conclusão do curso não continuar a actualizar-se, passados meia dúzia de anos está completamente desactualizado. Da escola saímos como engenheiros generalistas, depois uns especializam-se em estruturas, outros em transportes, outros em mecânica... Este esforço de formação contínua é advogado pela Declaração de Bolonha. A ANET defende a urgência de todos os seus 25 mil representados mergulharem em formação, reciclagem, novas tecnologias. Cabe-nos a nós dar início a este processo para que todos os técnicos, estejam eles onde estiverem, possam ter acesso à formação. A ANET vai aprovar no próximo conselho directivo as regras de acreditação da formação contínua.

Ainda em relação à Ordem dos Engenheiros e à ANET, fará sentido a existência destas duas entidades se a proposta de revisão do ensino superior for aprovada?

Uns dessas dias vamos ter de conversar e se a lei for aprovada deixa de fazer sentido haver duas organizações que representem uma mesma classe. Teremos, então, de encontrar uma plataforma de entendimento para a criação de uma nova organização que levará à extinção da Ordem e da ANET, ou à integração de uma na outra. O modelo é indiferente o que interessa é que todos os nossos colegas se sintam representados e dignificados por quem os representa. Isto não constitui um problema para mim, nem para nós. É evidente que haverá sempre, numa ou noutra circunstância, a "guerra das capelinhas". Mas pela nossa parte não vai haver dificuldades. O importante é que os engenheiros e os engenheiros técnicos saiam dignificados.

Outro dos assuntos que tem vindo a preocupar a classe dos engenheiros é a necessidade de revogação do Decreto n.º 73/73, que estabelece a qualificação dos técnicos responsáveis pelos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal...

Fala-se mais nos engenheiros civis e nos arquitectos porque são as profissões que estão mais regulamentadas, mas é preciso que todas as outras também o sejam. O diploma tem cerca de 30 anos e está desactualizado. Em importante que regulamentasse todas as actividades de engenharia e inclusive as questões éticas. O diploma é controverso por uma razão muito simples: há pessoas que acham que podem exercer profissões para as quais não têm formação. Cada um deve exercer as competências para as quais tem formação. Em tese, a arquitectura é dos arquitectos e a

engenharia dos engenheiros, mas isto não é linear no dia-a-dia. Há coisas que não são arquitectura pura e que os arquitectos tentam chamar a si como arquitectura exclusiva. Refiro-me, por exemplo, a uma pequena garagem. Por outro lado, um arquitecto não deve ser um director de obra. Há uma faixa de sobreposição, mas julgo que é possível um entendimento, na base do acordo já estabelecido entre os engenheiros técnicos, engenheiros e arquitectos. Durante 30 anos houve uma grande mistura e agora o processo não pode ser instantâneo. No meio de tudo, isto aparecem os desenhadores ou curiosos que, sem qualquer formação superior, fazem uns bonecos e depois arquitectos, engenheiros ou engenheiros técnicos assinam, as chamadas assinaturas de favor. Este modelo, completamente caótico, distorce o mercado, engana o consumidor, o que conduz a que a qualidade de construção seja péssima. Se acontecesse um terramoto, como ocorreu na Argélia ou na Turquia, não gostaríamos de ver o País destruído por incompetência e irresponsabilidade, que são verdadeiros actos criminosos. Cada ministro que passou pelo Executivo e não fez a revisão do Decreto n.º 73/73, devia ser responsabilizado por isso, porque se um dia destes acontecer uma catástrofe quero ver quem assume a responsabilidade. O responsável técnico pode ser quem assinou o projecto, mas o político, que permite que se continue nesta conjuntura mentira, também devia ser responsabilizado. O Governo tem de assumir as suas responsabilidades e devia dizer porque é que não fez a alteração do Decreto n.º 73/73. Toda a gente percebe a gravidade da situação mas falta coragem para

fazer a alteração. Não consigo perceber. Será que estamos à espera que haja uma catástrofe para depois tomar medidas? Veja-se o problema do túnel na Praça do Comércio. Falou-se muito no assunto, disse-se que o responsável era o Metro, a empresa construtora, o Governo... Eu pergunto onde é que está o engenheiro director da obra? é ele o primeiro responsável. Não sei se o engenheiro é nosso membro ou da Ordem, não interessa, o que eu quero saber é onde é que ele estava? Nós, como associação da classe e como associação de direito público, temos que pugnar pelo rigoroso cumprimento das regras de ética. Quem cometer um erro daqueles tem de ser suspenso da actividade. Depois há outros responsáveis: as empresas, o dono da obra ... quem for. A diluição de responsabilidade leva a que ninguém seja responsável.

Antes de iniciar este raciocínio disse que todas as especialidades de engenharia deveriam ser bem regulamentadas. O que é que falta?

O conflito maior é entre engenheiros civis e arquitectos porque esta sociedade, infelizmente para nós, vive muito na base do betão armado e é o autor de um conjunto de coisas que, obviamente, tem consequências ao nível dos engenheiros e dos arquitectos. Estamos a falar de dinheiro, de mercado, de coisas muito importantes. É inadmissível que a responsabilidade de um alvará possa valer 150 ou 200 euros. Não é possível um engenheiro ser responsável por um alvará por este preço. Não é possível. A pessoa pode ter lá o nome, mas depois não passa pelas obras, por isso é que morre tanta gente na construção civil. Se o engenheiro ganhasse 2 ou 3 mil euros, estaria sempre na obra e podia ser responsabilizado. O que se passa na construção civil é terceiro mundista. Os projectos são mal elaborados, não porque os técnicos sejam maus, mas porque o tempo é pouco para elaborar um projecto porque o dinheiro que se paga é abaixo do que devia. Esta guerra entre arquitectos, engenheiros e engenheiros técnicos é absolutamente artificial e só existe porque se paga muito baixo. Se o mercado pagasse convenientemente aos seus técnicos haveria lugar para todos. O princípio da discussão está inquinado. Disse recentemente o presidente do IMOPPI que das 60 mil empresas da construção civil, só uma pequena parte estava legal. Qualquer pessoa pega numa carrinha ou numa carrinha e vira empresário da construção civil. Não pode ser. Cada empresa de construção civil, tem de ter um director técnico residente (não é exclusivo, é residente). Pode acumular com outras funções, mas tem de ter o tempo normal de serviço e isso custa dinheiro. Modifiquem-se as condições de base e acaba-se com esta guerra. A guerra não interessa à classe. Para mim, vai ser fácil estabelecer acordo entre a Ordem dos Arquitectos, a Ordem dos Engenheiros e a ANET, mas é necessário que os pressupostos estejam correctos. Se não forem, vai ser mais difícil.

Augusto Ferreira Guedes, presidente da ANET

Debater o contributo dos Engenheiros Técnicos na Inovação e Desenvolvimento da Engenharia foi o objectivo geral do 1º Congresso da ANET que decorreu em Viseu nos dias 27, 28 e 29 de Maio. Saiba aqui quais os intervenientes e os temas que mais marcaram este acontecimento

Presidente Directivo S.R.Centro discursando durante o encerramento do evento

Dinamismo marcou 1º Congresso da ANET

Nos dias 27, 28 e 29 de Maio realizou-se em Viseu o 1º Congresso da ANET (Associação Nacional de Engenheiros Técnicos). Como não podia deixar de ser, o COMÉRCIO esteve presente neste congresso, acompanhando os trabalhos e retirando o que de mais importante aí foi referido. O Fórum contou com cerca de trezentos participantes e foram apresentadas mais de meia centena de comunicações apresentadas em 9 sessões. A sessão de abertura foi presidida pelo presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e presidente da Câmara Municipal de Viseu, Fernando Ruas, que na sua intervenção agradeceu o facto de a ANET ter eleito uma região do interior como plataforma de lançamento dos seus congressos, e realçou a importância deste facto para a região em geral, e para a cidade de Viseu em particular, tendo igualmente realçado o papel que os Engenheiros desempenharam e continuam diariamente a desempenhar no desenvolvimento desta região.

Este evento foi promovido pela ANET com o objectivo de afirmar a 'Razão, o Reconhecimento e a Profissão' de uma classe, que ao longo do tempo e nas diversas áreas de intervenção, sempre contribuiu para o desenvolvimento e o progresso. Esta é, sem dúvida, a linha orientadora mais forte deste congresso. No entanto, a organização deste evento refere, nas suas linhas orientadoras que "numa sociedade cada vez mais globalizada , a competitividade encontra na inovação e no desenvolvimento os instrumentos privilegiados para promover o progresso e alcançar o sucesso. A engenharia, está intimamente comprometida com a inovação e a evolução tecnológica, com clara influência no desenvolvimento económico, no progresso técnico e na qualidade de vida das populações. Assim, o incremento dos novos conceitos macroeconómicos terá de passar pela simbiose de um conjunto de parâmetros, dos quais a engenharia não se poderá alhear das suas responsabilidades, tanto a nível da concepção, como na sua execução e posterior manutenção. A garantia da gestão da qualidade aos vários níveis, irá criar um produto final que satisfaça as novas exigências num mercado cada ves mais globalizado. Tudo isto, passa sem dúvida, também pelo estudo e reflexão de experiências relevantes, concebidas e executadas por Engenheiros Técnicos, para as quais sempre contribuíram, constituído um facto dinâmico na criação de riqueza e bem-estar social, alicerçado na ciência do conhecimento. Finalmente a engenharia como arte do conhecimento, representa também um factor dinamizador na sua interligação à investigação quer seja do ponto de vista da sua aplicação para a solução imediata dos novos desafios da arte, quer como linha orientadora dos novos desenvolvimentos técni- →

cos, cujo contributo suporta os estudos que os vários intervenientes na engenharia elaboram". Augusto Ferreira Guedes, presidente da ANET, fez questão de salientar que este congresso "não foi feito para cumprir calendário, mas sim para pôr a engenharia na ordem do dia. Não queremos falar mal de ninguém, nem do governo, pelo contrário, apenas constatámos aquilo que não está bem e apresentámos propostas. Vamos lutar para que essas mesmas propostas vinguem e para que a sociedade deixe de estar adormecida, até porque os engenheiros são o motor do desenvolvimento. Se vamos conseguir ou não, não o sabemos. Agora não vamos baixar os braços, vamos reflectir, produzir pensamentos e o país não pode desperdiçar esta oportunidade". Augusto Ferreira Guedes, é engenheiro técnico há 20 anos e confessa que "hoje estou com tanto entusiasmo em levar este combate e colocar a engenharia no top da engenharia europeia como quando comecei nesta profissão. Acho que hoje vou sair daqui regenerado desse entusiasmo e acho que os meus colegas também. E seguramente amanhã estaremos mais fortes e disponíveis para combater pela qualidade na engenharia".

Mesa dos intervenientes que antecederam o encerramento do evento

Luís Filipe Almeida, presidente do conselho directivo S.R. Centro

Primeira parte do congresso

No primeiro dia de trabalhos deste congresso foram vários os temas abordados. Assim sendo, o primeiro aspecto debatido centrou-se no Desenvolvimento de Projectos, onde foram abordados quatro pontos: o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde, as Energias Alternativas - da ideia à exploração de uma Central Termoeléctrica a Biomassa, o Desenvolvimento agrário sustentável e a Engenharia de Informação.

O segundo grande assunto debatido neste primeiro dia foi a Investigação. Dentro deste tema discutiram-se dois pontos importantes: os Novos Caminhos para as Telecomunicações e o Regime Intensivo ao ar livre- uma nova forma de encarar o ambiente. Logo depois da Investigação, seguiu-se a Engenharia, Inovação e Desenvolvimento, com debates que abordaram "A importância da Engenharia na Inovação e a Realidade Portuguesa" e o "Pólo de Educação e Formação Técnica em Cabo Verde".

Neste dia ainda houve tempo para, dentro do tema Engenharia, Informação e Conhecimento, debater questões como a "Engenharia no Desenvolvimento do País", apresentado pelo Presidente da Associação Empresarial de Portugal, Ludgero Marques, e a "Economia Digital e Sociedade de Informação - o caso português", defendido pelo presidente da Caixa Geral de Depósitos, Luís Mira Amaral. Os trabalhos terminaram com quatro comunicações livres que versaram sobre os seguintes temas: Gestão de Projectos em Sistemas Informáticos, o Ensino da Engenharia - Que Futuro?, Quem tem medo do VoIP? e a Certificação da Qualificação e da Aptidão Profissional.

Segunda parte

O segundo dia de trabalhos iniciou com o tema 'Inovação Tecnológica e Competitividade', abordando questões como: Auditorias de Qualidade em Construção de Edifícios, aplicação de um método expedito; Simulação em Sistemas de Comunicações Móveis, Inoperabilidade via ITS-Ibus e Descoberta de Conhecimento numa Base de Dados de uma Empresa Rodoviária. Seguiu-se a discussão sobre Sinergias Profissionais com intervenções sobre aspectos como a Coordenação e Gestão de Projecto e Obras e a Interacção, Complementaridade e Cooperação num empreendimento. Logo após o debate sobre estes temas foi a vez de se abordar duas questões fucrais: a Ética e Deontologia e a Engenharia na Lei de Bases da Educação.

Antes do encerramento e das conclusões destes dois dias de trabalhos ainda houve tempo para ouvir as intervenções dos respectivos presidentes da AATAE, da ANET, da APDC e do IMOPPI, assim como do Bastonário da Ordem dos Engenheiros, sobre 'Engenharia e Arquitectura - o exercício da profissão'.

Encerramento

Os discursos de encerramento foram proferidos pelo presidente do Conselho Directivo S.R. Centro, o Eng.Téc. Luís Filipe Almeida, pelo presidente da ANET, o Eng. Téc. Augusto Ferreira Guedes, pelo coordenador do CCISP para as Engenharias, o Prof. Torres Farinha e pelo Governador Civil de Viseu, o Eng. Azevedo Maia. Este último orador fez questão de referir que ao analisar alguns discursos e intervenções do congresso pode concluir que "foram discutidos alguns temas de grande importância e estou certo que este congresso foi de grande utilidade para todos os congressistas". Realçando a sua experiência enquanto esteve à frente de uma autarquia, o actual Governador Civil de Viseu, contou que uma das suas prioridades foi contratar pessoal qualificado, nomeadamente engenheiros técnicos, que na sua opinião se mostraram essenciais "no ordenamento, planeamento e desenvolvimento regional". Em jeito de conclusão, o engenheiro Azevedo Maia salienta que não podia deixar de prestar a sua homenagem "a esta classe que tem contribuído de uma forma competente e extraordinária do país. Não posso deixar de referir ainda —>

O PRIMEIRO DE JANEIRO
DOSSIER
EUROPE
Processo
de Bolonha

12 Domingo, 10 de Abril de 2005 O PRIMEIRO DE JANEIRO

PROCESSO DE BOLONHA

Para a ANET, a criação de cursos de primeiro ciclo não profissionalizantes são um atentado ao interesse nacional. O estímulo, Processo de Bolonha, um desafio.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENGENHEIROS TÉCNICOS (ANET)

Primeiro, um ciclo profissionalizante

Augusto Ferreira Guedes, presidente da ANET

Algum comentário a fazer ao relatório apresentado pelo professor doutor Luís Soares?

A opinião da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos sobre o documento elaborado pelo Prof. Doutor Luís Soares encontra-se expressa em documento público enviado a todas as autoridades nacionais e publicado no seu site www.anet.pt. A ANET considera que o documento apresenta um estudo profundo sobre as implicações do "Processo de Bolonha" no ensino da engenharia em Portugal e na Europa e constitui um excelente documento de referência para a análise e posterior decisão deste problemático. Na sua apreciação global, a ANET entende que o estudo em causa reflecte com consistência a direcção europeia da engenharia e, embora discordando, pontualmente, de algumas propostas do autor, considera que ele mostra a discussão nos passos que terão de ser dados para colocar a engenharia como um motor do desenvolvimento nacional e europeu. Realça-se a clarividência do autor ao transportar e discutir para o local em que ela deve estar, colocando em contradição algumas posições instaladas e personificadas por grupos mais ou menos organizados, como a própria ANET, com o interesse nacional.

Após a aplicação do Processo de Bolonha, em que a vertente profissional poderá ser uma característica de primeiro ciclo e não de tipologia de ensino, faz sentido a coexistência de sistema politécnico e universitário?

A posição da ANET sobre o ensino superior politécnico e universitário há muito que é conhecida. A ANET defende que os dois subsistemas de ensino devem ser tratados com (mais do que promover) igual dignidade. Para isso é necessário que exista vontade política para dotar ambos os subsistemas com possibilidade de conferirem os mesmos graus académicos, baseados na competência e na excelência e não definidos administrativamente, que existam carreiras docentes igualmente exigentes (de preferência única com algumas particularidades associadas à natureza de cada subsistema), que existam valores mínimos uniformes de candidatura para ambos os subsistemas, entre outros. Não basta criar-se legislação que ambos os sistemas sejam igualmente dignos, é preciso agir. Se para se conseguir o tratamento de ambos os subsistemas com igual dignidade for necessário a sua integração, então que seja. Para a ANET a criação de cursos de primeiro ciclo não profissionalizantes (cursos em Ciências de Engenharia que permitam a mobilidade, dita, vertical) são um atentado ao interesse

O PRIMEIRO DE JANEIRO

Telephone Conversion
Tel/ 220 07 00 • Fax 220 07 90

Director de Publicações Especiais
José Freitas

Editores
Carla Borges
Carla Marques
Luís Ferraz

Redacção e Fotografia
Carla Sousa
Carla Sofia Silva
Daniel Silva
Daniel Soares
Diogo Almeida e Silva
Liliane Sacro
Marlene Lima
Nuno Miranda
Paulo Dias
Sónia Martins
Susana Moreira
Vera Pedro

Produção Gráfica
Estelita Cruz
Jaime Correia
João Sousa
Nuno Marcelo

Impressão
Centro de Impressão CORAGE
(A Folha Cultural)
Telefone 234 487 0 0
FAX 234 475 867

O PRONUNCIO DE JANEIRO

Domingo, 10 de Abril de 2005 13

PROCESSO DE BOLONHA

nacional. Num país onde existe uma grande carência de engenheiros, onde 10 a 90 por cento dos actos de engenharia podem ser concretizados com formações de nível médio, não é lógico uma pausa à obtenção de um primeiro grau em engenharia só pode ser entendido como a inércia de sistemas em se reformar. Os institutos superiores de engenharia precisam e continuam a provar, em conjunto com as escolas superiores de tecnologia e escolas superiores agrícolas, que é possível formar profissionais de engenharia competentes com três anos de formação em todas as suas áreas. Argumentos como aquele que defende que competências em algumas áreas de engenharia, dada a sua particularidade, só podem ser obtidas em cinco anos, caem facilmente se pensarmos primeiro em distinguir com clareza quais as áreas de base da engenharia e quais as especializações que sobre elas assentam. Torna-se, assim, fundamental para a concretização deste processo definir quais as áreas de base da formação em engenharia (tal como pretendia o Prof. Doutor Luís Soares) e, a partir delas, definir as especializações administrativa, que outras possam ser obtidas no 2º ciclo de formação superior, quer através de cursos de especialização complementar.

Por incapacidade ou incorrecta aplicação, estaremos perante o risco de termos um Sistema de Ensino Superior Europeu de segunda e de primeira acentuando o carácter periférico de Portugal também nesta área?

A aplicação do Processo de Bolonha é uma oportunidade determinante para modernizar e revolucionar todo o sistema de ensino superior. A evolução tecnológica e as consequentes adaptações dos currículos dos cursos são fatos como que, em muitos casos, se exija dos alunos a aprendizagem de grandes quantidades de informação que necessitam de tempo para serem maturadas, aprendidas e praticadas, sendo sem dúvidas causas a diminuição dinâmica do sucesso educativo nas áreas tecnológicas. O Processo de Bolonha, para além de constituir uma plataforma de entendimento entre os países signatários para a promoção da mobilidade de estudantes, docentes e profissionais no espaço europeu, encorajando uma estrutura e uma sucessividade de graus que sejam compatíveis entre os diferentes sistemas de ensino superior, propõe uma mudança de paradigma, centrado no processo educativo na aprendizagem do aluno e não na sala de aula e, desde a reunião de Praga, vem colocar a ênfase na formação ao longo da vida como processo determinante na aquisição das competências profissionais. Assim, a formação superior inicial será apenas a primeira etapa de todo este processo formativo, obrigando por isto a uma redefinição de objectivos, duração, metodologias e conteúdos que proporcionem a possibilidade da realização pessoal do aluno e que lhe abra horizontes que lhe permitam definir o seu percurso formativo dentro de uma lógica de futuro quanto possível. Acresce, ainda a todo isto, a necessidade imperiosa de esta etapa da formação ser longa da vida fornecer os alunos, para além de competências técnicas e científicas, capacidades de liderança, trabalho em grupo, de comunicação oral e escrita e de saber aprender, de o ajudar a desenvolver o seu pensamento crítico, a sua auto-estima e a sua auto-confiança. Como consequência de tudo isto, este novo modelo não pode ser implementado com uma simples "cosmética" ou "operação plástica" das estruturas curriculares existentes, mas exige uma revolução de todo o sistema. A ANET, por sua vez, tudo fará para contribuir de forma empenhada e pró-activa para esta mudança. Se quisermos, verdadeiramente, implementar Bolonha não temos que ver a sua contribuição europeia. Ela, ao invés de uma ameaça, será um estímulo e um desafio para todos nós.

Algum comentário a fazer ao sistema de financiamento do ensino superior? Esta poderá ser uma forma encapuçada de diminuir o financiamento estatal ao sistema de ensino superior?

A forma como o sistema binário de ensino superior tem sido financiado tem contribuído para a diferenciação negativa do ensino politécnico. O financiamento do ensino superior deve ter em conta que compete ao estado assegurar a formação social dos seus jovens. Assim, para a ANET, o financiamento do ensino superior deve abranger tanto o 1º como o 2º ciclo e deve ser estudo a mesma fórmula de cálculo para ambos os subsistemas, tratando-os de forma igualitária.

A avaliação e acreditação do sistema de ensino superior poderá constituir um entrave à implementação do Processo de Bolonha? A criação de uma Comissão Comunitária de Avaliação será a situação desejável ou estamos no risco da excessiva dependência das "autoridades" comunitárias?

A ANET considera que, quer a avaliação conduzida pelo CNAPES+IUPA+SUPICIA+SFEP (auto-avaliação e avaliação externa), quer as avaliações conduzidas pelas associações profissionais de direito público, conduzindo à acreditação do que estabelecemos anteriormente e dispensando os diplomados de exame de acesso à profissão, são processos de igual dignidade que se devem complementar entre si e não sobrepor. Os resultados destes processos devem ser usados pelas escolas no sentido de implementar medidas práticas que incrementem e desenvolvam permanentemente a sua actividade, permitindo optimizar o serviço educativo que prestam. Torna-se por isto necessário estabelecer quais são os objectivos que o CNAPES+IUPA+SUPICIA+SFEP devem perseguir na sua avaliação e quais os objectivos da avaliação conduzida pelas associações profissionais de direito público. Pode-nos estabelecer como objecto de avaliação tratada pelo CNAPES o processo formativo, valorizando o desempenho de todos os agentes envolvidos, abrindo a qualidade dos recursos disponíveis, verificando a aplicabilidade dos investimentos e fazendo o levantamento de carências e necessidades. Por seu lado, a avaliação realizada pelas associações profissionais de direito público deverá ter por objectivo o resultado desse processo, isto é, a atribuição das competências adquiridas pelos alunos graduados, tendo em vista o desempenho da profissão que regulam. Claro que se sente que essa avaliação ajudará a garantir da graduação possa ter uma natureza mais subjectiva do que aquela que assente na verificação de itens objectivos a atingir, mas, sem que a simples avaliação do desempenho profissional dos alunos pode estar influenciada por condicionalismos externos ao próprio processo formativo, e.g., o contexto de trabalho, a experiência adquirida, entre outras. Admite-se, por isto, que a avaliação a juntar deva ter também por base a informação sobre o processo formativo que se considere importante, mas não determinante. Por outro lado, considera-se que o maior enfoque dos futuros a serem adoptados às associações profissionais de direito público deverá assentar na evidência da forma como o processo formativo proporciona aos alunos a aquisição das competências para cada perfil profissional, definido pelas associações profissionais de direito público. Assim, devem ser estabelecidos protocolos de colaboração entre as entidades públicas de avaliação e as associações profissionais (a ANET tem já protocolos de colaboração com a ADISPOR e a APESP) visando a integração dos dois processos, as associações de direito público devem definir quais as competências que os profissionais de cada área de engenharia devem possuir e os futuros de auto-avaliação das escolas devem, para além de responder aos itens requeridos nos guiões das comissões de avaliação, evidenciar como as suas unidades curriculares terminais propiciam a aquisição destas competências e qual a contribuição que todas as outras unidades dão para a formação do futuro profissional de engenharia. Com estes pressupostos implementados, dificilmente este processo constituirá uma entrave à implementação do Processo de Bolonha. Antes pelo contrário, verá-se-á mais auxiliar importante de ajuda à sua concretização por parte das escolas. Sobre a criação de uma Comissão Comunitária de Avaliação a ANET não vê, pelo menos para as engenharias, necessidade nessa criação. Acredita as associações de direito público portuguesas que necessitam das profissões em engenharia permanecem à Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs (FEANI). Esta organização possui European Monitoring Committee que tem por função, entre outras, obter da conformidade da formação de engenheiros na Europa com as normas definidas em assembleia geral desta Federação. São estas normas que as associações de direito público portuguesas têm de transpor para os seus modelos de acreditação, mesmo de jeito crítico, sendo o caso, muito semelhante do acreditação em toda a Europa. Criar uma outra instituição revela-se, assim, desnecessário.

Caso não se altere a nomenclatura dos graus académicos poderemos vir a ter licenciados de primeira e licenciados de segunda?

O que está em causa na nossa perspectiva são os graus académicos que cada aluno obtém ao sair da escola e não que modelo, mas as competências profissionais adquiridas. Temos que convencer, em conjunto com a Ordem dos Engenheiros, para a situação em que o exercício da engenharia em qualquer área só possa ser realizado por profissionais devidamente acreditados pelas associações profissionais de direito público. Se assim for este problema não se colocará uma vez que a atribuição do título profissional se baseará nas competências adquiridas e acreditadas por uma associação de direito público e não no simples facto da aquisição de um grau académico.

Como vê a criação do Ministério da Economia e Inovação relativamente a inovação do âmbito de actuação do Ministério da Ciência e Ensino Superior?

Estamos de acordo se entendermos o objectivo. De facto, neste País tem-se associado em demasia a inovação e à ciência. Claro que a investigação científica é determinante na inovação. Sem pesquisa de novos produtos, métodos, processos, não há inovação. Contudo sem um tecido empresarial preparado a industrializar, utilizar e implementar os resultados desta pesquisa haverá inovação? As agências nacionais promovem da inovação têm tido apostado na investigadores dos empresários, tendo obtido, ultimamente, sucesso. Com a integração destas estruturas no Ministério da Economia poderá existir uma lógica diferente que consistirá em apostar nas empresários dos centros de investigação científica, tornando, talvez, mais produtivos os resultados obtidos pela investigação portuguesa. Será este o objectivo desta mudança? A seu tempo todos saberemos.

Todos os diplomados pelo ensino superior politécnico que exercem a sua profissão como engenheiro técnico terão que, obrigatoriamente, estar inscritos na ANET. Poderemos estender tal obrigatoriedade à administração pública, ou mesmo ao sector público e privado?

Obviamente que sim. Qualquer acto de engenharia, independentemente, do sector onde seja produzido deve estar regulado e acreditado pelas associações profissionais de direito público.

Face ao contexto actual, Processo de Bolonha, objectivo utópico ou "realidade" em vias de execução?

Gostaríamos de afirmar que será uma realidade! Contudo, recentes desenvolvimentos na discussão deste assunto têm sido dotados em nome da forma como tal será implementado. A ANET considera que para que seja implementado o paradigma proposto pelo "Processo de Bolonha" exige-se das autoridades vontade e coragem para enfrentar um conjunto de lobbies instalados e para vencer o receio que confronta a formação de profissionais mais competentes, que respondam melhor às exigências da profissão que pretendem desempenhar, e com maior eficácia. A ANET pensa que para que "Bolonha" seja concretizado torna-se necessário que se iniciem discussões e se tomem decisões claras e urgentes sobre os seguintes assuntos que lá muito se encontram pendentes: Decreto-lei 73/73; Carreira da Função Pública; Estatuto da Direcção e Chefias da Administração Central, Local e Regional; outros diplomas de enquadramento profissional, o sector para as novas vertentes destes diplomas todas as consequências que a implementação do "Processo de Bolonha" produzirá constituí-se, ainda, um factor tão importante para o sucesso de todo o processo como sua própria implementação. Esperamos e almejamos que o Processo de Bolonha não venha a ser uma oportunidade perdida para Portugal.

TOMADA DE POSSE DOS DIRIGENTES DA ANET(2005 - 2008)

Discurso do Presidente

Caros Colegas

Meus senhores e Minhas Senhoras,

Começo por agradecer a presença de todos.

É para mim um enorme privilégio poder contar com todos para este mandato, que hoje tem início.

Ao comemorar 6 anos de vida, a ANET só se pode orgulhar dos Engenheiros Técnicos que representa e estes, julgo eu, também têm motivos para se orgulharem da sua Associação de Direito Público.

A ANET, passado que está o processo eleitoral, foi em Outubro de 2004, pensou uma nova estratégia e desde o Congresso de Viseu que tem vindo a reflectir sobre Bolonha e as suas consequências para os Engenheiros Técnicos e para a Engenharia Portuguesa.

Temos reflectido sobre:

1. uma nova aborgadem dos problemas do exercício da Engenharia com base nos actos de Engenharia;
2. O combate à Engenharia e Arquitectura Ilícitas;
3. A auto-regulação;
4. O enquadramento dos não legais;
5. A Função Pública.

Tudo isto com base no princípio de que, em última análise, o sermos livres significa que devemos decidir pela nossa cabeça e suportar as consequências dos nossos actos.

Está disponível em www.anet.pt, um documento que engloba o pensamento actual da ANET e que representa uma ruptura com algumas tradições, que em Portugal tem condicionado o bom exercício da profissão.

A consolidação da ANET passa pela continuidade do trabalho que tem sido desenvolvido e que hoje reafirmo como estratégico, a institucionalização dos Gabinetes dirigidos por Colegas disponíveis para essa tarefa:

- O Gabinete Técnico coordenado por António Gameiro;
- O Provedor do Engenheiro Técnico coordenado por Almeida Completo;
- O Gabinete dos Jovens Engenheiros Técnicos coordenado por Vanda Pereira da Cruz;
- O Conselho Superior de Engenheiros Técnicos coordenado por Duarte Caldeira;
- O Gabinete Nacional de Formação coordenado por Luís Filipe Almeida;
- O Ganiete NAcional de Estágios coordenado por António Lousada;
- O Gabinete de Qualificação coordenado por António Lousada;
- O Gabinete de Certificação coordenado por Hélder Pita;
- O Gabinete para a Cooperação coordenado por Orlando Barbosa.

Tal como os presidentes da Assembleia Geral e do Conselho Jurisdicional e os membros do Conselho da Profissão, os coordenadores ou seus substitutos, a convite do Presidente da ANET, poderão participar, sem direito a voto, nas reuniões do CDN.

Estes Gabinetes serão o apoio à Presidência, ao Conselho Directivo Nacional e Conselhos Directivos de Secções, com vista a responder com mais celeridade às questões que nos são colocadas.

O Futuro exige de nós um enorme esforço, que passa por dotar a ANET de condições físicas, o caso deste edifício, de recursos humanos, os funcionários e que aproveito para apresentar o meu reconhecimento a todos na pessoa da Lu´´isa Cruz e de dirigentes que estejam empenhados na resolução das dificuldades existentes e numa abordagem moderna dos problemas futuros contando sempre com os conhecimentos e a experiência dos colegas da geração do António Gameiro.

A ANET tem hoje cerca de 16.500 membros quero daqui a um ano ter 25.000 membros. Como é que vamos fazer isso - vcom os estagiários a poderem fazer estágios inovadores e que possam ser o garante do futuro e para isso vamos permitir que, nos alvarás possam fazer parte do Quadro das empresas mas contamos fundamentalmente com o 1.º Congresso dos Jovens Engenheiros Técnicos; - e também com os que apesar de terem já concluido o Curso, ainda não se tornaram membros, para uns e para outros, o novo regulamento de estágio, já em vigor, terá seguramente a resposta adequada.

Aos sindicatos, na pessoa do Colega Oliveira Pinto, quero reafirmar que os Engenheiros Técnicos precisam de ter sindicatos fortes, para a defesa dos interesses laborais da Classe de que fazemos parte, aproveito aqui a oportunidade para manifestar a minha abertura para trabalhar com todos os Engenheiros Técnicos incluindo aqueles que os colegas não escolheram para dirigir a ANET.

Antes das eleições, tinha convidado alguns colegas para fazerem parte co Conselho Superior dos Engenheiros Técnicos, quero hoje reafirmar o convite pois todos têm um lugar na ANET e eu não sou o Presidente de alguns. Todos têm que respeitar os órgãos eleitos.

A dignificação da Engenharia Portuguesa passa pela revisão do Decreto n.º 73/73, do conceito/pensamento que a ele está subjacente ou seja a submissão ao poder do estado como se ainda existissem associações de Direito Público. A reunião que hoje teve lugar foi importante, pois foi iniciado o processo negocial para a revisão da legislação que afecta a Engenharia Portuguesa.

No futuro, criaremos a Academia dos Engenheiros Técnicos, uma parceria entre a ANET e o SNE.

Espero que os politécnicos de Cabo Verde e Angola-Huambo, Açores, Madeira, Amadora e Entroncamento dentro em breve sejam uma realidade, porque acreditamos que os Engenheiros Técnicos, com três anos de formação, são suficiente para resolver 90% dos problemas que a Engenharia coloca.

O objectivo é nos próximos 10 anos duplicar o número de Engenheiros Técnicos em Portugal, formandotambém em Cabo Verde e em Angola Engenheiros Técnicos e alargar a esses países a nossa intervenção.

Com a criação do Conselho Superior de Engenharia, em que esteja representada a ANET, a Ordem dos Engenheiros, os Urbanistas, a AATAE e outras classes que tratem/regulem a Engenharia, está o caminho para e da auto-regulação, em que cada uma das Associações de Direito Publico defina os actos passíveis de serem executados pelos seus membros. Julgamos que não seria bom a existência de uma só organização para representar tosos os profissionais de Engenharia, o caminho é haver ordens que representam engenheiros de características diferentes.

Queremos manter com as escolas, o Estado, o Governo e outras associações de Direito Público uma relação saudável de colaboração, mas não aceitamos ser preteridos como parecem que se preparam para fazer ao nível da nova lei de rendas.

No particular das Escolas, queremos uma parceria activa para uma melhor formação e logo uma melhor Engenharia.

E por fim o mais importante, os membros da ANET, que são aqueles a quem nós temos a obrigação de apresentar resultados e aos quais desde já agradeço o facto de terem votado de uma forma tão expressiva e mais de 80% dos votos terem recaído na nossa Lista, merecem o nosso respeito, dedicação e empenhamento para a resolução dos problemas existentes.

Aproveito aqui a oportunidade para convocar um Conselho Directivo Nacional extraordinário para o dia 26 de Novembro, alargada a todos os membros eleitos. Esta reunião servirá para definir as linhas de actuação de todos os eleitos para os próximos 3 anos, que me parecem ser dos mais importantes da nossa já longa vida de mais de 150 anos.

Para terminar quero que fique claro a minha determinação em prosseguir com o trabalho iniciado e espero ter a claricidência de criar condições para que a renovação se vá fazendo de uma forma tranquila e serena.

Muito obrigado a todos

Lisboa, 14 de Novembro de 2005

A Grande Entrevista

Augusto Guedes apela à mobilização

"Não pode continuar a existir em Portugal engenharia ilícita e ilegal"

A adesão de Portugal ao Processo de Bolonha é o momento de impedir, de uma vez por todas, que curiosos exerçam competências que não têm. A tese é do presidente da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos, que pede coragem ao Governo. "Não pode continuar a existir em Portugal engenharia ilícita e ilegal", diz Augusto Ferreira Guedes, enaltecendo as habilitações e o reconhecimento.

Textos de Paulo Silveiro • Fotos de Ricardo Almeida

A Grande Entrevista

Augusto Ferreira Guedes, presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET), que conta com cerca de 20 mil associados, tem dedicado parte da sua vida à dignificação da profissão de engenheiro. Muito crítico em relação ao actual estado das coisas, preconiza medidas concretas para que a engenharia portuguesa seja competitiva, cresça e se mostre ao mundo.

POLITECNIA – O senhor já explicitou a ideia, numa conferência realizada no Porto, de que o Processo de Bolonha é uma oportunidade única para os engenheiros. Oportunidade para conseguirem o quê?

AUGUSTO GUEDES – Bolonha é uma oportunidade para o País, e em particular para a engenharia portuguesa. A engenharia nunca foi encarada como um instrumento estratégico para Portugal. O Processo de Bolonha levou a que se iniciasse uma discussão, que gostaríamos não fosse apenas mais uma discussão. Seria bom que se discutisse profundamente a importância que a engenharia tem no desenvolvimento do País. É necessário acabar com os velhos tabus e dar à engenharia aquilo que ela merece, que é a capacidade que ela tem de promover o nosso desenvolvimento. Simultaneamente, era necessário também que a engenharia não se confinasse ao espaço nacional, mas que se constituísse como um instrumento de penetração de Portugal no mundo. Até porque a engenharia pode também ser um sector de exportação. Actualmente, num país como o nosso, as exportações não podem ser só baseadas em produtos como o calçado ou os têxteis. É preciso exportar ideias e tecnologia, para um mundo que está em constante progresso tecnológico. A engenharia portuguesa tem de ser um factor de riqueza, produzindo bens de exportação, a nível económico e num plano internacional. Esta é a grande oportunidade, talvez mesmo a única dos últimos 200 anos.

POLIT. – Isso aplica-se a todas as engenharias, ou existem diferenças, consoante as áreas de especialidade?

A. G. – Em princípio aplica-se a todas as áreas, apesar de existirem sectores, como a Engenharia Informática e a Engenharia Civil, que têm mais facilidade de exportação. Num mundo global, com todos os problemas que temos do consumo humano, até a Engenharia Alimentar pode ter uma posição estratégica. Gostaríamos que isso fosse visto em termos de riqueza nacional, e que fosse mais um factor a contribuir para Portugal atingir níveis de riqueza e desenvolvimento que ainda não possui neste momento.

POLIT. – A Associação a que preside tem dito publicamente que tudo fará para que os diplomados com o 1º ciclo, numa qualquer área de engenharia, tenham acesso ao exercício legal da profissão de engenheiro, propondo-se afrontar «a vontade de certos lobbies». Quem são esses lobbies?

A. G. – Portugal tem infelizmente lobbies no mau sentido. O que a ANET diz, pegando em coisas concretas que avaliámos e que estudámos, é que alguns dos que praticam a engenharia e a arquitectura, não são verdadeiramente engenheiros e arquitectos, mas um grupo de gente curiosa. Durante muitos anos, devido à deficiente formação e ao baixo número de técnicos qualificados, foram-se inventando soluções, à boa maneira portuguesa, que não podem mais ser toleradas. A verdade é que durante décadas se foram instalando, na nossa sociedade, hábitos e inte-

Com Angola no coração

AUGUSTO Ferreira Guedes nasceu em Huambo (Angola) em Novembro de 1957 e ali completou o Curso Complementar de Electricidade, ingressando na Função Pública aos 19 anos. Em 1984 formou-se em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, na especialidade de Transportes, e no ano seguinte foi eleito para a direcção do Sindicato dos Engenheiros Técnicos. Possui uma Pós-Graduação em "Gestão das Cidades".

A sua entrada para os órgãos dirigentes da Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos, que dirige há quatro anos, ocorreu em 1988. É um dos fundadores da Escola Profissional Gustave Eiffel e da Associação Nacional das Escolas Profissional, de que é dirigente há nove anos. Faz ainda parte da Direcção da Associação dos Jovens Empresários de Lisboa, e é consultor para a Formação Profissional do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Integrado em missões, deslocou-se várias vezes a Angola (Luanda, Lobito e Huambo), onde criou o Centro de Formação Fadário Muteka, e trabalhou como supervisor de projectos e actividades do IED; e a Timor-Leste, onde integrou projectos de formação.

Foi chefe de gabinete do presidente da Câmara Municipal da Amadora, de 1999 a 2005, e director da revista técnica "Engenho", editada pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos. Dirige actualmente a revista "Engenharia", da ANET, e é presidente da Cooperativa de Ensino Superior.

A Grande Entrevista

resses que hoje são muito difíceis de alterar. É preciso coragem para mudar, e esperamos que este Governo continue a ter a coragem para por as coisas no seu devido lugar.

POLIT. – Quer isso dizer que...

A. G. – ...que não pode continuar a existir engenharia ilícita e ilegal. A engenharia só deve ser exercida por aqueles que estão habilitados e reconhecidos. Até porque, em última instância, quem sofre com isto somos todos nós. Como não existe uma responsabilidade objectiva, o que é produzido tem má qualidade, tem um custo elevado, e apresenta riscos sérios devido à sua deficiente concepção. As obras, principalmente as públicas, são muito caras e, é preciso não esquecer que são pagas com os nossos impostos.

POLIT. – Quer dar exemplos?

A. G. – Bastam dois: até hoje ninguém sabe quem foram os responsáveis, pelo problema verificado no túnel do Metro da Praça do Comércio; nem pelo erro informático no programa da colocação dos professores. Este tipo de atitudes acarreta um prejuízo enorme para o país, que depois se reflecte a vários níveis. Quem compra um produto e é mal servido, acaba por pagá-lo duas vezes. Tudo isto contribui para o estado degradado em que o país se encontra. Estamos a ser fortemente penalizados, e isso é um mal nacional que temos que debelar. Temos que enfrentar os interesses instalados e esta é a altura ideal para o fazermos.

POLIT. – No caso do túnel do Metro da Praça do Comércio quem foi, em sua opinião, o responsável?

A. G. – O director da obra, em primeira instância. Acontece que as pessoas recebem meia dúzia de euros para serem responsáveis por uma e, na maioria dos casos, não estão presentes porque não são pagos condignamente.

POLIT. – E no caso do *bug* no Programa Informático de Colocação de Professores, não terá sido um engenheiro o responsável?

A. G. – Bem, o mais grave é que provavelmente o responsável nem sequer era engenheiro, mas um curioso que fazia projectos de informática. E as pessoas que cometem esses erros vão continuar a comete-los e nós vamos continuar a pagá-los.

POLIT. – E quem permite que as coisas sejam feitas por pessoas não qualificadas?

A. G. – Todos nós. Se ninguém aceita consultar um médico, sem que se tenha a certeza absoluta de que ele é médico, porque é que se aceita contratar um engenheiro ou um arquitecto não tendo essa certeza? E o que me causa uma profunda estranheza é o silêncio que as organizações de consumidores, e as entidades oficiais e privadas, mantêm sobre este assunto.

POLIT. – Que se pode fazer para acabar com a "engenharia ilícita"?

A. G. – Combater a ilegalidade é muito difícil e o povo português não tem preparação para combater a ilicitude das coisas. Desde logo, é necessário que existam entidades reguladoras da actividade da engenharia, e nós só temos duas, a ANET e a Ordem dos Engenheiros. Todos os engenheiros do país deveriam estar inscritos numa destas duas entidades. Só os que o fizeram estão credenciados para exercerem a engenharia. Todos os outros, fora deste circuito, praticam engenharia ilegal.

POLIT. – É só um problema de acreditação?

A. G. – Não, claro que não. Existe outro tipo de engenharia ilegal, que é praticada por membros inscritos nas organizações. É a chamada "assinatura de favor". São engenheiros que assinam projectos que não elaboraram. Só isso explica que existam técnicos que assinam 600 ou 700 projectos por ano. Nós gostaríamos que as outras organizações aplicassem os mecanismos de controlo que nós já aplicamos. Seria necessário ainda que o Estado, numa medida cirúrgica, fizesse com que as entidades licenciadoras, nomeadamente as Câmaras Municipais, comunicassem às Finanças o volume de projectos assinados, através das estimativas de custos, tributando em sede de IRS ou IRC o que era suposto os seus autores terem recebido, se fizessem os projectos seriamente.

POLIT. – Está a falar de fuga ao Fisco.

A. G. – Exacto. É preciso acabar com esta fuga massiva aos impostos e às responsabilidades, que conduzem à engenharia ilícita e ilegal. Se isso fosse conseguido, conseguiríamos baixar os níveis de corrupção porque, esta ilicitude de engenharia, nestes termos, permite que exista dinheiro não declarado a circular livremente. Se fossem criados mecanismos de controlo sérios, esse dinheiro "solto" não apareceria no mercado. E seguramente a corrupção baixava. Este é um desígnio nacional. Todos os cidadãos deveriam pugnar por isso. Nós precisamos que o Estado baixe os impostos mas, para que isso aconteça, é necessário que, quem não paga passe a pagar. Só depois poderemos reivindicar uma diminuição das taxas.

A engenharia portuguesa tem de ser um factor de riqueza, produzindo bens de exportação, a nível económico e num plano internacional. Esta é a grande oportunidade, talvez mesmo a única, dos últimos 200 anos

A Grande Entrevista

POLIT. – A lei que irá regular os graus académicos e os diplomas estabelece, a nível do anteprojecto, diferenças entre os ensinos Politécnico e Universitário, que abrangem a duração do ciclo de estudos e os créditos requeridos para a atribuição de licenciatura. Ao fazê-lo, o poder político não perde a oportunidade de acabar com a velha querela entre os dois subsistemas?

A. G. – Em minha opinião, o Governo não foi tão longe quanto poderia e deveria ter ido. Voltamos à questão dos lobbies: existem lobbies poderosos, constituídos por gente que considera o Politécnico como um ensino superior de inferior qualidade. O Governo não teve força suficiente para ir mais longe, apesar de ter superado algumas expectativas. Ficou ainda distante daquilo que poderia ter feito, e existem mesmo contradições na legislação que saiu.

POLIT. – A que contradições se refere?

A. G. – Ao facto, por exemplo, de os politécnicos não poderem conferir o grau de doutor. Em nossa opinião, deveriam poder realizar doutoramentos, as instituições que possuíssem condições para o fazer. E apesar do respeito que tenho pelas universidades, a verdade é que existem algumas que são de qualidade inferior a muitos politécnicos. Espero que o Governo venha ainda a reconsiderar e a ter coragem para corrigir esta deficiência na legislação.

POLIT. – Que outras correcções acharia necessárias?

A. G. – A que diz respeito ao número de créditos atribuídos no final do primeiro ciclo, que é diferente para universidades e politécnicos, com claro prejuízo destes. Esperamos que, também aqui, o Governo corrija a injustiça. O mais importante é que os politécnicos não tenham vergonha de o ser e se afirmem enquanto instituições dinâmicas, demonstrando a sua qualidade, que na maior parte dos casos é alta. Somos diferentes, é verdade, mas não somos melhores nem piores que as universidades. No entanto, há muitos politécnicos e respectivos professores que sentem vergonha de pertencer a este subsistema.

POLIT. – Vergonha?

A. G. – Existem muitos engenheiros técnicos que têm vergonha de o serem por possuírem um curso tirado

Alguns dos que praticam a engenharia e a arquitectura, não são verdadeiramente engenheiros e arquitectos, mas um grupo de gente curiosa

num politécnico. No meu caso, e no caso de muita gente, temos orgulho e gostaríamos que as escolas tivessem mais orgulho nelas próprias e não demonstrassem complexos de inferioridade. Se isso tivesse acontecido, poderiam ter tido mais força para fazer com que a legislação tivesse ido mais longe. Não retiro culpas ao Governo, mas há muita culpa de todos nós, do Politécnico, e dos engenheiros técnicos. Não tivermos a grandeza de assumir, em tempo útil, que somos diferentes, mostrando orgulho nisso. Não termos pressionado o poder político de forma positiva, não mendigando favores mas exigindo o que é de nosso direito. Por tudo isso, somos co-responsáveis pelos eventuais erros da nova legislação, e temos de assumir a nossa quota-parte de responsabilidade.

POLIT. – E agora?

A. G. – Agora fica lançado o enorme desafio de, mesmo com esta lei, produzirmos com mais qualidade, gerirmos melhor os recursos e termos índices de produtividade maiores. É necessário provarmos que são necessários mais engenheiros com o nosso perfil, e que os podemos formar com custos mais baixos. As nossas escolas têm que ser geridas de forma mais pragmática, com menos desperdício e menos alunos a desistir a meio dos cursos.

POLIT. – E como é que se travam as desistências?

A. G. – Alargando, por exemplo, o período de aulas para horários pós-laborais.

POLIT. – Em qualquer dos casos estamos em vésperas de uma grande mudança.

A. G. – O decreto-lei, quando for aplicado, e apesar de não ser o ideal, irá ter várias consequências. Nada ficará como dantes e podem abrir-se novos horizontes para a engenharia portuguesa. Os politécnicos têm boas condições para se afirmarem, desde que percam o complexo que têm desde nascença. Penso no entanto que algumas universidades e politécnicos não vão conseguir, por si só, modernizar-se. Bolonha tem forçado essa modernização mas, como em muitas outras coisas em Portugal, só quando são empurradas de fora é que as instituições vencem a inércia. A ANET não pensa assim e está a tentar fomentar a agitação interna, dizendo o que dizemos e apresentando as propostas que apresentamos.

POLIT. – E que outros sonhos acalenta?

A. G. – Gostaria que as escolas portuguesas fossem conhecidas não porque administrativamente lhe foi atribuído um determinado título, mas pela associação do nome à qualidade de ensino que aí é praticado. Há vinte anos que a ANET defende o ensino politécnico, mesmo que isso não agrade a muita gente. E em boa verdade, não estamos aqui para agradar a toda a gente, o nosso objectivo é defender o interesse nacional. Outro ponto do anteprojecto de lei com que não concordamos é o que diz respeito às licenciaturas e aos mestrados dos dois subsistemas. Eles são referenciados em artigos separados e seria vantajoso que um único artigo tratasse a questão

A Grande Entrevista

dos graus académicos, independentemente de serem atribuídos num politécnico ou numa universidade.

POLIT. – Está a contestar o legislador.

A. G. – Não podemos continuar com este drama nacional de estarmos sempre à espera que seja o Estado a definir a escala de valores, e de entregamos aos governos aquilo que nós temos que decidir. Quando tirei o curso de Engenharia Civil no ISEL observei, durante muito tempo, que se o mercado de trabalho pedia, para determinado tipo de funções, um engenheiro civil, na maioria dos casos a preferência era dada aos licenciados pelo ISEL. Isso é que é prestigiante. E ninguém está preocupado se a instituição é pública ou privada, se pertence ao ensino universitário ou politécnico. É necessário devolver a auto estima às instituições. Cada escola tem que desenvolver a sua própria personalidade. E a maior parte das escolas, publicas ou privadas, politécnicas ou universitárias, despersonalizaram-se e não têm orgulho do que têm, do que são ou do que fazem. Esse é que é o grande drama.

POLIT. – A afirmação das instituições do Politécnico deverá passar pela sua fusão com as universidades?

A. G. – É preferível ser-se um politécnico de 1ª classe do que uma universidade de 2ª. No entanto se, para algumas pessoas dos politécnicos poderem dormir descansadas, é preciso estarem integradas nas universidades, nós não temos nada contra. Não é isso que os dignifica, mas respeitamos a vontade de cada um. Na nossa opinião, algumas universidades deveriam era ser integradas nos politécnicos. Trata-se, fundamentalmente, de uma questão de suposto prestígio social. Nós, sobre essa matéria, estamos relativamente tranquilos. A ANET representa os diplomados do 1ºciclo da universidade e do politécnico. Para nós, o fundamental é existir qualidade, independentemente do local.

POLIT. – A mudança anunciada, de um ensino baseado na transmissão de conhecimentos para um apostado no desenvolvimento de competências, poderá beneficiar as instituições que já valorizavam o "saber fazer". Será esta uma vantagem para os politécnicos, que mais facilmente se poderão adaptar ao espírito de Bolonha?

A. G. – Não necessariamente. Pode haver uma ou outra escola que, pelas características do seu corpo docente, filosofia de actuação e liderança – aspecto que hoje em dia está ausente da maior parte delas – se adapte mais facilmente. Mas a maioria das pessoas ainda não interiorizou o que tem que mudar. O novo modelo é um desafio enorme para as instituições, para os docentes e discentes, para todos nós. Até porque vai exigir um volume de trabalho muito grande.

POLIT. – Está preocupado?

A. G. – Já realizámos doze conferências sobre o assunto, mas apesar disso continuamos a ouvir de pessoas, supostamente esclarecidas, dúvidas que nos deixam desesperados. Por isso é que o maior desafio, neste momento, é perceber que Bolonha veio terminar com um certo modelo de ensino, e que as pessoas vão ter que se adaptar a outro.

Existem lobbies poderosos, constituídos por gente que considera o Politécnico como um ensino superior de inferior qualidade

POLIT. – Os professores estão com receio de perder privilégios?

A. G. – A sociedade portuguesa está, toda ela, com medo de perder coisas que efectivamente não tem. E os professores das universidades e dos politécnicos estão inseguros, relativamente ao futuro.

POLIT. – Inseguros porquê?

A. G. – Porque se acomodaram em relação ao passado e ao presente, e sabem que no futuro vão encontrar algumas surpresas. Os portugueses não são, por natureza, abertos à mudança. Tudo o que implica alteração de rotinas deixa as pessoas inseguras.

POLIT. – Receia que o projecto esteja comprometido?

A. G. – Não. O corpo docente do nosso país vai conseguir, apesar dos receios e dúvidas, ultrapassar este momento de desorientação, que resulta do velho problema de as escolas, estarem sempre à espera das indicações provenientes do ministério. Os estabelecimentos de ensino exigem autonomia e depois não sabem o que fazer com ela. Mas é um processo de crescimento, que vai evoluir, até porque esta é uma oportunidade que ninguém pode perder. Quem não conseguir evoluir vai sair do sistema e vai fazer outra coisa na vida.

POLIT. – Faltam em Portugal profissionais de Saúde e há quem receie que venha a acontecer o mesmo com a Engenharia. Que medidas deverão ser tomadas para que não tenhamos de "importar" engenheiros?

A. G. – Em primeiro lugar é preciso perceber porque é que isso aconteceu na saúde. E o que aconteceu foi que as associações de direito público dos médicos e dos enfermeiros, numa atitude corporativa, impediram que se formassem mais profissionais. E isso já levou à «importação» de 10% dos enfermeiros e 7% dos médicos. Nós, enquanto associação pública, rompemos com algumas tradições, porque entendemos que a acreditação dos cursos não pode continuar a ser feita como até aqui. Se for para continuar assim, o Governo que extinga a ANET, porque não concordamos

A Grande Entrevista

O mais importante é que os politécnicos não tenham vergonha de o ser e se afirmem enquanto instituições dinâmicas, demonstrando a sua qualidade, que na maior parte dos casos é alta. Somos diferentes, é verdade, mas não somos melhores nem piores que as universidades.

com o que se está a passar.

POLIT. – Como se deve processar, então, a acreditação?

A. G. – Queremos estabelecer parcerias com as escolas para encontrarmos, em conjunto, o melhor processo de acreditação dos cursos. Não pretendemos chumbar os cursos só porque não concordamos com a sua organização. Este entendimento com as escolas vai impedir que os licenciados pratiquem engenharia ilícita, uma vez que se os cursos estiverem devidamente reconhecidos, os engenheiros não vão entrar na clandestinidade. Se na ANET considerarmos que um curso, de um determinado Instituto, está abaixo dos níveis mínimos de qualidade, não o recusamos logo à partida. Possuímos mecanismos específicos para o elevarmos ao nível mínimo exigível para a profissão. Nós não estamos, de modo algum, passivos relativamente a essa matéria. A ANET, não aceita que se formem menos engenheiros em Portugal. Temos mesmo um plano estratégico para os duplicarmos nos próximos 10 anos, e tudo faremos para que isso aconteça. Estamos determinados a ter uma atitude pró-activa, para que se criem novas escolas e se reforcem as existentes.

POLIT. – Qual é o caminho?

A. G. – É necessário tomar medidas e uma delas passa por aquilo que o governo denominou "Plano Tecnológico", que tem levantado alguma polémica, pela ignorância ou incapacidade de as pessoas pensarem pela sua própria cabeça. A ANET considera o Plano Tecnológico uma boa ideia, que contem um conjunto de projectos específicos que pressupõem que cada instituição, pública ou privada, consiga juntar factores dispersos e dar o salto qualitativo na área da educação e da formação. O Plano Tecnológico é o instrumento para o desenvolvimento, e mais uma vez não podemos estar à espera que o governo decida tudo. Somos nós que temos de alterar atitudes e mentalidades, tomando decisões que modifiquem os modelos tradicionais de organização da sociedade portuguesa. Esta é a responsabilidade mínima que cada cidadão tem e em particular os dirigentes das associações de direito público, como a ANET, com funções delegadas pelo Estado.

POLIT. – Esta a dizer que essas pessoas devem ser responsabilizadas?

A. G. – Sim, O Governo devia chamar a atenção destes dirigentes, co-responsabilizando-os pelo que fazem e pelo que não fazem. É esse o desafio. Se calhar há pessoas que não gostam deste discurso, mas nós não estamos cá para fazer a vontade às pessoas, mas para estimularmos o desenvolvimento dos cidadãos. Este é o momento em que os dirigentes das associações de direito público, enquanto lideres de opinião, têm uma responsabilidade enorme no desenvolvimento do país. São eles que representam as elites, técnica, científica e intelectual, do melhor que temos em Portugal, e cuja formação custou muitos milhões de euros. E são esses profissionais que têm de ser o motor e a alavanca do desenvolvimento do país. Devemos ter a coragem de assumir as nossas responsabilidades. E quem não estiver nessas condições deve demitir-se das suas funções e ir fazer outra coisa.

A Grande Entrevista

A direcção da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos apoio está solidária com o presidente na exigência de medidas que dignifiquem a engenharia

POLIT. – Não seria desejável a fusão das associações de direito público que representam os profissionais de engenharia.
Não deveria ser uma só entidade a regulamentar o exercício da profissão?

A. G. – Nada está excluído. No plano teórico, nós admitimos isso, mas é necessário que exista uma alteração de mentalidades. Desde que sou responsável pelos engenheiros técnicos (e já se passaram 20 anos), que as relações entre a ANET e a Ordem dos Engenheiros melhoraram muito. Mas não considero que estejam ainda estabelecidos os patamares de confiança mínimos para abordarmos essa questão. Eu próprio já estive em pré-negociações, relativamente a essa matéria, mas não existem ainda condições para se pensar na fusão das duas associações. Fora de causa está a absorção da ANET pela Ordem dos Engenheiros. Actualmente apenas podemos considerar a criação de uma organização onde as duas instituições estejam presentes, para que possamos ultrapassar algumas dificuldades e desconfianças. Futuramente, nos próximos 10 ou 15 anos, se essa confiança for adquirida, poderemos avançar para a fusão.

POLIT. – O que seria preciso mudar para acontecer a fusão?

A. G. – Em primeiro lugar seria necessário que não nos considerassem uns atrasados mentais. O engenheiro técnico não é um ser menor, e esse seria o ponto de partida para qualquer acordo.

POLIT. – Quem é que considera os engenheiros técnicos "atrasados mentais"?

A. G. – Certas pessoas... É preciso que os engenheiros técnicos sintam que não são tratados com menosprezo. E é necessário fazer um acordo global, sobre sete ou oito matérias.

O maior desafio, neste momento, é perceber que Bolonha veio terminar com um certo modelo de ensino, e que as pessoas vão ter que se adaptar a outro

POLIT. – Quais são os temas mais sensíveis?

A. G. – Olhe, por exemplo, a Função Pública, onde os engenheiros técnicos estão impedidos de ingressar na carreira técnica superior, e de exercer funções de chefia, por mais competentes que demonstrem ser. Outro ponto a rever é o impedimento que se mantém sobre a mudança da designação da ANET, de Associação para Ordem. Seria ainda necessário um acordo sobre os sistemas que aprovam a qualidade do engenheiro técnico. Até hoje, ninguém quis falar connosco sobre o assunto. E relativamente aos títulos profissionais, 30 anos depois do 25 de Abril ainda há quem diga que nós temos um título passado por favor. Ora, isso é inconcebível. Eu tenho um título que me foi atribuído por um curso com uma duração de 12 anos – até ao 12º ano – mais três anos de formação na área da engenharia. E há muita gente que nunca fez essa formação e hoje se apresenta como membro da Ordem dos Engenheiros. Nós não aceitamos esse tipo de coisas.

POLIT. – Quando fala em acordo global...

A. G. – ...quero dizer que enquanto eu for presidente da ANET não subscreverá nenhum acordo parcelar. Só aceitaremos celebrar um acordo global, sobre todas as matérias. Doutra forma, as probabilidades de as coisas continuarem na mesma serão muito grandes. Por tudo isso, penso que não estão reunidas as condições mínimas para a ANET e a Ordem começarem a conversar, quanto mais para chegarem a um acordo.

POLIT. – Nesse contexto qual será o principal papel da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos?

A. G. – Essencialmente apontar caminhos. Existe um relatório de grande qualidade, produzido pelo presidente do Instituto Politécnico do Porto, Prof. Luís Soares, onde são apontadas as soluções para a engenharia do futuro. A ANET tem igualmente produzido documentos, e as nossas posições são claras, no sentido de indicarem o caminho que a engenharia portuguesa tem

que seguir. Entre os principais pontos destaco: a duplicação do número dos engenheiros e engenheiros técnicos, o aumento da sua qualidade e a dignificação da engenharia. E isto já é, por si só, um caderno de encargos de grande envergadura. O nosso principal objectivo, para os próximos anos, é continuar a lutar pela dignidade da nossa profissão. Sendo certo que, ao fazermos isso, lutamos pela dignidade dos portugueses todos.

POLIT. – O IPL tem vindo a apostar, na sua estratégia de internacionalização, em missões junto dos PALOP, com o objectivo de ganhar influência no espaço do Ensino Superior da lusofonia. Recentemente participou numa missão a Angola, onde se falou de Bolonha. Poderá o país assumir-se como parceiro estratégico no diálogo Norte/Sul?

A. G. – Estamos determinados a contribuir para que a engenharia portuguesa, se expanda pelo mundo. A missão a Angola serviu para lançar as bases para a criação da Universidade-Politécnica Fernando Marcelino, no Huambo. E possuímos um projecto semelhante em Cabo Verde. Nós estamos a desafiar a sociedade portuguesa, as empresas e os colegas residentes nesses países, a fazerem um esforço para aí criarem estruturas educativas. Há cinco ou seis anos, quando começámos com este projecto, chamaram-nos «lunáticos». Hoje, estamos plenamente convencidos de que valeu a pena termos tido essa ideia. Desafiamos a sociedade portuguesa a olhar para esses países de forma diferente. Continuando a defender os nossos interesses económicos e estratégicos, mas contribuindo para que esses países assumam um papel de liderança a nível regional. A nossa contribuição, passa pelo esforço de ajudar a criar nesses países pólos de desenvolvimento, aproveitando nós para exportar os nossos produtos, incluindo a nossa engenharia. Esta é uma aposta estratégica em que temos tido a felicidade, até agora, da participação de meia dúzia de politécnicos, de uma escola superior universitária privada e de uma universidade pública que quer participar connosco num projecto semelhante em Moçambique.

POLIT. – A Associação Já tem representações nesses países?

A. G. – A ANET não só tem escritórios de representação dos engenheiros técnicos nesses países, como quer ser catalizadora de projectos de desenvolvimento, assentes na educação e no ensino. Não é aceitável que os mercados em expansão sejam controlados e absorvidos por outros países. Nós temos óptimas condições para nos instalarmos e levarmos o desenvolvimento a essas populações, retirando também, obviamente e assumidamente, benefícios. Será esse o grande desígnio externo dos engenheiros técnicos portugueses. E gostaria mesmo, de convencer outras organizações, a assumirem uma posição semelhante à nossa. Dentro de pouco tempo a sociedade portuguesa vai perceber que tínhamos razão em defender essas ideias. Não gostaríamos que em Portugal acontecessem incidentes, como os que se passam todos os dias na fronteira do norte de África. E esses acontecimentos não se evitam colocando muros ou redes de arame farpado, mas contribuindo para o desenvolvimento desses países. Essa é a nossa grande aposta.

POLIT. – E a Europa?

A. G. – Portugal não pode viver exclusivamente virado para Bruxelas. Nós somos europeístas convictos, alguns até federalistas, mas entendemos que a nossa componente estratégica da África, da América e do Oriente, não pode em nenhum momento ser descurado. Porque é isso que dá a grandeza a um país pequeno, com 10 milhões de habitantes, com um território escasso, mas que possui uma riqueza enorme, que são as pessoas. Gostaria de ver um império cultural, não um império colonial.

POLIT. – Está a falar de uma iniciativa essencialmente privada.

A. G. – Sim. O Governo, aqui, só tem que desempenhar um papel regulador. Não podemos estar à espera que ele tome todas as decisões, voltar ao tempo em que era o Conselho de Ministros a decidir o preço da bica. O Governo tem as suas funções e nós temos as nossas, que passam por pensar grande com dimensão, encarando o futuro com optimismo, de forma a tornar o país competitivo.

Deveriam poder realizar doutoramentos, as instituições que possuíssem condições para o fazer. E apesar do respeito que tenho pelas universidades, a verdade é que existem algumas que são de qualidade inferior a muitos politécnicos. Espero que o Governo venha ainda a reconsiderar e a ter coragem para corrigir esta deficiência na legislação

REVISTA DA
QUALIDADE
Publicação sobre Excelência, Inovação e Competitividade
"Boa parte da corrupção neste país passa pelo sector da construção"
Augusto Guedes, presidente da ANET
Durão Barroso alerta
"Sucesso da estratégia europeia de energia depende de uma maior aposta na área de I&D no sector público e privado"

"Boa parte da corrupção neste país passa pelo sector da construção"

Directo, frontal e bastante crítico. Assim é Augusto Guedes, presidente da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET), que em entrevista à Revista da Qualidade traçou um perfil da engenharia em Portugal, assumindo mesmo uma ruptura com a Ordem dos Engenheiros que acusa de não ter uma "postura séria". Para o dirigente, "o sector não pode viver sob o signo da incompetência e da desonestidade intelectual".

Referiu em anteriores intervenções que uma das preocupações da ANET é a falta de regulamentação existente no sector. Neste momento, que análise faz à engenharia em Portugal?

A nossa opinião é que a regulamentação no sector é dispersa, quando deveria pautar-se pelo princípio da responsabilidade e do combate à fraude e assinaturas falsas. Este sim, é para nós o grande drama. Não escondemos a realidade e temos lutado contra a pequena corrupção e o pequeno tráfico de influências. O que nos parece é que este Governo, pela primeira vez, agarrou o problema de frente e passo a passo está a tentar resolvê-lo, sendo certo que não é algo que se faça com um estalar de dedos. É preciso encontrar formas claras de provar que quem assina é o autor dos projectos, e isso passa por cada um de nós ser tributado pelo número de projectos que apresenta. Não é preciso uma grande reforma, mas aplicar medidas cirúrgicas.

A reestruturação do IMOPPI e do INH é um passo nesse sentido?

A partir do momento em que o IMOPPI se torna o Instituto da Construção é um passo de gigante. Porque já tínhamos entidades reguladoras para uma série de actividades, mas curiosamente não havia no país uma entidade reguladora para o sector da construção. E sabemos que por razões históricas boa parte da corrupção neste país passa pelo sector da construção. É preciso tomar medidas para que isso não aconteça evitando que o dinheiro sujo que alimenta o sistema continue a circular. Há um conjunto de medidas que consideramos fundamentais. Como associação de direito público tomamos a iniciativa de cada projecto assinado por um membro da ANET ter de ter uma declaração com uma vinheta e com um número para sabermos quantos projectos faz cada membro da associação. Desde Janeiro também só são passadas declarações para elaboração de projectos ou responsabilidade de alvará a quem tiver os impostos em dia. O que gostaríamos,é que todas as associações de direito público tivessem os mesmos critérios.

Pode-se depreender das suas palavras algum clima de ruptura com outras associações...

Não somos corporativos e recusamos a postura corporativa das outras associações de direito público. Temos uma ruptura objectiva com

os nossos colegas da Ordem dos Arquitectos, dos Engenheiros, dos Médicos, e outras. Não queremos que aconteça na engenharia o que acontece hoje na enfermagem e na medicina em que se importam sete e dez por cento, respectivamente, dos profissionais dessas áreas. Temos defendido que nos próximos 10 anos se deveria duplicar o número de engenheiros em Portugal. Ao nível da engenharia é evidente que o que está a acontecer com alguma regulamentação, que a Ordem tenta impor como lobbie, são más para o país. E parece que toda a gente tem medo de alguns corporativistas.

Existem lobbies no sector?

Claro que existem. O exemplo é quando aparece a Ordem a defender que os engenheiros paguem menos impostos que as empregadas domésticas. Como é que um presidente de uma organização tem coragem para defender uma posição dessas justificando que os engenheiros ganham menos. Nós sabemos que todos os engenheiros fogem aos impostos. Se ele em vez de ter defendido isso tivesse introduzido as declarações por acto único e as declarações dos impostos é que era um contributo válido. A engenharia não pode viver sob o signo da incompetência e da desonestidade intelectual. Ou as associações de direito público servem para fazer isto ou o Estado que as extinga. Eu não quero ser presidente de uma instituição que seja incapaz de regular a profissão e portanto assumamos as responsabilidades. Não contem é comigo para viver num país de faz de conta.

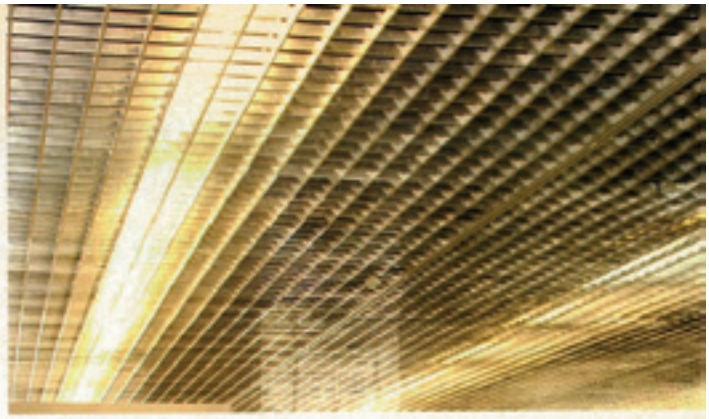
Perante essa ruptura, a ideia de uma fusão entre a ANET e a Ordem dos Engenheiros está colocada completamente de parte?

Nesta fase sim. Apesar de numa determinada época em que bastonário era o engenheiro Vaz Guedes tivéssemos encetado conversas para a criação de uma organização única, acho que neste momento não há condições. A postura que os nossos colegas da Ordem têm tido nos últimos meses na discussão da legislação não tem sido séria, daí que a existência de duas organizações é a garantia que não há monopólio. Admitimos que isso aconteça num prazo largo, mas neste momento é impensável.

"A engenharia pode ser um sector de exportação e riqueza nacional"

Referiu que nos próximos anos o país deveria ter o dobro dos engenheiros. O Processo de Bolonha vem contribuir para que se atinja esse objectivo?

Bolonha quase foi uma oportunidade perdida, mas estamos a tempo de transformar isto num salto de grande qualidade. A engenharia



em Portugal passa muito por interiorizarmos que um engenheiro não pode ser uma peça do sistema. A mutação que defendemos passa pelo engenheiro ser um exemplo de mudança e inovação, não se confinando ao espaço nacional, mas que se constituísse como um instrumento de penetração de Portugal no mundo. Até porque a engenharia pode ser um sector de exportação. Esse é um dos objectivos da ANET, fazer deste um sector de exportação e riqueza nacional. Nessa perspectiva, estamos a liderar um processo de abertura de uma universidade tecnológica em Cabo Verde e uma universidade politécnica no Huambo, em Angola.

O posicionamento da ANET junto da CPLP poderá assemelhar-se ao do MIT em Portugal?

Modestamente, para eles a nossa chegada ao Huambo é proporcionalmente mais importante do que o MIT para Portugal. Com estes investimentos em África pretendemos criar plataformas de desenvolvimento, de exportação e criação de centros de excelência. E num momento em que o país está incapaz de produzir engenheiros em quantidade suficiente para suprir as necessidades que tem de desenvolvimento, estes centros em Angola e, particularmente, em Cabo Verde, poderiam ser fontes de importação de engenheiros de tecnologias de ponta, dado que esses dois países ainda não têm condições para os absorver no mercado interno.

A engenharia ilícita e ilegal será tema de destaque no 2º Congresso da ANET

A nível interno, muito se tem falado da revisão do decreto lei 73/73 e das expectativas dos arquitectos em serem os únicos autorizados a assinar projectos. Qual a posição da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos perante este quadro?

Achamos que quem pode fazer as coisas é quem sabe, portanto no caso concreto das estruturas deve ser possível que só os especialistas em estruturas façam projectos. Na nossa opinião, só quem pertencer aos Colégios de Civil e tiver a especialidade estrutura deve ter essa responsabilidade. Quanto à questão da arquitectura, penso que é uma situação ultrapassada. A arquitectura é dos arquitectos e isso é pacífico. Agora não pensem que a nossa generosidade permitirá que os arquitectos passem a ter a responsabilidade dos alvarás e de fiscalização de obras como pretendem. Eu não aceito que a lei que está proposta neste momento, e se diz que foi aprovada, defina que o engenheiro técnico possa chegar à classe cinco de alvarás e os arquitectos também. O arquitecto tem de fazer arquitectura, o engenheiro é responsável por engenharia. E que eu saiba a direcção de alvará não é arquitectura.

O 2º Congresso da ANET realiza-se em Junho. Quais serão os temas centrais do evento e qual a mensagem que irá passar aos cerca de 20 mil membros da associação?

A questão da engenharia ilícita e tudo que ela tem como consequência, a montante e a jusante, vai ser o tema privilegiado do nosso congresso. A mensagem que passaremos é de uma tranquilidade em relação ao futuro, porque tendo nós uma elevada qualidade técnica não temos que ter medo de nenhuma questão administrativa. Os engenheiros técnicos são uma classe com um grande dinamismo, sentido de responsabilidade e algum atrevimento. Temos hoje muitas grandes empresas lideradas por engenheiros técnicos que enveredaram pelo empreendedorismo, portanto esse é o sinal que temos que continuar a trabalhar bem e com qualidade. Para aqueles que estão preocupados que vamos perder a arquitectura não vejo nenhum drama nisso. As pessoas têm é que se reconverter. A engenharia do futuro não será a engenharia que temos hoje, alargando-se a novos domínios como o desenvolvimento de software informático, a robótica e, muito importante, os recursos energéticos. No fundo, mais do que uma vertente de produção terá de estar voltada para a investigação e inovação.

numa generosidade publicaçõesdirectas.pt

N.º 4 Março 2007 ANET | Revista Técnica de Engenharia

editorial

A TODOS OS ENGENHEIROS TÉCNICOS, ENGENHEIROS E ARQUITECTOS DE PORTUGAL

Augusto Fermín Guedes
Presidente da ANET

Nos últimos anos (ou nas últimas décadas?), vem vindo a verificar-se uma efectiva consolidação da importância da engenharia em Portugal, com especial relevo para as especialidades dites "tradicionais", nas quais avulta um especial destaque a especialidade da engenharia civil, em grande parte por efeito do esforço da investigação iniciado com a criação do LNEC nos anos 40 do século passado, e hoje assim da liderança dos engenheiros na concepção e execução das suas importantes obras da engenharia civil desde então construídas em Portugal.

Quanto às especialidades mais recentes, como é o caso da electrónica e da engenharia de sistemas, é de reconhecer também a rapidez e a forma consolidada como se vêm impondo, o que é sinónimo de uma elevada capacidade de resposta face aos contínuos novos desafios com que a profissão do engenheiro se depara.

No que em particular diz respeito aos engenheiros técnicos, a respectiva importância económica e social leva o adequado reconhecimento com a criação pelo Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de Setembro, da associação de direito público que os representa, a ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos.

O campo da engenharia deparava-se actualmente com a necessidade de dar resposta adequada às exigências decorrentes do Processo de Bolonha, conjuntamente, por outro lado, às associações representativas das classes profissionais envolvidas propor soluções que melhor garantam a adequada inserção dos jovens engenheiros na vida activa.

A defesa e promoção da engenharia em Portugal é, como quotidianamente, o objectivo prioritário exige uma especial acção concertada das associações públicas representativas das classes dos engenheiros, nomeadamente que com respeito e respeito pelas respectivas especialidades e campos de actuação.

Por outro lado, compete aos poderes públicos assegurar uma sã concorrência entre as diversas classes profissionais intervenientes na área da engenharia, não introduzindo entre elas factores de tratamento discriminatório injustificado, nomeadamente quando determinado por motivações que nada têm a ver com critérios de natureza técnica ou de aptidão profissional para a prática de actos do foro da engenharia.

Fazendo uma retrospectiva do passado mais recente, constata-se que estes importantes objectivos nem sempre têm sido assumidos por parte de quem deveria pugnar com intransigência pela respectiva defesa.

Nesta matéria, assume especial gravidade o comportamento da Ordem dos Engenheiros (OE), a qual numa atitude corporativa ultrapassada, para além de jamais se ter conformado com a criação da ANET, igualmente tem vindo a assumir uma postura de desconsideração da classe dos engenheiros técnicos, esquecendo deliberadamente que estes são engenheiros de corpo inteiro, embora com um perfil diferente do perfil dos seus associados.

Como exemplos demonstrativos do que se afirma, cita-se a actuação da OE nos seguintes casos:

- Ofício circular às câmaras municipais em que define as habilitações dos seus membros estagiários para a prática de actos de engenharia, mediante uma desajustada, abusiva e redutora remissão para as habilitações dos engenheiros técnicos na matéria;
- Oposição à redenominação da ANET para ordem profissional, com o argumento retrógrado, classista e serôdio de que as ordens profissionais se destinam a representar apenas profissões para as quais seja exigido o grau de licenciatura;
- Rompimento do acordo com a ANET e a Ordem dos Arquitectos sobre a revisão do Decreto nº 73/73, de 28 de Fevereiro, com o objectivo de manter o monopólio injustificado dos seus membros na prática de determinados actos de engenharia;
- Oposição à participação dos engenheiros técnicos no Fórum das Profissões Liberais, com o argumento oco de que não são licenciados;
- Não reconhecimento dos cursos ministrados por alguns estabelecimentos de ensino reconhecidos oficialmente, desta forma impedindo os jovens de acederem e exercerem a profissão dentro da legalidade;
- Defesa da formação de cinco anos como condição para a prática de todos os actos de engenharia, quando o Processo de Bolonha só exige três, desta se forma impedindo uma vastidão de profissionais à prática de determinados actos de engenharia, para a qual estão devidamente qualificados;
- Intenção da obtenção do monopólio da representação de todos os engenheiros, incluindo os do primeiro ciclo, na fase de Pós Bolonha;
- Falta da tomada de medidas de combate à engenharia ilícita, quando é sabido que esta prática prolifera, sendo um factor de concorrência desleal com os verdadeiros profissionais e que, como subterrânea que é, tampouco cumpre as suas obrigações perante o Estado, nomeadamente no que se refere ao pagamento de impostos;
- Política de defesa da manutenção dos privilégios injustificados dos engenheiros relativamente aos engenheiros técnicos;
- Inexistência de uma postura proactiva da melhoria da engenharia nacional.

Por seu lado, o legislador dos diversos diplomas legais que integram o pacote legislativo do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), ao contrário do que se esperava e impunha, não teve na devida conta a existência da associação profissional de direito público que é a ANET, e bem assim os engenheiros técnicos, antes tendo privilegiado injustificadamente a Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Arquitectos, e respectivos membros.

Nesta matéria, assume especial gravidade o tratamento discriminatório e bloqueador do exercício da profissão pelos engenheiros técnicos no tocante à determinação do nível de conservação dos imóveis locados, dado que não foram admitidos ao exercício desta actividade nas mesmas condições de igualdade e de dignidade profissional que foram reconhecidas aos engenheiros e arquitectos, tudo com a originalidade de a estes últimos profissionais terem passado a ser reconhecidos conhecimentos e aptidões profissionais da área da engenharia, enquanto que aos engenheiros técnicos foi desprezada a sua efectiva qualificação profissional.

Sendo igualmente de registar e lamentar o silêncio contente da Ordem dos Engenheiros e da Ordem dos Arquitectos quanto ao tratamento privilegiado que o legislador lhes concedeu, bem como aos respectivos membros.

No entendimento da ANET, é tempo de arrepiar caminho na continuação de comportamentos e na tomada de medidas legislativas como os acima descritos, os quais para além de constituírem um factor de perturbação do são relacionamento entre as classes dos engenheiros técnicos, engenheiros e arquitectos, e igualmente entre as respectivas associações profissionais de direito público, acaba por não dignificar e por empobrecer a engenharia e a arquitectura nacionais.

Como sempre, a ANET está empenhada em continuar a trabalhar contra estes males, e em fazer tudo o que estiver ao seu alcance para a defesa da dignidade e a promoção da Engenharia Nacional e dos seus actores, conforme o atestam os contributos que recentemente deu para a revisão do Decreto nº 73/73, de 28 de Fevereiro.

E com a esperança de que este não seja um esforço solitário.

ANET

Ano 7
Boletim Especial
Abril 2007

Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos
associação de direito público - D.L. 349/99

Director: Augusto Ferreira Guedes

Propriedade: ANET

Administração e Redacção: Praça Dom João da Câmara, 18 - 1200-147 Lisboa

Internet: www.anet.pt

Tiragem: 20 000 ex

Periodicidade: Trimestral - Distribuição gratuita a todos os membros da ANET

Produção: dossier.com.pt

Design Gráfico: dr. design

A responsabilidade dos artigos não assinados é do Director

Editorial

BASTA DE ENGENHARIA ILEGAL

Caros(as) Colegas

Os tempos que temos vivido são de incerteza e de complexidade.

À ANET compete, por força do mandato recebido das eleições, fazer a defesa intransigente dos interesses dos Engenheiros Técnicos. Nessa linha de actuação publica-se, neste boletim especial, aquilo que consideramos relevante para a classe à qual nos orgulhamos de pertencer.

Muito se tem dito sobre o nosso futuro, nem sempre com a verdade que se exige, mas estamos certos que o interesse maior da Engenharia se sobrepõe ao interesse de grupos organizados que tentam destruir uma classe com mais de 150 anos de existência.

Estamos certos que este novo e organizado ataque à dignidade dos Engenheiros Técnicos, terá o mesmo resultado que outros tiveram, estão condenados ao fracasso e à vergonha.

HOJE E SEMPRE TEMOS ORGULHO DE SERMOS ENGENHEIROS TÉCNICOS.

Escolha um profissional competente e cumpridor das suas obrigações fiscais.
OPTE POR UM ENGENHEIRO TÉCNICO

Augusto Ferreira Guedes, Engenheiro Técnico Civil
Presidente

www.anet.pt

Ensaio sobre a Indignação

Ao longo de 150 anos, os Engenheiros Técnicos têm sido vítimas das maiores injustiças sociais e profissionais, sendo legítimo registar o facto de, na nossa Sociedade, ser Engenheiro Técnico poder constituir, em alguns contextos ou circunstâncias, um primeiro e decisivo passo para "não chegar a lado nenhum".

Face aos recentes acontecimentos, os Engenheiros Técnicos lançam o seu grito de revolta, pois não é mais possível tolerar atitudes que ponham em causa a dignidade de cada um e a da classe no seu todo.

O Decreto-Lei 830/74 de 31 de Dezembro, que converte os Institutos Industriais em Escolas Superiores, referia no seu preâmbulo o seguinte, a propósito dos alunos que os frequentavam:

> (...) "a uma população escolar, oriunda de classes menos favorecidas do que as que entram na Universidade, era ministrado um ensino intencionalmente destinado a manter os seus diplomados durante a vida profissional numa situação de desvantagem ou subalternidade relativamente aos diplomados de escolas superiores..."

Refira-se adicionalmente que a partir dessa altura, são iguais as condições de acesso ao Politécnico e à Universidade, isto é, com o ensino secundário completo, o 12.º ano.

Durante muito tempo estivemos silenciosos, mas os acontecimentos recentes e as notícias que têm vindo a público, levam-nos a entender que chegou o momento de dizer: BASTA!!!!

Por ignorância, maledicência ou por outra razão qualquer, chamaram-nos obscuros, incompetentes, usurpadores de funções técnicas, agentes técnicos, incultos, etc, num revivalismo do status quo do Estado Novo que já o Decreto-Lei 830/74 veio eliminar. É um facto que, decorridos 33 anos sobre a publicação desse Decreto-Lei, muitos pugnam para que tudo continua na mesma.

É tempo de acontecer a revolta dos "*obscuros Engenheiros Técnicos, os plebeus da Engenharia Nacional*".

Compreendemos a razão pela qual alguns colegas, que entendiam ter competência para ascender a lugares de topo no Estado e na Administração Pública, tenham procurado obter graus académicos em Universidades, entre elas a Universidade Independente, com o único propósito de obterem o reconhecimento social imprescindível a essas aspirações.

Este tema é tratado de forma lúcida por José António Saraiva na revista incluída na edição de 28/04/07 do semanário SOL, num texto com o título "Engenheiros Técnicos". O Director do Semanário Sol coloca o dedo no centro da ferida. A origem de muita da pequenez de Portugal deve-se exactamente aos factos ali descritos e que urge alterar.

Os Engenheiros Técnicos, oriundos do Ensino Superior Politécnico, têm sido sistematicamente ofendidos pelos "iluminados fazedores de opinião", os quais têm amplamente propalado que os *incultos e impreparados cidadãos oriundos do ensino Politécnico jamais devem assumir a liderança do país.*

Muito provavelmente, se qualquer candidato a Primeiro-Ministro cometesse o "deslize" de se apresentar como Engenheiro Técnico, não o teria conseguido. As elites mesquinhas e corporativas deste país, não só não iriam aceitar, mas também revolveriam o céu e o inferno para impedir que um Engenheiro Técnico viesse a ocupar tão elevado cargo.

A frente de ataque aos Engenheiros Técnicos mostrou a sua verdadeira diversidade também com algumas "doutas e brilhantes" opiniões vertidas na comunicação social.

São expoentes na matéria o Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa que nos designa por Agentes Técnicos, o Dr. António Vitorino que nos classifica como "produto do 25 de Abril", o Dr. Vasco Pulido Valente que qualifica de "obscuro" o título de Engenheiro Técnico e o Sr. José Júdice que afirma não sermos possuidores de qualificação técnico-científica para fazer engenharia.

Embora noutra tónica, veja-se ainda o rol de inqualificáveis barbaridades publicadas no jornal O Diabo, de 17/04/07.

Acresce a isto, a atitude corporativa que os dirigentes da Ordem dos Engenheiros têm vindo a assumir, designadamente na discussão da legislação reguladora do exercício da profissão de Engenheiro e Engenheiro Técnico onde, ao invés de uma posição virada para o desenvolvimento e a credibilização da profissão, continuam refugiados nas questões mais mesquinhas e conservadoras que impedem o progresso da engenharia portuguesa, defendendo interesses corporativos de há muito instalados no país e que urge eliminar.

A recusa sistemática da Ordem dos Engenheiros em contribuir para o combate ao desempenho ilegal da profissão de Engenheiro, associada ao facto de não reconhecer 206 cursos de Licenciatura em Engenharia como habilitantes ao desempenho da profissão de Engenheiro, promovendo anualmente a colocação de

EDITORIAL

A regulação da actividade profissional tem sido desde a criação da ANET o grande desígnio de Classe dos Engenheiros Técnicos.

Com a criação da ANET os Engenheiros Técnicos trouxeram para o debate público novas ideias, novos conceitos. Talvez por isso têm sofrido o entrincheiramento de outras associações de Direito Público, da onde se destaca a Ordem dos Engenheiros.
Por uma questão de honestidade intelectual, nunca acidalmos, e nunca abdicaremos, das nossas ideias e sempre interpretámos que a existência de associações de Direito Público não tinha como objectivo bloquear o acesso da classe jovens ao livre exercício das profissões. Também nunca exercemos influências negativas nas Escolas, Institutos, Faculdades ou Universidades e também nunca ser "corporativos". Tem tudo isto agora à colação para melhor perceber o porquê dos nossos Colegas da Ordem dos Engenheiros detendores os mestrados integrados, não aceitarem de que somos Engenheiros e tudo fazem feito para subverter o bolorfar o processo de Bolonha. Os nossos colegas da Ordem dos Engenheiros estão contra a Agência de Acreditação, estão contra a Lei das Ordens, tentam que a revisão do Decreto n.º 73/73 e da Lei dos Alvarás os Engenheiros Técnicos sejam liminarmente excluídos e nem têm na ilegalidade milhares de licenciados em Engenharia.
A ANET nunca baixará os braços e, mesmo contra a vontade de alguns dirigentes da Ordem dos Engenheiros, lutará para que a designação da ANET seja alterada para OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e nunca aceitará que, de uma forma administrativa e autoritária, os Engenheiros Técnicos sejam excluídos/impedidos de atingir os níveis elevados profissionais. Porque somos competentes, e detentores de uma sólida formação científica e técnica.

Obviamente que não serão os truques e jogos baixos que nos farão desviar do nosso caminho. Como por exemplo, aquele que resulta da divulgação de documento interno da Ordem dos Engenheiros, segundo o qual a Euro-Aca é o pretexto para vir agora destruir todos os seus actos de há anos, e dizer que quer reconhecer também o 1.º ciclo de Bolonha.

Enfim, tudo serve para manipular a opinião pública.

Da uma coisa podemos todos estar certos: os Engenheiros Técnicos nada têm contra os seus colegas Engenheiros inscritos na Ordem, mas nunca abdicaremos de representar e regular o exercício da profissão dos Engenheiros Técnicos, ou seja, diplomados em engenharia com o Bacharelato e com a licenciatura pós-Bolonha nos termos da Lei n.º 74/2003.

A vontade dos Engenheiros Técnicos é inquebrantável.

Saber Fazer
Saber Fazer Bem
Saber Fazer Bem à Primeira

Augusto Ferreira Guedes, Engenheiro Técnico Civil
(Presidente da ANET)

o nosso compromisso

Caro Leitor,

A revista que tem nas suas mãos, pretende antes de mais ser-lhe útil na sua vida pessoal e profissional.

Para cumprir aquele desiderato, e tendo em conta os múltiplos interesses dos leitores a quem se dirige esta edição, vamos conciliar a informação técnica e científica com a informação associativa, a economia, a gestão e temas como o bem estar e a saúde bem como informação de lazer e consumo.
Porque a Tecnologia e Vida quer dar a conhecer, quem somos e o que fazemos, já nesta edição vamos iniciar entrevistas a Engenheiros Técnicos que se distinguem quer no sector empresarial, quer no profissional e associativo. Abrimos as nossas páginas às Escolas que nos formaram quer com entrevistas aos principais responsáveis das mesmas, quer com artigos de Professores e Alunos.
Como pretendemos uma publicação aberta, contamos com a colaboração de diversas entidades, nomeadamente da Associação Portuguesa de Direito do Consumo, da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais, do Portal AECIU, não estando ainda encerradas as colaborações com outras entidades.

Estou convicto que a **Tecnologia e Vida**, vai ser um produto esperado por si em cada trimestre.

Fernando Manuel Soares Mendes
(Director - Tecnologia e Vida)

Augusto Guedes | Presidente da ANET

ENGENHARIA

ANET - Associação Nacional de Engenheiros Técnicos
Ventos de Mudança

A pensar no futuro vindouro, Augusto Guedes, Presidente da ANET, apresentou-nos a sua percepção acerca do actual governo e das reformulações em curso nas políticas actuais, destacando o papel dos Engenheiros na sociedade moderna. Actualmente, a Engenharia detém um papel importantíssimo no progresso do país, mas é necessário um melhor reaproveitamento da mão-de-obra instruída nacional, apostando cada vez mais nas camadas jovens. Obviamente que muita coisa tem mudado e, para continuar no caminho certo, sendo a Engenharia o futuro do nosso país, são necessárias algumas alterações de índole pública e, principalmente, uma urgente mudança de mentalidades nas associações corporativas, mas nada que assole as convicções deste grupo de Engenheiros.

ENTREVISTA: LEANDRO SANTOS

Perspectiva - O que está mal nas associações corporativas portuguesas?

Augusto Guedes - Muitas das corporações/ordens que existem hoje em Portugal foram criadas antes do 25 de Abril, eram o sustentáculo do Estado Novo. Durante anos, os poderes foram-se instalando e chegamos a um panorama no qual as promiscuidades existentes nas associações corporativistas atingiram um nível crítico. Actualmente as associações de direito público são o espelho da elite da sociedade portuguesa, são 10/12 associações que representam uma grande fatia de activos que "controla" a sociedade. Somos "opinion makers", controlamos as empresas, e uma parte do país está na nossa mão. São estas pseudo-elites que publicam opiniões, que tentam manobrar a opinião pública com vista a proteger os seus interesses, que estão contra a perca de privilégios. A passagem de testemunho para os mais jovens está estrangulada pelos lobbies dos dinossauros que, há décadas, controlam as corporações de direito público e querem continuar com as suas "capelinhas". A ANET assume uma ruptura total e absoluta com estas promiscuidades associativas.

Perspectiva - Tem exemplos práticos para sustentar essas afirmações?

AG - Vários até. Vejamos na saúde. São os médicos que dizem que não se deve formar mais médicos e contestam o governo quando diz que este quer mais licenciados em medicina. E porquê? Simplesmente porque querem controlar o mercado para que os que já estão instalados possam cobrar os montantes exorbitantes a que assistimos na saúde. Todos os dias ouvimos falar que vamos importar médicos de Espanha, vá da América... Não temos nada contra isso, mas o que não percebemos é como este país se dá ao luxo de não produzir os técnicos que necessários para o seu desenvolvimento. Por isso é que uma consulta médica tem custos astronómicos, um especialista custa o que custa, para uma consulta num dermatologista é necessário esperar 3 meses, e pagamos o preço que querem, não existe controlo. E esta situação reflete-se na engenharia e na arquitectura, são lobbies dos que estão instalados contra os novos, e que não permitem o acesso ao mercado.

Perspectiva - Outro exemplo?

AG - Outro exemplo foi a crise que assistimos com os dentistas. Todos nos lembramos que, há uns anos atrás, não havia dentistas em Portugal. E porquê? Porque o lobbies não o permitiam e nem sequer reconheciam dentistas formados noutros países, nomeadamente no Brasil. Porque há os supostamente "bem pensantes" que querem conservar a aletracia do tempo de Salazar, para preservarem o seu interesse pessoal, ou dos seus amigos, ou da sua casta...É inacreditável... Como é que essas organizações corporativas, nas quais obviamente nos incluímos, mas que sempre tivemos em ruptura, tentam controlar aquilo que é a posição política validada? O porquê da exclusividade? É de um estado arcaico, feudal...

Perspectiva - E existe pressão sobre o governo para manter o estado actual das coisas?

AG - Não lhe chamaria presão, mas sim arrogância. Porque é que hasionário dos médicos se nega a mudar o código de ética relativamente à IVG (interrupção voluntária da gravidez)? Mas não muda como? A Assembleia da República é que publica o decreto!

Perspectiva - E a solução?

AG - Extingue!

Perspectiva - Extingue?

AG - Extingue a ordem dos médicos, porque é o incumprimento de uma lei da Assembleia da República que se negam a mudar. É uma postura de arrogância de uma instituição de direito público que tem poderes delegados do estado por decreto da Assembleia. Sendo o estado que a criou, tem toda a legitimidade para a extinguir. Se quisesse criar uma associação de médicos contra a IVG privada, teria todo o direito e legitimidade, agora algo que tem poderes delegados do estado, não é aceitável. Em 2003 fizemos uma publicação a pedir ao estado que alterasse a postura para controlar os poderes excessivos e monopolistas que as associações de direito público detinham, ou então que começasse por nós e extinguisse a ANET, porque no estado em que as coisas se encontravam, não estávamos disponíveis para fazer o mesmo papel que outras ordens fazem.

Perspectiva - E essas promiscuidades continuam?

AG - Actualmente estamos em processo de mudança. Chegamos a este ponto por sedentarismo de alguns governos. Este, em dois anos, modificou muita coisa. Se todos os governos tivessem assumido com frontalidade este problema como o actual tem, já teria sido resolvido há muito tempo. Temos obviamente que estimular estas mudanças. O governo abordou, há alguns meses, a questão da função pública. Miseravelmente um engenheiro técnico não podia exercer um cargo de director nem chefe na função pública porque não era detentor de uma licenciatura. Éramos competentes para exercer o nosso trabalho, mas o tal elitismo, o classicismo não permitia outros cargos. A reforma da função pública é de facto necessária. É nisso que temos batalhado, quando dizemos que estamos de acordo com o governo, e não o escondemos porque este governo tem tido a coragem de enfrentar os lobbies, as corporações, em benefício do colectivo.

Perspectiva - Já que fala em engenharia, o que nos pode dizer das assinaturas falsas de engenheiros e arquitectos?

AG - Há três anos fizemos uma campanha contra a engenharia ilícita, na qual convidei a associação dos arquitectos para fazer uma campanha conjunta. É uma campanha que passa por pressupostos muito simples, ou seja, a emissão de uma declaração pelas organizações para cada projecto que determinado profissional subscreva/elabore, e não uma declaração com validade de um ano sem limites, e que só fosse emitida com uma vinheta numerada a todos aqueles que demonstrassem não ser devedores ao Fisco. Nós avançamos com o processo sozinhos. Detectamos que há engenheiros/arquitectos, que chegam a assinar mais de mil projectos por ano. Obviamente que não os fazem, é uma fraude, é uma fraude para o colega do lado, porque lhe rouba trabalho, depois cobra 200/300 euros por fazer um projecto e, obviamente, é um projecto deficiente ou feito por um curioso, portanto é uma fraude completa, e eu pergunto o porquê desta situação?

Perspectiva - Levantaram-se vozes contra?

AG - Tivemos sérios problemas. Questionaram-nos acerca dos colegas arquitectos, que não adoptaram este mecanismo, e que estariamos assim em desvantagem. Não estamos nada em desvantagem, mas há gente que ficou muito zangada, surgindo mesmo alguns conflitos. Mas não temos medo, eu e a equipa que está comigo há vários anos encaramos esta matéria como ponto de honra e, portanto, vamos manter e temos o apoio da classe.

Perspectiva - Relativamente aos jovens licenciados em engenharia e a sua situação actual no mercado de trabalho com o processo de Bolonha?

AG - Neste momento estamos a travar outra luta. Estamos a fazer os possíveis para que os novos licenciados pós-bolonha comecem a fazer estágio iniciando o exercício legal da profissão de engenheiro, até porque actualmente existem cerca de 60.000 licenciados em engenharia a trabalhar ilegalmente, a serem explorados. Esta situação não pode continuar.

Perspectiva - O futuro para engenharia portuguesa?

AG - Para a engenharia portuguesa augro um excelente futuro. Expurgadas as questões de interesses e com as medidas que o governo já tomou, nomeadamente o novo regime jurídico, estão desfeitos os nós que eram bloqueadores para o dinamismo do progresso da engenharia portuguesa. Mas a engenharia portuguesa tem que pensar mais longe, tem que ver o mercado mundial como seu mercado natural, nomeadamente o mercado CPLP. Temos feito um esforço para apoiar a criação de universidades tecnológicas em Angola, Cabo Verde e Moçambique, porque acreditamos que é uma forma de expandir a nossa engenharia e termos acesso a novos mercados. E a engenharia portuguesa está num momento de grande expansão, que muitas vezes não é realçada. Esqueceremo-nos que na electrónica, nas telecomunicações, no software e hardware, a engenharia portuguesa é já líder, e a exportação tecnológica é enorme. O nosso modelo rural e de país agrícola está em constante mutação. Temos empresas de base tecnológica a vender para o exterior, o nosso desenvolvimento e a retoma estão a ser feitas à custa da exportação de muitos bens imateriais (software). Há uma nova geração de portugueses que se expandiu para o mercado exterior exportando tecnologia de ponta. É preciso realçar esta situação.

Perspectiva - Esse desenvolvimento passa pela formação de novos engenheiros?

AG - Obviamente. É necessário abrir escolas, universidades e formar pessoas. É necessário que nós, já com 30 anos, entreguemos rapidamente o poder, à geração dos 25/30 anos. A alteração ao regime jurídico do Ensino Superior é a mais profunda feita em Portugal. As universidades passam, obrigatoriamente, a possuir no colégio eleitoral do seu reitor, 35% de entidades externas, deixando assim de ser "tudo em família". Isso vai trazer nos próximos anos a maior das transformações no ensino. Por isso não vale a pena as associações de direito público estarem a tapar a "panela de pressão". Daqui a 10 anos vamos ter um país diferente por via da educação. E a engenharia pode contribuir muito para isso. Acabando este monopólio e o bloqueio das ordens, as universidades poderão produzir o número de engenheiros necessários para melhorar o desenvolvimento económico do país. Os "velhos do Restelo" que lutam desesperadamente pela continuidade, afundar-se-ão. Actualmente, o nível de desemprego que existe nos jovens licenciados não se espelha na engenharia. Não há licenciados suficientes para as necessidades do país, é impossível encontrar um engenheiro desempregado. O futuro está nos jovens engenheiros... o futuro para a engenharia e para os engenheiros nunca esteve tão bom. O mundo está aos nossos pés. ■

O PRIMEIRO DE JANEIRO Segunda-feira, 10 de Dezembro de 2007 3

2º CONGRESSO ANET

Augusto Guedes, engenheiro técnico de formação e actual presidente da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET), fala sobre o actual estado da engenharia em Portugal, com a frontalidade e honestidade intelectual que lhe é reconhecida.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENGENHEIROS TÉCNICOS

O futuro nas mãos dos engenheiros

Augusto Guedes, engenheiro técnico e actual presidente da ANET

Da associação a que preside, passando pelo Processo de Bolonha, focando as novas alterações legislativas que vão regular o exercício da engenharia em Portugal, Augusto Guedes não foge a nenhuma questão, ao mesmo tempo que aposta o futuro para os engenheiros portugueses: aprender sempre, com olhos postos lá fora. Quanto à actuação do actual Governo, o presidente da ANET espera que cumpra com a promessa que mostrou até agora e que não encaixa nos "velhos do Restelo".

Como analisa o percurso da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos?

Nos últimos anos temos tido uma evolução francamente interessante. Temos encontrado problemas, como seria de esperar e como acontece com qualquer associação, mas temos sabido enfrentar as situações, sem atirar as culpas para o lado, sem nos lamentarmos. Não, se não for, tem de se fazer e as dificuldades são para ser ultrapassadas.

Um dos aspectos mais interessantes na ANET é a obrigatoriedade que os associados têm de estar com as contas em dia...

Nós sempre achamos que associações de direito público têm de ser entidades reguladoras, sonca entidades corporativas dos membros que estão na associação. Agora, de se dizer a depois se conseguir implementar, vai uma enorme distância. Mas é com muito agrado que vemos o ex-bastonário presidente da Ordem dos Economistas, Martinho Nobre, vir defender que não há revolver-se no reconhecimento ou não reconhecimento, na aprovação ou não aprovação dos cursos de economia, mas ia *assumir* regular a actividade. E *assumir* é muito. Começamos a ficar mais tranquilos porque começa haver mais associações de direito público a aderir, e não é irrelevante que seja a Ordem dos Economistas e, principalmente, o seu presidente Martinho Nobre, a exigir o que nós temos feito.

A alteração da designação da ANET para Ordem dos Engenheiros Técnicos é uma das bandeiras mais antigas da associação.

A ANET trabalha e equivale a uma ordem. Só não tem essa designação porque a Ordem dos Engenheiros se opõe fortemente. As competências são rigorosamente idênticas e a redenominação vai ocorrer dentro de dias, quer a Ordem queira, quer não. Também não estou nada preocupado com a vontade deles, eles não atribuem na ANET. Eles tentam que nós não tenhamos essa designação para nos tratar como escravos. É um problema que não nos preocupa nestes dias. Também não é por causa da designação que deixamos de trabalhar como trabalhamos. Não é por aí que deixamos de fazer o que fazemos, de dizer o que pensamos. Não há engenheiros de primeira classe e engenheiros de segunda classe.

Não temos de ter vergonha daquilo que somos. Nós somos engenheiros com um perfil diferente dos outros. Não dizemos que somos melhores, por modéstia, mas não somos seguramente piores.

ANET e o Processo de Bolonha

Falemos agora do Processo de Bolonha, que está finalmente implementado...

Para nós Bolonha, é passado. O que nos interessa agora é o pós-Bolonha. E sobre isso, nós tomamos uma medida recente que é, a partir de Dezembro de 2006, a ANET passa a receber todos os licenciados do Processo de Bolonha. O que nos interessa agora é como é que nós conseguimos contribuir para que os licenciados em engenharia obtenham um melhor perfil de competências. E esse é o nosso contributo neste momento. Bolonha, mal ou bem, com mais ou menos apoiantes, está no terreno, e cabe-nos a nós fazer desta oportunidade uma reforma verdadeira e combater aqueles que tentam travar o aprofundamento da reforma do Ensino Superior, que são bastantes. Desde logo, o sindicato dos professores, quer do Ensino Superior, quer do Ensino Secundário, estão contra, pois a reforma acaba com algumas das regalias que dão tão, fruto do desleixo dos vários governos. É inacreditável que se verifique o número de reprovações e de abandono escolar no Ensino Superior e no não-superior, e que não se faça nada. E os sindicatos e os professores, que não é a mesma coisa, em vez de se terem juntado ao Governo, com o intuito de debelar os problemas, opõem-se às medidas. É um processo complexo, moroso, mas no qual o Governo não pode fraquejar. Este Governo está a governar para o futuro do país e não para aqueles que estão organizados, como as associações de direito público.

O que podem esperar os novos licenciados da ANET?

A dignificação do exercício da profissão. Não temos medo dos licenciados em Bolonha, apesar de haver quem diga que as novas formações são menos completas, menos exigentes. Mas isso é dito sempre que há uma alteração em Portugal, o que era velho é que era bom. Mas isso não é verdade. Nós temos a profunda convicção que os jovens que concluem, hoje, a

2º CONGRESSO ANET

A direcção da ANET

Augusto Guedes considera as novas mudanças legislativas "importantes"

licenciatura, mais mais bem preparados para os mercados do futuro, muito melhores que nós, que saímos dos cursos há 8, 10 anos. Daqui a 20 anos, esta geração que está a entrar agora para o mercado vai chefiar toda a diferença, vai comandar. Não chegamos ao 25 de Abril, com 17, 18 anos, tudo pensado a nossa juventude foi moldada por modelos rígidos, sem nada de novo, sem a inovação. Para quem está a entrar agora, isto é pré-histórico, não há o complexo de pensar a diferença e não saber lidar com ela, demonstra uma crueldade a chefia qualquer lado. O país de hoje, não tem nada a ver com o de há 20 anos atrás. Cabe-nos a nós facilitar o processo e não sermos estilhaços do Salazar.

O novo plano legislativo

> Perdeu um marcha de legislativas como a Lei 60 a nova Lei dos Alvarás. O que esperar disto tudo?

Não alterações que vão mexer profundamente com a nossa realidade. Uma delas pega essencialmente o Eng. Paulo Lalo, porque o Ministério das Obras Públicas tinha as coisas um pouco desarrumadas. O InCI, sucessor INOPTI, tem uma função importante na nova jurisdição relativa à engenharia em Portugal.

Desde logo, a Lei 60, que saiu há três, quatro meses, está obrigada mas de um impacto não necessário neste momento. Os projectos de engenharia passam a ser da responsabilidade de quem o elabora. E esse projecto só pode ser chancelado por um elemento de uma associação de direito público que de um ponto de vista responsabilizam desse projecto. Dessa de cima, assim, vejo à análise da realidade licenciadora. Ou seja, a Lei 60 acaba com o que tínhamos até agora que era o seguinte: levávamos o projecto que dávamos até à Câmara, onde ninguém entrava a um técnico qualquer, que pode muito bem não ter qualquer formação específica e que dizia: "não gosto disto, isto está mal, isto está bom". A partir da implementação Lei 60, não há certidão licenciadora que possa dar um ano. Eu faço um projecto, eu entrego o projecto e ele não é mesmo a ninguém analisar! Transfere a responsabilidade para o técnico que elaborou o projecto. Isto alterá tudo, isto até pode que é corrupção. Porque muita da corrupção que existe deriva da Câmara ou da entidade licenciadora que não gostava disto e daquilo, mas quanto não se corrige uma branca. Isto acabou! Esta alteração é profunda e não é possível ainda hoje atingir o impacto que isso vai ter.

A aprovação do Código de Contratos Públicos, o CCP que está neste momento na Presidência da República para promulgação, altera de uma forma profunda, também, tudo que é contratação pública. Porque, até agora, o que é que não fazíamos? Não concluíamos obra, quer seja de civil, quer seja de outra área, sem um projecto de execução, o que deixava as não dos construtores a responsabilidade de, a partir de um abanoro, construir. Edel, por exemplo, a derrapagem na Casa da Música, na Ponte D. João, do engenheiro Edgar Cardoso, que não tinha um projecto de execução. Mas isto é verdade em todos os projectos que não têm um projecto de execução. Não havia os projectos de execução, logo, o construtor tinha de arranjar soluções. Por isso é que a Casa da Música era para custar, por exemplo, cito milhões, e custou 4 milhões.

Outra alteração profunda é esta: a reforma do ensino superior. Desde logo a dois níveis: a implementação de Processo de Bolonha (como já falámos), que altera toda a mentalidade de que estávamos habituados; a outra mudança é a alteração do regime jurídico do ensino superior, ou politécnico e as universidades fundadas, e vão que os novos alunos tenham uma nova metodologia mas que o código civil não tinha 15 por cento de sociedade civil, o que acaba com a empresilhas. Porque não é já só entre os professores e os corpos internos das universidades que se decide a eleição do reitor, mas uma parte agora tem de ser exterior. Isto implica uma maior transparência e decoro. Até onde isto vai? Até onde as forças que se opõem conseguirão travar este processo?

Não são alterações boas a dimensão de todas essas alterações. Mas há uma coisa que achamos: o Governo tem de assistir a todos aqueles que querem evitar a mudança. E não sabe momento desafiamos os licenciados o Governo a continuar com as opções que tem tomado, que são coisas, uma vez por dia, o mais pois as boas coisinhas.

> Falou em corrupção, um tema muito que em voga no nosso país de.

Uma verdade é inegável: a sociedade portuguesa está muito cheia da pois essa situação, e não acredito que durante muitos anos fiscais, que é o cumprimento cívico. Isso é uma tarefa de consciência e não pelas engenharias técnicas, não temos vindo a introduzir, como entidade regladora, uma série de medidas com esse objectivo. Por exemplo, não são obrigatórios ainda para subscrição de pareceres, se não provar que tem os impostos em dia. E, portanto, a corrupção é algo muito vasto. A mais importante delas é a corrupção das mentalidades: o pequeno favor, este outro. Depois há a corrupção do dinheiro. Mas tudo parte da primeira, da mentalidade. O que está a acontecer hoje em dia é que não é justo estamos considerados um país corrupto. Até porque esse ajuda de que se fala não corresponde ao verdade. Agora que há focos de corrupção, que não todos, enquanto cidadãos, devemos abordar de uma forma despreocupada. Não sabemos que ela existe, temos que identificá-la, anebelá-la e corrigi-la. Porque pode ser aceitável. Na maior parte das vezes, não é com grandes atitudes que resolvemos este problema: é com pequenas estratégias, como as que o Governo tem vindo a tomar e que passam, mais geral, despercebidas. Por exemplo, o nº 1, do art.º 21, da Lei 60 não que passou despercebido à maioria das pessoas. E, portanto, não são somos defensores de grandes medidas, pois acabam sempre por falhar: temos o exemplo de muitas vezes pequenas corrupções, como a alteração que estamos na Lei dos Alvarás, na Lei dos Projectos.

O PRIMEIRO DE JANEIRO Segunda-feira, 10 de Dezembro de 2007 5

2º CONGRESSO ANET

Agora, é preciso que o Governo continue e que se mantenha escrupuloso, pois há muita gente contra. A opinião publicada, que não corresponde à opinião pública, que são aquelas que não dorm para escrever no jornal e aparecem na televisão, são contra essas medidas.

> Tem consciência que há algo que nunca vai conseguir ter consenso?

Pois, mas as instituições de direito público têm responsabilidades e as suas acções têm consequências, porque caso contrário não funcionaria. Há muitos de fazer parte do conjunto de pessoas que bem de apoiar o Governo, para dizer que está de crise, porque não são todos a gostar com esta situação. Isso não é um problema do Governo, é um problema de todos nós. Até porque acima crises, o mais importante é o Governo, porque ele passa e nós ficamos. O importante é a sociedade civil.

"Fizemos o nosso caminho"

> Em questão de Lista, Portugal não tem sido de muito por fazer?

Não seria seria possível fazer mais. Há um período de mercação normal. Se analisarmos bem, não vamos 30 anos de democracia e os primeiros anos são sempre extraordinários. A revolução democrática há 30 anos atrás. Há temas que fazer todos os seus degraus, e penso que não podíamos ter feito mais. Não sou com aos temas de República. Não sou especialista que, antes da implantação da República, a escola não era para todos. Constantemente a outras monarquias, a escola era das mais elevadas. A maioria das nossas escolas foram criadas na República. Depois disso, temos de fazer com Salazar. Ou seja, todo o mundo, durante grande tempo e durante muito. Mas ele sente, para muita gente, é perturbador. Cabe-nos a nós fazer para com a nova geração. Ainda agora, quando aparece um presidente de Câmara, ou um secretário de Estado, ou um ministro mais novo, isso ainda é motivo de primeira página. Ainda há quem não perceba que quem tem hoje 25 anos, tem uma vivência e uma experiência incomparável à nossa.

Quando cheguei para o Instituto de Engenharia, não tínhamos dois terminais de time-sharing. Em pouco fizemos marcações com semanas de antecedência para podermos trabalhar uma hora num dos terminais. Não há comparação com o que se passa hoje.

Temos de ter a humildade de dar espaço lugar aos mais jovens. Cabe-nos a nós ajudarmos à escola, para melhorarmos a educação.

Aliás, teve presidente da ANET há seis anos. Há vinte anos atrás atravessamos de grande tensão interna. No último congresso, tivemos a noite de ter todas as correntes de opinião dentro dos engenheiros, porque escolhemos os nossos caminhos correctos. Há uma instituição de direito público que tenha tido coragem e frontalidade de convidar que só associados que compromissos que têm a situação fiscal regularizada podem fazer projectos. Isso é muito importante. Estamos a engenharia nos nossos associados.

Educação como prato forte

> Como decorreu o 2º Congresso da ANET?

O congresso teve uma comparecência muito forte de associados das direcções da geração que está a acabar actualmente. E o congresso está a testar dentro os engenheiros técnicos para as profundas mutações da legislação, que se obriga a uma actualização constante a todos os níveis. O desafio do mundo à escola, da obrigação de continuarmos a estudar durante o exercício da profissão. Depois, tem uma componente que é a nossa intervenção no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que é um espaço por excelência, do qual não são devedores ninguém, antes a cooperação fácil, porque é um espaço que o qual não podemos vender serviços, vender engenharia, e que é um factor de riqueza muito grande. Não são temas um país isolado em termos de matérias-primas, mas somos um país que pode exportar muito da matéria-prima que é o conhecimento. E, portanto, esse espaço da CPLP é um espaço que nos é devedor, que nos é simpático. Por isso, estamos empenhados em projectos nos quais estamos a trabalhar, em Cabo Verde, Angola e Moçambique, e fizemos o desafio para os engenheiros portugueses arriscarem e irem à busca de trabalho noutras paragens.

> A ANET alcançou bons resultados?

A ANET funciona aqui somente como facilitadora do processo. Por muitas histórias, temos bons relatórios com colegas nomeadamente que vieram aos países que já referi, e portanto, facilmente conseguimos constituir sociedades. A ANET é um meio vital, não tem intenção de ser proprietária de coisa alguma. Unicamente indicamos o caminho, pois por vezes não é fácil chegar a esses países. Unicamente é fácil provar quanto isso.

> A CPLP é um desafio turístico de engenharia em Portugal?

Um dos futuros da engenharia é impedirmos à economia global. Não vale a pena fazer de conta que não está a acontecer nada.

> Não devemos ficar "no que [illegible]"?

Não, de todo. Temos de assumir a nossa identidade primordial, a nossa forma de estar na vida. Houve aqui um tempo em que estamos de braços, mas sabe que engenheiros é pelo que sempre soubemos fazer bem. Agora, há uma coisa que na engenharia é muito importante: com a economia global, com as comunicações, não podemos fazer um projecto de engenharia aqui em Portugal, e no outro dia ser entregue a outro país qualquer. Eu coloco um escritório de engenheiros portugueses, localizado em Macau, que apresentam projectos lá em Portugal, sem que isso se note. Não precisamos muito precisamos de muita coisa, basta que nos dêem o impulso inicial para acreditarmos em a empresa.

A ANET tem funcionado como provocadora da realidade, temos tentado puxar pelos engenheiros, pelo país, temos tentado ser um elemento motivador. Não vale a pena andarmos com a cabeça enterrada, há que ser público e dizer as coisas como elas são, porque tempo é dinheiro, como se diz. E há uma coisa que não tenho dúvida: prefiro uma má decisão a uma boa não decisão. Não tenho nenhum medo do risco.

> Essa mentalidade é transmitida também aos jovens?

Acho que sim, pois já há duas direcções que os colegas me escolhem. Portanto, tudo leva a crer que os resultados da polémica não sejam idênticos, quando recordarem que a direcção que vão à frente é uma direcção responsável, com direcção e objectivos.

> Qual futuro para a engenharia?

O futuro da engenharia portuguesa passa pelo aprofundamento do conhecimento e do espírito de engenheiro, que é "saber fazer, saber fazer bem, saber fazer bem à primeira". Isso é que é a cultura de um engenheiro. O engenheiro não é alguém que fica atrapalhado perante um obstáculo, é quem, perante um problema, arranja uma solução. E não que a sociedade exprima de não.

Quando há uma situação complexa, é exigido ao engenheiro uma solução, no momento. Por isso, digo que é preferível uma má decisão, a uma boa não decisão. Outro aspecto é que, hoje, um engenheiro é um escalado, significa que temos de continuar a estudar todos os dias.

> Mensagem para os engenheiros?

Continuem a estudar e continuem a escrever projectos, pois uma crise e outra são inferiores. E que tenham consciência que o futuro está em suas mãos, não haja dúvida disso.

"As instituições de direito público têm responsabilidades e as suas acções têm consequências"

LOCALIZAÇÃO DO AEROPORTO CONHECIDA EM BREVE

> Não poderíamos deixar de questionar Ao gosto Ouvido relativamente a uma das questões mais centrais dos últimos tempos em Portugal: a localização do novo aeroporto de Lisboa. Para o presidente da ANET, o Governo vai decidir em breve e bem.

Há pouco disse que preferia uma má decisão a uma boa não decisão. Há bem dessa afirmação, como vê o protelamento da decisão relativa à localização do seu aporto?

Não, não estou nada a pensar nisso. Estou convicto que o Governo, dentro de dias, vai tomar uma decisão, na minha opinião uma boa decisão, que obviamente não vai agradar a todas as pessoas. Mas vai ser uma boa decisão. O primeiro-ministro não perde tempo com questões assim; pode decidir não agradando a todos. Mas penso que ele vai decidir em breve e bem. Até porque, como já referi, a actuação deste Governo tem sido orientada para o futuro.

N.5 Junho 2008 ANET | Revista Técnica de Engenharia 2º CONGRESSO ANET

O FUTURO NAS MÃOS DOS ENGENHEIROS

AUGUSTO GUEDES, ENGENHEIRO TÉCNICO DE FORMAÇÃO E ACTUAL PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENGENHEIROS TÉCNICOS (ANET), FALA SOBRE O ACTUAL ESTADO DA ENGENHARIA EM PORTUGAL, COM A FRONTALIDADE E HONESTIDADE INTELECTUAL QUE LHE É RECONHECIDA.

Da associação a que preside, passando pelo Processo de Bolonha, focando as novas alterações legislativas que vão regulamentar o exercício da engenharia em Portugal, Augusto Guedes não foge a nenhuma questão, ao mesmo tempo que aponta o futuro para os engenheiros portugueses: aprender sempre, com olhos postos lá fora. Quanto à actuação do actual Governo, o presidente da ANET espera que continue com a trajectória que mostrou até agora e que não sucumba aos "velhos do Restelo".

COMO ANALISA O PERCURSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENGENHEIROS TÉCNICOS?

Nos últimos anos temos tido uma evolução francamente interessante. Temos encontrado problemas, como seria de esperar e como acontece com qualquer associação, mas temos sabido enfrentar as situações, sem atirar as culpas para o lado, sem nos lamentarmos. Não, se não se fez, tem de se fazer e as dificuldades são para ser ultrapassadas.

UM DOS ASPECTOS MAIS INTERESSANTES NA ANET É A OBRIGATORIDADE QUE OS ASSOCIADOS TÊM DE ESTAR COM AS CONTAS EM DIA.

Nós sempre achamos que associações de direito público têm de ser entidades reguladoras, nunca entidades corporativas dos membros que estão na associação. Agora, de se dizer a depois se conseguir implementar, vai uma enorme distância. Mas é com muito agrado que vemos o reeleito presidente da Ordem dos Economistas, Murteira Nabo, vir defender que não se envolver-se no reconhecimento ou não reconhecimento, na aprovação ou não aprovação dos cursos de economia, mas ia somente regular a actividade. E somente é muito. Começamos a ficar mais tranquilos porque começa haver mais associações de direito público a aderir, e não é irrelevante que seja a Ordem dos Economistas e, principalmente, o seu presidente Murteira Nabo, a seguir o que nós temos feito.

>>

A ALTERAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE ANET PARA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS É UMA DAS LUTAS MAIS ANTIGAS DA ASSOCIAÇÃO.

A ANET trabalha e equivale a uma ordem. Só não tem essa designação porque a Ordem dos Engenheiros se opõe ferozmente. As competências são rigorosamente idênticas e a redenominação vai ocorrer dentro de dias, quer a Ordem queira, quer não. Também não estou nada preocupado com a vontade deles, eles não mandam na ANET. Eles tentam que nós não tenhamos essa designação para nos tratar como menores.

É um problema que não nos preocupa nestes dias. Também não é por causa da designação que deixamos de trabalhar como trabalhamos. Não é por aí que deixamos de fazer o que fazemos, de dizer o que pensamos. Não há engenheiros de primeira classe e engenheiros de segunda classe. Não temos de ter vergonha daquilo que somos. Nós somos engenheiros com um perfil diferente dos outros. Não dizemos que somos melhores, por modéstia, mas não somos seguramente piores.

ANET E O PROCESSO DE BOLONHA

FALEMOS AGORA DO PROCESSO DE BOLONHA, QUE ESTÁ FINALMENTE IMPLEMENTADO...

Para nós Bolonha, é passado. O que nos interessa agora é o pós-Bolonha. E sobre isto, nós tomamos uma medida recente que é, a partir de Dezembro de 2007, a ANET passa a receber todos os licenciados do Processo de Bolonha. O que nos interessa agora é como é que nós conseguimos contribuir para que os licenciados em engenharia obtenham um melhor perfil de competências. E esse é o nosso combate neste momento. Bolonha, mal ou bem, com mais ou menos apoiantes, está no terreno, e cabe-nos a nós fazer desta oportunidade uma reforma verdadeira e combater aqueles que tentam travar o aprofundamento da reforma do Ensino Superior, que são bastantes. Desde logo, o sindicato dos professores, quer do Ensino Superior, quer do Ensino Secundário, estão contra, pois a reforma mexe com algumas das regalias que eles têm, fruto do dedeixo dos vários governos. É inaceitável que se verifique o número de reprovações e de abandono escolar no Ensino Superior e no não-superior, e que não se faça nada. E os sindicatos e os professores, que não é a mesma coisa, em vez de se terem juntado ao Governo, com o intuito de debelar os problemas, opõem-se às medidas. É um processo complexo, reconheço, mas no qual o Governo não pode fraquejar. Este Governo está a governar para o futuro do país e não para aqueles que estão organizados, como as associações de direito público.

O QUE PODEM ESPERAR OS NOVOS LICENCIADOS DA ANET?

A dignificação do exercício da profissão. Não temos medo dos licenciados em Bolonha, apesar de haver quem diga que as novas formações são menos completas, menos capazes. Mas isto é dito sempre que há uma alteração em Portugal, o que era velho é que era bom. Mas isso não é verdade. Nós temos a profunda convicção que os jovens que concluem, hoje, a licenciatura, vêem mais bem preparados para os combates do futuro, muito melhores que nós, que saímos dos cursos há 20, 30 anos. Daqui a 20 anos, esta geração que está a entrar agora para o ensino superior, vai fazer toda a diferença, sem complexos. Nós chegamos ao 25 de Abril, com 17, 18 anos, tendo passado a nossa juventude formada por modelos rurais, avessos ao risco, avessos à inovação. Para quem está a entrar agora, isto é pré-histórico, não há o complexo de passar a fronteira e não saber línguas, demorar uma eternidade a chegar a qualquer lado. O país de hoje, não tem nada a ver com o de há 20 anos atrás. Cabe-nos a nós facilitar o processo e não sermos «velhos do Restelo».

O NOVO PLANO LEGISLATIVO

ESTÃO EM MARCHA ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS, COMO A LEI 60, A NOVA LEI DOS ALVARÁS. O QUE ESPERAR DISTO TUDO?

São alterações que vêm mexer profundamente com a nossa realidade. Uma das peças essenciais é o Eng. Ponce Leão, porque o Ministério das Obras Públicas tinha «a casa um pouco desarrumada». O InCI, anterior IMOPPI, tem uma função importante na nova jurisdição relativa à engenharia em Portugal. Desde logo, a Lei 60, que saiu há três, quatro meses, será cirúrgica mas de um impacto não mensurável neste momento. Os projectos de engenharia passam a ser da responsabilidade de quem o elabora.

E esse projecto só pode ser elaborado por um elemento de uma associação de direito público e que ele assume todas as responsabilidades desse projecto. Deixa de estar, assim, sujeito à análise da entidade licenciadora. Ou seja, a Lei 60 acaba com o que tínhamos até agora que era o seguinte: levávamos o projecto que elaboramos até à Câmara, onde seria entregue a um técnico qualquer, que podia muito bem não ter qualquer formação específica e que dissesse "não gosto disto, isto está mal, isto está bem". A partir da implementação Lei 60, não há entidade licenciadora que possa dizer isto. Eu faço um projecto, eu entrego o projecto e ele não é sujeito a nenhuma análise! Transfere a responsabilidade para o técnico que elaborou o projecto. Isto altera tudo, indo até àquilo que é corrupção. Porque muita da corrupção que existia derivava da Câmara ou da entidade licenciadora que não gostava disto e daquilo, enquanto não recebesse uma benesse. Isto acabou! Esta alteração é profunda e não é possível ainda hoje atingir o impacto que isto vai ter. A aprovação do Código de Contratos Públicos, o CCP que está neste momento na Presidência da República para promulgação, altera de uma forma profunda, também, tudo que é contenção pública. Porque, até agora, o que é que nós fazíamos? Nós executávamos obra, quer seja de civil, quer seja de outra área, com um projecto de execução, o que deixava na mão dos construtores a responsabilidade de, a partir de um «boneco», construir. E daí, por exemplo, a derrapagem na Casa da Música, na Ponte D. João, do engenheiro Edgar Cardoso, que não tinha um projecto de execução.

Mas isto é verdade em todos os projec-

tos que não têm um projecto de execução. Não havia as peças da execução, logo, o construtor tinha de arranjar soluções. Por isso é que a Casa da Música em pouco custou por exemplo, oito milhões, e custou 40 milhões. Outra alteração profunda é esta a reforma do ensino superior. Desde logo a dois níveis: a implementação do Processo de Bolonha (como já falámos) que alterou toda a realidade a que estávamos habituados; a outra mudança é a alteração do regime jurídico do ensino superior que acaba com o ensino superior politécnico e as universidades fechadas, e obriga que os novos reitores tenham uma nova metodologia mas que o colégio eleitoral tenha 35 por cento da sociedade civil, o que acaba com a «capelinha». Porque não é já só entre os professores e os corpos internos das universidades que se decide a eleição do reitor, mas uma parte agora tem de ser exterior. Isto implica uma maior transparência e desafio. Até onde isto vai? Até onde as forças que se opõem conseguirão travar este processo? Nós não sabemos bem a dimensão de todas estas alterações.

Mas há uma coisa que sabemos: o Governo tem de resistir a todos aqueles que querem evitar a mudança. E nós neste momento desafiamos e estimulamos o Governo a continuar com as opções que tem tomado, que vão colocar uma vez por todas, o nosso país no bom caminho.

FALOU EM CORRUPÇÃO, UM TEMA MAIS QUE EM VOGA NA NOSSA REALIDADE...

Uma verdade é inegável: a sociedade portuguesa está mais alertada para essa situação, e não aceita o que durante imensos anos foi comum, que é o enriquecimento ilícito. Isso é uma tomada de consciência e feito pelos engenheiros técnicos, nós temos vindo a introduzir como entidade reguladora, uma série de medidas com esse objectivo. Por exemplo, nós não admitimos ninguém para subscrição de processos, se não provar que tem os impostos em dia. E, portanto, a corrupção é algo muito vasto. A mais importante delas é a corrupção das mentalidades: o pequeno favor, entre outros. Depois há a corrupção do dinheiro. Mas tudo parte da primeira, da mentalidade. O que está a acontecer hoje em dia é que não é justo sermos considerados um país corrupto. Até porque esse «país» de que se fala não corresponde inteiramente à verdade. Agora que há focos de corrupção, que nós todos, enquanto cidadãos, devemos abordar de uma forma desapreconceituosa. Nós sabemos que ela existe, temos que identificá-la, resolvê-la e corrigi-la. Porque pode ser susceptível. Na maior parte das vezes, não é com grandes medidas que resolvemos este problema: é com pequenas «cirurgias», como as que o Governo tem vindo a tomar e que passam, regra geral, despercebidas. Por exemplo, o nº 8, do artº 20, da Lei 60 acho que passou despercebido à maioria das pessoas. E, portanto, nós não somos defensores de grandes medidas, pois acabam sempre por fracassar.

Somos apoiantes de sucessivas pequenas correcções, como a alteração que vai haver na Lei dos Alvarás, na Lei dos Projectos. Agora, é preciso que o Governo continue e que se sinta encorajado, pois há muita gente contra. A opinião publicada, que não corresponde à opinião pública, que são aquelas que têm força para escrever nos jornais e aparecer nos telejornais, são contra estas medidas.

TEM CONSCIÊNCIA QUE É ALGO QUE MEXE COM MUITOS INTERESSES INSTALADOS.

Pois mas as instituições de direito público têm responsabilidades e as suas acções têm consequências, porque caso contrário não faz sentido. Nós temos de fazer parte do conjunto de pessoas que tem de apoiar o Governo, para alterar este estado de coisas, porque salvos todos a ganhar com esta situação. Isto não é um problema do Governo, é um problema de todos nós. Até porque nestas coisas, o menos importante é o Governo, porque eles passam e nós ficamos. O importante é a sociedade civil.

"RETOMAMOS O NOSSO CAMINHO"

EM QUESTÃO DE LEIS, PORTUGAL NÃO TEM AINDA MUITO POR FAZER?

Não sei se seria possível fazer mais. Há um período de maturação normal. Se analisarmos bem, nós temos 30 anos de democracia e os primeiros anos não nos entendíamos. A revolução francesa foi há 300 e tal anos. Nós tivemos que fazer tudo muito depressa, e penso que não poderíamos ter feito mais. Nós nem cem anos temos de República. Não nos esqueçamos que, antes da implantação da República, a escola não era para todos. Continuamente a outras monarquias, a nossa era das mais conservadoras.

A maioria das nossas escolas foram criadas na República. Depois disso, tivemos 50 anos com Salazar. Ou seja, tudo somado, tivemos pouco tempo e fizemos muito. Mas este muito, para muita gente, é perturbador. Cabe-nos a nós fazer a ponte com a nova geração. Ainda agora, quando apareceu um presidente de Câmara, ou um secretário de Estado, ou um ministro mais novo, isso ainda é motivo de primeira página. Ainda há quem não perceba que quem tem hoje 20 anos, tem uma vivência e uma experiência incomparável à nossa. Quando eu entrei para o Instituto de Engenharia, nós tínhamos dois terminais de timesharing. Era preciso fazermos marcações com semanas de antecedência para podermos trabalhar uma hora num dos terminais. Não há comparação com o que se passa hoje. Temos de ter a humildade de ceder o lugar aos mais jovens. Ceder para regressarmos à escola, para voltarmos a educarmos. Aliás, sou presidente da ANET há sete anos. Nós vivemos momentos de grande tensão interna. No último congresso, tivemos a sorte de ter todas as correntes de opinião dentro das engenharias, porque escolhemos os caminhos correctos. Não há outra instituição de direito público que tenha tido coragem e frontalidade de assumir que só associados que comprovem que têm a situação fiscal regularizada podem fazer projectos. Isso é muito importante. Estamos a regular os nossos associados.

EDUCAÇÃO COMO PRATO FORTE

COMO DESCREVE O 2.º CONGRESSO DA ANET?

O congresso tem uma componente muito forte de análise das alterações à legislação que estão a acontecer actualmente. E o congresso está a tentar alertar os engenheiros técnicos para as profundas alterações da legislação, que os obriga a uma actualização constante a todos os níveis. O desafio do retorno à escola, da obrigação de continuarem a estudar durante o exercício da profissão. Depois, tem uma componente que é a nossa intervenção no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que é um espaço por excelência, do qual nós não devemos abdicar, em nenhuma circunstância, porque é um espaço para o qual nós podemos ver-

QUE FUTURO PARA A ENGENHARIA PORTUGUESA

der serviços, vender engenharia, e que é um factor de riqueza muito grande. Nós não somos um país rico em termos de matéria-prima, mas somos um país que pode exportar muito da sua riqueza que é o conhecimento. É, portanto, esse espaço da CPLP é um espaço que nos é favorável, que nos é simpático.

Por isso, estamos a apresentar tais projectos nos quais estamos a trabalhar em Cabo Verde, Angola e Moçambique, e fazemos o desafio para os engenheiros portugueses arriscarem e irem à busca de trabalho noutras paragens.

A ANET ABRE-LHES AS PORTAS?

A ANET funciona aqui somente como facilitadora do processo. Por razões históricas, temos boas relações com colegas nossos que vivem nos países que já referi, e portanto, facilmente conseguimos constituir sociedades. A ANET é um mero veículo, não tem intenção de ser proprietária de coisa alguma. Unicamente indicamos o caminho, pois por vezes não é tão fácil chegar a esses países. Única, e não é tão pouco quanto isso.

A CPLP É UM DOS FUTUROS DA ENGENHARIA EM PORTUGAL?

Um dos futuros da engenharia é responder à economia global. Não vale a pena fazer de conta que não está a acontecer nada.

NÃO DEVEMOS FICAR "ORGULHOSAMENTE SÓS"?

Não, de todo. Temos de retomar a nossa identidade primordial, a nossa forma de estar na vida. Houve aqui um tempo em que andamos distraídos, mas acho que regressamos àquilo que sempre soubemos fazer bem. Agora, há uma coisa que na engenharia é muito importante: com a economia global, com estas comunicações, nós podemos fazer um projecto de engenharia aqui em Portugal, e no outro dia ser entregue noutro país qualquer. Eu conheço um escritório de engenheiros portugueses, localizado em Macau que apresentam projectos cá em Portugal, sem que isso se saiba. Nós portugueses nunca precisamos de muita coisa, basta que nos dêem o impulso inicial para arrancarmos com a empreitada. A ANET tem funcionado como provocador da realidade, temos tentado puxar pelos engenheiros, pelo país, temos tentado ser um elemento notável. Não vale a pena andarmos com conversa mole, há que ser prático e dizer as coisas como elas são, porque tempo é dinheiro, como se diz. E há uma coisa que não tenho dúvida: prefiro uma má decisão a uma boa não decisão. Não tenho nenhum medo do risco.

ESSA MENTALIDADE É TRANSMITIDA À ASSOCIAÇÃO?

Acho que sim, pois já há duas eleições que os Colegas me escolhem. Portanto, tudo leva a crer que os resultados da próxima eleição sejam idênticos, quando reconhecem que a direcção que têm à frente é uma direcção responsável, com direcção e objectiva.

QUE FUTURO PARA A ENGENHARIA?

O futuro da engenharia portuguesa passa pelo aprofundamento do conhecimento e do espírito de engenheiro, que é "saber fazer, saber fazer bem, saber fazer bem à primeira". Isso é que é a cultura de um engenheiro. O engenheiro não é alguém que fica atrapalhado perante um obstáculo, é quem, perante um problema, arranja uma solução. É isto que a sociedade espera de nós. Quando há uma situação complexa, é exigido ao engenheiro uma solução, no momento. Por isso, digo que é preferível uma má decisão, a uma boa não decisão. Outro aspecto é que, hoje, ser engenheiro é ser inacabado, significa que temos de continuar a estudar todos os dias.

MENSAGEM PARA OS ENGENHEIROS?

Continuem a estudar e continuem a executar projectos, pois uma coisa e outra são indissociáveis. E que tenham confiança que o futuro está nas nossas mãos, não haja dúvida disso.

a&c
MENSAL N.º 213 - Junho 2008 - € 5,00
arte&construção
REVISTA PROFISSIONAL
DA CONSTRUÇÃO
E DOS NOVOS MATERIAIS
www.arteconstrucao.com
Tectos Knauf Ras,
Lamas e Mecano.
Poupança em numerário.
KNAUF
Entrevista
Promover o rigor e a
transparência
Feiras
SMOPYC 2008
seminári
Seminário
"Código dos contratos
públicos: diferentes olhares"
Em foco
Lisboa 1758
o Plano da Baixa hoje
Cozinhas e Encastre

sumário

Destaques . Junho 2008

Entrevista
Augusto Guedes

Augusto Guedes, presidente da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, assegura que cumpriu a promessa feita em 1998 ao "dotar o país de uma Associação credível que age enquanto autoridade reguladora". Paralelamente ao propósito de tornar a actividade dos engenheiros técnicos cada vez mais rigorosa e transparente, a ANET tem como desafio futuro criar uma rede de escolas com o cunho da Associação na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

6-10

Projecto
Charles Correa projecta em Lisboa

Ligar Lisboa ao rio é o propósito do projecto do Centro de Investigação da Fundação Champalimaud, da autoria do arquitecto indiano Charles Correa. O centro de investigação científica que pretende tornar-se uma referência no campo da biomedicina será desenvolvido num terreno de 60 mil metros quadrados na frente ribeirinha de Pedrouços.

12-16

Tektónica
10ª edição

Os corredores da 10ª edição da Tektónica – Feira Internacional da Construção e Obras Públicas foram percorridos por mais de 57 mil visitantes, que tiveram a oportunidade de conhecer as novidades do sector da construção através do contacto directo com 874 expositores nacionais e estrangeiros.

28-43

Feiras
SMOPYC 2008

A XIV edição do SMOPYC – Salão Internacional de Maquinaria para Obras Públicas, Construção e Mineria obteve os melhores resultados da sua história: um recorde de 2 014 expositores e mais de 100 000 visitas. O evento que se celebrou em Saragoça, de 22 a 26 de Abril, consagra-se, assim, como uma das principais feiras mundiais do sector.

44-45

Actual
Construção nacional no rumo da internacionalização

Consolidação de empresas, internacionalização e diversificação do negócio foram alguns dos caminhos apontados para as empresas de construção nacionais durante o seminário da Ordem dos Engenheiros sobre "os sectores da construção e do imobiliário em Portugal e Espanha", a 28 de Maio. Comum a muitos intervenientes foi também a ideia de que os novos investimentos poderão inverter a tendência negativa vivida pelo sector nos últimos anos.

48-49

Em foco
Lisboa 1758, o Plano da Baixa hoje

A exposição «Lisboa 1758, o Plano da Baixa hoje», patente até dia 1 de Novembro, no Pátio da Galé, Terreiro do Paço, em Lisboa, dá a conhecer o plano urbanístico que reconstruiu Lisboa da segunda metade do terremoto de 1755. Para além de partilhar conhecimento com os cidadãos, a Câmara Municipal de Lisboa usa este evento como pretexto para relançar o debate sobre a revitalização da Baixa-Chiado.

66

entrevista

entrevista

Augusto Guedes

Promover o rigor e a transparência

Augusto Guedes, presidente da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, acredita que cumpriu a promessa feita em 1999, ao "dotar o país de uma Associação credível que age enquanto autoridade reguladora". Paralelamente ao propósito de tornar a actividade dos engenheiros técnicos cada vez mais rigorosa e transparente, a ANET tem como desafio futuro criar uma rede de escolas com o cunho da Associação na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

entrevista

arte&construção – Quais são os mais recentes desenvolvimentos relativamente ao processo de Bolonha?

Augusto Guedes – Apesar da resistência evidenciada por algumas instituições, achamos que, tendo em conta como se fazem as coisas em Portugal, estamos acima do que é o normal do nosso grau de cumprimento de um plano. E devemos muito disso à determinação e clareza com que José Mariano Gago, ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, abordou o problema.

Foi recentemente aprovada uma alteração ao decreto-lei 74 que, embora não conhecendo ainda os pormenores, parece que simplifica e relança todo o processo de Bolonha. Se havia algum atraso, julgo que recuperamos em definitivo o tempo perdido com estas novas medidas. É óbvio que essa recuperação depende muito dos actores envolvidos: escolas e associações de direito público.

Continua a haver resistência, nomeadamente, da parte dos nossos colegas da Ordem dos Engenheiros. Estarão sempre contra o que representar inovação para Portugal. O país é o que é, e não o que gostaríamos que fosse. A ANET acha que o país tem de dar condições às suas elites, não elites de berço, mas sim àquelas que revelem uma estratégia de pensamento e capacidade de acção.

Qual a opinião da ANET sobre o novo Código dos Contratos Públicos?

O novo Código dos Contratos Públicos surge de um conjunto de medidas que o Governo tem tomado, onde eu insiro o processo de Bolonha, a modernização administrativa e todo um conjunto de leis estruturantes que este Governo tem desenvolvido.

Este código introduz graus de transparência, de rigor e de competitividade desconhecidos em Portugal. Saudamo-lo e esperamos que este Governo não altere este rumo de acção, porque o consideramos determinante para o país.

Contrariamente àquilo que muitos acham, não é uma sociedade fechada e proteccionista que nos leva ao desenvolvimento e à melhoria das nossas condições de vida. Considero que as medidas que o Governo tem tomado vão no caminho certo, não tenho nenhuma dúvida disso. Até julgo que deveria ir mais longe, nos mesmos já demos o exemplo há uns anos, quando passámos a obrigar todos os nossos membros a terem uma vinheta por cada projecto que fazem. Vinhetas essas que só são emitidas a quem declara e faz prova que tem os impostos em dia.

A sociedade civil, nomeadamente as associações de direito público, têm que assumir a sua condição de entidade reguladora e não de entidade corporativa defensora dos interesses exclusivos dos seus membros. Quem encara uma Associação de direito público com uma entidade que existe para defender os seus membros é de outro tempo. As associações de direito público existem para defender o consumidor, sendo certo que ao defendermos os consumidores estamos também a defender os nossos membros.

Ao decidirmos que não emitiríamos vinhetas a quem não faz prova de ter os impostos em dia, estamos a proteger todos os nossos colegas, porque não há concorrência desleal ou, pelo menos, há menos concorrência desleal.

Como classifica a qualidade da engenharia portuguesa e as capacidades dos engenheiros?

A qualidade da engenharia portuguesa é muito boa, embora considere que possa ainda ser melhor.

O que nos preocupa mais é que nem todas as escolas tem uma ligação muito estreita com a indústria e serviços. Ao mundo do trabalho, basicamente. Isso provoca, por vezes, um desfasamento entre o que se ensina e o que o mercado precisa. É nesse aspecto que as melhorias podem ser significativas.

Qualquer engenheiro com 12 anos de ensino secundário, três anos de ensino superior e um estágio profissional, fica habilitado desempenhar 90% dos actos de engenharia. Achamos que esta realidade não deve ser subvertida: os estudantes fariam três anos de formação em engenharia habilitante para o exercício da profissão, no fim do qual desenvolveriam um estágio controlado pelas associações de direito público, que lhes asseguraria a ligação ao mundo do trabalho. Passada esta primeira fase e após terem uma ligação ao mundo do trabalho, deveriam investir no segundo ciclo,

evitando a existência de engenheiros de proveta.

Existem muitos engenheiros doutorados que nunca perceberam como funciona uma empresa. O país precisa de engenheiros doutorados, é claro, mas é numa pequena faixa. Achamos que pode haver duas ou três escolas em Portugal com mestrado integrado para fazer investigação.

Também somos da opinião que ao Estado cabe dar uma formação de primeiro ciclo mais ou menos gratuita, com uma propina que não seja

entrevista

curriculum vitae

Augusto Ferreira Guedes

Nasceu em Angola, Huambo, em Novembro de 1951.

Estudou no Huambo onde completou o curso Complementar de Electricidade.

Em 1970 ingressa na Função Pública.

Em 1984, forma-se em Engenharia Civil no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) na especialidade de Transportes.

Em Janeiro de 2005, concluiu a Pós-Graduação em "Gestão das Cidades".

Em 2007 concluiu a Licenciatura em Higiene e Segurança.

Em 2008 frequenta a Mestrado em Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança.

Em 1981 é eleito para o Conselho Directivo do ISEL.

A partir de 1985 faz parte da Direcção do Sindicato dos Engenheiros Técnicos.

A partir de 1988 faz parte dos órgãos dirigentes da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos.

Fundador, com outros elementos, da Escola Profissional Gustave Eiffel, em 1989.

Em 1990 é consultor para a Formação Profissional do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED).

Fez várias missões em Angola - Luanda, Lobito e Huambo - (1992-2000), criou o Centro de Formação Fadiário Muteka, no Huambo e é Supervisor de Projectos e Actividades em Angola pelo IED.

Foi, de 1999 a 2005, chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Amadora.

Foi director da revista técnica "Engenharia", editada pela Sindicato dos Engenheiros Técnicos.

Actualmente é o director da revista técnica "Engenharia" editada pela ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos.

Presidente da ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, associação de direito público, desde 2002, tendo sido reeleito em 2004.

o reflexo do custo total da formação. O segundo ciclo, o mestrado, deve ser suportado por cada um de nós, pois já é para além, digamos, do que é imprescindível. É esse modelo que temos de ter a coragem de implementar. É evidente que os alunos ficam muito zangados connosco, quando afirmamos que o segundo ciclo deve ser pago de acordo com o custo real.

Acha que as disciplinas leccionadas nos cursos de Engenharia Civil estão de acordo com a demanda do mercado?

Há três anos, a linguagem da reabilitação ou da reciclagem não existia. Com a crescente importância destes e outros temas, os cursos irão mais cedo ou mais tarde reflectir essa realidade.

Só é pena que não seja a escola a comandar a inovação. A escola portuguesa não é, por natureza, inovadora. Mas também é verdade que estamos a assistir a um movimento muito forte de recuperação de tempo perdido. Há nesta altura um fervilhar e uma alteração do paradigma da formação.

Que desafios enfrenta a ANET presentemente?

Temos vários desafios em marcha.

O principal tem a ver com a comemoração do 10º aniversário enquanto Associação de direito público já no próximo ano. Tínhamos feito uma promessa que em 10 anos conseguiríamos dotar o país de uma Associação Nacional de Engenheiros Técnicos credível que age enquanto autoridade reguladora. Este processo, posso afirmar, está, praticamente concluído.

Penso que hoje são indiscutíveis os contributos da ANET para o país. A partir do zero e sem apoios do Estado, para além de nos ter atribuído o estatuto de direito público, conseguimos construir uma Associação credível, com uma postura inovadora e auto-suficiente. Por exemplo, a aquisição deste edifício na Baixa de Lisboa é um sinal claro de qual é o nosso caminho, pois temos vindo a reabilitá-lo com recursos próprios.

A requalificação dos nossos membros é outro dos desafios. E, para comemorar o nosso 10º aniversário, vamos avançar com aquilo que a chamamos a absoluta necessidade de fazermos prova de vida, que somos engenheiros activos. No próximo Conselho Directivo Nacional será aprofundado a obrigatoriedade de cada engenheiro técnico, de cinco em cinco anos, por exemplo, fazer prova que fez formação num determinado número de horas de modo a manter o seu estatuto.

Esta iniciativa tem gerado muita resistência?

Eu tenho tido grandes e agradáveis surpresas no que toca a estes 20 mil membros da ANET. Quando lançamos o combate à engenharia ilícita através da criação de uma vinheta por projecto, houve alguma resistência que, inicialmente, me parecia ultrapassável, mas tal não se verificou, quem estava contra foi esclarecida permitindo a implantação desta medida.

Quando, dando outro exemplo, impusemos que só passaríamos vinhetas aos engenheiros técnicos com os impostos em dia, pensei estar a implementar uma medida extremamente polémica. E, embora tenha havido constatação, é hoje uma medida encarada de forma pacífica e até acarinhada.

Por isso, estou convencido que a prova de vida também irá ser aceite.

Não há dúvidas, o nosso grande desafio é a escola. Não só estimulamos essa vertente, como criámos a Academia dos Engenheiro Técnicos, que tem sido um instrumento precioso na criação de novas escolas fora do país. Estamos a criar universidades em Cabo Verde, Angola, Moçambique, três países que já contam com escolas profissionais criadas pela ANET.

Gostaria muito de criar uma rede de escolas com o cunho ANET na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de modo a aumentar o número de engenheiros. Aliás, consideramos que o número de engenheiros deveria duplicar num prazo de dez anos.

Em que medida o papel do Estado pode ser determinante?

Queria só lançar um desafio ao Estado para que não venha repetir que é a necessidade de inovação em Portugal, mesmo que isso não agrade a todos.

N.º 5 Junho 2008 ANET | Revista Técnica de Engenharia

editorial

A REGULAÇÃO DAS PROFISSÕES: UM FRACASSO?

Augusto Ferreira Guedes
Presidente da ANET

O estado português tem vindo a transferir o bem, para as associações de direito público, a regulação do exercício da actividade profissional, tendo sido reforçado este convénio, com a Lei nº 6/2008, de 13 de fevereiro.

Mas será que estamos a conseguir fazer a regulação?

São preocupantes os problemas a que temos assistido nos últimos tempos.

Ignorando a postura corporativa da maior parte das ordens, mais se assemelhando a uma postura sindical, em tudo o que estas possam ter de conservadoras, são as atitudes que, desde sempre, algumas delas têm assumido, como seja, o estabelecimento de limitações à inscrição, e a oposição ao aumento do número de vagas no ensino superior, o não menos grande protecionismo aos membros efectivos, bem como e a não efectivo de mecanismos contra as práticas ilegais do exercício da profissão.

De salientar ainda a cada vez mais clara oposição às reformas do sistema do ensino superior, com uma clara confrontação ao processo de Bolonha, alegando que para exercer a profissão é necessário o 2º ciclo.

Fazer isto é pôr em causa Bolonha, pois contraria o seu espírito e rejeita o novo paradigma.

Também no processo de revisão em curso, e se os Deputados alterarem o Decreto nº 73/73, no sentido de ficar estabelecido que para fazer cálculo de estruturas não correntes, estacas ou projectos em zonas de sismos, apenas ser possível com o 2º ciclo, como alguns pretendem, mais não é do que uma subtil forma de tudo pôr em causa e acabar com a reforma do ensino superior.

A reforma do ensino secundário, no que diz respeito às novas oportunidades e aos maiores de 23 anos, cria novos desafios a todos, permite novos públicos no ensino superior e com isto, novos sucessos na Economia Nova, sabendo nós que hoje a formação tem características diferentes e inesperadas.

Bolonha antecipa o futuro, permite que se entre mais cedo na vida activa.

O boicote à RSAN, primeiro com o CLAU e agora com outros subterfúgios como o EuroACE e a podres do Conselho Nacional das Ordens Portuguesas, onde seria suposto estarem representadas todas as Associações de Direito Público representando profissões liberais, mas não tem sido que a cúpula do corporativismo, onde algumas, como os Engenheiros Técnicos, estão arbitrariamente impedidos de entrar.

O corporativismo instalado no Conselho Económico e Social é revelador do sectarismo de alguns.

A continuar assim, teremos que pensar se não será melhor que o Estado assuma as competências que delegou.

engenharia

tektónica

"Código dos contratos públicos: diferentes olhares"

Mudar mentalidades

O sucesso do Código dos Contratos Públicos depende da mudança das mentalidades nacionais. Esta conclusão foi um dos denominadores comuns entre os vários intervenientes no seminário da **arte&construção** "Código dos contratos públicos: diferentes olhares", que decorreu a 22 de Maio.

Tiago Mota Saraiva, Ateliermob

Augusto Guedes, presidente da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos

Gonçalo Camelo, advogado da Simmons&Simmons Rebelo de Sousa

Os trabalhos a mais são, a par dos erros e omissões, as principais dúvidas suscitadas pelo novo Código dos Contratos Públicos (CCP). Com entrada em vigor a 30 de Julho, as questões dos profissionais do sector são ainda muitas relativamente à aplicação das novas regras.

"A maior parte dos decisores ainda não conhecem o CCP", afirma o eng. Augusto Guedes, presidente da ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos. Considera, porém, que não é uma questão de tempo: "tanto faz que fosse seis meses como um ano, que as pessoas não iriam aprender o CCP". "Devia haver divulgação mais intensa", sugere. Por seu turno, Gonçalo Camelo, advogado da Simmons&Simmons Rebelo de Sousa, acredita que "é preciso formação prática" e que "à boa maneira portuguesa, poucas pessoas se prepararam para a entrada em vigor da lei". Para o advogado, trata-se de "uma questão de mentalidade, e estas não se mudam por decreto-lei". "Só iremos pegar a sério nisto no dia em que tivermos que aplicar. Ninguém vai conseguir aplicar bem o CCP no dia 31 de Julho".

O presidente da ANET também revela dúvidas de que "corra tudo bem de imediato". Garante, porém, que "é preferível termos um documento destes, que demore algum tempo a aprender, do que não ter. É superior ao que tínhamos antes", nota, remetendo para as críticas que têm sido apontadas ao CCP.

Na sua opinião, "o documento não é perfeito", mas "depende da postura" que se tem. "É uma questão cultural", afiança. "E esse é o passo mais importante a dar".

"A opinião pública é determinante para alterar uma certa mentalidade: de escolha das pessoas e não das ideias. É uma questão cultural, e que não pode ser imputada a nenhum governo", sublinha Augusto Guedes.

"Precisamos cada vez menos da decisão do governo", ressalva. "Deve ser a sociedade civil a alterar mentalidade com que vemos estas coisas".

O arquitecto Tiago Mota Saraiva, do Ateliermob, acrescenta, no entanto, que a situação "não se altera com legislação, pois, tal como está, o CCP dá para fazer o que se quiser". "É uma questão de consciência e cultural", diz.

Mais transparência

Gonçalo Camelo assegura que "o CCP é positivo porque congrega vários diplomas dispersos que, naqueles casos, eram contraditórios e não constituíam um corpo uniforme e coerente".

"O CCP é um marco em Portugal relativamente a toda essa problemática, porque além de fazer a transposição da directiva começa por ser uma peça muito importante do edifício legislativo do concurso. O facto de agregar diplomas dispersos é uma mais-valia", acrescenta o presidente da ANET.

Um dos decretos-lei que será revogado é o DL 197/99, visto por Tiago Mota Saraiva como "a pior lei" com que trabalhou "em termos de concurso de concepção", fazendo referência à sua experiência de trabalho a ní-

vel internacional. Este DL "é o responsável pela existência de muito poucos concursos de concepção, pela sua complexidade e pelo monstro que era constituir um concurso", adianta.

O arquitecto aponta como pontos positivos do novo CCP o "abandono do anonimato do júri; a indemnização aos concorrentes, caso a entidade promotora desista do processo; a uniformização de regras e procedimentos; e o abandono da caução para prestação de serviços com valor inferior a 200 mil euros".

Gonçalo Camelo defende que "é um código simplex em muitas coisas, nomeadamente em termos de quantidade de documentos" e destaca outro aspecto positivo: "as decisões podem ser consultadas online". Além disso, "há mais transparência: mais abertura no acesso aos procedimentos". Augusto Guedes complementa que o CCP "aumenta a transparência, que até agora não existe". "Tem havido um ataque mais ou menos velado a este documento, o que não se percebe. A transparência não interessa a todos", conclui.

Segundo o advogado da Simmons&Simmons Rebelo de Sousa, "com o CCP limita-se drasticamente os requisitos de capacidade técnica e financeira, o que também é positivo, senão vão ser sempre as mesmas empresas a concorrer. Assim, vamos ter empresas estrangeiras a concorrer a concursos nacionais".

Para Augusto Guedes, o novo documento "também traz inovação: 1% do valor é dedicado à investigação. Hoje é preciso fazer investigação em simultâneo com o dia-a-dia. Se 1% for realmente aplicado daqui a uns anos vamos ver resultados".

Gonçalo Camelo crê que "o CCP acarreta maiores responsabilidades de ambas as partes (entidades adjudicante e contratante), a nível dos erros dos contratos". E refere uma das novidades da lei: "a figura do preço base", o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objecto do contrato a celebrar. "Se alguém vier acima do preço base é imediatamente excluído".

Na sua opinião, "é muito perigoso ser restritivo em relação à capacidade, porque senão é para quem se quer que faça o projecto". "Só se podem exigir determinados requisitos de capacidade técnica se o projecto assim o exigir", advoga.

Capacidade financeira é relevante

O responsável do Ateliermob indica, por seu turno, alguns aspectos negativos do documento. "Torna-se difícil provar: que a repetição de projectos com um programa da mesma natureza se possa entender como um critério de qualificação técnica; que o número de anos de actividade profissional seja um critério relevante para o acto de concessão; e que a capacidade financeira seja um elemento relevante na avaliação da qualidade da concepção".

A questão do número de anos de actividade é particularmente relevante, na medida em que "em 2006, 75% dos arquitectos portugueses tinham menos de 10 anos de actividade". "Com o CCP são eliminados a priori dos contratos de concessão".

O novo código aumenta os limites para o ajuste directo: 150 mil euros nas empreitadas de obras públicas e 75 mil euros nos contratos de aquisição de bens móveis ou de serviços.

"Deixando a salvaguarda de ainda não se saber como vai ser aplicado, estranhamos que as empresas públicas estão fora destes limites de ajuste directo. E obrigadas aos limites da Directiva", declara o arquitecto. "Devido ao ajuste directo estar mais liberalizado para empresas públicas, vamos ter mais liberdade para políticos, administração pública, etc. decidirem quem faz o nosso território", alerta.

Tiago Mota Saraiva considera negativo "não se contrariar a necessidade de utilização abusiva da urgência dos processos para utilização do ajuste directo", dando o exemplo do Parque Mayer. "Temos pena que o programa de concurso seja naquele modelo. Achamos que deve ser matéria de decisão pública e política e não de decisão do projectista". Gonçalo Camelo concorda: "investir o arquitecto de poderes políticos decisórios porque a Câmara de Lisboa não sabia o que queria não é correcto. O diálogo concorrencial seria mais adequado". "Este CCP deixa a porta aberta para continuar a não haver concursos", acrescenta o arquitecto.

O responsável do Ateliermob enuncia outros pontos negativos: "a inexistência de possibilidade de promoção de concursos a duas fases por selecção da qualidade da proposta e não por pré-qualificação curricular ou financeira; a ausência de configuração legislativa que dê relevância à escolha do prestador de serviços para os trabalhos de concepção nos grandes projectos nacionais; e a falta de referência para a necessidade de maior rigor na execução dos programas de concursos".

Augusto Guedes anui que "é óbvio que não é documento perfeito", mas garante que "nenhum é. Mas dará um grande contributo para a melhoria das coisas em Portugal".

O CCP significa "coragem do governo em pôr alguma ordem nas coisas. É evidente que não está concluído. Falta a revisão da lei dos alvarás, que é a situação mais grave que temos em Portugal", admite.

Tiago Mota Saraiva chama a atenção para a "necessidade de um código técnico de edificação" como existe noutros países. "Este CCP refere o projecto de execução mas continua a não ser definido. Continuo sem saber o que é". Por seu turno, o presidente da ANET afirma que "a existência do projecto de execução permite clarificar o que queremos construir".

Gonçalo Camelo assegura "ter medo de fazer o primeiro programa de concurso que me pedirem, porque é preciso adaptação". "É preciso advocacia preventiva e muita preparação". E aconselha "as entidades adjudicantes a quando tiverem que adjudicar um contrato para não facilitarem, porque o CCP imputa maior responsabilidade a todos".

em foco

Associação Nacional de Engenheiros Técnicos

1º ciclo habilita ao exercício da profissão

A ANET deliberou, em reunião do Conselho Directivo Nacional, "assumir a responsabilidade de garantir que os detentores do 1º ciclo em engenharia, têm capacidade para praticar os actos da respectiva especialidade". Uma decisão tomada na "convicção da real e efectiva aquisição dos conhecimentos, competências e capacidades" através do novo modelo de ensino.

Tomada no dia 5 de Julho, esta decisão significa que a ANET "aceita a inscrição, para a realização de estágio profissional para engenheiro técnico de todos os licenciados pós Bolonha com base no registo de cursos efectuado, tendo sempre presente o teor e as recomendações constantes dos pareceres solicitados a várias entidades, conjugados com a análise efectuada pelos colégios de especialidade da ANET", clarificou Augusto Guedes, presidente da Associação, em comunicado.

Augusto Guedes não deixa de sublinhar que esta decisão foi tomada "na convicção da real e efectiva aquisição dos conhecimentos, competências e capacidades que o novo modelo proporciona". Caso esta premissa não se verifique, "o processo de Bolonha fica sério e definitivamente prejudicado, com todas as consequências negativas para o desenvolvimento e modernização do país e da engenharia".

Relativamente ao debate sobre que formação mínima deve um diplomado possuir para exercer legalmente engenharia, a ANET refere, ainda na deliberação de 5 de Julho, que o 1º ciclo de um curso de engenharia deve proporcionar, na visão da Associação, "uma formação de banda larga, envolvendo todos os tópicos necessários à aquisição de competências, atitudes e conhecimentos, que habilitem os diplomados para o desempenho dos actos de engenharia da sua especialidade". Especialidades que devem, acrescentam, "resultar de uma análise da evolução das diferentes áreas de engenharia contendo, não só, especialidades clássicas como mecânica, civil, química, energia/electrotecnia, mas também outras que vêm encontrando a sua autonomia e o seu espaço próprio de intervenção – informática, segurança no trabalho, qualidade, produção industrial, entre outras".

Entrar no mercado de trabalho

Finalizado o 1º ciclo, a ANET considera "desejável" que os diplomados entrem no mercado de trabalho com o propósito de adquirir "«saber-fazer» para que percebam qual a subárea de actividade pela qual têm maior interesse e aptidão e, só depois disso, deverão voltar à escola para realizarem o segundo e terceiro ciclos". Feita a escolha, os engenheiros devem, então, "voltar à escola para realizarem o segundo e terceiro ciclos".

A ANET salienta também que "não está contra a existência de cursos de Mestrado Integrado em Engenharia", mas que estes "não são necessários para o exercício da profissão", pois "pelo reconhecimento do mercado, consubstanciado nos recentes diplomas reguladores da área de energia (Decreto-Lei 78/2006, Lei 79/2006, Decreto-Lei 80/2006 e Portaria 519/2008) e nos projectos de Decreto-Lei para as áreas de coordenação de segurança e segurança contra incêndios em edifícios, está provado que formações de três anos, seguidos de um estágio profissional que enquadre os diplomados na profissão, habilitam efectivamente para o desempenho da esmagadora maioria dos actos profissionais". Na perspectiva da Associação, os mestrados adequam-se "à profissões que, pela sua especificidade, exigem maior duração dos seus cursos – profissões que constam em anexo à directiva europeia, como medicina e arquitectura".

manchete

Arte & Construção	Periodicidade:	Mensal	Temática:	Saúde
	Classe:	Construção/Imobiliário	Dimensão:	798 cm²
01-01-2009	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	10000	Página (s):	48/49

ESPECIALISTAS DEBATEM SEGURANÇA E SAÚDE

TEXTO DE SOFIA DUTRA

Este ano, até 24 de Novembro, já tinham ocorrido "103 acidentes mortais em Portugal, 52 dos quais na construção". Os números foram divulgados durante o Seminário "Riscos Especiais na Construção", que decorreu a 24 de Novembro, no Fórum Lisboa. O evento visou sensibilizar o sector da construção para a importância da avaliação de riscos e para a sua inclusão no quotidiano da actividade.

Segundo Manuela Calado, coordenadora do Ponto Focal Nacional (PFN) da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, a estratégia comunitária de SST (Segurança e Saúde no Trabalho) 2002-2006 resultou numa "descida do absentismo superior a três dias 20% e na descida da taxa de acidentes mortais em 17%". Ainda morre, porém, "uma pessoa por dia vítima de acidente ou doença de trabalho em Portugal", estando "a construção/engenharia civil à cabeça dos sectores de risco", avisa.

"A nova estratégia para a SST 2007-2012 tem como meta reduzir os acidentes em 25% a nível europeu", revelou esta responsável. "Simplificar a legislação, adaptá-la ao estado da arte e garantir a sua correcta aplicação" foram as medidas que indicou para atingir este objectivo. A nível nacional, há que estabelecer estratégias "dirigidas a sectores e empresas que estejam no topo das estatísticas", bem como "aos acidentes mais comuns e trabalhadores mais vulneráveis". A estratégia passa por "dar atenção especial às empreitadas; desenvolver ferramentas simples para avaliação de riscos e guias escritos em linguagem simples; melhor disseminação da informação e melhor acesso aos serviços de aconselhamento; serviços de prevenção de qualidade; e envolvimento da inspecção de trabalho na promoção do cumprimento da legislação".

Em Portugal, as principais causas de morte na construção civil são "esmagamentos, quedas em altura e choques de objectos". Além disso, "a exposição combinada a várias substâncias perigosas (tais como amianto, solventes orgânicos, cimento, poeiras da madeira,

Manchete, 1996-2009 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Arte & Construção	Periodicidade:	Mensal	Temática:	Saúde
	Classe:	Construção/Imobiliário	Dimensão:	798 cm²
01-01-2009	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	10000	Página (s):	48/49

silica cristalina, fibras minerais, nano-partículas e resinas epóxicas) e aos riscos psicossociais está a aumentar", afirma. "A falta de controlo nas micro e pequenas empresas está a aumentar sobretudo em relação aos trabalhadores sub-contratados e emigrantes", nota.

Para Manuela Calado, "planear a segurança é fundamental". Na sua opinião, "a avaliação de riscos é a chave. É um exame sistemático de todos os aspectos do trabalho com vista a: apurar o que poderá provocar danos; se é ou não possível eliminar os perigos; e, no caso negativo, que medidas de prevenção ou de protecção podem ser tomadas para controlar os riscos".

AVALIAR OS RISCOS

"Deixemos de arranjar frases bonitas da falta de cultura de segurança", alerta José Costa Tavares, da FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas. "É importante que os gestores assumam como decisão de gestão as matérias de segurança dos trabalhadores", clarifica.

Na sua opinião, "a avaliação dos riscos profissionais deverá integrar as medidas de gestão das empresas, mas deve ter-se em conta as dimensões das empresas, o que não significa que só as grandes a devam fazer. Significa que deve haver fórmulas de avaliação de riscos profissionais que sejam acessíveis a todos os estratos das empresas". "Na área de avaliação dos riscos urge clarificar e actuar de forma pedagógica", diz.

De acordo com Augusto Ferreira Guedes, presidente da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, "vivemos, nalguns casos, condições inaceitáveis para um país europeu". "Esta é uma das matérias que têm uma grande importância para a engenharia portuguesa. É uma área de futuro", afirma.

Por seu turno, José Manuel Santos, da Câmara Municipal de Lisboa, considera que "este sector de actividade está vivo e atento e quer contribuir para a inversão de uma situação em que se matam os seus profissionais". "No sector da construção, a avaliação de riscos assume um papel fundamental", adianta. "Estudos da União Europeia (UE) apontam para causa de mortes os erros e omissões na fase de projecto de construção". José Manuel Santos advoga alcançar "consensos alargados para alterar a situação em termos de prevenção de riscos profissionais, para mudar o que nos faz estar distantes dos outros países da UE. Temos que conseguir uma melhoria das condições de trabalho".

FORMAR E SIMPLIFICAR

"Mobilizar, formar e responsabilizar" são os três aspectos-chave defendidos por Manuel Soares Garrinhas, da AICE – Associação dos Industriais da Construção de Edifícios. Este responsável acredita que "há que mobilizar toda a gente na obra". "Na AICE", garante, "muitas das empresas associadas já estão despertas, mas há que mobilizar as não associadas".

"A formação do trabalhador é outro calcanhar de Aquiles deste processo: é dada em passo de corrida", assegura, e "deve ser tratada de forma séria". Considera que hoje, há, por outro lado, "tendência para inundar as empresas com papel". Na sua opinião, a informação "deve ser sucinta, de forma a que os trabalhadores leiam". Além disso, "é dia responsabilidade do empregador impor o uso dos equipamentos", acrescenta.

Pedro Miguel, da FEVICCOM – Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro, nota, porém, que "houve alguma evolução nos últimos anos". "Mas também houve alguns empresários que pensavam que bastava estar no papel. Falta passar para o terreno", afiança.

"O sector da construção regista uma das maiores sinistralidades totais e a maior sinistralidade mortal (muito superior à registada nos outros países europeus)", alerta Pedro Miguel. Para este responsável, "a segurança tem que sair do papel e ir ao encontro das pessoas".

Na sua opinião, "há muitas causas para a ocorrência de situações de risco", destacando: "as deficientes políticas de gestão de pessoal nos estaleiros; a desorganização dos estaleiros; a utilização inadequada de instrumentos de trabalho; e a falta de acompanhamento das obras por parte dos técnicos de segurança".

Manchete, 1996-2009 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

manchete

Arte & Construção	Periodicidade:	Mensal	Temática:	Saúde
	Classe:	Construção/Imobiliário	Dimensão:	798 cm²
01-01-2009	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	10000	Página (s):	48/49

"Para estes caminhos se alterarem, temos propostas a serem aprofundadas: melhores condições de trabalho a nível salarial; melhor gestão do tempo de trabalho; responsabilização dos empreiteiros; fiscalização própria ou contratada; práticas de utilização de medidas de protecção colectiva, entre outros". O responsável da FEVICCOM crê que estas "são condições para atingirmos um patamar a nível europeu superior àquele em que nos encontramos".

Por seu turno, Pereira Lemos, da SETACCOP – Sindicato Democrático dos Empregados Técnicos e Assalariados da Construção Civil e Obras Públicas, acredita que "é necessário simplificar (retirar carga burocrática) e formar todos os intervenientes (técnicos e trabalhadores). Este técnico de segurança considera que "a avaliação dos riscos é assunto não consensual, mas fundamental". "Da forma como está a ser feira, a avaliação de riscos é aleatória, serve apenas para alindar. É necessário fazer uma triagem, simplificar e objectivar, tornando eficaz a avaliação de riscos", acrescenta.

Na sua opinião, "enquanto não for regulado o exercício da coordenação de segurança, vamos assistir a desonestidade" – chamando a atenção para as pessoas que exercem a função de técnico de segurança sem as qualificações adequadas.

Este seminário enquadra-se na campanha europeia 2008-2009 sobre a avaliação de riscos e tem como objectivo a sensibilização de subempreiteiros do sector da construção para a importância da avaliação de riscos e a sua inclusão no quotidiano da sua actividade. Trata-se de uma iniciativa da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (AESST) e da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), em parceria com a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos e com a Câmara Municipal de Lisboa.

Manuela Calado, coordenadora do Ponto Focal Nacional (PFN) da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

José Costa Tavares, da FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas.

Pedro Miguel, da FEVICCOM – Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro

Manchete, 1996-2009 | Manchete e Netpress são marcas registadas da Manchete, SA

2 | GRANDE REPORTAGEM | TERRA NOSTRA | Sexta-feira, 13 de Fevereiro de 2009

Energia /Certificado à medida do técnico

É preciso actuar no desperdício energético

SANDRA PACHECO TEIXEIRA

Para Augusto Guedes, Presidente da ANET (Associação Nacional de Engenheiros Técnicos) a certificação energética dos edifícios novos e usados traz um duplo objectivo que permitirá ao País poupar divisas ao mesmo tempo que se preserva o Ambiente. Por outro lado, aponta o dedo à sociedade em geral por não saber rentabilizar os recursos que tem, à deficiente construção do edificado, à falta de preocupação com a questão térmica, acústica e com a falta de prevenção de incêndios nos edifícios e ainda à falta de sentido de algumas opiniões divergentes acerca da escassez de técnicos qualificados.

Augusto Guedes, Presidente da ANET em entrevista ao Terra Nostra afirmou que a lei da Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios é benéfica e que irá evitar o aumento do desperdício energético, "não sendo nós os autores da lei, estamos de acordo com a certificação na medida em que ela surge num contexto de pré-crise energética", lembrou também que, "quando a lei foi publicada em 2006 ninguém sabia que iríamos ter uma crise como esta, mas, percebia-se já na altura que era preciso, para além de utilizar novas fontes de energia, actuar no desperdício energético". Actualmente, continuou "este esbanjamento de energia na sociedade em que vivemos é muito grande", considerando que, "quase não seria necessário fazer um grande esforço de pesquisa de novas energias, se nós tivéssemos uma utilização racional da mesma."

O Presidente da ANET aponta o dedo à sociedade em geral por não saber gerir correctamente os recursos que tem, à má construção dos edifícios, razões que na sua opinião, contribuem para o aumento da factura mensal de energia, " nós consumimos nas nossas casas muita energia fruto da má construção, com janelas que não funcionam, com pavimentos e paredes que não têm bons revestimentos e isso depois reflecte-se na conta mensal que pagamos", frisando que "até agora não houve nenhuma preocupação com a questão térmica, nem acústica, nem com a prevenção de incêndios nos edifícios", afirmando também que "o que temos não é de boa qualidade, embora tenhamos já alguns empreendimentos com muita qualidade, tratando-se de um grupo ultra-minoritário".

O certificado energético é obrigatório, mas há imobiliárias nos Açores que desconhecem esta realidade.

Foto: Sandra

Augusto Guedes, considerou ainda que, "o edificado em Portugal sejam edifícios públicos ou privados não têm essas preocupações e depois deliberadamente nos vem uma situação de difícil reparação. É evidente que poderíamos partir do princípio de deixar tudo como está e partir só para as construções novas". Salientando, no entanto que, "o governo não entendeu assim e na nossa opinião bem, mesmo no que já existe é possível fazer muitas intervenções para melhorar essa situação e este conjunto de diplomas vêm nesse sentido".

Este sistema de certificação energética criou, segundo o Presidente da ANET, um impacto muito grande, "primeiro porque passamos a gerir melhor a energia que utilizamos e por outro lado, a aplicação das novas formas de energia — as alternativas — que finalmente estão na ordem do dia e a economia pessoal que é muito importante". Fazendo referência ao facto de "no corrente para termos uma casa razoavelmente confortável consumirmos cerca de 100 euros por mês em energia, o que, de facto, representa um custo muito elevado para cada pessoa". Na sua opinião, a certificação energética traz um duplo objectivo que permitirá ao País poupar divisas ao mesmo tempo que se preserva o ambiente.

No que concerne à qualidade dos profissionais para passarem este certificado, Augusto Guedes afirmou que, a formação que temos nas escolas, na universidade, nos politécnicos "é deficiente. Adoptámos o princípio de que era necessária uma formação complementar, mas que fosse validada por uma terceira entidade neutra, que, neste caso concreto, é a ADENE (Agência para a Energia). Com este princípio ninguém está impedido de fazer o projecto, mas depois terá de ser validado por um perito, que por sua vez tem que obter esta nova certificação através de uma formação, que pode ser dada por várias instituições, sendo validada num exame final".

Esta nova legislação está em vigor desde o dia 1 de Janeiro, no entanto, segundo este engenheiro técnico, "os diplomas prevêem que as Regiões Autónomas se assim o entenderem poderão ainda fazer alguns ajustes na aplicação da legislação. Se calhar, no caso dos Açores a maneira vai reflectir ajustes por haver um outro tipo de energia, a geotérmica". A ANET acredita que "o Governo Regional está atento a esta situação e dá o exemplo da adaptação da nova lei do arrendamento, na Madeira na qual foram feitos alguns ajustes à legislação nacional".

Decifrando a legislação e de uma forma muito simples, Augusto Guedes explicou que "no fundo, o certificado energético é uma classificação tal como já existe há muitos anos nos electrodomésticos – uma paleta de cores em que o A+ é o melhor e que passa a haver no edificado", considerando que "o que seria desejável é que todo o edificado existente no nosso País e Regiões Autónomas fosse A+, o que vai demorar alguns anos a acontecer".

Recorda ainda que "o Governo tomou uma atitude que na nossa opinião está correcta, não exige que todas as casas sejam classe A, exige sim que o edifício esteja identificado para que o comprador saiba aquilo que vai comprar".

Segundo Augusto Guedes o pagamento deste certificado cabe ao proprietário do imóvel, "para se saber a classe do seu imóvel contrata-se um técnico qualificado para proceder à sua avaliação. O pagamento cabe ao proprietário. Em Portugal, as profissões liberais como a nossa não podem ser tabeladas e por isso cada técnico sabe o trabalho que considera justo para o seu trabalho. Não há nenhuma tabela fixa. No entanto, há por parte da ADENE indicadores de preços, os quais são muito variáveis".

Para além disso, a falta de técnicos qualificados já levantou uma série de dúvidas nomeadamente da parte da Ouercus, dúvidas estas que o Presidente da ANET desvalorizou e esclareceu da seguinte forma "não é por falta de técnicos qualificados que as pessoas não terão o certificado energético da sua casa. Há empresas portuguesas que fornecem este tipo de serviço, independentemente de serem daqui ou não.

Augusto Guedes concluiu dizendo que "todos aqueles que são contra as inovações é que vêm a público criticar e alertar que existem poucos peritos. O que incomoda nessas mesmas pessoas é que tiveram oportunidade de participar e se pronunciar pelo matéria quando esteve a ser estudada e não o fizeram, permaneceram em silêncio durante cerca de quatro anos e agora quebram o silêncio e vêm a público com argumentos que não fazem sentido algum. Mas, é esta a sociedade em que vivemos, não temos outra".

O que dizem as imobiliárias

O nosso jornal contactou algumas imobiliárias de Ponta Delgada com o intuito de saber se já têm conhecimento da obrigatoriedade deste certificado em qualquer acto de venda ou arrendamento de um imóvel. As respostas foram muito variadas, desde o feito de conhecimento do mesmo, ao facto de ser um bom argumento para melhor vender a casa.

Imobiliária um: "Ainda não temos qualquer conhecimento que é preciso esse certificado energético".

Imobiliária dois: "No nosso caso só é possível suportarmos o custo do certificado energético porque somos um franchising e temos um grande grupo que nos financia. Se assim não fosse, não poderíamos suportar os custos deste certificado.

Imobiliária três: "O certificado de eficiência energética pode servir de argumento para melhor vender a casa, aumentando o preço pedido consoante a classificação energética que tem. O proprietário de uma casa A+ tem um bom nível valorizado do que o proprietário de uma casa de eficiência D".

Açoriano Orient

O MAIS ANTIGO JORNAL PORTUGUÊS FUNDADO EM 1835 POR MANUEL ANTÓNIO DE VASCONCELOS • DIRECTOR PAULO SIMÕES • DIRECTOR ADJUNTO PEDRO LAGARTO • ANO CLXXIV • Nº 16994

LEGISLATIVAS

Campanha arranca com poucas caras novas

Campanha começa oficialmente amanhã. Maioria dos partidos repete cabeças-de-lista de há quatro anos atrás PÁGINAS 2 E 3

Cavaco Silva apela a que durante a campanha eleitoral haja elevação nos debates e contenção na despesa PÁGINA 8

"Região tem capacidade para produzir engenheiros"

O presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos acusa a Universidade dos Açores de desperdiçar recursos e de não formar na Região engenheiros, enviando-os ao fim de dois anos para Lisboa ou Porto PÁGINA 5

SMAS

SÁBADO, 12 DE SETEMBRO DE 2009 — Açoriano Oriental — REGIONAL | 5

Região precisa de engenheiros

LUSA/TERESA FRANCO
acorianooriental@acorianooriental.pt

O presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET), Augusto Guedes, considerou ontem um "desperdício de recursos" que a Universidade dos Açores (UAç) disponibilize os dois primeiros anos de Engenharia e que o curso tenha que ser concluído no continente.

"Fazer os preparatórios em Engenharia para depois o curso ser concluído no continente tem sido um desastre e um desperdício de recursos financeiros", afirmou Augusto Guedes, para quem este modelo "tem sido um fracasso absoluto para os estudantes, com taxas de sucesso e de retorno de engenheiros baixíssimas".

Para o presidente da ANET, a UAç tem gasto mal o "dinheiro dos impostos", que considera que "deve ser melhor aplicado".

Augusto Guedes, que falava aos jornalistas em Ponta Delgada, à margem do seminário sobre "Segurança contra Incêndios em Edifícios, aplicação da nova legislação", acusou a UAç de se "recusar a perceber que o essencial seria produzir na Região engenheiros técnicos e outras formações necessárias ao desenvolvimento do arquipélago".

"A Região tem capacidade para produzir os seus engenheiros e não precisa de os mandar ao fim de dois anos para Lisboa ou Porto", defendeu.

Por outro lado, o presidente da ANET manifestou contentamento com a nova legislação que, na sua perspectiva, poderá gerar "a médio prazo uma melhor arquitectura no território nacional".

"Há um edifício legislativo que saudamos porque vai ter efeitos a médio prazo", afirmou, referindo-se à legislação que define as qualificações dos técnicos que podem intervir na elaboração de projectos de arquitectura e de engenharia e a legislação contra incêndios.

Augusto Guedes explicou que "a Lei 31, que entra em vigor no dia 3 de Novembro deste ano, define que a arquitectura é dos arquitectos e só pode ser praticada pelos arquitectos. Nós (ANET) sempre defendemos que a arquitectura tem de ser feita pelos arquitectos e a engenharia tem de ser feita pelos engenheiros e engenheiros técnicos".

"Esta lei define as qualificações dos técnicos que podem intervir na elaboração de projectos de arquitectura e de engenharia", referiu o presidente da ANET, acrescentando que "esta é uma das leis mais importantes que foram produzidas por este Governo e que nós temos a responsabilidade de contribuir para a sua aplicabilidade".

"Vamos disfarçando nalgumas coisas, mas fazemos parte de países terceiro-mundistas. Basta ver a qualidade de construção das nossas cidades, quão decrépito está o nosso parque urbano e a forma como há proteccionismo e corporativismo de muitos profissionais representados por algumas ordens", frisou Augusto Guedes.

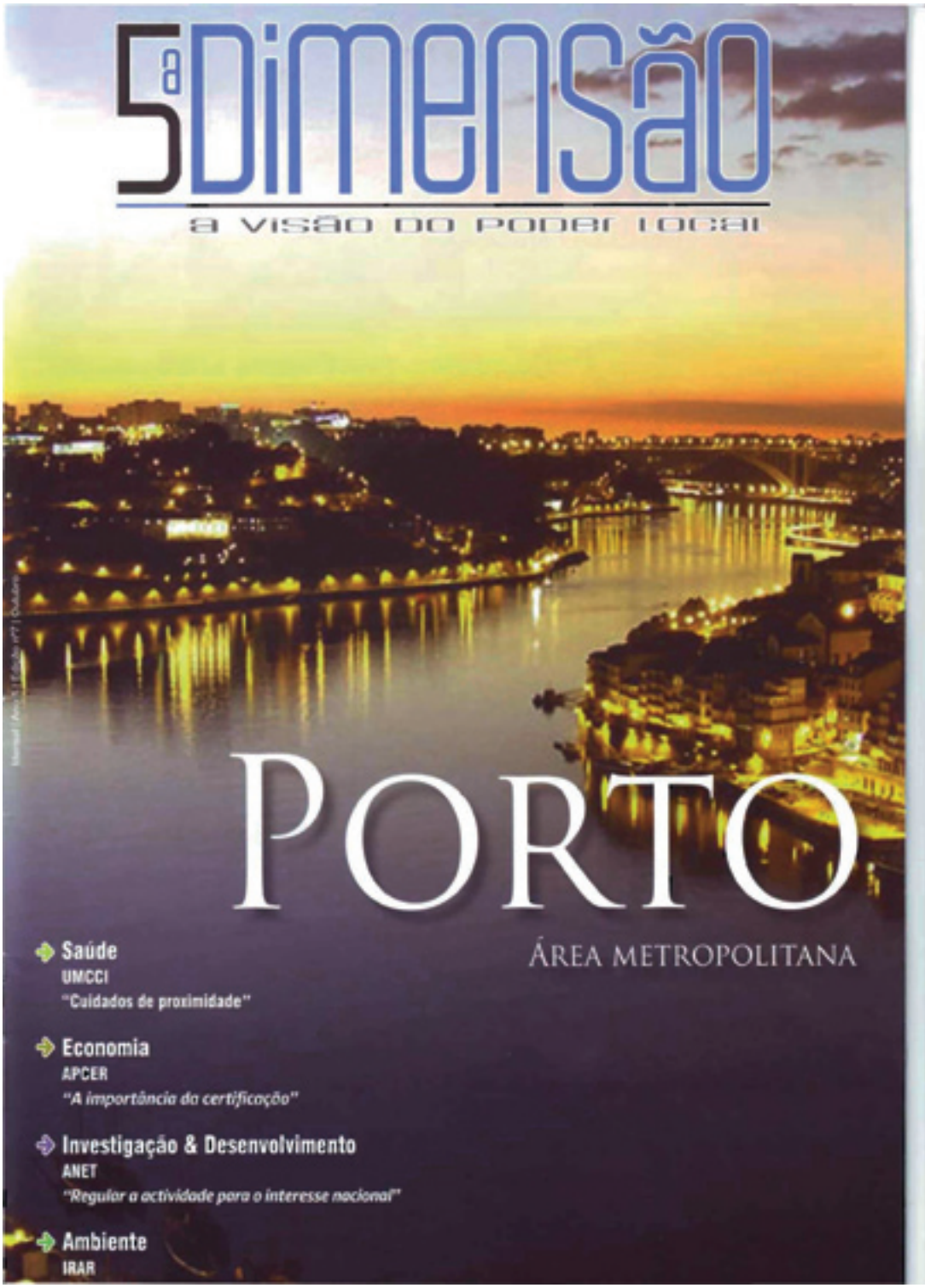
Um aspecto do seminário "Segurança contra Incêndios em Edifícios"

> "A Região tem capacidade para produzir os seus engenheiros e não precisa de os mandar ao fim de dois anos para Lisboa"

LEGISLAÇÃO

Segurança contra incêndio em edifícios

A legislação sobre segurança contra incêndios em edifícios encontra-se actualmente dispersa por um número excessivo de diplomas avulso, dificilmente harmonizáveis entre si e geradores de dificuldades na compreensão integrada que reclamam. De acordo com o Diário da República de 12 de Novembro de 2008, esta situação coloca em sério risco não apenas a eficácia jurídica das normas contidas em tal legislação, mas também o seu valor pedagógico. Para além disso verifica-se uma série de lacunas e omissões desse quadro normativo. Tal deve-se parcialmente ao facto de para um conjunto elevado de edifícios não existirem regulamentos específicos de segurança contra incêndios. É o caso de instalações industriais, armazéns, museus, bibliotecas, entre outros.


5ª DIMENSÃO
a visão do poder local
PORTO
ÁREA METROPOLITANA
Saúde
UMCCI
"Cuidados de proximidade"
Economia
APCER
"A importância da certificação"
Investigação & Desenvolvimento
ANET
"Regular a actividade para o interesse nacional"
Ambiente
IRAR

Regular a actividade para o interesse nacional

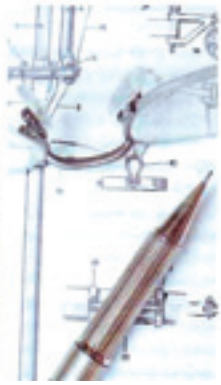
Com dez anos de existência, a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos procura defender a engenharia portuguesa numa óptica de regulação da actividade, tendo como objectivo principal a defesa do interesse nacional.

Augusto Ferreira Guedes Presidente da ANET

No ano em que completa uma década de existência, a ANET, uma associação de direito público, que representa 20 mil engenheiros técnicos, contribuiu, nas palavras do presidente, Augusto Ferreira Guedes, para regular a actividade da engenharia, que nem sempre esteve bem definida. **"Foram dez anos de estruturação de uma classe, o que não foi fácil, sobretudo porque o estado português, através dos vários governos, transferiu para as associações de direito público uma série de responsabilidades. Isso exige da ANET um esforço muito grande de regulação do exercício da actividade, ainda mais quando é feito, exclusivamente, com os recursos da própria classe, ou seja, são as cotas e outras contribuições dos membros que suportam a instituição, o que nos parece uma situação algo injusta e insustentável, na medida em que paganos um imposto suplementar para exercermos a profissão"**, diz, acrescentando que, **"hoje em dia uma associação de direito público tem enormes responsabilidades, que acabam por se traduzir também em enormes encargos, e os recursos são diminutos, já que, no nosso caso, não contamos com qualquer apoio do Estado"**. Ainda assim, Augusto Ferreira Guedes revela que estes dez anos foram bastante gratificantes, pois foi implementado o Processo de Bolonha e regulamentado um conjunto de actividades, do qual se destaca a lei nº 31 de 2009, que substitui o decreto nº 73 de 1973. **"Estamos, portanto, num momento crucial para a vida da engenharia portuguesa. Finalmente, ficou claro, em Portugal, que a arquitectura é dos arquitectos, um princípio que há 16 anos definimos como estratégico, porque não é possível todos fazerem tudo, inclusive o que não sabem. Assim, esta nova lei dará um novo impulso à arquitectura, não nos próximos anos, porque infelizmente continuam a existir as 'assinaturas de favor' e a arquitectura ilícita, mas o princípio da lei é excelente"**. A lei nº 31 de 2009 aponta soluções interessantes para questões como a obrigatoriedade de fiscalização, de direcção da obra, coordenação de segurança, entre outras. **"Agora, é necessário que cada um dos actores dê o seu contributo e que as associações de direito público não continuem a ser associações corporativas na defesa dos interesses dos seus membros, mas sim do interesse público"**.

Em causa está, na opinião do nosso entrevistado, uma mudança de mentalidades que demorará o seu tempo a ser feita, **"acreditamos que daqui a uns anos se consiga fazer essa mudança, onde se insere a impossibilidade objectiva de um qualquer**

"Finalmente, ficou claro, em Portugal, que a arquitectura é dos arquitectos, um princípio que há 16 anos definimos como estratégico, porque não é possível todos fazerem tudo, inclusive o que não sabem"



técnico subscrever, por exemplo, mil projectos por ano, já que se um técnico assina uma quantidade de projectos desta ordem de grandeza significa que não os faz, significa que existem assinaturas de favor", salienta. Numa proposta apresentada pela ANET para a qualidade do ar e questões da energia, foi apontado como aceitável que um técnico subscreva 300 projectos por ano. "Só assim pode existir algum rigor. É que associadas à falta de rigor de um técnico que subscreva demasiados projectos estão questões como a fuga aos impostos, um combate que a sociedade portuguesa tem de travar, para que Portugal se possa afirmar como um país de qualidade e rigor. Tem havido alguma evolução nesse sentido, mas estamos muito aquém do que achamos que um país europeu com as nossas características deveria ter. A ANET vai continuar a lutar por essa mudança, mas acredito que não será fácil e os próximos anos serão, no mínimo, tão difíceis como os que temos de existência".

Nova visibilidade às questões da energia

Foi com bastante agrado que o presidente da associação viu a publicação das leis da certificação energética dos edifícios que apresentam soluções importantes para melhorar o desperdício energético. "Foi dado um passo muito importante com a publicação dos diplomas. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, exemplo disso é que a lei previa que nenhuma escritura de compra e venda fosse feita sem que houvesse uma certificação energética do edifício, mas o que é certo é que os notários não a exigem. A legislação seria suficiente se culturalmente fossemos um país empenhado em cumpri-la, mas os portugueses não fazem nada sem ser de uma forma forçada e se não houver mecanismos de 'obrigar' as pessoas a praticar determinado acto, ele não se pratica. Por outro lado, os incentivos à certificação energética não são os suficientes. Se não houver imposição da lei, se não houver um cumprimento rigoroso, todo o processo corre sérios riscos de ser subvertido. Temo que perca a credibilidade, esperamos que isso não aconteça, mas não estamos particularmente satisfeitos com a forma como as coisas se passam", confessa.

Augusto Ferreira Guedes continuará a presidir os destinos da ANET nos próximos dois anos e espera continuar a cumprir com o trabalho que se propôs desenvolver, para não defraudar as expectativas dos associados e da sociedade portuguesa. "Temos consciência de que é muito difícil mudar mentalidades, vamos dar continuidade ao nosso trabalho como sempre foi nosso timbre e espero que consigamos continuar a levantar algumas questões sérias na sociedade portuguesa, confrontando as pessoas para aquilo que é preciso alterar na nossa mentalidade. Penso que este Governo foi o que, nos últimos 20 anos, melhor percebeu o que estava em causa na sociedade portuguesa, deu início, e em alguns casos concluiu, profundas alterações, por exemplo ao nível da educação foram feitas reformas das mais importantes a que assistimos em Portugal, tal como na saúde e outras de menor visibilidade como a lei que decreta a passagem para os técnicos, da responsabilidade dos actos de um engenharia. Vamos continuar empenhados e esperar que o futuro seja generoso", conclui.

ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS DESCONTENTES

CHANTAL FLORENTINO

Embora muito esperada e discutida, a lei 31/2009 de 3 Julho está longe de reunir consenso entre as associações públicas profissionais envolvidas. Enquanto a ANET enaltece a "forma superior" como o InCI mediou os conflitos entre as associações, a OE pede a suspensão da Portaria n.º 1379/2009 de 30 de Outubro, por ter um resultado final "abusivo" e "prejudicial" para o sector da Construção. A OA, por sua vez, defende a multidisciplinaridade.

A Lei 31/2009 de 3 de Julho trouxe "a justiça que há muito reclamávamos à nossa classe profissional e à engenharia portuguesa", disse Hélder Pita, presidente do Conselho da Profissão da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, aquando da conferência "A Engenharia e Construção face à nova legislação", promovida por esta associação pública durante a Concreta.

O seu aparecimento, explicou, "potencia um caminho para o fim dos proteccionismos bacocos", onde "se impedia engenheiros técnicos de realizarem actos de maior complexidade, não com base na análise se possuíam ou não competência para o fazer, mas pelo simples facto de terem uma formação inicial diferente".

Hélder Pita falou também numa reunião decorrida no dia 19 de Outubro que juntou os responsáveis da ANET, da Ordem dos Arquitectos, da Ordem dos Engenheiros e do InCI – Instituto da Construção e Imobiliário, onde entre outras questões, esteve em causa uma proposta apresentada pelo InCI que "seguia de perto as categorias enunciadas na Portaria 701H/2008 de 29 de Julho".

Na palavras dos presidente do Conselho da Profissão da ANET, este documento, apesar de permitir "alguns actos profissionais de categoria IV pudessem ser realizados por engenheiros técnicos com determinadas condições adicionais", continuava, ainda assim, "a inibir administrativamente, a sua capacidade de realizar actos profissionais mais complexos, como as obras de categoria IV". Por essa razão, "não pudemos aceitar que aos engenheiros técnicos fossem impostas limitações e impedimentos ao exercício profissional, quer ao nível de projecto, quer ao nível da direcção e da fiscalização de obras, propondo, em alternativa condições de rigor e exigência que permitam o pleno acesso a este exercício", remetou.

Nesse contexto, a ANET apresentou uma proposta que incluía a criação de três escalões de engenheiros técnicos e dois de engenheiros, "devidamente definidos em função da sua experiência profissional e formação adicional comprovadas". Na prática, o 2º escalão de engenheiro técnico seria equiparado ao 1º escalão de engenheiro e o 3º escalão de engenheiro técnico ao 2º escalão de engenheiro.

OE CONTESTA PORTARIA

Esta mesma reunião foi referida num comunicado emitido pela Ordem dos Engenheiros (OE) no dia 4 de Novembro, onde manifesta "uma posição de frontal contestação a diversas disposições" da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, "o que aliás, já tinha sido manifestado pelo bastonário da Ordem dos Engenheiros ao senhor ministro Mário Lino, em reunião havida no passado dia 19 de Outubro".

A OE considera que o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o InCI "foram incapazes de assumir uma posição corajosa de defesa do interesse público e limitaram-se, na pressa de legislar, uma vez que a Portaria deveria ser publicada até 1 de No-

vembro, a optar pela posição mais fácil, não acolhendo as opiniões de princípio da OE, que foram expressas e justificadas em clara sintonia com os critérios definidos no art.º 27.º da Lei n.º 31/2009".

Com um resultado final "absurdo" e "prejudicial" para o sector da construção, a OE solicita a sua suspensão e o início da elaboração de uma nova portaria que "respeite os princípios definidos na Lei n.º 31/2009".

A OE também acusa as outras associações públicas profissionais envolvidas no processo de não terem uma atitude "construtiva" na "discussão destas matérias".

A Ordem dos Arquitectos, baseando-se nas "disposições do seu estatuto, mas que não poderão ser entendidas como competências específicas", "reclamou a direcção de obras como acto próprio dos arquitectos, competência que não poderá ser reconhecida face à formação em arquitectura ministrada nas universidades portuguesas", pode ler-se no documento.

Por sua vez, a ANET "procurou diluir a diferença entre formações de três e cinco anos em engenharia, defendendo que a experiência profissional se encarrega de uniformizar e igualar tudo".

OA DEFENDE MULTIDISCIPLINARIDADE

A OA "foi sempre favorável à inclusão dos vários profissionais com responsabilidades nas diferentes actividades desenvolvidas no processo construtivo (a concepção do projecto, a direcção e a fiscalização de obra) e contra quaisquer situações de exclusão", explicou João Belo Rodeia, num comunicado datado de 13 de Novembro.

"Se a elaboração de um projecto de arquitectura é um acto reservado a arquitectos, também a elaboração de um projecto de engenharia é um acto reservado a engenheiros, tal como a elaboração de um projecto de paisagismo é um acto reservado a arquitectos paisagistas". Embora, para a OA, exista a possibilidade de existirem "situações em que possa verificar-se alguma sobreposição dos âmbitos de actuação".

"O desenvolvimento do projecto para uma obra decorre do envolvimento simultâneo de todos aqueles que concorrem para que ela melhor se realize e resulte, sem distinção - mas, também, sem prejuízo – do carácter predominante de uma ou outra disciplina", opinou o presidente da OA.

No entanto, o conceito de multidisciplinaridade "não foi devidamente equacionado na Lei n.º 31/2009 no que respeita à Fiscalização de Obra", pois a OA "sempre entendeu que, bem mais importante que o cargo de Director de Fiscalização, seria de consagrar a obrigatoriedade de a Fiscalização (e não apenas a sua Direcção) estar sujeita a um regime jurídico próprio, sob responsabilidade de pessoas colectivas cuja capacidade técnica fosse reconhecida consoante tivessem nos seus quadros arquitectos, engenheiros, arquitectos paisagistas e engenheiros técnicos, advindo a responsabilidade jurídica para o seu administrador ou gerente".

Esta tomada de posição, no entanto, "não colheu junto do principal parceiro negocial da OA que, numa lógica a nosso ver mais corporativa, procurou antes qualificar o exercício de um cargo como se se tratasse de uma actividade, e mais do que isso, a eie reservada", escreveram no comunicado.

A AO termina a sua comunicação apelando "à urgente implementação da Comissão de Acompanhamento prevista na citada Portaria, onde devem ter assento todas as associações profissionais, independentemente da sua natureza jurídica, pública ou privada".

ANET CRITICA REACÇÕES À PORTARIA

No dia 23 de Novembro, a ANET reagiu às tomadas de posição da OE e da Ordem dos Arquitectos (OA) relativamente à Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, afirmando em comunicado que estas "em nada dignificam a engenharia e arquitectura portuguesas".

Neste documento, a ANET defende que se deve "reconhecer o empenho do InCI – Instituto da Construção e Imobiliário" e a "forma superior como mediaram os conflitos entre as associações, do que resultou, ao fim de dezenas de horas de trabalho, a concordância, entre os três presidentes das Associações de direito público envolvidas no processo, quer na letra quer no espírito, do documento que veio a ser publicado".

Da parte da OA "ressalta que, para além da arquitectura, também a engenharia devia, na sua óptica, ser feita por arquitectos". Uma posição com a qual "não concordamos com estas posições porque, como sempre afirmámos, a arquitectura para os Arquitectos e a engenharia para os engenheiros técnicos e engenheiros", afirma a ANET.

A posição da Ordem dos Engenheiros é, por sua vez, "absurda", uma vez que esta "esteve de acordo, contrariada, é certo, em alguns artigos da portaria, o que, aliás, também aconteceu com a ANET eaOrdemdosArquitectos",podeler-senodocumento.

Quanto a questão levantada do estatuto da ANET não prever graus e nomeadamente estagiários, a Associação defende-se dizendo que, em 2005, implementou um sistema onde se definem "critérios para acesso a actos de engenharia segmentando os engenheiros técnicos em 2 graus, sendo o acesso ao 2º grau feito de acordo com critérios específicos (um dos quais o tempo de exercício da profissão – 10 anos)". E acrescenta: "A Ordem dos Engenheiros tentou impor o critério dos 15 anos como tempo de exercício da profissão e o acordo fechou-se com 13 anos. No entanto, o acesso a esse grau continua a fazer-se conjugando o tempo de exercício efectivo da profissão (agora 13 anos) com outros critérios".

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

DEZ ANOS AO SERVIÇO DA SOCIEDADE

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS TEM TIDO UMA VOZ ACTIVA NA TOMADA DE IMPORTANTES DECISÕES PARA A SOCIEDADE PORTUGUESA. EM ENTREVISTA À REVISTA PAÍS POSITIVO, AUGUSTO GUEDES, PRESIDENTE DA ANET FEZ UM BREVE BALANÇO DA ACTIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO E ANALISOU ALGUMAS DAS QUESTÕES MAIS ACTUAIS NO SECTOR DA ENGENHARIA E ARQUITECTURA.

"Obviamente, isto significa novos desafios e obriga-nos a fazer um enorme esforço para adquirirmos competências, porque as associações passam a ser o garante que os técnicos autorizados a realizarem projectos reúnem os requisitos que a lei apresenta"

A ANET comemora o seu décimo ano de existência. Qual é o balanço que faz da actuação da associação ao longo destes anos e a importância que a mesma assumiu no seio da sociedade portuguesa?

Nestes dez anos de existência, a ANET, enquanto associação de direito público e como uma das três associações deste vasto sector da engenharia e arquitectura, tem vindo a desenvolver um trabalho na área da regulação do exercício da engenharia, no combate à engenharia ilícita e tem participado, de uma forma activa, na revisão de toda a legislação que reflecte a engenharia e arquitectura com particular destaque para a lei nº 31, que revogou o célebre decreto nº 73/73. Por outro lado, tem participado de uma forma activa na discussão da reforma do ensino superior, mais propriamente, na Reforma de Bolonha que, na visão da ANET, foi uma das mais importantes reformas que o país efectuou nas últimas décadas, mas que não tem sido pacífica porque altera contextos muito significativos. No entanto, na perspectiva da ANET era necessária para dar ao ensino superior novos horizontes e novos caminhos que permitam que um maior número de portugueses fique habilitado com formação superior, algo imprescindível à evolução do país.

Recentemente, foi aprovada a Lei nº 31/2009, da qual se destaca revisão do decreto nº 73/73, com a publicação da portaria nº 1379/2009. Qual é a posição da ANET perante esta reforma?

A lei nº 31 insere-se num vasto conjunto de alterações que o governo realizou e que na nossa opinião fez bem. Este conjunto inclui desde alterações às leis-base do sistema educativo até à lei nº 60, que vem alterar um antigo conceito, em que as entidades licenciadoras aprovavam os projectos de engenharia. O Governo alterou essa lei, transferindo para os técnicos a responsabilidade dos projectos que elaboram e, desde logo, isso altera a forma como nos últimos cem anos encaramos o exercício da engenharia em Portugal. Portanto, esta era uma actividade tutelada pelo Estado, em que os técnicos estavam sujeitos à aprovação dos seus próprios projectos. Com a lei nº 60/2007 a responsabilidade é transferida para cada projectista, isto significa que os técnicos passaram a assumir a responsabilidade do seu projecto e das suas decisões e isso acarreta uma série de implicações. No entanto, a lei nº 31, mais especificamente, através da portaria nº 1379/2009, veio reorganizar o exercício da engenharia e da arquitectura, transferindo as responsabilidades para as associações de direito público, passando a Ordem dos Engenheiros e a ANET a assumir o papel de reguladores, com competências transferidas pelo Estado. Obviamente, isto significa novos desafios e obriga-nos a fazer um enorme esforço para adquirirmos competências, porque as associações passam a ser o garante que os técnicos autorizados a realizarem projectos reúnem os requisitos que a lei apresenta. É uma alteração muito grande, são responsabilidades que o Estado transfere para as associações de direito público e explicita concretamente o que cada um pode ou não fazer e isso levanta, inevitavelmente novas polémicas. Na minha opinião, é necessário um reajuste tanto ao nível dos técnicos, como das próprias associações, o que significa que a sociedade está a viver um momento exigente, sendo por isso necessário bom senso para conduzir este processo.

Nos últimos anos, uma das lutas que a ANET tem travado é o combate à engenharia ilícita. Esta reforma conseguirá quebrar o sistema que se encontra instalado, actualmente?

Acreditamos que as associações têm um papel determinante, especialmente na passagem da mensagem para os seus membros. Todos sabemos que há técnicos que assinam um conjunto demasiado elevado de projectos, que humanamente não têm capacidade de os realizar em tempo útil e logo isso significa que estão a assinar projectos de outros. Este é um facto ainda mais gritante no âmbito da certificação energética e, por isso mesmo, decidimos apresentar um limite de projectos que consideramos razoável, ou seja que um técnico no limite assine 300 projectos por ano.

Podemos impor medidas administrativas, mas é evidente que o nosso maior esforço tem de ser no sentido de sensibilizarmos os profissionais a assinarem, somente, os projectos que elaboram. Contudo, esta não tem sido uma política fácil, até porque os nossos colegas da Ordem dos Engenheiros e da Ordem dos Arquitectos não quiseram avançar com medidas deste género e, portanto, esta é uma batalha que estamos a travar sozinhos. Apesar disso, não estamos desanimados e pretendemos continuar a lutar neste sentido. Obviamente, se tivéssemos as outras duas associações de direito público empenhadas em alterar as mentalidades, seguramente as coisas podiam ser mais fáceis e nesse sentido ganhariam os profissionais que elaboram projectos de uma forma honesta e ganharia também o consumidor final, que conseguiria melhor qualidade nos projectos. Estas são questões da sociedade civil e, nesse sentido, tem de existir um equilíbrio, isto é, a defesa do interesse dos nossos membros não pode colocar em causa a defesa do interesse público.

No início do ano, entrou em vigor a lei da certificação energética dos edifícios. Na perspectiva da ANET, qual é o impacto desta medida e qual o balanço possível deste primeiro ano que esteve em vigor?

De uma forma geral, o balanço é positivo. No entanto, julgo que ainda podia ser mais, isto porque a maioria dos notários, ainda, não exige a certificação energética para fazer uma escritura, apesar de ser exigido por lei, como por exemplo, na elaboração dos contratos de arrendamento também não é exigido o certificado. Há alguns aspectos que ainda não estão a funcionar correctamente.

Contudo, na nossa opinião foi muito importante a implementação desta medida e estou convencido que é necessário um tempo de aprendizagem e de criação de novos hábitos, que julgo que com algumas medidas cirúrgicas podemos atingir o pleno.

De realçar que a certificação energética traz vantagens como, por exemplo, o facto de um determinado edifício para que obtenha a certificação, também seja necessário que os seus aspectos construtivos e de projecto sejam melhorados.

A par da certificação energética, um dos temas do dia é a reabilitação urbana. Qual a posição assumida pela ANET em relação a este tema?

A ANET acredita que relativamente à reabilitação urbana pouco ou nada está a ser feito em Portugal. Aliás, é nossa crença que o problema da reabilitação é mais vasto e mais profundo do que aquilo que tem sido tratado até ao momento, não se pode encarar a reabilitação apenas como um tratamento facial às fachadas dos nossos edifícios.

Actualmente, em Portugal, temos um parque habitacional antigo, degradado e constituído na sua maioria por edifícios centenários e, além deste facto, temos estimulado a construção nova, nos subúrbios, de má qualidade não só na construção, mas também nas acessibilidades. Nos últimos anos, temos tratado muito mal o nosso edificado, mas existem razões concretas para isso, em particular a lei das rendas, que tem sido um desastre, pois o congelamento das rendas levou à catástrofe que temos hoje nas nossas cidades, sendo por isso crucial terminar com esse processo. No entanto, isto não é fácil porque temos uma população envelhecida de arrendatários que precisa de apoios para as rendas, mas por outro lado existe uma população envelhecida de proprietários que precisa de apoios para a reabilitação.

O Estado deve, efectivamente, apoiar, mas não necessariamente através de meios financeiros, mas agilizando os processos administrativos. A ANET tem três propostas concretas para atingir esse objectivo, sendo que a mais importante é que o Estado pare de construir habitação social, os denominados PER, e aproveite esses recursos na reabilitação dos fogos em segunda mão, a fim de os colocar no mercado de arrendamento. Por outro lado, é essencial detectar onde se encontram os problemas e, na nossa opinião, os problemas estão no licenciamento. É inaceitável aguardar entre dois e três anos para se obter um licenciamento seja de reabilitação, seja de construção nova. Este processo pode ser agilizado, o que irá resultar numa poupança de recursos que podem ser canalizados para o objectivo final que é a reabilitação urbana. Por último, a nossa proposta vai no sentido de transformar todos os edifícios que preenchem os requisitos previstos na lei em propriedade horizontal, para revitalizar o mercado. Através destas medidas, a ANET acredita que é possível dinamizar o mercado. PP

ENTREVISTA

AUGUSTO FERREIRA GUEDES

O ENGENHEIRO DE CAUSAS

É natural de Huambo. De que forma a sua vida pessoal e profissional foi influenciada por Angola?
Na verdade tenho dupla nacionalidade. As aviéncias que tive em Angola são uma vantagem competitiva para mim. Costumo dizer: "Vi mundo na minha juventude" e obviamente que isso contribuiu de uma forma muito clara para o moldar da minha personalidade. Nos tempos em que ainda em Angola, contactei com uma sociedade mais aberta. Nos meios em que me movimentava, de um certo nacionalismo africano, havia uma incompatibilidade entre um regime autoritário e os meios culturais e políticos onde sempre me movimentava. As minhas relações com Angola deram-me uma outra abertura de horizontes e de espírito que depois se reflectiu na minha postura perante a vida. Não foi bem o facto de ter nascido naquele país, mas o meio em que me desenvolvi.

Saiu de Angola com que idade?
Saí com 17 anos. Bem, a bom rigor nunca saí de Angola, deixei de viver em Angola. Mantenho uma relação próxima com o país.

E os seus pais são angolanos?
Os meus pais foram para lá em 1950, por aí. De toda a família eu fui o único que ficou com uma relação permanente com o país, tenho dupla nacionalidade. Naquela época não era fácil ter uma abertura de horizontes e embora os meus pais não partilhassem uma visão nacionalista e independentista, nunca se opuseram a que eu tivesse essa visão. Isso devo-o muito aos meus pais que me permitiram tomar decisões nem sempre fáceis. Deixaram-me participar numa certa... agitação.

«TER SORTE DÁ MUITO TRABALHO»

Que ensinamentos ou orientações retirou para a sua vida ao privar com pessoas tão diferentes e numa idade tão precoce?
Desde logo uma certa cultura humanista que não se prende a valores conservadores, de uma visão não racista da sociedade. Depois a abertura para o pensamento que é algo que, quando se tem 14 ou 15 anos, é determinante, pelo exemplo, pelas pessoas, pela sua prática, pela forma de estar. Todo o ambiente cultural me influenciou. Era um ambiente de contestação, mas também um ambiente integrador. Éramos estimulados a pensar, a sermos criadores e ter uma capacidade de iniciativa o que é muito importante nessa fase da vida. Não tenho nenhuma dúvida que seria uma pessoa diferente se não tivesse tido a sorte de privar com tudo isso... apesar que como se diz "a sorte dá muito trabalho". Tive acesso a coisas que a maioria das pessoas não tiveram. Sabemos que a sociedade portuguesa antes do 25 de Abril era uma sociedade muito fechada, hermética, muito condicionada e todos aqueles que tiveram a sorte de formatar a sua personalidade num meio mais aberto, liberal e inovador tiveram melhor sorte. Costumo dizer, o País será diferente daqui a 100 anos porque todos aqueles que chegaram ao 25 de Abril formatados na mentalidade conservadora, míope e castradora do Salazarismo já terão desaparecido. Quem chega aos 17 anos e não tem esta vivência, isso acaba por reflectir-se na vida futura. Dificilmente se consegue exercer a democracia no seu pleno com uma formatação da base viciada. Não há hipótese. Teremos de esperar alguns anos... bastantes... para que toda esta geração que chegou só 25 de Abril já formatada dê lugar a gente mais jovem.

«FUI VARREDOR DE RUAS EM LISBOA POR DIFICULDADES DE RECURSOS FINANCEIROS»

Qual a sua formação académica?
Fiz o quinto e sexto ano na escola Industrial de Huambo. Depois quando vim para Portugal integrado numa missão política e, com os acontecimentos da guerra que impediram que o meu regresso fosse imediato, acabei o sétimo ano em Trás-os-Montes, num meio conservador e muito fechado. Foi um confronto com aquilo que estava habituado.
Depois fui para Tomar, um meio mais aberto. Não tinha feito uma opção por viver em Portugal, mas os condicionalismos da vida fizeram que eu ficasse por cá, num período conturbado pós-25 de Abril. Completei engenharia, o que sempre desejei. Fiz o percurso pela escola Industrial, algo absolutamente cadinhento. O modelo de ensino na época era muito estratificado e pouco evoluído culturalmente. E por isso digo que, felizmente, as escolas industriais foram extintas.
Mas antes de entrar para engenharia no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa – ISEL - fui varredor de ruas em Lisboa por dificuldades de recursos financeiros. Tratou-se de uma experiência muito interessante. Naquela altura não havia mesmo empregos. Hoje em dia é mais fácil estudarem do que em 1977 quando não havia mesmo emprego. Eu e mais alguns colegas de Tomar conseguimos um emprego para varrer as ruas de Lisboa. Era uma necessidade absoluta de ganhar dinheiro para sobreviver e estudar para ser engenheiro. Tirei o bacharelato em Engenharia civil no ISEL, fiz a licenciatura em Higiene e Segurança e conclui a parte do Mestrado em Qualidade Integrada em Ambiente e Gestão.

O seu grande objectivo foi então tirar engenharia. Era uma tradição familiar?
Não, não era. O primeiro engenheiro da família foi o meu irmão. Havia sim uma ligação à engenharia pela profissão do meu pai que era ferroviário. Eu queria ser engenheiro porque queria fazer coisas. Hoje não sou muito engenheiro. Acabei por não ser o engenheiro que queria.
Tinha a ideia de ser o engenheiro do fazer, de inventar coisas, de projecto e construção e não o engenheiro de gestão como hoje sou. Quando acabei o curso fui desafiado para outras tarefas e, portanto, não cheguei a ser o profissional da área como tinha pensado que era, fazedor de obra e acho que já não vou a tempo.

Ao longo de todos estes anos, a sua vida profissional cruzou-se com os destinos da ANET? Como consegue gerir estes dois 'pratos da balança'?
É relativamente fácil. Não tem nenhuma dificuldade. Felizmente não preciso de dormir muito tempo, durmo muito pouco e sobra tempo para fazer coisas. Tirando alguns picos de maior tensão, para mim é fácil fazer muitas tarefas em simultâneo.
Produzir ideias, gerir empresas, fazer novos projectos... isso é um desafio permanente e muito excitante. É vital termos a capacidade de mobilizar as pessoas, isso para mim é muito fácil, comecar as pessoas a trabalharem em novos projectos e novas ideias. Há pessoas que não se dão bem uma com as outras, mas comigo dão-se todos bem. Embora haja alguns que se dão mal... Felizmente há gente que não gosta de mim! Isso é bom porque clarifica as águas.

BITRIMETA: SARA FERREIRA DE OLIVEIRA
FOTOS: FÁBINAS & SINAIS

A presidência da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos é apenas uma das muitas facetas de um homem que não tem pejo em revelar-se irascível na defesa dos seus ideais e na convicção de que existe um País feito de Nós, sem paternalismos, mas com muito trabalho. Confessa que ainda perdura a irreverência dos seus tempos de juventude. A Liberdade que ajudou a conquistar não ficou esquecida no tempo revolucionário. Angola, Portugal e o Mundo são, afinal, demasiado pequenos para um pensamento global, mobilizador, interventivo que caracteriza Augusto Ferreira Guedes. Pintou frases de intervenção, varreu as ruas da sua amada Lisboa, calcorreou as cidades do mundo, sorveu sabedoria de grandes nomes da vida política, social e cultural. Sente que ainda tem muito para dar depois da ANET. Um futuro na política só é encarado como missão. Há uma 'dívida' que diz ter de pagar ao Estado e aos portugueses. O desígnio da reabilitação urbana e... humana são, afinal, as suas bandeiras. Esta é a conversa que se impunha, dez anos completados na direcção da ANET.

Presido a um grupo que tem 300 colaboradores e, portanto, é um estilo do interessante e um desafio muito mobilizador é saber como se arranja dinheiro no fim do mês para pagar a 300 pessoas. Quem nunca deixou de dormir preocupado como é que vai pagar os salários não percebe onde estão as dificuldades e como estas podem ser ultrapassadas. Para mim há dois tipos de pessoas: as que sabem o que é ter a preocupação de pagar salários ao fim do mês e as que não sabem e isto divide o mundo, a sociedade.

«TER SORTE DÁ MUITO TRABALHO»

O associativismo também pode ser encarado como um meio mobilizador de pessoas e a primeira é o seu percurso em associações e sindicatos. Chegou à ANET como presidente da Secção Regional do Norte, mas foi um caminho que começou também bem cedo.
É verdade. Com 13, 14 anos dirigi os escuteiros, aos 16 era presidente de um clube desportivo de hóquei em patins (apesar de não saber patinar). O associativismo nasceu comigo. Considero que há coisas no meio envolvente que um pouco nos conduzem para um ou outro lado, coisas que nos estimulam mais, isso é claramente. Percebo que nem toda a gente nasça com os mesmos requisitos, embora todos possam fazer tudo. Mas é preciso trabalhar muito. Por isso digo: "Ter sorte dá muito trabalho".

Quando fala dentro requisitos refere-se, por exemplo, ao seu espírito de liderança?
Por acaso nesse aspecto acho que as pessoas ou têm ou não têm. Uns trabalham mais, outros menos, uns aprofundam os seus conhecimentos, outros não, uns têm maior abertura, outros nem tanto. Mas tem de se ter capacidade de liderança, agora há métodos. Se a família for castradora e tiver medo do risco, gostar mais da segurança, do nunca partir a cabeça, não vai a lado nenhum. Mesmo quem for intensamente ficar, acaba por se cansar. Se não tivesse tido o apoio dos meus pais e irmãos não teria conseguido. Foi um apoio a todos os níveis, desde logo a aceitação dos meus tropelias, embora às vezes nem concordassem.

«LEMBRO-ME COM 14 OU 15 ANOS DE ME LEVANTAR ÀS 5 HORAS DA MADRUGADA PARA IR PINTAR FRASES DE CONTESTAÇÃO»

Como era essa juventude Augusto Guedes?
(risos) Era irreverente, um pouco o que sou hoje. Nunca consegui ficar sentado à espera que as coisas me caissem ao colo. Lembro-me com 14 ou 15 anos de me levantar às 5 horas da manhã para ir pintar frases de contestação. Eram frases de revolução. A minha mãe percebia o que andava a fazer, mas permitia que eu saísse e entrasse pela janela.

Essa clandestinidade atraía-o?
Sim há coisas interessantes na clandestinidade. Há um certo risco uma visão romântica, boa estimula. Há coisas que começam por ser clandestinas. Os inícios são clandestinos, necessariamente. O início de qualquer coisa é sempre secreto, confidencial e só depois é que se torna visível.

«HOJE A ANET TEM UM PRESTÍGIO E UM LUGAR NA SOCIEDADE INVESTIDÍVEL»

Como foi o seu percurso até chegar à presidência da ANET?
Entrei para o ISEL em 1979-80 e envolvi-me nas movimentações estudantis da época – associação de estudantes, conselho directivo e pedagógico.

ENTREVISTA

Era uma altura em que os estudantes tinham muito poder. Fui eleito para o conselho directivo do IEEL durante dois anos. Nessa altura trabalhava já no ministério das Obras Públicas e dos Transportes, estudava no IEEL... era uma vida intensa. Tinha 20 anos. Eram 24 horas por dia, 365 dias por ano bem ocupados e vividos de uma forma intensa. Nunca havia tempo a perder. Em 1985-86 fui convidado a entrar para a direcção do Sindicato dos Engenheiros Técnicos da época pela mão do engenheiro Ferreira Costa. Foi José Vibuto que me desafiou a assumir funções de responsabilidade na APET – Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos. Aceitei, sem grandes hesitações. É assim comigo. Passei a liderar a APET em 1985-86. Desde aí, e com muitas vicissitudes pelo meio, liderei a APET até 1992 quando foi criada a associação de direito público ANET e vou no terceiro mandato.

E a terceira e «sua» última mandato na ANET?

Sim, é preciso dar lugar a outros e são muitos anos. Seguramente este é o último ano até porque penso que a minha tarefa está concluída em termos de organização dos engenheiros técnicos. Hoje a ANET tem um prestígio e um lugar na sociedade inquestionáveis.

«O PODER TORNA-NOS O PENSAMENTO, UMA PESSOA PODE RAPIDAMENTE TRANSFORMAR-SE NUM DITADORZINHO À SUA DIMENSÃO»

Afirmou numa entrevista recente que «pedir tem qualquer coisa de simpático», mas também de perverso. Ficou com alguma "noção" de liderança?

O poder vicia, ainda para mais para uma pessoa como eu que nunca gostou de receber ordens. O poder quando exercido durante muito tempo torna-nos, às vezes, pouco disponíveis para ouvir e isso é um risco que temos de saber controlar, mas desde logo há que ter consciência que existe. Por isso digo que vicia e turva-nos o pensamento e o olhar. É preciso tomar cuidado. Uma pessoa pode rapidamente transformar-se num ditadorzinho à sua dimensão. Para evitar isso é preciso estarmos conscientes que estamos à beira disso e nos tornarmos ditadores. É um problema da raça humana. Quando tido nisto é uma forma de alertar-mo.

E há vida... depois da ANET?

Vou continuar atento ao que se vai passar na engenharia portuguesa. Não estou disponível para que a engenharia portuguesa regride. Ainda se vai passar muito coisa na engenharia e no ensino superior. Ainda estamos no início.

Esta reforma no ensino que o ministro Mariano Gago fez é a melhor, sendo a maior dos últimos 200 anos em Portugal que aconteceu não só com Bolonha, mas com tudo o que foi criado na sociedade portuguesa... a ideia de que só com mais licenciados, mais mestres, mais doutores é possível o País mudar. A ideia de quem fala que o País já tem muitos doutores é falsa, é uma ideia de quem não quer que Portugal progride. Claro que isto não é compatível para a maioria das pessoas, é contestado por alguns aliás que gostariam de controlar o poder à massa, e portanto isto é uma mesada profunda na sociedade portuguesa que vamos ver de uma forma clara daqui a 20 – 30 anos. Sobre esta matéria continuarei activo e todos os níveis.

«SINTO QUE TENHO UMA DÍVIDA COM O ESTADO E COM OS PORTUGUESES QUE TENHO PAGAR, FAZENDO COISAS»

E no plano pessoal e que há ainda para fazer?

Há algo que não tenho dúvida: vou continuar a fazer coisas. Tenho, com colegas e sócios, um vasto número de participações em várias áreas de andar e seguramente vou continuar nesse linha porque tenho a firme convicção da que o mundo como casa comum da língua portuguesa tem muito ainda que fazer. Ocupa-se atualmente muito pela educação e pela formação. Tenho projectos para aumentar o número de escolas, superior e secundário, quer em Portugal quer nos PALOP. Isso vai continuar e ser feito, dependendo das parcerias que aparecerem, dos recursos disponíveis, mas acima da nossa capacidade de fazer coisas. O dinheiro nunca foi problema. Está nos bancos e é preciso ter as ideias. Quem tem o medo do risco e de perder é complicado andar para frente. Quem não vê nisso um desafio, um avido, não custa nada edificar projectos e abrir escolas.

Para mim é uma paixão – e num ano em que se comemora os 100 anos da República – que ainda não esteja, em absoluto, garantido a universalidade do sistema educativo, o acesso nas mesmas condições de todos as pessoas à escola. O maior dos constrangimentos da sociedade portuguesa é não haver um sítio a custos competitivos – aquilo que são os princípios republicanos – e de uma forma fácil e acessível. Considero que ao Estado cabe garantir que existe ensino para todos. A iniciativa privada tem um papel determinante e o Estado deve supor todas as carências e ser auizador. O Estado não tem capacidade de responder aos novos desafios, tem de ser a sociedade civil com o um todo. A nossa sociedade é muito frágil, muito fraca. Somos todos muito dependentes do Estado, temos invado do Estado. Temos o medo de Nós. Enquanto a sociedade civil não estiver forte, organizada e com espírito de liderança e determinação o país não muda muito. Interessa-me muito pouco os governos.

«FUI POLÍTICO PROFISSIONAL DURANTE SETE ANOS»

Mas não será hoje em dia a política um instrumento facilitador para o cumprimento deste seu desígnio pela Educação? Está de alguma forma afastado e consegue ainda ter alguma participação na vida política nacional?

Não sei. Fui político profissional durante sete anos. A política pode ser, de facto, um meio, bem ou mal utilizado. Tenho uma fase militante nas juventudes partidárias, na juventude socialista, depois sai da JS com 30 anos dedicava-me à actividade empresarial e, portanto, fiz o meu próprio percurso para não depender de ninguém. Em 1990 fui político profissional, foram 7 anos. Achei que já tinha dado o meu contributo. Fui militante de carteira. Militante do MPLA até 1976, depois quando optei por ficar em Portugal tornei-me militante do Partido Socialista. Fui, sou, e vou continuar a ser activista de carteira, participando mais ou menos da vida política portuguesa.

E se surgir um convite para assumir um papel activo na política?

Depende do convite. Se for um sítio em que possa pôr ao serviço do bem público o conhecimento que adquiri durante estes anos, tê-lo-ei. Aliás, acho que tenho uma dívida perante a sociedade. Tive o privilégio de ter estudado numa escola pública, pagava uma propina baríssima, em que o Estado me permitiu, com o trabalhador-estudante, conciliar muito do meu tempo a estudar. Sinto que tenho uma dívida com o Estado e com os portugueses que tanto pagar, fazendo coisas. Devolvendo à sociedade o que tive o privilégio de ter. É a minha obrigação.

Como ocupa o seu tempo livre?
Conheço o mundo quase de lés-a-lés desde a Austrália, até ao Canadá. Constitui uma parte significativa do meu tempo livre a viajar. É uma necessidade quase imperiosa da alimentar a minha imaginação. Só vendo o mundo se consegue perceber o que está a acontecer. Para mim foi muito surpreendente quando há uns 11 anos chegaram à Finlândia e à noite chegamos a Helsinquia, matamo-nos num táxi e reparam-os que não tínhamos dinheiro. O senhor do táxi não ficou muito aflito. Disse-nos que tinha o Multibanco disponível até mesmo no carro. Isto para vermos como estamos ainda atrasados. É preciso estar atento, isto é viajar bem perto!

Já fez um roteiro de medicina?
Sim (risos) quando não tinha dinheiro. Depois descobri que os hotéis eram bons e mais simpáticos e confortáveis. Mas fui turista de "pé descalço", fiz InterRails. Realmente não se pode falar do que não conhece.

Este motivo de eleição?
Gosto muito de Paris. Mas não tenho um sítio que ache que é melhor que todos os outros. Gostava de estar um ano em Nova Iorque. De ter tempo para fazer um ano em Londres, outro em Nova Iorque, ou em Paris, ou em Ponta Delgada, uma cidade fantástica. É possível que possa acontecer. Estive quase para ficar em São Tomé e Príncipe. Viver em Angola não, seria interessante viver na terra onde nasci. Mas está fora de questão. Para viver é em Lisboa, se possível na baixa. Trabalho há 30 anos na baixa. É o melhor sítio para passar o dia e parte da noite. Tem um encanto especial.
Uma cidade muito interessante é Maastricht, na Holanda, pelo encanto, não tanto pela história. Tem aquelas coisas que uma pessoa gosta. Apreco o casco urbano, a cidade consolidada e os centros urbanos acalizam-me muito. Sentem-nos aconchegados.

ANET E A ENGENHARIA NUM FUTURO PRÓXIMO

Com mais de uma década de actividade na presidência da ANET, o que mais destaca no trabalho desenvolvido pela entidade?
Na minha modesta opinião, a ANET trouxe para a discussão pública alguns valores sobre ética, deontologia e a ciência intransigente do interesse público. As Ordens foram, e continuam a ser, estruturas corporativas de defesa dos seus membros. O que trouxemos foi a alteração desta paradigma.
Não existimos para defender os interesses dos nossos membros, mas para defender o interesse público. Essa tem sido a grande questão. Além, se tivéssemos alguma crítica é a posição do Bastonário da Ordem dos Médicos formada recentemente sobre a abertura de novo curso de Medicina em Aveiro. É inaceitável que ele e outros bastonários protejam os instalados. O que a ANET trouxe foi uma atitude diferente pelo que temos algumas relações difíceis com outras ordens. Há um paternalismo e uma arrogância de algumas personalidades que se enquadram naquele grupo de pessoas que chegaram ao 25 de Abril formadas e não há nada a fazer. É aceitar que chegaram novas gerações ao poder. O que interessa é o que queremos fazer daqui para a frente!

«PROPOMOS UM VERDADEIRO TERRAMOTO NAQUILO QUE É A NOSSA ESTRUTURA DO EDIFICADO EM PORTUGAL»

Uma das propostas da ANET centra-se na legislação e registo de exercício da profissão, dos diplomados do 1.º ciclo dos cursos de engenharia, licenciados pós-Bolonha, com título profissional de engenheiro técnico? Sim é verdade. Demos um enorme contributo e assumo-o aqui, às vezes, de uma forma irracional. Muitas coisas vão acontecer. Temos propostas concretas. O nosso congresso em Outubro vai abordar a revitalização urbana e propomos um verdadeiro terramoto naquilo que é a nossa estrutura do edificado em Portugal. É uma catástrofe o que nós temos e é preciso responder a isso de uma forma diferente, com inovação.
A nossa proposta é absolutamente arejada em que acabamos com uma série de poderes, com este estado de vergonha nacional que é o nosso edificado. Vamos provocar uma ruptura com os vários poderes e que não seja o Estado a despender subsídios, afinal de subsídios. Queremos que o Estado – os lobbies sobem a mau sentido – não complique.
A ANET trouxe para discussão pública vários temas como o da certificação ou a responsabilidade dos técnicos que a maior parte dos intervenientes que participam nestes processos, como estão com a preocupação de se protegerem, não abordam com medo de que haja corrupção. Não temos uma ideia completamente oposta. Queremos mais engenheiros, médicos, advogados existam na sociedade portuguesa, melhor! É uma ruptura total com o discurso passadista. Tudo o que temos para trás é muito incoerente, mas já está feito. O que nos interessa é dar os padrões de qualidade que queremos para o nosso futuro.

Como antevê o seu futuro na sua ordem?
O País tem de ser um projecto de futuro. Como vamos trabalhar para continuar a existir no mundo? Para que Nós, portugueses, fazemos a mesma dinâmica que sempre fizemos? E com medo? Com medo de concorrência?
Gostaria que o futuro fosse feito pelas nossas próprias mãos. Gostaria de ter, por exemplo, três vezes mais engenheiros técnicos do que temos hoje. Não é muita gente. É assim que se faz o progresso e o desenvolvimento. Não é castrando a liberdade, a iniciativa. A Engenharia deve ser um factor de riqueza, exportando serviços. O mundo está cheio de necessidade de projectos de engenharia de intervenção. Como costumo dizer aos meus colegas engenheiros mais novos – Arriscaiam! Vão para o mundo, criem as vossas empresas no mercado global. Tem os colegas que trabalham em Macau e fazem projectos em Lisboa. Porque não havemos de fazer isto para toda a América Latina, África, Europa do Leste?

«TEMOS UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO EDIFICADO»

ENTREVISTA

Neste momento, uma das grandes batalhas da ANET é essencialmente a reabilitação!

Sim. A reabilitação contribui não só para o emprego, para o desenvolvimento e para formar as sociedades mais dignas. Fiquem os mal da América Latina, há algumas zonas em Portugal que são piores do que o que vemos e falamos. É uma vergonha. Não proponho que a reabilitação seja um designio nacional. Temos um problema de saúde pública no-acticado, a ventilação e a falta de condições de habitabilidade são muito más. Estamos na Europa e temos percentagens altíssimas de casas sem instalações sanitárias. Uma coisa que nos envergonha. É um problema sério!

No âmbito deste designio da ANET está também incluída uma aposta na certificação energética dos edifícios como forma de melhorar o desperdício de energia?

Ao procedermos à reabilitação urbana pode-se também tratar do problema energético. Não é uma intervenção ao nível do novo, o que estamos a propor. É ao nível do edificado antigo que se pode fazer a grande intervenção ao nível energético.

Por isso a grande entrave continua a ser a burocracia e a morosidade nos processos.

De facto, o grande bloqueio é esse. É um bloqueio administrativo ao nível do Estado. Queremos que o Estado transfira para os técnicos a responsabilidade de atestar se há ou não condições de habitabilidade num edifício.

A transferência da competência e a responsabilidade dos projectos para os técnicos está feita. É um marco importante na sentido da responsabilização nos trabalhos elaborados?

Está a ser um processo gradual. Há ainda uma resistência das entidades licenciadoras, há uma resistência natural dos técnicos porque estão a assumir responsabilidades que até há bem pouco tempo não tinham e há ainda uma aquiescência de entidades.

Numa sociedade conservadora como a nossa temos sempre aquela ideia da tutela do Estado. Quando se assume uma responsabilidade temos medo.

A tragédia do terremoto no Haiti está longe de ser esquecida e parece ter voltado à praça pública a discussão sobre a qualidade da construção num País como o nosso que também já sofreu uma calamidade parecida, senão pior. Considerás que, face à actual paleta de edifícios, conseguimos nos considerar um fenómeno natural como sofrer o impacto?

Não. Não sou catastrofista. Agora a verdadeira catástrofe em Portugal é o estado degradado em que temos os nossos edifícios. Relativamente ao sismo como o que aconteceu no Haiti não aconteceria nada de especial. Temos uma boa construção, claro que há estruturas mais débeis que, se acontecer um cenário desses, provavelmente que caiam como as barracas. Mas recuso o cenário catastrofista. Por isso digo que o melhor é apostar na reabilitação urbana. Para evitar a catástrofe de um sismo como esses impõe-se que se faça a reabilitação. E sai os governantes à cada um de Nós não desenvolver este processo somos todos responsáveis de um qualquer acidente desse género. A ideia é fazer uma espécie de "trás em um": reabilitação tendo em conta as condições de habitabilidade, condições de segurança, higiene e poupança energética e, acima de tudo, dar dignidade às pessoas.

Queremos que os poderes públicos, a sociedade civil olhem para a reabilitação como um designio nacional... e não tem de haver recursos financeiros do Estado. Temos é de aplicar os procedimentos. É nas situações de crise que temos de aproveitar. A reabilitação urbana poderia pôr o mercado a funcionar.

Mensagem aos engenheiros técnicos

Temos hoje uma responsabilidade acrescida. Têm de fazer melhor. Engenharia, voltar a estudar, aperfeiçoar os padrões de qualidade dos seus projectos e do exercício profissional.

Ultrapassadas as questões de inveja e estando definidas as competências dos engenheiros técnicos - podemos praticar cerca de 98 por cento dos actos de engenharia existente - o grande desafio é fazer melhor todos os dias. Só se consegue estudando.

Não há milagres.

Quero deixar uma mensagem de esperança para que possamos ter uma vida mais simpática, mas também de enorme responsabilidade. Somos os verdadeiros reguladores do exercício da nossa actividade. Os desafios que temos pela frente são enormes. Queremos tanto regular a nossa profissão, é agora que temos de o demonstrar como, aliás, temos feito nos últimos 10 anos. Não precisamos de nenhum paternalismo.

«QUANDO OS ENGENHEIROS TÉCNICOS PERCEBEREM A DIMENSÃO DESTA RESPONSABILIDADE NO PROJECTO, NÃO PARÃO NEM MAIS UMA ASSINATURA DE FAVOR»

O contrato à engenharia ilícita continua a ser uma luta?

O maior ataque que é feito à engenharia ilícita é feito com a lei 31 e a transferência da responsabilidade para os técnicos. Anteriormente, quando um técnico assinava um projecto este era aprovado pela Câmara. A partir do momento em que isto acontecia ela estava protegida.

Se agora faço uma assinatura de favor num projecto que não é meu, a coisa corre mal, o prédio cai, vou preso! É tão simples como isto. Este governo da engenharia Sócrates fez o maior ataque à corrupção à engenharia, à arquitectura ilícitas, à fraude com medidas muito simples – transferência para os técnicos da responsabilidades.

Quando os engenheiros técnicos perceberem a dimensão desta responsabilidade no projecto, não farão nem mais uma assinatura de favor.

Curriculo Presidente da ANET

Augusto Ferreira Caseiro
Nasceu em Angola, Huambo, em Novembro de 1947.
Estudou no Huambo onde completou o curso Complementar de Electricidade.
Em 1970 ingressou na Função Pública.
Em 1984, formou-se em Engenharia Civil no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) na especialidade de Transportes.
Em Janeiro de 2005, concluiu a Pós-Graduação em "Gestão das Cidades".
Em 2007 concluiu a Licenciatura em Higiene e Segurança.
Em 2008 frequenta o Mestrado em Gestão Integrada de Qualidade, Ambiente e Segurança.
Em 1981 é eleito para o Conselho Directivo do ISEL.
A partir de 1985 faz parte da Direcção do Sindicato dos Engenheiros Técnicos.
A partir de 1988 faz parte dos órgãos dirigentes da APET - Associação Portuguesa de Engenheiros Técnicos.
Fundador, com outros elementos, da Escola Profissional Gustave Eiffel, em 1989.
Em 1992 é consultor para a Formação Profissional do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED).
Fez várias missões em Angola - Luanda, Lobito e Huambo - (1992-2000), onde o Centro de Formação Fadário Mutaka, no Huambo e é Supervisor de Projectos/Actividades em Angola pelo IED.
Foi, de 1999 a 2005, chefe do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal da Amadora.
Foi director da revista técnica "Engenho", editada pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos.
Actualmente é o director da revista técnica "Engenharia" editada pela ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos.
Presidente da ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, associação de direito público, desde 2002, tendo sido reeleito em 2004.

Portugal não precisa de grandes medidas nas leis, precisa sim de medidas cirúrgicas para simplificar procedimentos como esta. Teríamos uma sociedade diferente daqui a uns anos se isso acontecer.
A grande batalha é a reabilitação urbana com todas as consequências que isso tem no mercado do arrendamento. E isso tem de ser feito sem recursos financeiros do Estado. Achamos que o Estado não deve dar subsídios para reabilitação.
Os engenheiros técnicos não estão disponíveis para pagar mais impostos. Pagamos muitos impostos e mais do que todos. Ainda pagamos um novo imposto que é o manter a ANET em funcionamento que não recebe nenhum apoio do Estado. O Estado transferiu para a ANET o trabalho que fazia. Temos que criar receitas próprias aplicando um imposto sobre os engenheiros técnicos para suportar a existência da ANET e isto não pode ser, a não ser que seja para todos. Não estamos disponíveis para pagar impostos e fazer engordar alguns. Isso não! Não estamos disponíveis para que a reabilitação urbana seja feita com base em subsídios estatais. Queremos que o mercado por si só funcione. Mais nada.

SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

ANET apresenta propostas para uma correcta reabilitação urbana

A ANET considera que "não é com uma política de subsídios públicos que se fará a reabilitação do edificado"

A Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET) apresentou, no início do ano, um conjunto de propostas para uma correcta reabilitação urbana, considerando, a propósito, que "não é com uma política de subsídios públicos que se fará a reabilitação do edificado".

Acreditando que "só com uma política de simplificação administrativa e envolvimento de toda a sociedade se conseguirá dar um novo sentido à reabilitação", a ANET defende que é necessário "deitar mão dos recursos" de que o país dispõe, exemplificando com "a capacidade de pensar e de mobilizar todo um país e dar sentido às energias existentes".

"A ANET está firmemente convencida de que a reabilitação urbana e o acabar com a habitação degradada devia ser considerada um objectivo estratégico e um desígnio nacional, para o qual devíamos canalizar todas as boas vontades, sendo certo que, em termos de estímulo da economia, combate ao desemprego e sem recurso a fundos do estado, não haverá muitas mais iniciativas com esta força e capacidade mobilizadora do orgulho individual e colectivo, e porque à mobilização dos recursos financeiros das famílias, dos recursos técnicos e financeiros das empresas de construção e outros investidores, dos Técnicos e do poder político, é possível quando se estabelecem objectivos claros que a todos interessa", diz aquele organismo no documento.

De acordo com Augusto Ferreira Guedes, presidente da ANET, em Portugal, "não obstante a medidas que sucessivamente têm sido adoptadas, algumas adequadas, outras menos realistas e eficazes, continua actual e por resolver o problema premente da habitação e da recuperação do parque imobiliário habitacional degradado".

Factores a ter em conta nas políticas de habitação

- A ausência de solos disponíveis para afectação urbana e a necessidade de preservar a integridade dos solos agrícolas, e outros não urbanizados;
- O abandono dos centros urbanos, como centros residenciais, e a sua consequente desertificação e degradação.

divilux

O responsável justifica a declaração no facto de passados seis anos sobre o estudo mais recente sobre a temática, que data de 2003, elaborado pela então Secretaria de Estado da habitação, "a situação dramática" então vivida continuar "longe de se encontrar resolvida". Os dados da época permitiram

concluir que "... do total das habitações nacionais, 544 mil (11 por cento) encontravam-se vagas, disponíveis para venda (105 mil), para arrendamento (80 mil), mas também para demolição (28 mil), entre outras. Em contrapartida, 29 mil famílias viviam em alojamentos tão diversos e precários como barracas, casas móveis, improvisadas ou de madeira....".

A ANET frisa que a não resolução desta problemática aponta para "a urgente necessidade de serem tomadas medidas céleres, realistas e exequíveis, que permitam não só rentabilizar ao máximo acção dos poderes públicos envolvidos, mas que igualmente se mostrem capazes de congregar a adesão interessada dos particulares na prossecução dos objectivos estabelecidos".

Política de habitação

A ANET defende que as novas políticas de habitação deverão ter em conta, entre outros aspectos, "a ausência de solos disponíveis para afectação urbana e a necessidade de preservar a integridade dos solos agrícolas, e outros não urbanizados", assim como "o abandono dos centros urbanos, como centros residenciais, e a sua consequente desertificação e degradação".

Em termos ambientais, a ANET defende que deve ser adoptada uma "conjugação harmoniosa entre edifícios e equipamentos e infra-estruturas existentes", assim como deverá ser reapreciada a política de habitação "com a implantação de um sistema eficiente de transportes públicos, enquanto factor decisivo para a imperiosa necessidade de reduzir as emissões de CO2 e para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses".

A ANET defende, ainda neste campo de actuação, a "adopção de mecanismos de combate ao desperdício energético adoptando energias renováveis, tal como já definido pelo Governo".

"A reabilitação urbana e o acabar com a habitação degradada devia ser considerada um objectivo estratégico e um desígnio nacional"

Factores ambientais a ter em conta

- Conjugação harmoniosa entre edifícios e equipamentos e infra-estruturas existentes;
- Reapreciação da política de habitação com a implantação de um sistema eficiente de transportes públicos, enquanto factor decisivo para a imperiosa necessidade de reduzir as emissões de CO2 e para a melhoria da qualidade de vida dos Portugueses;
- Adopção de mecanismos de combate ao desperdício energético adoptando energias renováveis, tal como já definido pelo Governo.
- Ao nível dos resíduos evita a sua existência (Dec.-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março).

Mudança legislativa

A ANET considera que, "face ao seu importante contributo para o panorama negativo actual, mesmo considerando as consequências do recente período de crise económica e financeira à escala mundial, a que o país não ficou incólume, o volume crescente de construção nos últimos anos ultrapassa em larga escala as necessidades do número de famílias residentes em Portugal, e bem assim as respectivas capacidades em matéria de recursos financeiros".

Para a associação que representa os engenheiros técnicos, as "soluções de reabilitação urbana previstas no recente regime jurídico de reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, apresentam, à partida, condições para poderem construir um passo positivo na resolução deste problema".

Atenta a esta situação, a ANET considera que o problema "só poderá ser solucionado mediante a adopção de um conjunto de medidas capazes de combater os diversos factores que para ele concorrem".

Propostas da ANET

Entre as propostas estão a "aquisição pelo Estado e autarquias locais dos muitos fogos devolutos existentes"; o "lançamento de um programa 'Casa para Todos', enquanto programa de apoio ao arrendamento, suportado em conjunto pelo inquilino e pelo Estado, ou pela autarquia local, em detrimento do PER – Programa Especial de Realojamento"; a "manutenção do programa de apoio financeiro Porta 65 – arrendamento por jovens"; a "instituição de uma política de rendas sociais, tendo em conta a carência de recursos dos agregados familiares mais desfavorecidos"; o "suporte das medidas anteriores na constituição de um Fundo Imobiliário para a aquisição dos imóveis devolutos, através da venda de património existente, se necessário, e gestão do parque habitacional público segundo as boas regras da gestão empresarial"; a "concessão de benefícios fiscais, nomeadamente isenção de IMI e de IMT, aos proprietários que coloquem os seus imóveis no mercado de arrendamento a preços razoáveis"; "a criação, na esteira da modernização administrativa, do 'Licenciamento no Hora' a operar mediante a verificação automática dos requisitos legais necessários para os diversos procedimentos a contemplar, confirmados e certificados presencialmente pelo técnico, de molde a ultrapassar a morosidade administrativa"; a "simplificação e agilização da constituição dos edifícios no regime de propriedade horizontal, pois a lentidão e burocracias administrativas associadas ao licenciamento municipal desta operação"; e a "simplificação do processo de despejo, substituindo os tribunais por um processo sumário de polícia ou GNR".

"o mais importante na recuperação urbana é a simplificação e agilização do Regime de Constituição de Propriedade Horizontal"

A ANET protagoniza a adopção destas medidas por considerar que "o mais importante na recuperação urbana é a simplificação e agilização do Regime de Constituição de Propriedade Horizontal". De fa to, "é a exigência de um número conjunto de quisitos legais que impedem o funcionamento mercado imobiliário, de entre outros, a exigência p via da licença de utilização na realização da escrit pública de constituição de propriedade horizontal".

Neste âmbito, a ANET propõe que se elimine actos e procedimentos desnecessários, "exonerar o cidadão/proprietário de custos e imposições adm nistrativas dispensáveis, nomeadamente do moro processo da obtenção da licença de vistoria".

Propostas da ANET

- Aquisição pelo Estado e autarquias locais dos muitos fogos devolutos existentes, em grande parte como consequência da procura, por parte dos seus proprietários, das mais-valias geradas pelo especulação imobiliário, que são propriedade de muitas famílias que não conseguem vender as suas casas e que com a sua venda ficariam com a liquidez para outros investimentos;

- Lançamento de um programa "Casa para Todos", enquanto programa de apoio ao arrendamento suportado em conjunto pelo inquilino e pelo Estado, ou pela autarquia local, em detrimento do PER – Programa Especial de Realojamento, pois, como é sabido, a construção em massa de habitação nova ao abrigo deste Programa não se revelou adequada para a integração social das comunida- des a que se destinam. A política de realojamento e de habitação deve passar, por um lado, pela erradicação das barracas existentes, por outro, pela não permissão de novas construções precárias e ainda, pela recuperação do parque urbano legal próprio ou arrendado. Para além disso, a polí- tica de realojamento deve igualmente permitir o acesso de pessoas carenciadas a uma habitação condigna, como é o caso dos deficientes, famílias monoparentais e mulheres vítimas de maus tratos; pelo que importa, igualmente, encontrar soluções para as referidas situações. É necessário acelerar os processos de realojamento e de recuperação do parque habitacional degradado

- Manutenção do programa de apoio financeiro Porta 65 – arrendamento por jovens (Dec.-Lei n.º 308/2007, de 3 de Setembro);

- Instituição de uma política de rendas sociais, tendo em conta a carência de recursos dos agregados familiares mais desfavorecidos;

- Suporte das medidas anteriores na constituição de um Fundo Imobiliário para a aquisição dos imóveis devolutos, através da venda de património existente, se necessário, e gestão do parque habitacional público segundo as boas regras da gestão empresarial;

- Concessão de benefícios fiscais, nomeadamente isenção de IMI e de IMT, aos proprietários que coloquem os seus imóveis no mercado de arrendamento a preços razoáveis;

- A nível nacional, é reconhecida a boa experiência de modernização administrativa da constituição da "Empresa na Hora". Neste âmbito, e por entender que de forma integrada se poderá ir além na simplificação, desmaterialização e agilização dos procedimentos administrativos das operações urbanísticas, com os inerentes benefícios para os cidadãos, empresas e Administração Pública, a ANET propõe a criação, no esteira da modernização administrativa, do "Licenciamento na hora" a operar mediante a verificação automática dos requisitos legais necessários para os diversos procedimentos a contemplar, confirmados e certificados presencialmente pelo técnico, de molde a ultrapassar a morosidade administrativa;

- Simplificação e agilização da constituição dos edifícios no regime de propriedade horizontal, pois a lentidão e burocracias administrativas associadas ao licenciamento municipal desta operação, e satisfação das demais exigências legais correlativas, são factores que muito contribuem para a desmotivação dos proprietários em investirem previamente na recuperação dos edifícios, que assim continuam o seu percurso de degradação.

- Simplificação do processo de despejo, substituindo os tribunais por um processo sumário de polícia

AUGUSTO GUEDES, PRESIDENTE DA ANET, EM DISCURSO DIRECTO

"A Engenharia portuguesa tem de ser um factor de riqueza"

AUGUSTO GUEDES, PRESIDENTE DA ANET

ESTA FOI UMA ENTREVISTA A UM HOMEM IGUAL A SI MESMO E QUE TEM DEDICADO GRANDE PARTE DA SUA VIDA À DIGNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS. COM UM DISCURSO DIRECTO E ESPONTÂNEO, AQUI E ALI «APIMENTADO» COM UM LIGEIRO «TOQUE» DE PROVOCAÇÃO, AUGUSTO GUEDES, PRESIDENTE DA ANET – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS REVELA-NOS O PANORAMA ACTUAL DAS COISAS, PRECONIZANDO MEDIDAS CONCRETAS NO SENTIDO DA ENGENHARIA PORTUGUESA SE TORNE AINDA MAIS COMPETITIVA E CRESÇA A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL.

O discurso é extenso, a mensagem é fundamental e a conclusão só deve ser esta: ou seja, é necessário que se acabem com os velhos tabus e se dê à engenharia aquilo que ela merece, "que passa pela enorme capacidade que possui de promover o nosso país e consequentemente o nosso desenvolvimento, pois a engenharia é, cada vez mais, um instrumento fundamental de penetração de Portugal no mundo", afirma Augusto Guedes.

É por este cenário que é legítimo afirmar que a engenharia detém um papel importantíssimo no progresso e desenvolvimento do país, sendo necessário rentabilizar a mão-de-obra instruída e qualificada nacional, onde as novas gerações terão um papel fundamental no futuro.

Para o presidente da ANET, Portugal tem aproveitado "razoavelmente bem" os profissionais de engenharia, embora ainda sejam necessárias diversas e inúmeras alterações de índole pública e de uma urgente mudança de mentalidades nas denominadas associações corporativas, porque "não tenho dúvidas, tenho uma enorme expectativa de que o país vai continuar a evoluir, independentemente das dificuldades e de todas as dúvidas que diariamente pairam. Desejo que Portugal continue a traçar um caminho evolutivo como fez nos últimos 30 anos, com o menos riscos e com menos erros. E os chamados «velhos do Restelo», aqueles que estão sempre contra tudo e contra todos, serão cada vez menos e não irão representar qualquer influência no futuro, porque estive hoje uma enorme convicção nas novas gerações, que estão avidas de mostrar que têm qualidade e que serão os principais intervenientes na mudança positiva deste país", assevera o nosso interlocutor.

A ESTA, PRESIDENTE DA ANET, EM DISCURSO DIRECTO

Uma das principais lutas da ANET vem passado pela corrente à chamada engenharia ilícita, lastando recordar que muitas das "pessoas que fazem a engenharia não estão habilitadas para tal. A engenharia só deve ser exercida por aqueles que estão habilitados e reconhecidos. Como isso não acontece não são apenas os legítimos e reconhecidos engenheiros que irão sofrer com este cenário, somos todos nós, o país na globalidade", assegura Augusto Guedes, para quem o panorama actual é bem melhor do que no passado recente, embora "embora ainda haja muita coisa a fazer. De facto melhoramos neste campo, mas isso ainda não é suficiente. Falta considerar que existe um conjunto de actos que são exclusivos dos engenheiros e engenheiros técnicos. O problema é que o país não produziu, nem produz, o número de engenheiros necessários ao desenvolvimento do país e tal como em 1971, em que existia uma lei que permitia que outras pessoas pudessem praticar actos de engenharia, isso ainda hoje acontece".

Qual a solução para terminar com este cenário de tão nefastos efeitos para Portugal? "É necessário dar pleno mais prazo razoável de dez anos, o número de engenheiros e de engenheiros técnicos, porque esta é a solução para o que não neste momento as carências do país", assegura o nosso entrevistado, dando como exemplo casos de empresas de grande dimensão que "têm de ter nos seus quadros, pouco mais de uma dezena de engenheiros. Isto é inaceitável. Temos que, gradualmente, corrigir essa situação e para que isso seja uma realidade é necessário um maior número de formados em engenharia".

Mas quem são os responsáveis desta situação? Há escassez de escolas? "Isso é uma falsa questão. Criou-se o mito de que temos licenciados a mais, mas isso acontece apenas em algumas áreas e não na vertente da engenharia. O país tem de produzir pessoas com formação superior porque só desta forma se pode fazer face às necessidades futuras, porque o futuro começa a construir-se hoje. A engenharia portuguesa tem de ser um factor de riqueza, a nível económico e num plano internacional. Esta é a grande oportunidade e não podemos desperdiçá-la, talvez mesmo a única dos últimos 200 anos".

Assegurando ainda que esta oportunidade é direccionada para todas as engenharias e não consoante as áreas de especialidade, segundo Augusto Guedes é necessário cessar também os chamados lobbies. Mas quem são os que fomentam esses lobbies? Algumas associações "corporativas", que ainda hoje existem e que ao tempo, foram nomeadamente do Estado Novo. Também as associações de direito público, vulgo ordens, que com uma postura egocêntrica, contestam o aumento do número de vagas nas universidades", enfatiza, dando como exemplo mais concreto a Ordem dos Médicos "que está sempre a contestar a abertura de um maior número de novas vagas. Não podemos pactuar com isto. As associações que têm poderes delegados do Estado não podem, de forma alguma, só dar protecção aos instalados, o que só prejudica o desenvolvimento do nosso país. É essa a batalha que a ANET trava hoje".

[illegible]

Mas não será natural que as associações de direito público protejam os seus membros? Segundo Augusto Guedes esse princípio é positivo, "defender o que é nosso. Mas não podemos defender e proteger os vícios e os lobbies instalados". Qual é o papel da ANET no meio deste cenário? "Olha, a nossa visão é exactamente oposta. Temos de lutar para aumentar o número de membros e de diplomados. A ANET tem um discurso próprio. Não sendo corporativa, defendemos a duplicação dos engenheiros e engenheiros técnicos, e pretendemos continuar a contestar posições como a da Ordem dos Médicos e de outras ordens que são provocadoras", assegura convicto.

Mas esta posição da ANET não passará somente de uma luta feita apenas e só através de um discurso convincente? "De forma alguma. Temos tomado uma série de iniciativas e dentro a elaboração da grelha dos actos de engenharia que, permite certificar o que cada engenheiro técnico pode subscrever. Temos combatido «lamentavelmente» e dentro das nossas limitações a engenharia ilícita, a vulgar assinatura de favor. O problema é que, os resultados nem sempre são visíveis. Mesmo assim, somos pressionados, do exterior, por outras associações

de direito público, não sendo por acaso que ainda não tenham permitido que a ANET faça parte do Conselho das Profissões Liberais. Não nos deixamos intimidar e temos continuar com um discurso de ruptura contra as práticas instaladas e isso paga-se caro. Mas não temos dúvidas que este é o caminho e mais cedo ou mais tarde conseguiremos demonstrar e provar que estamos correctos".

"[illegible]"

As atitudes corporativas têm na opinião do nosso entrevistado maximizado os benefícios dos engenheiros e consequentemente do país. Mas corremos o risco de num futuro próximo ter que, à imagem do que tem sido realizado com profissionais de saúde, de importar engenheiros? Segundo Augusto Guedes esse cenário já é visível. "Já importamos um número elevado de engenheiros porque temos uma carência enorme. Aliás, neste momento é muito difícil encontrar um engenheiro no mercado desempregado. O problema é que este problema é menos visível porque um engenheiro não trabalha directamente com o público. Veja-se os casos das autarquias, que têm uma ausência de técnicos de engenharia a todos os níveis. Não podemos continuar neste panorama. A engenharia é hoje um potenciador da exportação em Portugal mas podia ser muito mais se tivesse mais engenheiros, pois estes têm, pela sua natureza uma enorme capacidade empresarial que acabam por tornar os engenheiros em gestores e empreendedores, que é algo que em Portugal não existe pelas mais políticas proteccionistas de poderes instalados, com resultados negativos para o quotidiano do país".

Mas quais são as consequências desses actos? "Tornamos no limite. Conseguimos satisfazer as necessidades do mercado mas com um enorme défice, única e exclusivamente porque criou-se este conceito que não deve haver mais pessoas formadas com o curso superior", assegura, deixando uma palavra elogiosa para com o actual Executivo liderado por José Sócrates, "que tem tomado decisões que vêm contrariando o actual cenário. Veja-se as últimas apostas deste Executivo que demonstram que estamos no caminho certo, porque enfrentamos com os lobbies instalados".

[illegible]

Assim, segundo o presidente da ANET, o Governo, de uma forma silenciosa, teve a coragem de realizar "as mais importantes reformas dos últimos 200 anos. Não tenho nenhuma dúvida". Mas o desemprego aumenta...."Sim, temos problemas pontuais como o desemprego desqualificado e pessoas sem formação, que infelizmente nunca mais terão oportunidades de emprego. O rumo da globalização mundial não lhes dá espaço. Essas pessoas estão condenadas ao desemprego eterno e à sociedade resta-lhe organizar-se da melhor forma para lhes pagar o subsídio de desemprego, sendo este panorama uma herança do antigo regime que passava pela qualificação baixa e portanto vamos apagar a factura dessa política agora". Então mas onde está a coragem que refere deste actual Governo? "Na reforma da política educativa. Desde logo com a introdução do inglês na escola primária, com a reforma de Bolonha, com o aumento de vagas no ensino superior e outras medidas, porque são iniciativas estruturantes que terão resultados positivos no futuro de Portugal. Por isso digo e afirmo que a reforma mais importante deste Governo foi na área na educação e não a podemos desperdiçar sob pena de não termos uma segunda oportunidade. Hoje fomenta-se o culto da formação e da educação, em contraposto com o culto do trabalho imposto no antigo regime". Assegurando que os engenheiros e engenheiros técnicos são bastante reconhecidos a nível nacional e internacional, segundo Augusto Guedes o desenvolvimento de Portugal passa nomeadamente pela engenharia e pela arquitectura. "Regeneração, requalificação urbana, organização do edificado são vertentes que só os engenheiros e arquitectos podem promover; como o impacto que isso terá ao nível de infra-estruturas de comunicações e telecomunicações. Aliás, Portugal é dos países mais bem posicionados nessa matéria, embora ainda tenhamos muitas assimetrias locais e regionais que têm de ser resolvidas", afirma o nosso entrevistado, lembrando que outras das iniciativas fundamentais criadas pelo actual Governo passa pelo Plano Tecnológico. "Este plano foi alvo de chacota e de brincadeiras de mau gosto por parte de muitos e não percebeu que este foi um passo importante para o futuro e desenvolvimento do nosso país. Portugal hoje não tem nada a ver com o que era há quatro anos, quanto mais há duas décadas. Hoje temos milhares de jovens com acesso a computadores distribuídos pelo Governo, que quando estiverem numa fase adulta poderão

colocar o país numa posição circunstrita ao nível do desenvolvimento tecnológico. Obviamente que estas apostas não terão efeitos imediatos. Só alguém com uma miopia mal-dosa e deprecativa acredita nisso", assegura convicto, deixando um aviso aqueles que preferem manter os seus cargos cómodos de fabos nobres ao invés da evolução do país. "Nenhuma força da sociedade que vier este cenário será impunível. Tenho ainda mais prazer em assistir a esta mudança num momento em que comemoramos com anos de República, sob o lema de «Escola para todos»".

[illegible]

"Bolonha é uma oportunidade para o país. Se não tivesse mais nada na sua essência, pelo menos teve o dom de mexer em estruturas que estavam completamente ultrapassadas e viciadas no ensino superior e que eram dominadas por lobbies", afirma Augusto Guedes. Fala dos professores universitários? "Obviamente. A sociedade portuguesa está com receio de perder coisas que efectivamente não tem. Os professores universitários edificaram lobbies fortes e organizados, que detinham programas educacionais que não eram revistos há mais de duas ou três décadas, facto que foi alterado com Bolonha. Aqueles que compreenderam as vantagens destas mudanças continuam a evoluir. Os que foram restringindo vão perdendo sucessivas batalhas e portanto, realmente, é uma das reformas mais importantes dos últimos duzentos anos, porque mexeu com a estrutura mental e psicológica da sociedade. É a possibilidade de circulação no mundo académico e isso aporta novas ideias, nova massa crítica, novas ideias. Não temos qualquer hipótese de evolução se o ensino superior não produzir pensamento", assegura o nosso interlocutor.

De facto esta mudança de paradigma aportada por Bolonha é vital, mas falta ainda alterar a ligação entre o universo empresarial e os edifícios do Saber, vulgo universidades. Bolonha trouxe esse dinamismo e essa relação de parceria? "Isso é uma velha questão que tem pouco sentido. Não existe lacuna nenhuma de ligação. As novas gerações de estudantes serão os novos empresários de amanhã e vão substituir as gerações de empresários antigos e que têm «morre» anunciada. Estamos a assistir a um ciclo que está no fim", explica Augusto Guedes, lembrando que apesar das taxas de desemprego dos jovens à nível de licenciados ser elevada não tem necessariamente de ser algo negativo. "Significa que o mercado ainda vai absorver, embora esse processo de adaptação seja moroso".

[illegible]

Engenharia Ilícita. Poderes instituídos. Lobbies instalados. Engenheiros técnicos vistos como profissionais menores. Entre e outros assuntos revelam-se no quotidiano diário de Portugal no universo da engenharia. O que deve ser feito para alterar estes comportamentos e mentalidades? Não seria desejável, para terminar com os mesmos, uma fusão entre a ANET e a Ordem dos Engenheiros no sentido de representar e solucionar os problemas de engenharia?

Para Augusto Guedes assiste-se actualmente a uma «guerra» muito complexa neste domínio "porque existem ainda inúmeros vícios na sociedade portuguesa e não é de um dia para o outro que se alteram este cenário. Por exemplo, o problema da «assinatura de favor» é uma questão de consciência cívica, não se resolvendo apenas com novas leis. Mas esse não é um problema apenas da engenharia, porque está instalado em diversos sectores da nossa sociedade e que vai demorar o seu tempo a ser alterado". Mas poderia esta fusão entre as duas entidades reguladoras da engenharia, ANET e Ordem dos Engenheiros, ajudar a finalizar estes problemas, mais concretamente a engenharia ilícita? Segundo Augusto Guedes esse pode ser um dos caminhos, "mas apenas se essa fusão promover uma alteração de mentalidade e isso para a ANET ainda não é claro", esclarece, assegurando que a relação com o novo Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Matias Ramos, não é movida por nenhum sentimento de desconfiança. "Esta é uma questão que não envolve apenas pessoas, embora sejam determinantes para os processos se resolverem. Temos de continuar a caminhar rumo a uma maturação que permita a edificação de uma relação duplamente responsável das atitudes de cada instituição. Acredito que «a prazo» passaremos assistir a uma fusão e à criação de uma ordem única, embora neste momento não me pareça que estejam reunidas condições para o fazer. Se mudarmos atitudes, preconceitos e complexos, nos próximos dez anos poderemos assistir a essa fusão".

Na sua opinião esse problema passa ainda pelo engenheiro técnico ser visto como um profissional menor? "Sem dúvida. São esses preconceitos que têm de ser completamente alterados. Vivemos numa sociedade muito estigmatizada e o facto dos engenheiros técnicos, na sua maioria, serem oriundos de classes sociais mais baixas promove esses preconceitos que me parecem ridículos. Portanto, mais do que o presidente da ANET ou o Bastonário da Ordem dos Engenheiros, é necessário terminar com os estigmas que ainda existem na sociedade relativamente a esta matéria", salienta convicto Augusto Guedes, optimista relativamente ao futuro e a uma possível fusão. "Se me perguntasse se há 20 anos existiam condições para que essa fusão fosse uma realidade diria que não. Hoje estamos muito melhor e apesar desta relação ainda se encontrar numa fase bastante embrionária, começam a existir sinais de mudança positivos. Mas não existe nenhum clima de «guerra» ou de luta. Existe ainda muito trabalho de «corredor» e de sombra que está a ser realizado e não vejo necessidade de precipitar nada".

São conhecidos os diferendos entre Augusto Guedes e o anterior Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Fernando Santo, sendo que para o presidente da ANET é importante que todos estejam dispostos a ceder. "Caso o Bastonário Carlos Matias Ramos o diálogo tem sido fácil, mas não estamos sozinhos. Somos um país de brejas e eu como presidente da ANET sei que quando assumo um compromisso cumpro-o até ao fim. Mas para que esta confiança exista e seja profícua não podem acontecer situações dúbias como quando a ANET celebrou um acordo com o anterior bastonário sobre a Lei 31, tendo este realizado uma petição, depois do acordo alcançado, para se proceder à alteração do acordado. Isso cria desconfiança e é necessário que se assumam compromissos e se terminem com os preconceitos e estigmas para que existam condições para se trabalhar em prol da engenharia e de Portugal".

Mas será que este impasse não tem consequências nefastas para o país e para a própria classe da engenharia? "O país não perde nada, bem pelo contrário. Há apenas uma só concorrência entre «olhos». O país só perderá se não conseguirmos encontrar caminhos que a ANET defende como a duplicar o número de engenheiros nos próximos dez anos", conclui o presidente da ANET, Augusto Guedes. ■

www.arteconstrucao.com
Setembro e Outubro 2010
EDIÇÃO COMEMORATIVA
20 ANOS
A (IN)FORMAR O SECTOR DA CONSTRUÇÃO
Arte & Construção
Revista Profissional da Construção
DE PROFISSIONAIS PARA PROFISSIONAIS
Há 20 anos foi publicada a primeira edição da revista Arte & Construção.
Para comemorar esta data notável, convidámos os grandes representantes do sector da construção a partilhar com os leitores a sua perspectiva do que melhorou (ou piorou) em Portugal ao longo desses duas décadas.
20 ANOS
DE CONSTRUÇÃO
EM PORTUGAL
AS OPINIÕES DE:
ANTÓNIO MENDONÇA,
AUGUSTO FERREIRA GUEDES,
CARLOS MATIAS RAMOS,
JOÃO BELO RODEIA,
MANUEL ADRIA,
MANUEL JOAQUIM REIS CAMPOS,
RICARDO PEDROSA GOMES
Dossier
Menos pavimentos
Cimentos e betões
Quedas generalizadas
Entrevista
Reposição da primeira entrevista

O QUE MUDOU EM 20 ANOS

Desde a criação da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos , pudemos assistir a um dos mais interessantes acontecimentos da vida Portuguesa: a maior e mais profunda das reformas dos últimos 200 anos (quiçá, de todos os tempos) - A reforma do Ensino Superior, com a implementação do Processo de Bolonha.

O Processo de Bolonha e todas as alterações subsequentes, têm permitido um amplo movimento de actualização e ajustamento das estruturas do ensino superior em Portugal, alinhando-as com a Europa. A prazo, e se não for desvirtuada como alguns desejam ardentemente, esta reforma permitirá a livre circulação e escolha do local de estudo, uma ampla partilha de conhecimentos e uma quebra das fronteiras físicas e intelectuais.

Ao nível do exercício da profissão, como não poderia deixar de ser, destaco um processo com mais de 35 anos: o processo de revisão do Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro, com a publicação da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, regulamentada pela Portaria 1379/2009, de 30 de Outubro. Na prática, esta legislação transfere para os técnicos a responsabilidade do cumprimento da Lei, transferindo igualmente a responsabilidade civil e criminal no exercício da profissão.

Como nota negativa, refiro uma doença de padecem a maioria das associações profissionais de direito público (Ordens Profissionais): o corporativismo, a defesa dos interesses instalados, procurando colocar escolhos e entraves ao acesso à vida profissional para as novas gerações de diplomados. Essa não é, nunca o foi, a postura da ANET. É possível garantir a qualidade no exercício da profissão, sem bloquear o acesso aos mais novos. Aqui há tempos o pretexto era a falta de qualidade das Instituições de Ensino Superior. Agora o pretexto é Bolonha. Vamos ver o que vão "inventar" a seguir...

[1] Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, por autorização legislativa concedida nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 39/99, de 26 de Maio.

Augusto Ferreira Guedes
Presidente da ANET

www.artecontrucao

Outubro 20

Arte & Construção

Revista Profissional da Construção

DE PROFISSIONAIS PARA PROFISSIO

O último lanço da Cintura Regional Interna de Lisboa, que liga o Nó da Pontinha ao Nó da Buraca, só estará terminado em 2010. Embora as ligações de superfície abram ao tráfego em 2009, a conclusão do Túnel de Benfica será adiada para 2010 dada a "complexidade" que está a ser preservar do Aqueduto das Águas Livres e das Francesas.

Obra

Último troço da CRIL: Túnel de Benfica concluído em 2010

Entrevista

Augusto Guedes: presidente da Associação Nacional de engenheiros Técnicos

Inovação

Conjugação de energias: Telhado energético

Actual

Guta Moura Guedes: É preciso rever o mobiliário urbano

TRISTEZA E ALEGRIA NO 10º ANIVERSÁRIO DA ANET

TEXTO DE CHANTAL FLORENTINO

No dia do 10º aniversário da ANET – Associação Nacional de Engenheiros Técnicos, Augusto Guedes reage às afirmações feitas pelo bastonário da Ordem dos Engenheiros relativamente ao acidente do carrossel em Esmoriz. Embora "triste" com a crítica "gratuita e ignorante", o presidente da ANET considera ter razões para festejar já que faz um balanço "muito positivo" do contributo da Associação na melhoria da sociedade portuguesa.

Arte & Construção – Como avalia o contributo da ANET para a melhoria sociedade ao longo destes 10 anos?

Augusto Guedes – Eu faço um balanço muito positivo daquilo que a ANET contribuiu para a melhoria da sociedade portuguesa. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Mesmo em termos estritamente pessoais sinto que dei o meu melhor e tenho sido fortemente recompensado na medida em que propostas que desenvolvemos contribuíram para regulação de alguma legislação e para a alteração do estado de espírito da sociedade portuguesa.

Quais foram as vitórias mais significativas?

A reforma de Bolonha teve, na nossa opinião e sem falsas modéstias, um enorme contributo da nossa parte. Isso não é público, mas nós trabalhámos intensamente para que a reforma acontecesse como aconteceu.

Já foram reconhecidos 100 e pouco cursos pós-bolonha, o que é uma demonstração inequívoca que o modelo que o governo adoptou fez sentido e como isso arejou o ensino superior.

Há cinco anos estávamos no ponto mais baixo do ensino superior, com as universidades a exercerem uma forte pressão de bloqueio ao politécnico (apoiadas em três ou quatro Ordens), com limitação de vagas de acesso. Bolonha rasga este bloqueio, um bloqueio muito mais profundo do que se podia imaginar.

A lei n.º 60, que transfere a competência e a responsabilidade dos projectos para os técnicos, foi outro marco importante. Esta lei recoloca as pressões no sítio certo, que é no técnico, pois este ao assinar um projecto está a responsabilizar-se pelo que elabora. Até há pouco tempo o que acontecia é que a pessoa fazia o projecto, entregava na câmara municipal, esta licenciava e a partir daí a responsabilidade passava para uma coisa abstracta que era a entidade licenciadora. Agora a responsabilidade não morre, ou seja, a responsabilidade mantém-se com os técnicos.

Quero também referir a certificação energética, um passo enorme para o desenvolvimento do país, e termino com a revogação do 73/73.

A participação que nós tivemos no 73/73, embora seja dito todos os dias que resulta de um protocolo entre a Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Arquitectos, foi discreta como sempre tem sido nestes casos, mas importante.

Que impacto terá a revogação do 73/73 sobre o sector da construção?

Vai ser um impacto a prazo, mas fica já interiorizado que a arquitectura é dos arquitectos.

No discurso de tomada de posse do seu terceiro mandato disse que a engenharia ilícita e os honorários dos engenheiros técnicos serão temas prioritários. Como estão abordar estas questões?

Existe uma enorme quantidade de projectos suportados por uma engenharia de favor, isso para nós é claro. Dá para perceber quando um técnico assina 1 000 projectos num ano. Nós não impedimos que alguém levante mil declarações, isso pode ser feito aquando da existência de um gabinete de engenharia com 20 ou 30 engenheiros, e o responsável subscreve todos os projectos. Se for provado que é mesmo assim, não há problema, mas nos casos em que um engenheiro que é professor, não tem gabinete e apresenta um volume de projectos desta envergadura, significa que alguma coisa está mal.

A ANET pediu à ASAE [Autoridade de Segurança Alimentar e Económica] para que incluísse no seu plano de visitas os gabinetes de engenharia e arquitectura, pois há, de facto, uma fraude enorme nesse aspecto, sendo o consumidor final o grande prejudicado de toda esta situação.

Vamos continuar a exigir que, para levantar as declarações, cada um dos nossos membros prove que tem as contas em dia com o fisco. Isso causa incómodo a muita gente, mas paciência, é o contributo que damos.

Há um mês, propusemos junto da ADENE a limitação do número de assinaturas de certificação energética para 300. Há técnicos, está no sítio da ADENE, que já assinaram 1 000 certificados e ainda o ano não chegou ao fim. Alguma coisa está mal.

A ANET levantou esta questão e já entregou um ofício que pretendemos discutir na próxima comissão de acompanhamento. Parece-nos excessivo que, em sete ou oito meses, um técnico assine 1 000 certificados. Mesmo que seja de uma grande empresa! Isso significa que o técnico não foi sequer aos locais que certificou.

Levantámos esta questão porque nos parece pertinente não subverter a certificação energética com velhos hábitos portugueses. Vamos continuar o nosso combate, embora perceba que isso não seja muito simpático para muita gente mexer nesses assuntos. É, no entanto, uma inevitabilidade.

E relativamente aos honorários?

A ANET definiu que nenhum engenheiro técnico deve trabalhar a menos de 50 euros/hora, mas sabemos que isso é muito difícil. O mercado é selvagem, com muitos casos em que nem sequer passam recibos.

Para a engenharia existe, felizmente, muito trabalho. Temos imensas pessoas a trabalhar no exterior, em países como Angola, Moçambique, Cabo Verde e Espanha, para onde tem havido um enorme fluxo de engenheiros.

Internamente também há muito trabalho, mas é um trabalho mal pago e uma pessoa com-

EXISTE UMA ENORME QUANTIDADE DE PROJECTOS SUPORTADOS POR UMA ENGENHARIA DE FAVOR, ISSO PARA NÓS É CLARO.

pensa isso fazendo várias coisas ao mesmo tempo, assinando (aqueles que o fazem) certificados energéticos a 40 euros a unidade.

Há aqui uma cultura de hipermercado: vender muito a um baixo preço. Queríamos antes que fosse vender menos a um preço justo.

Esta situação resolver-se-á a prazo e quando for impedido o acesso de pessoas que não estão habilitadas a desempenhar determinadas funções. Por exemplo, acreditamos que mais de metade da coordenação de segurança em obra é feita por licenciados em psicologia, direito, enfermagem...Isto é surrealista! Ninguém acredita que a coordenação de segurança em obra possa ser assegurada por pessoas com esta formação de base, que depois tirou um CAP (Certificado Aptidão Profissional). Agentes de segurança para obra devem ser engenheiros civis. Não podem ser outros.

Este é o seu último mandato.

Quando trabalhámos na elaboração dos estatutos impusemos um limite de três mandatos. Mesmo assim, acho que é longo. Devia ser reduzido a dois mandatos, porque isto é muito viciante. O poder tem muitos aspectos simpáticos, mas também tem muitas perversões. E mesmo num sítio onde uma pessoa exerce a função de uma forma voluntária, há vícios que se adquirem tal como a arrogância e a ideia que somos os melhores e insubstituíveis. Até alguma asfixia democrática daí pode resultar. Começamos a ouvir menos. E isso é muito mau.

Na sua opinião, seis anos é o limite para quem quer manter a integridade num cargo como o seu.

É. Até porque estamos num sítio onde exercemos esta função em acumulação com a nossa vida profissional e, logo, não somos remunerados.

Seis anos é muito tempo na vida de uma pessoa. Ou somos muito ricos ou temos uma estrutura empresarial (ou outra) que nos dá margem de manobra para ocupar este cargo.

No meu caso, como tenho algumas empresas, tenho margem para estar presente na ANET todos os dias.

Não é fácil encontrar pessoas com tempo livre e disponibilidade mental. Todos os dias surgem questões que nos agridem.

Para bem comemorarmos o 10º aniversário, o eng.º Fernando Santo fez, no jornal i, um ataque que é do mais baixo que alguma vez eu podia imaginar, pois falou de coisas que não sabe, revelando grande ignorância relativamente ao carrossel que caiu no Porto (Esmoriz).

Por isso, nunca sabemos se nos vamos deparar com uma situação assim semelhante, completamente fora de contexto.

É preciso ter uma grande generosidade aceitar a crítica, aceitar as más disposições daqueles que têm um pequeno problema, mas que acham que esse mesmo problema é o maior do mundo.

Quer responder a essas declarações?

Eu não costumo deixar de responder a nenhuma crítica. A questão é que a crítica não tem importância pelo incómodo que causa, mas pela tristeza que nos provoca, porque é gratuita e ignorante.

Está a referir-se especificamente às declarações do eng.º Fernando Santo?

Estou a falar genericamente.

Relativamente ao acidente com o carrossel, podemos dizer que a legislação em Portugal é, muitas vezes, má. E nem sempre damos os contributos necessários para que seja boa. Muitas vezes os contributos não são feitos no sentido de melhorar a lei, mas sim no sentido de proteger os nossos interesses.

O acidente acontece devido a um problema mecânico, com culpa exclusiva da Câmara Municipal que nunca devia ter permitido a sua utilização. O que a câmara municipal tem é o pedido de licenciamento do espaço. Se todos os carrosséis, diria eu, fossem inspeccionados de acordo com a Directiva Máquinas e Equipamentos de Trabalho, deviam ser imediatamente selados. É preciso que morram três ou quatro pessoas para que se faça isso. Não há nenhuma definição de quem são as pessoas competentes, nos termos do decreto-lei 50/05, para fazer a vistoria aos equipamentos. Tudo isso está condicionado com se isto fosse um país de terceiro mundo, que, de facto, somos.

O eng. Fernando Santo afirmou que a vistoria tinha sido feita por um bacharelado e, por isso, o problema residia no facto dos bacharelatos não darem competências para desempenhar essa função. O eng. Fernando Santo fala do que não sabe, porque não foi feita nenhuma vistoria ao carrossel. Há sim um pedido de licenciamento do espaço subscrito por um engenheiro técnico.

A ignorância e a má fé são coisas terríveis. Às vezes é frustrante, para quem tenta levar isto com algum equilíbrio, ver como o país, em 2009, é governado por gente com tão pouca informação e tão pouco bom senso. Este é um problema da sociedade portuguesa.

Eis uma área que tem tanto de fascinante, como de extraordinariamente abrangente. Em pleno Ano Internacional das Florestas, evoquemos a cadeia de valor florestal, que representa a base de muitas dimensões da nossa vida, relembrando o consumo responsável de água e a promoção de energias renováveis.

Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET)

POTENCIALIZAR OS RECURSOS

Os institutos politécnicos espalhados pelo nosso país são, na sua maioria, os responsáveis pela formação dos engenheiros florestais. No entanto, em pleno ano de celebração das Florestas, a organização que tutela estes profissionais ficou de fora da comissão organizativa das comemorações. Augusto Guedes foi deste esquecimento e de outros assuntos que marcam a ANET e Portugal.

Sim, seria lógico que a ANET constasse da Comissão Organizativa do Ano Internacional das Florestas, mas "ao longo de 150 anos de história, os técnicos estão habituados a ver mecanismos e posturas de outras entidades que são menos correctas ou lógicas. Nada nos admira já". A verdade é que os Engenheiros Técnicos são responsáveis pela manutenção e sustentabilidade da nossa floresta e de outros sectores económicos de nosso país. Mas será que nisto hoje não se dá importância a esta classe profissional? Segundo o nosso entrevistado, Augusto Guedes, aqueles que trabalham diariamente com estes profissionais reconhecem o seu valor. Existe sim, "quem ainda não reconheça o nosso trabalho, mas é irrelevante".

Relativamente à floresta, o grande problema é que "o país não tem visão nem sequer um potencial de riqueza e temos sentido uma incapacidade enorme de muitos agentes da sociedade em gerir os nossos recursos. Trata-se de um problema de incompetência, somente". Apesar de tudo, Augusto Guedes considera que muito se tem evoluído, nomeadamente nos últimos dois governos, alterando um conjunto de mentalidades e culturas. "Considero que daqui a cem anos seremos consideravelmente diferentes, mas esse destino está a ser traçado todos os dias. Mas não há milagres. O país tem vindo a ser controlado por algumas castas que ofuscam a sua soberania e a nós, os outros, resta-nos lutar por um país melhor, por um futuro mais positivo".

> *Quando se mexe em áreas tão sensíveis como a educação e a cultura, a sociedade manifesta-se e torna mais complexa esta mudança. Mas a verdade é que hoje temos já um país diferente e, continuando neste rumo, dentro em breve teremos um Portugal mais saudável, a todos os níveis*

Augusto Guedes, Presidente da ANET

Ao longo dos últimos anos, a ANET tem participado num conjunto de eventos e actividades que promovem o trabalho dos engenheiros florestas, mas a verdadeira publicidade está no terreno, naquilo que é a gestão da coisa pública. E a crise vem, de certa forma, adensar esta visibilidade e importância. Vem mostrar a necessidade que Portugal tem de técnicos especializados a gerir os espaços florestais como potência económica. Contudo, Augusto Guedes considera que "só uma crise mais profunda conseguirá inverter o retrocesso cultural do nosso país. Os portugueses ainda não perceberam que só através de mais e melhor trabalho, sem corporativismo e sem a perspectiva do fácil e do imediato, conseguiremos evoluir e sair deste marasmo". A crise acaba por ser encarada com

optimismo pelo *carismático presidente* da ANET porque é o meio que permite atingir um fim, uma forma de mudar comportamentos. No entanto, "é necessário que se perceba, e a crise ajuda, que a floresta e toda a gestão do espaço rural necessita de uma outra visão. É inacreditável que não se perceba o potencial deste recurso que, à excepção da pasta de papel, tem sido totalmente desperdiçado". Apesar disso, o sector tem vindo a ser desenvolvido graças às suas potencialidades energéticas e vinícolas, igualmente, como forma de nos tornarmos dependentes de outros países. O investimento no espaço rural é diminuto, de facto, mas "continuamos a trabalhar diariamente, buscando soluções para estas realidades. Todos os dias nos empenhamos para que consigamos dar a volta à situação".

Mas a crise é também sinónimo de crescimento do sector agrícola, com a aposta de muitas pessoas neste primeiro sector, voltando de certa forma às origens. No entanto, por via do desemprego, tem existido uma desregrada e sem estratégia aposta na agricultura. Mas também aqui é necessário ter em conta alguns aspectos flagrantes: "Vivemos numa comunidade onde se subsidia a improdutividade. Assim, acabamos por promover o enriquecimento e não a geração de riqueza, de desenvolvimento de um eixo estratégico para o nosso país". Importante é que se perceba que só através do trabalho, eficaz, é que existe desenvolvimento. Actualmente, o país não se compadece com pré-reformas milionárias ou com baixas taxas de produtividade. Actualmente, "as pessoas têm que entender que não podem exigir sem dar nada em troca. É preciso lutar pelos nossos direitos e para ganhar dinheiro é preciso ser ambicioso, é preciso fazer mais e melhor do que se fez agora. E só com trabalho conseguiremos atingir os nossos objectivos".

Apesar de tudo, Augusto Guedes confia nos nossos jovens e nas gerações futuras que, apesar de verem nos pais o exemplo a seguir, têm evoluído em termos de formação e consciência comunitária de forma bastante clara e estruturada. Temos ainda resquícios do Antigo Regime e ainda hoje existem gerações com grande aversão ao risco, ao empreendedorismo, mas a realidade está a alterar-se. "Parece-me que os jovens licenciados têm vindo trazer uma nova vitalidade ao país e isso é de ressaltar. Os jovens já assumem riscos e apostam em si mesmos porque sabem que só assim conseguirão ser Pessoa". Os jovens, hoje, sabem muito mais do que se sabia há 30 anos atrás e nunca o país esteve tão desenvolvido ao nível da tecnologia, ciência e inovação. Hoje, Portugal tem esperança porque os seus jovens têm conseguido responder aos desafios e são reconhecidos internacionalmente como mão-de-obra altamente qualificada e repleta de potencialidades. E para isso muito contribui as tomadas de decisão, polémicas é certo, de alguns decisores políticos: "Quando se mexe em áreas tão sensíveis como a educação e a cultura, a sociedade manifesta-se e torna mais complexa esta mudança. Mas a verdade é que hoje temos já um país diferente e, continuando nesse rumo, dentro em breve teremos um Portugal mais saudável, a todos os níveis", revela.

A finalizar a entrevista cedida à Revista da Qualidade, Augusto Guedes revela que não encara o ano 2013 como um ano onde os desafios abundarão: "Para nós, todos os dias são de mudança e desafio. Os anos sucedem-se sempre com novos e maiores objectivos e obstáculos. O passado está feito, o que interessa é o que vamos fazer amanhã e isso sim é um desafio, mas sou um optimista por natureza e considero sempre que o dia de amanhã será seguramente melhor que o de hoje", afirma, deixando uma mensagem de esperança e optimismo a todos os que cruzam o caminho da ANET, dia após dia.

Arte & Construção

Revista Profissional da Construção

Março 2013

DE PROFISSIONAIS PARA PROFISSIONAIS

A redenominação da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET) para Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovada na generalidade pela Assembleia da República, aumentou as divergências entre a ANET e a Ordem dos Engenheiros (OE). A convite da Arte & Construção, Augusto Ferreira Guedes, presidente da ANET, e Carlos Matias Ramos, bastonário da OE, defendem e clarificam as suas posições perante os engenheiros.

Face a Face

EM DEFESA DA ENGENHARIA

Energias renováveis

Regras de miniprodução mudam em Abril

Obra

Investimento de 26 milhões de euros

Coimbra vai ter Centro de Diagnóstico Integrado

Climatização

Eficiência energética

A importância de um sector

DUAS ORDENS PARA OS ENGENHEIROS

Com a aprovação pela Assembleia da República, na generalidade, da redenominação da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos para Ordem dos Engenheiros Técnicos, a Arte&Construção convidou a ANET e a Ordem dos Engenheiros a pronunciarem-se sobre a matéria, dada a sua importância para o sector.

Entendemos que a melhor forma de clarificar os nossos leitores das posições das duas entidades foi colocar as mesmas questões a ambos os líderes.

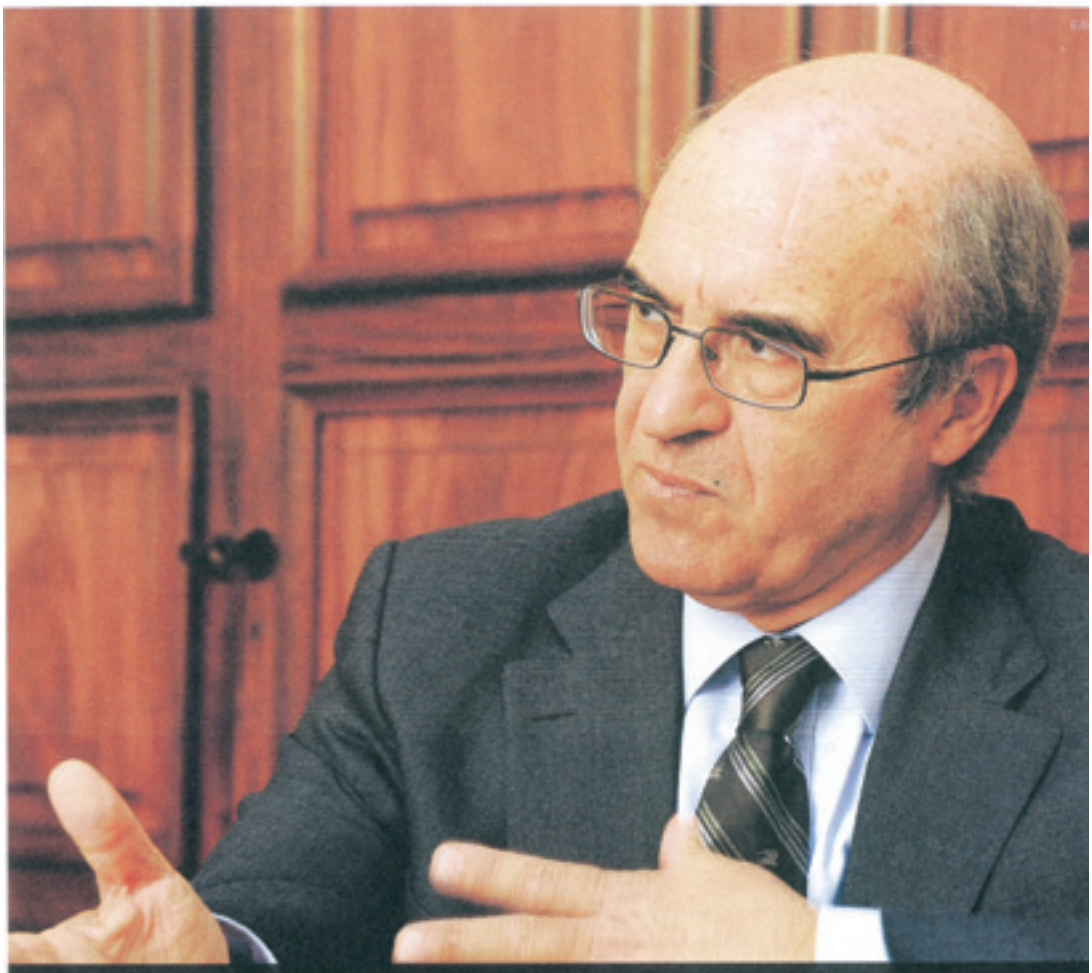
Se o presidente da ANET, Augusto Ferreira Guedes, diz não entender "a celeuma que tem sido gerada em torno desta questão", considerando que a redenominação "vem trazer um claro esclarecimento da opinião pública e tornar mais transparente o que hoje se encontra, por vezes, confuso", a OE mostra-se surpreendida e desagradada com a decisão da AR. O bastonário da OE, Carlos Matias Ramos, afirma que "para além de criar uma confusão na sociedade", o Projecto de Lei "colide com o disposto nos Estatutos da OE em diversos aspectos".

Agora que o documento baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública da AR, ambos os dirigentes parecem dispostos a ultrapassar as divergências do passado e a discutirem "em paridade" tudo o que diz respeito à engenharia.

Sofia Dutra
Jornalista

...tora: Chantal Florentino chantal.florentino@arteconstrucao.com; **Redacção:** Sofia Dutra sofia.dutra@arteconstrucao.com, Sara Oliveira spoliveira@gmail.com; **Colaboram nesta edição:** Alexandre Chamusca; **...Polidade:** Duarte Mourato (Director) duarte.mourato@arteconstrucao.com; **Assinaturas:** assinaturas@arteconstrucao.com; **Paginação:** Alexandra Antunes sara.antunes@gmail.com; **Website:** www.arteconstrucao.com; **...tador da revista:** António Esteves; **Propriedade e Edição:** mtg - Edição e Publicidade, Lda. Centro Empresarial Tejo - Rua de Xabregas, 20 - 2º Sala 10 • 1900-440 Lisboa • Tel. 218650070 • Fax. 218650079 • ...il: geral@mtg.pt • Cap. Social: € 5.000,00 • NIPC: 507 958 373; **Orgãos Sociais:** Duarte Mourato - 50%; Chantal Florentino - 25%; Pedro Nunes - 25%; **Execução Gráfica:** GRAFISERAS - Artes Gráficas, Lda • ...ada Nacional 247, Km 36 Nº 11 - 2580-191 S. Pedro da Cadeira - Torres Vedras • Tel.: 261 958 464 • Fax.: 261 958 469 • geral@grafiseras.pt; **Publicação Mensal:** Tiragem: 10 500 exemplares; **Distribuição:** ...P; Venda por assinaturas (IVA incluído 5%): Portugal: € 45,50/ano; Os artigos assinados, apenas veiculam as posições dos seus autores; ICS Nº 114768/90; Número Depósito Legal 41713/90; ISSN 0873-5271.

AUGUSTO FERREIRA GUEDES
ANET- Associação Nacional do Engenheiros Técnicos
EM DEFESA
DA ENGENHARIA



CARLOS MATIAS RAMOS

Ordem dos Engenheiros

TEXTO DE CHANTAL FLORENTINO

A redenominação da Associação Nacional do Engenheiros Técnicos (ANET) para Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovada na generalidade pela Assembleia da República, aumentou as divergências entre a ANET e a Ordem dos Engenheiros (OE). A convite da Arte & Construção, Augusto Ferreira Guedes, presidente da ANET, e Carlos Matias Ramos, bastonário da OE, defendem e clarificam as suas posições perante os engenheiros.

AUGUSTO FERREIRA GUEDES

- Como encara a aprovação, na generalidade, da redenominação da ANET- Associação Nacional do Engenheiros Técnicos para Ordem dos Engenheiros Técnicos?

Sendo a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos uma instituição pública com poderes delegados pelo estado, desde 1999, para a regulação da profissão de Engenheiro Técnico (profissão autónoma no direito português desde a publicação do Decreto 47.723, de 20 de Maio de 1967), ela possui desde esta data todas as prorrogativas de uma ordem profissional, donde não se entende a celeuma que tem sido gerada em torno desta questão. Como Associação de Direito Público, a ANET participa, de pleno direito, em várias comissões criadas pelo estado visando rever e acompanhar a legislação que regula os vários actos profissionais de engenharia que os nossos membros possuem competência comprovada para realizar. Redenominar a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos para Ordem dos Engenheiros Técnicos mais não é que designar de forma correcta o que já somos há mais de 11 anos. E, neste aspecto estamos de acordo, há que evitar situações de potencial confusão que têm acontecido ao longo da nossa existência. Só divergimos na forma de o fazer: A ANET considera que isso só é atingido com a redenominação ao passo que a OE, por motivos insondáveis, entende o contrário.
Redenominar a ANET vem trazer um claro esclarecimento da opinião pública e tornar mais transparente o que hoje se encontra, por vezes, confuso.

- Que consequências terá esta alteração à luz do Processo de Bolonha?

Nenhuma. A ANET desde a primeira hora que tornou clara a sua posição sobre o processo de Bolonha e sobre a Directiva Europeia das qualificações profissionais. Para a ANET o processo de Bolonha e a directiva europeia das qualificações profissionais veio colocar na LEI o que há muito acontecia em Portugal, isto é, a existência de um 1º ciclo de três anos em engenharia, profissionalizante e habilitante para o desempenho da maioria dos actos profissionais desta área. Dissemo-lo na altura, dizemo-lo hoje e a prática diária dos nossos membros, o reconhecimento público da qualidade do trabalho que desempenham, são a prova evidente da nossa razão.

Quando começaram a sair para o mercado os primeiros diplomados de 1º ciclo em cursos de engenharia, uma vez que a Ordem dos Engenheiros afirmava (e afirma) que só se podia praticar actos de engenharia com formações iniciais de 300 créditos ECTS, criou-se um problema para essas pessoas: como proporcionar-lhes o exercício legal da profissão?
A ANET, fazendo uma interpretação dos seus estatutos, começou a atribuir o título de Engenheiro Técnico a estes diplomados que assim o requeriam, existindo hoje mais de 2.000 membros diplomados com um 1º ciclo pós-Bolonha. A revisão estatutária que está em curso mais não vem fazer do que colocar no nosso estatuto esta nova realidade.

- Quais são agora os critérios para aceitar novos membros?

Podem inscrever-se agora, e desde de 2008, como membros da nossa associação todos os diplomados com um curso de 1º ciclo (no nosso entendimento um curso de bacharelato antes do processo de Bolonha ou um curso de licenciatura pós-Bolonha) de um curso de engenharia avaliado e acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Contudo, e uma vez que dispomos um registo individual de actos profissionais regulados que um membro em particular pode desempenhar, função da análise que o nosso Conselho da Profissão produz (com eventual recurso a consultores externos) poderão alguns destes diplomados serem inibidos de praticar algum dos actos profissionais até colmatarem as deficiências de formação detectadas, traduzidas em ECTS.
Assim, não se veda a ninguém o exercício legal da profissão mas só pode praticar os actos de

CONTINUA NA PÁGINA 10 >>

FACE A FA.

CARLOS MATIAS RAMOS

- Como encara a aprovação, na generalidade, da redenominação da ANET- Associação Nacional do Engenheiros Técnico para Ordem dos Engenheiros Técnicos?

Foi com grande surpresa e desagrado que a Ordem dos Engenheiros tomou conhecimento da aprovação na generalidade do Projecto de Lei nº 475/XI, relativo à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de Setembro, que define os estatutos da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET), alterando a denominação desta Associação para Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET). A decisão da Assembleia da República, para além de criar uma confusão na sociedade, não entendível porque a actividade de engenharia é única, colide com o disposto nos Estatutos da Ordem dos Engenheiros em diversos aspectos.

Refiro, a título de exemplo, que o projecto de Lei nº 475/XI, na alínea h do artigo 2º do projecto de estatuto, estabelece como atribuição da OET, "Contribuir para a defesa e promoção da engenharia, sendo ouvida sobre os projectos de diplomas legislativos que interessem à Engenharia". A correspondente alínea que consta do actual estatuto da ANET (Decreto-Lei nº 349/99), cuja substituição consta do referido projecto de Lei nº 475/XI, estabelece "Contribuir para a defesa e promoção da engenharia técnica, sendo ouvida sobre os projectos de diplomas legislativos que interessem à prossecução dos seus fins".

Saliento que, neste âmbito, o artigo 2º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/92, de 30 de Junho, estabelece que esta "Ordem tem como escopo fundamental contribuir para o progresso da engenharia (...)". Mais se refere que na alínea a) do nº2 do artigo 20º deste estatuto é definido que compete aos órgãos nacionais da Ordem dos Engenheiros "a defesa e melhoria das condições do exercício da profissão do engenheiro, designadamente pela participação na elaboração de disposições legislativas e regulamentares".

Por tudo isto é facilmente entendível que o Projecto de Lei nº 475/XI, não só amplia desmesuradamente, para lá do universo dos respectivos membros, o âmbito da mesma atribuição anteriormente fixada para a ANET, como concede atribuições já consignadas à Ordem dos Engenheiros.

- Que consequências terá esta alteração à luz do Processo de Bolonha?

O artigo 1º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros estabelece que a Ordem dos Engenheiros é a associação pública representativa dos licenciados em Engenharia que exercem a profissão de Engenheiro.

O projecto de Lei nº 475/XI, que se baseia no pressuposto de que criação da OET apenas corresponde a "Alterações ao Estatuto da ANET, aprovado pelo Decreto-Lei nº 349/99", assume no nº 1 do artigo 1º que: "A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, adiante designada por Ordem, é a associação pública representativa dos titulares de um grau académico de curso de ensino superior do 1º ciclo de Engenharia, ou de formação equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico".

Ora, a Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto, e o Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, estabelecem que ao completamento do primeiro ciclo de estudos do ensino superior corresponde o grau de licenciatura.

Não se entende esta forma de redacção, uma vez que, e volto a citar pela sua relevância na compreensão deste processo, que ao completamento do 1º ciclo de estudos do ensino superior corresponde, de acordo com a aplicação em Portugal do designado Processo de Bolonha, o grau de licenciatura. A única razão plausível para esta redacção reside, estou crente, no facto de ser necessário ultrapassar o facto de ser a Ordem dos Engenheiros a associação pública representativa dos licenciados em Engenharia que exercem a profissão de Engenheiro.

A criação duma nova Ordem no espaço pofis-

CONTINUA NA PÁGINA 50 >>

<< CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 8

engenharia quem tenha a formação de base para o fazer. E, porque exigimos que essa formação seja traduzida em ECTS, só as instituições de Ensino Superior lhas podem conceder.

- Existe a intenção de criar sinergias entre a ANET e a OE?

Por parte da ANET sempre houve total disponibilidade para, em pé de igualdade, discutirmos todos os assuntos relativos ao desempenho de actos profissionais e para fazer da engenharia um factor de riqueza e de exportação para o mundo. Aliás, muitas têm sido as propostas que temos feito e permito-me destacar uma que tem sido, ao longo dos meus mandatos, uma prioridade: "Combate ao desempenho de actos de engenharia de forma ilícita". Poucas respostas recebemos, quiçá por inércia ou outra razão qualquer. Contudo, estamos dispostos a ultrapassar e esquecer as divergências do passado recente, as pequenas guerrilhas institucionais, e de nos sentarmos em paridade à mesma mesa para discutirmos tudo o que à engenharia diga respeito, designadamente:

• Estabelecer com as instituições de formação de engenheiros e engenheiros técnicos parcerias activas, tendo em vista a qualidade do ensino, potenciado 1.º e 2.º ciclos de formação mais adaptados às necessidades objectivas do mercado de trabalho e ao interesse de Portugal;

• Discutir conjuntamente com a A3ES formas de garantir a qualidade profissional dos cursos registados por esta agência;

• Trabalhar em conjunto para melhorar o edifício legislativo, potenciando um exercício profissional cada vez mais rigoroso;

• Trabalhar em conjunto para encontrar formas de melhorar a regulação do desempenho profissional de engenheiros técnicos e engenheiros;

• Promover a engenharia portuguesa em fóruns internacionais, evidenciando a sua qualidade e o seu saber-fazer.

Esta tem sido, desde sempre, a nossa postura, proactiva e cooperante, encarando o futuro de forma optimista.

«A ANET, FAZENDO UMA INTERPRETAÇÃO DOS SEUS ESTATUTOS, COMEÇOU A ATRIBUIR O TÍTULO DE ENGENHEIRO TÉCNICO A ESTES DIPLOMADOS QUE ASSIM O REQUERIAM, EXISTINDO HOJE MAIS DE 2.000 MEMBROS DIPLOMADOS COM UM 1º CICLO PÓS-BOLONHA. A REVISÃO ESTATUTÁRIA QUE ESTÁ EM CURSO MAIS NÃO VEM FAZER DO QUE COLOCAR NO NOSSO ESTATUTO ESTA NOVA REALIDADE.»

<< CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 9

sional da Engenharia é, pelas razões apontadas, desnecessária e altamente prejudicial, como a OE se tem esforçado por justificar em audiências com Deputados de todos os Partidos. A Reforma de Bolonha pressupõe mobilidade e modularidade no sistema de ensino e aprendizagem e não pressupõe segregação. A iniciativa legislativa para criação duma nova Ordem é exactamente o contrário dos objectivos estratégicos de Bolonha.

- Quais são agora os critérios para aceitar novos membros?

Desde que a reforma de Bolonha entrou em vigor, a OE tem estado na expectativa que o Estado complete o ciclo legislativo que se impõe na área profissional como complemento das alterações no ensino superior. Nesse sentido disponibilizá-mo-nos junto do Governo em 2007 e da Assembleia da República em 2009 para contribuir para fixar critérios de admissão ajustados à evolução no ensino superior. Entretanto, face às adaptações das licenciaturas pré-Bolonha a mestrados, mantivemos transitoriamente como requisito académico de admissão a formação de ciclo longo – cinco anos. Esta medida transitória, necessária para evitar um bloqueio no processo de admissão, foi anunciada em Junho de 2007.

- Existe a intenção de criar sinergias entre a OE e a ANET?

A forma como todo este processo foi conduzido não potenciou uma relação de confiança. No entanto, como o interesse nacional e o enquadramento profissional na Engenharia devem estar acima de obstáculos transitórios, consideramos que a Assembleia da República tem condições para legislar diferentemente, por forma a evitar uma situação mal resolvida.

«(...) AO COMPLETAMENTO DO 1º CICLO DE ESTUDOS DO ENSINO SUPERIOR CORRESPONDE, DE ACORDO COM A APLICAÇÃO EM PORTUGAL DO DESIGNADO PROCESSO DE BOLONHA, O GRAU DE LICENCIATURA. A ÚNICA RAZÃO PLAUSÍVEL PARA ESTA REDACÇÃO RESIDE, ESTOU CRENTE, NO FACTO DE SER NECESSÁRIO ULTRAPASSAR O FACTO DE SER A ORDEM DOS ENGENHEIROS A ASSOCIAÇÃO PÚBLICA REPRESENTATIVA DOS LICENCIADOS EM ENGENHARIA QUE EXERCEM A PROFISSÃO DE ENGENHEIRO.»

COMENTÁRIO

POR AUGUSTO FERREIRA GUEDES *

A ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

A alteração da redenominação da ANET para Ordem dos Engenheiros Técnicos foi um processo transparente que resultou da reunião de um conjunto de vontades que entenderam as razões e os argumentos de uma classe que há muito almejava por justiça.

O fim deste processo legislativo não é uma vitória de alguém, e muito menos de partidos políticos ou de qualquer individualidade em particular. Quanto muito foi o afirmar de um Portugal moderno que, aos poucos, se vai libertando das amarras que as "elites com pulso" lhe têm imposto ao longo dos anos.

A alteração da redenominação da ANET para Ordem dos Engenheiros Técnicos surge após vários anos de trabalho árduo em defesa de um ensino superior de qualidade para todos e da afirmação da competência que os Engenheiros Técnicos revelam diariamente no desempenho da sua profissão. Deve-se, ainda, realçar que este processo surge na sequência de um dos mais importantes passos de clarificação oriundos de uma Associação Profissional de Direito Público (vulgo ORDEM) no pós-25 de Abril: a publicação da lista de actos de engenharia que um Engenheiro Técnico de uma dada especialidade está habilitado a desempenhar. Este passo, dado unilateralmente pela ANET, permitiu que, de forma clara e transparente, pudessem ser estabelecidas parcerias proactivas com as instituições de ensino superior que quisessem (ou pudessem) ajustar os planos curriculares dos seus cursos à opinião da vertente profissional. Nunca discutimos a vertente académica dos cursos. Cingimo-nos à vertente profissional.

Os actos de engenharia estão todos definidos na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho e na Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, e claros nos regulamentos da ANET e no artigo 27.º da proposta de lei n.º 475/XI aprovada em votação final pelo Parlamento. Este processo teve origem em 1999 com a criação da ANET e só existiram desenvolvimentos em 2007, com a recusa da Ordem dos Engenheiros em reconhecer os diplomados do primeiro ciclo em engenharia como profissionais habilitados para o exercício profissional. E agora, à pressa, nos últimos dias dizem que vão aceitar os diplomados dos 1.ºs ciclos das escolas reconhecidas. Nesse dia de Outubro de 2007 a ANET passou a reconhecer o 1º ciclo em engenharia como "formação profissionalmente equivalente" a Bacharelato e resolveu um dos problemas com que a sociedade portuguesa se encontrava confrontada: a existência de pessoas diplomadas com o primeiro ciclo do ensino superior em engenharia que, pura e simplesmente, não podiam exercer legalmente a sua profissão.

Na Legislatura que agora termina, concretamente, nos anos de 2009 e 2010 foram todos os grupos parlamentares contactados (em audiências formais) e todos estiveram de acordo com a necessidade de alterar os estatutos da ANET e de proceder à redenominação da designação para Ordem, tendo por objectivo último tornar claro aquilo que efectivamente a ANET é: uma associação pública reguladora da profissão de Engenheiro Técnico, profissão autónoma desde 1967.

Obtido esse consenso com todos os grupos parlamentares, o Partido Socialista tomou a iniciativa de avançar com a proposta.

O processo decorreu com toda a normalidade, tendo sido votado na generalidade, por unanimidade, no plenário de dia 21 de Janeiro, seguindo o seu percurso normal, baixando à 11ª Comissão (Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública) para análise e votação na especialidade.

Durante o tempo em que o diploma se encontrava na referida comissão, a ANET e a OE foram recebidas por todos os grupos parlamentares.

Em sede de trabalho da comissão, foram ouvidas as duas associações públicas da área da engenharia que tiveram oportunidade de adiar os seus argumentos, em sessões televisionadas pela ARtv (também disponível em www.anet.pt).

Depois de discussão entre todas as forças políticas, foi a proposta de estatutos aprovada na especialidade por esta comissão, tendo, ainda, sido aprovada a mudança de designação.

Das votações resultou o seguinte:

- Artigos 1.º e 2.º do projecto de lei: Aprovados com os votos a favor do PS, do PSD, do PCP e do BE e com a abstenção do CDS-PP.
- Artigo 3.º do projecto de lei: Aprovado com os votos a favor do PS e do PSD e a abstenção do CDS-PP, do BE e do PCP.
- Artigos 4.º e 5.º do projecto de lei: -Aprovados com os votos a favor do PS, do PSD, do PCP e do BE e com a abstenção do CDS-PP.
- Alterações introduzidas aos artigos 1.º a 11.º dos Estatutos: Aprovadas com os votos a favor do PS, do PSD, do PCP e do BE e com a abstenção do CDS-PP.
- Alterações introduzidas aos artigos 12.º a 77.º dos Estatutos: Aprovadas com os votos a favor do PS e do PSD, a abstenção do CDS-PP e do BE e os votos contra do PCP.
- Aditamento de um novo artigo 11.º-A aos Estatutos: Aprovado com os votos a favor do PS e do PSD, a abstenção do CDS-PP e do BE e os votos contra do PCP.
- Aditamento de novos artigos 50.º-A, 79.º e 80.º aos Estatutos: Aprovado com os votos a favor do PS e do PSD e a abstenção do CDS-PP, do BE e do PCP.
- Título do projecto de lei: Tendo em conta o objecto e o teor das alterações introduzidas pelo projecto de lei ao Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro, foi igualmente apresentada na Comissão uma proposta de alteração ao título do projecto de lei, com a seguinte redacção: "Cria a Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprova os respectivos estatutos e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de Setembro". Submetida a votação, esta proposta de alteração foi aprovada com os votos a favor do PS, do PSD, do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP.

- Por último subiu ao plenário, para votação final, no dia 6 de Abril (por acaso, o último dia da sessão legislativa) e, de acordo com o que foi proclamado pelo Sr. Presidente da Assembleia da República (ainda não tivemos acesso às actas da sessão plenária), foi aprovada com os votos favoráveis de todas as bancadas à excepção da bancada do PCP, PEV e de 9 deputados que se abstiveram. Foram anunciadas seguidamente algumas declarações de voto. PP

*
Presidente da ANET
Engenheiro Técnico
Bach. Eng.º Civil – ISEL
Lic. Higiene e Segurança no Trabalho – ISEC
Mestrando GIQAS – ISEC

CRIAÇÃO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

159 ANOS A SERVIR PORTUGAL

A ANET congratula-se com a decisão do Senhor Presidente da República em promulgar a alteração dos Estatutos da ANET e a consequente redenominação para Ordem dos Engenheiros Técnicos. Com este acto o Senhor Presidente da República reconhece, a par da Assembleia da República e do Governo, a necessidade de fazer justiça a uma Classe que, desde 1852, contribui para o desenvolvimento do país, para o desenvolvimento da Engenharia Nacional e o incremento do bem estar dos Portugueses.

A criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos – Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho – confirma inequivocamente a separabilidade do primeiro ciclo de formação em engenharia, invertendo o caminho que, a determinado ponto do desenvolvimento do processo, outros preferiram trilhar. Com esta publicação fica reconhecido definitivo o empenho, o Valor, a Capacidade e a Meio-vista desse grau de formação para o efectivo exercício da Engenharia em Portugal a exemplo do que se passa na maioria dos restantes países da Europa e do Mundo.

Esta decisão do Estado Português veio confirmar e retificar tudo o que anteriormente fomos dito realçando a verdade insofismável relativamente ao reconhecimento, efectivo, do papel determinante dos Engenheiros Técnicos no Desenvolvimento Nacional e no Reconhecimento de Qualidade da Engenharia Portuguesa, aquém e além fronteiras.

Estamos certos que esta decisão agora tomada, criando a Ordem dos Engenheiros Técnicos, conduz a que seja possível ultrapassar décadas de preconceitos e que muito têm prejudicado a Engenharia Portuguesa. Fazemos votos para que seja possível dar início a uma nova era na vida Nacional no que ao exercício da Engenharia diz respeito.

Está-lá a hora de dizer que estamos disponíveis para, de uma forma concertada, continuar a Regulação Efectiva da Engenharia em Portugal, facto pelo qual temos vindo, com a nossa actuação, a pugnar e que esperamos ser possível desenvolver de uma forma mais alargada e em concertação com todas as associações profissionais de direito público nossas congéneres.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos é fruto da força das convicções e podemos dizê-lo sem constrangimentos que os Engenheiros Técnicos são, hoje, a Excelência da Engenharia Portuguesa.

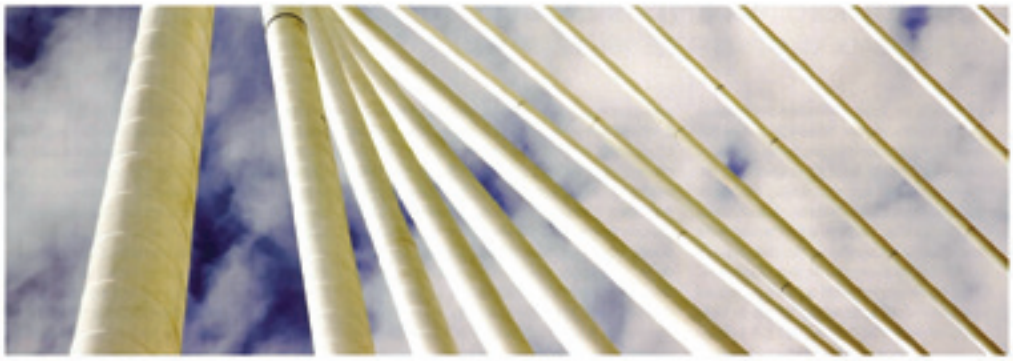
Lisboa, 27 de Junho de 2011

O Presidente da ANET
Augusto Ferreira Guedes

NÃO AUGUSTO GUEDES

O PORQUÊ DA EXISTÊNCIA DE DUAS ASSOCIAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO PARA REGULAR A ACTIVIDADE DE ENGENHARIA

Com a aprovação no Parlamento, em votação final, da alteração dos estatutos da ANET, redenominando-a Ordem dos Engenheiros Técnicos, tornam-se públicos argumentos que a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET), associação pública criada pelo D. L. 349/99 de 2 de Setembro, com todas as prerrogativas de uma ordem profissional, utilizou nos diferentes encontros que teve com todos os grupos parlamentares.



A questão principal que esteve sempre presente foi: Engenheiro Técnico e Engenheiro são duas profissões diferentes?

Para a ANET esta questão há muito que está respondida. Claro que sim! Embora ambos os profissionais desempenhem funções na mesma área de actividade, têm acessos diferentes aos actos que podem praticar. E quando se afirma, como alguns fizeram ultimamente, que a profissão de Engenheiro Técnico não é uma profissão autónoma, basta consultar no Diário do Governo de 20 de Maio de 1967, 1ª série o Decreto 47723 que publica o Regulamento do Betão Armado onde pela 1ª vez se refere o título precedente de Engenheiro Técnico (Agente Técnico) com capacidade para executar autonomamente projectos de betão armado em edifícios até 4 pisos (art.º 2º Elaboração de Projectos). Toda a legislação subsequente, veio reafirmar esta autonomia, nomeadamente no Decreto 73/73 de 28 de Fevereiro, culminando com a publicação pela Assembleia da República da recente Lei n.º 31/2009 de 3 de Julho e toda a legislação conexa, onde aparecem claramente enunciados, para além dos actos profissionais de arquitectura, os actos que podem ser praticados por Engenheiros Técnicos e por Engenheiros e em que condições. A leitura destes textos esclarece quaisquer dúvidas sobre a autonomia da profissão de Engenheiro Técnico.

Por outro lado, a existência de diferenças entre as duas profissões teve um amplo debate aquando da criação da ANET como associação pública. Foi nesta altura que houve necessidade de clarificar o porquê de aparecer uma nova associação pública, na área de Engenharia, com poderes delegados pelo Estado para regular a profissão de Engenheiro Técnico. A criação da ANET resultou do facto dos profissionais de engenharia, detentores do grau académico de 1º ciclo de ensino superior, na altura designado por bacharelato, terem a sua actividade regulada por entidades (sindicados, associações profissionais de direito privado) que não possuíam delegação de competências do Estado para este efeito e porque aquelas que podiam utilizar os seus poderes delegados, sempre olharam com sobranceria para estes profissionais, querendo a "todo o custo" retirar-lhes a sua autonomia porque, e apenas porque, tinham um percurso formativo que seguia um padrão diferente daquele que era o percurso dos seus membros. Isto apesar de haver evidência de formações semelhantes noutros países, designadamente, nos países nórdicos, no Reino Unido e, mesmo, nos Estados Unidos da América; do Estado e, concomitantemente, os portugueses reconh cerem e realizarem um investimento importan na formação destes profissionais de engenhari das escolas que leccionavam estes cursos, ev luírem constantemente os seus planos curricul nos, actualizarem os seus recursos laboratoria e alterarem substancialmente a composição d seu corpo docente, aliando a forte componen te de inserção profissional dos docentes ma antigos, com a contratação de outros que e biam uma vertente mais académica/científic de existir um reconhecimento público por part do tecido empresarial da competência de amba as formações e, simultaneamente, de ambas a profissões. Nesta altura o título profissional d Engenheiro Técnico era atribuído pelas escola que o exaravam no diploma académico.

Deve-se aqui notar que a posição da outr associação pública da área de engenharia nã foi alterada até hoje. A este propósito, record mse as recentes declarações de alguns alto responsáveis pela regulação da profissão de E genheiro que continuam a afirmar que todos o actos de engenharia só são passíveis de serer realizados, de forma autónoma, por detentore de um diploma de um curso do ensino superic em engenharia com, pelo menos 300 ECTS, que corresponde o título académico de mestr

OPINIÃO — AUGUSTO GUEDES

«ACTUALMENTE MAIS DE 2000 DIPLOMADOS COM O 1º CICLO DE UM CURSO DE ENGENHARIA, RESULTANTE DA ALTERAÇÃO IMPOSTA PELO PROCESSO DE BOLONHA, EXERCEM LEGAL E CABALMENTE A SUA PROFISSÃO PORQUE A ANET DECIDIU ASSUMIR A SUA REPRESENTAÇÃO, INSCREVENDO-OS NO SEU SEIO E ATRIBUINDO-LHES O TÍTULO PROFISSIONAL DE ENGENHEIRO TÉCNICO. ESTA É UMA REALIDADE QUE NÃO PODE SER IGNORADA.»

A existência de duas profissões autónomas que, com maior ou menor diferença na sua formação de base, competem por actos similares não é apanágio só da área da engenharia em Portugal. Veja-se, por exemplo, o caso dos membros do Colégio da Especialidade de Estomatologia da Ordem dos Médicos e os membros da Ordem dos Médicos Dentistas. Por toda a Europa existem muitos exemplos de associações representativas de engenheiros de ciclo curto e de outras representativas de engenheiros de ciclo longo (Espanha, Itália, Bélgica, etc.). A própria Fédération Européen des Associations National d'Ingénieurs (FEANI) aceita as duas formações. Esta situação é perfeitamente normal e, se cada um assumir o papel que lhe foi atribuído pelo estado de uma forma completa e empenhada, permite propiciar uma concorrência salutar entre as diferentes profissões nos actos que são comuns, reservando os outros actos para os profissionais que melhor estejam capacitados para os realizar.

Tiremos do texto anterior uma primeira conclusão. Quer por razões de acesso aos diferentes actos de engenharia que um Engenheiro Técnico e um Engenheiro podem realizar, quer por razões que se prendem com a arrogância, a visão estreita e corporativa, a "soberba de casta", ou por outra qualquer razão, quer, ainda, por ser prática comum noutros países, houve a necessidade objectiva, de criar e autonomizar dentro da área de Engenharia a profissão de Engenheiro Técnico. Assim o entendeu, e bem, o legislador quando criou a ANET (Decreto-Lei 349/99 de 2 Setembro).

Se olharmos esta questão de uma outra perspectiva constatamos, curiosamente, que as vozes que hoje contestam a existência da profissão autónoma de Engenheiro Técnico são as mesmas que se sentam com a ANET no Comité Nacional da FEANI, que a nível europeu representa todos os profissionais de engenharia portugueses, e que propõe, por unanimidade, o reconhecimento a nível europeu dos cursos 1º ciclo de engenharia registados na ANET; e são as mesmas que em conjunto com a ANET estabelecem acordos para no desempenho dos actos que cada um dos profissionais pode realizar (exemplos: Comissão de Acompanhamento do projecto de revisão do Regulamento de Segurança da Construção de 1958 -Despacho Conjunto n.º 257/2006, de 15 de Março; Comissão de Acompanhamento do projecto de revisão do Regulamento da actividade de coordenador de segurança e saúde previsto no DL 273/2003, de 29 de Outubro - Despacho Conjunto n.º 257/2006, de 15 de Março; Comissão de Acompanhamento da Portaria 1379/2009 - Despacho 3861/2010, de 3 de Março; Comissão de Acompanhamento da aplicação do regime jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios -Despacho 5533/2010, de 26 de Março e Protocolo entre ANPC e ANET; Grupo de Trabalho do CCP -DL 18/2008, de 29 de Janeiro; Grupo de Trabalho da ANACOM sobre ITED/ITUR -Manual ITED, Manual ITUR, Protocolo ANACOM/ANET/OE; Comissão Executiva/Grupo de Trabalho ADENE -Protocolo SCE – Sistema Nacional de Certificação Energética, entre DGGE – Direcção Geral de Geologia e Energia, Instituto do Ambiente, Conselho Superior das Obras Públicas e Transportes, ANET, OE e AO; entre outras).

Se não são duas profissões como podem os delatores desta ideia aceitarem esta dupla representatividade? Haja coerência na acção, modéstia na opinião e honestidade intelectual!

Actualmente mais de 2000 diplomados com o 1º ciclo de um curso de engenharia, resultante da alteração imposta pelo processo de Bolonha, exercem legal e cabalmente a sua profissão porque a ANET decidiu assumir a sua representação, inscrevendo-os no seu seio e atribuindo-lhes o título profissional de Engenheiro Técnico. Esta é uma realidade que não pode ser ignorada. A postura da outra associação pública da área de engenharia sempre foi o de tacitamente aceitar a existência das duas associações, como ficou aqui demonstrado com exemplos práticos que se encontram em desenvolvimento e onde a cooperação entre ambas as associações é clara. É provável que o estado de necessidade em que os elementos da outra associação foram colocados não lhes tenha deixado clarividência suficiente para se aperceberem da importância que a Engenharia Portuguesa tem para a estratégia do desenvolvimento Nacional. Espera-se que, passado esta fase mais conturbada, onde muitas vezes as afirmações são fruto do momento e não da razão, cada uma das associações entenda que o contexto actual exige novas posturas e uma visão mais ampla, livre de preconceitos passadistas e, em conjunto, encontrem vectores convergentes de actuação que potenciem e defendam a Engenharia portuguesa, pois no futuro só isto interessa. Pelo lado da ANET tudo farei com este propósito.

Augusto Ferreira Guedes
Presidente da ANET

Arte & Construção

OET é oficial

28 Junho 06.12

Ontem foi publicada, em Diário da República, a Lei 47/2011, de 27 de Junho, que dá à Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET) a denominação de Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET).

Para Augusto Guedes, agora presidente da OET, a decisão de Cavaco Silva, Presidente da República, em promulgar a alteração dos estatutos da ANET, "reconhece, a par da Assembleia da República e do Governo, a justiça que se faz a uma Classe que desde 1852 contribui para o desenvolvimento do país, reconhecimento de Engenharia Nacional e bem estar dos Portugueses".

"A criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos confirma inequivocamente a representatividade do primeiro ciclo da formação em engenharia ao invés do arrepio de caminho que a determinado ponto do desenvolvimento do processo outros pretenderam fazer crer, reconhecendo, no entanto, definitiva e cabalmente, o Valor, Capacidade e mais valia desse grau de formação para o efectivo exercício da Engenharia em Portugal a exemplo do que se passa com congéneres na Europa e no Mundo", acrescenta o responsável em comunicado.

Augusto Guedes partilha também a esperança que esta decisão permita "ultrapassar décadas de preconceitos e que muito tem prejudicado a Engenharia Portuguesa e que seja possível dar início a uma nova era na vida Nacional no que ao exercício da Engenharia diz respeito".

Engenharia

www.construir.pt

Engenheiros Técnicos

"Engenheiro técnico e engenheiro são duas profissões diferentes"

A Associação Nacional de Engenheiros Técnicos, representada pelo seu presidente, Augusto Ferreira Guedes, decidiu clarificar as razões da sua existência, enquanto associação pública de regulação da profissão dos engenheiros técnicos. Para esta instituição, os engenheiros técnicos têm "acessos diferentes aos actos que podem praticar", face aos membros da Ordem dos Engenheiros, o que justifica a separação das associações

Pedro Cristino
pedro.cristino@construir.workmedia.pt

"Engenheiro técnico e engenheiro são duas profissões diferentes", começa por questionar Augusto Ferreira Guedes, no seu comunicado da imprensa enviado ao Construir. Segundo o mesmo, a resposta para esta pergunta é afirmativa e "embora ambos os profissionais desempenhem funções na mesma área de actividade, têm acessos diferentes aos actos que podem praticar". Assim, para o presidente da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET), futura Ordem dos Engenheiros Técnicos, a criação da ANET implicou a necessidade de clarificar o princípio de uma nova associação pública, na área da engenharia, "com poderes delegados pelo Estado para regular a profissão de engenheiro técnico". "A criação da ANET resultou do facto dos profissionais da engenharia, detentores de grau académico de primeiro ciclo de ensino superior, na altura designado por bacharelato, terem a sua actividade regulada por entidades (sindicatos, associações profissionais de direito privado) que não possuem delegação de competências do Estado para este efeito e porque aquele que pretende utilizar os seus poderes delegados, sempre olharam com relutância para estas profissionais, querendo, a 'todo o custo', estimular a sua autonomia grupos, e apenas por isso, criaram um processo formativo que exigia um padrão diferente daquele que era o percurso dos seus membros", avança Augusto Ferreira Guedes, recordando a existência de exclusiva "de formações consultantes noutros países, distinguindo-se não países médios" e mesmo de os portugueses "reconhecerem e realizarem um investimento importante na formação deste profissionais da engenharia" e nas instituições que os formam.

Augusto Ferreira Guedes, presidente da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos

A existência das duas associações

De acordo com o presidente da ANET, a posição "de outra associação pública da área da engenharia não foi alterada até hoje", e o mesmo mantém, como exemplo, "as recentes declarações de alguns altos responsáveis pela regulação da profissão de engenheiro que continuam a afirmar que todos os actos da engenharia só são possíveis de serem realizados, de forma autónoma, por detentores de um diploma de um curso do ensino superior em engenharia com, pelo menos 300 ECTS, a que corresponde o título académico de mestre". Por outro lado, Ferreira Guedes refere também que noutros países da Europa e noutras áreas profissionais, existem "duas profissões autónomas que, com maior ou menor dificuldade na sua formação de base, competem por actos similares". No caso da engenharia, "a própria Fédération Européenne des Associations Nationales d'Ingénieurs (FEANI) aceita as duas formações", uma situação que, considera este responsável, "é perfeitamente normal e, de certa forma, o grupo que lhe foi atribuído pelo Estado de uma forma complexa e ponderada, permite propiciar uma concorrência saudável entre as diferentes profissões, nos actos que não colidem, reservando os outros actos para os profissionais que me-

2.000

Existem mais de 2 mil diplomados com o primeiro ciclo de curso de engenharia

Engenheiros Técnicos

"Noutros países da Europa e noutras áreas profissionais, existem duas profissões autónomas que, com maior ou menor diferença na sua formação de base, competem por actos similares"

[illegible] estejam capacitados para os realizar".

A necessidade da criação da profissão de engenheiro técnico

O presidente da ANET justifica "a necessidade do objectivo da criação [illegible] dentro da área da engenharia, a profissão de engenheiro técnico" com razões que se prendem com "a aeronáutica, a vida interna e corporativa, a "cobertura de riscos", ou com o facto de ser "política comum noutros países". "Se olharmos para esta questão de uma outra perspectiva, efectivamente, ou recentemente, que as vozes que hoje contestam a existência da profissão autónoma do engenheiro técnico são as mesmas que se sentam com a ANET no Comité Nacional da FEANI, que a nível europeu representa todos os profissionais de engenharia portugueses, e que perante, por unanimidade, o reconhecimento a nível europeu dos cursos de primeiro ciclo de engenharia, engrossam na ANET". Segundo Ferreira Guedes, são também estas as vozes que, "em conjunto com a ANET estabelecem a ponte para o desenvolvimento dos actos que cada um dos profissionais pode realizar".

Obrigatório convergir

"Se não são duas profissões, como podem os detractores deste [illegible] assumir, sob dupla representatividade? Haja coerência, no mínimo, mediante na aplicação e homogeneidade intelectual", clama Augusto Ferreira Guedes, explicando que, actualmente "mais de 2 mil diplomados com o primeiro ciclo de um curso de engenharia, resultante da alteração imposta pelo processo de Bolonha, encontram legal e inalienavelmente a sua profissão porque a ANET decidiu assumir a sua representação, inserindo-os no seu seio e atribuindo-lhes o título profissional de engenheiro técnico". Por sua vez, a profissão da "outra associação pública da área da engenharia" (Ordem dos Engenheiros), tem vido, segundo o responsável da ANET, "de facilmente aceitar a existência das duas associações" e a cooperação entre ambas "é clara". Para Augusto Ferreira Guedes, é "preocupante" que a actual situação "da necessidade" em que os elementos da Ordem dos Engenheiros se encontram, "não lhes tenha chamado suficiente atenção para os aproveitamentos da importância que a engenharia portuguesa tem para a estratégia do desenvolvimento nacional" e o mesmo repete que, após "esta fase mais conturbada, onde muitas vozes se alteram sob o início do movimento e não da razão, cada uma das associações entenda que o contexto actual exige novos posturas e uma visão mais ampla. Para lá dos preconceitos passadistas e, em conjunto, encontrem sectores convergentes de actuação que promovam e defendam a engenharia portuguesa, pois no futuro só isso interessa". "Pelo lado da ANET, todo farei com este propósito", conclui.

Resposta à OE

Esta reacção surge após a posição da Ordem dos Engenheiros que criticou a aprovação na Assembleia da República, da criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos. Esta posição por parte da ordem, liderada por Carlos Matias Ramos foi tornada pública através de um comunicado emitido a 24 de Janeiro, no qual o Conselho Directivo Nacional da OE manifestou "a sua total discordância com a criação da outra ordem profissional na actividade da engenharia, ocasionando o disposto na Lei 6/2008, de 11 de Fevereiro". Segundo o responsável da Ordem dos Engenheiros, esta lei estabelece que "a cada profissão regulada, apenas pode corresponder uma única associação pública profissional". Assim, consideram que a decisão do Parlamento foi "incompreensivelmente fundamentada no pressuposto de que "a profissão de engenheiro técnico é autónoma" e esclarecem que a OE "nunca pretendeu uma relação desajustada, nomeadamente no que pretendem incluir na sociedade a falsa necessidade da existência de uma nova ordem no mesmo espaço de actividade da engenharia".■

manchete

Correio dos Açores	Periodicidade:	Diário	Temática:	Construção/Imobiliário	
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	663	
	Âmbito:	Regional	Imagem:	S/Cor	
18-06-2011	Tiragem:	4460	Página (s):	13	

O porquê de duas associações de direito público para regular a actividade de engenharia

Por: Augusto Ferreira Guedes
Presidente da ANET

Com a aprovação no Parlamento, em votação final, da alteração dos estatutos da ANET, rebaptizando a Ordem dos Engenheiros Técnicos, tornam-se públicos argumentos que a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (associação pública criada pelo DL 349/99), com todas as prerrogativas de uma ordem profissional, utilizou nos diferentes encontros que teve com todos os grupos parlamentares.

A questão principal que esteve sempre presente foi: Engenheiro Técnico e Engenheiro são duas profissões diferentes?

Para a ANET esta questão há muito que está respondida. Claro que sim! Embora ambos os profissionais desempenhem funções na mesma área de actividade, têm acessos diferentes aos actos que podem praticar. E quando se afirma, como alguns fizeram ultimamente, que a profissão de Engenheiro Técnico não é uma profissão autónoma, basta consultar no Diário do Governo de 20 de Maio de 1967, o Dec. 47723 que publicou o Regulamento do Betão Armado onde pela 1ª vez se refere o título precedente de Engenheiro Técnico (Agente Técnico com capacidade para executar autonomamente projectos de betão armado em edifícios até 4 pisos. Toda a legislação subsequente, veio reafirmar esta autonomia, nomeadamente no Dec. 73/73 culminando com a publicação pela AR da recente Lei 31/2009 e toda a legislação conexa, onde aparecem claramente enunciados, para além dos actos profissionais de arquitectura, os actos que podem ser praticados por Engenheiros Técnicos e por Engenheiros e em que condições. A leitura destes textos esclarece qualquer dúvidas sobre a autonomia da profissão de Engenheiro Técnico.

Por outro lado, a existência de diferenças entre as duas profissões teve um amplo debate aquando da criação da ANET como associação pública. Foi nesta altura que houve necessidade de clarificar o porquê de aparecer uma nova associação pública, na área de Engenharia, com poderes delegados pelo Estado para regular a profissão de Engenheiro Técnico. A criação da ANET resultou do facto dos profissionais de engenharia, detentores do grau académico de 1º ciclo do ensino superior, na altura designado por bacharelato, terem a sua actividade regulada por sindicatos (sindicatos, associações profissionais de direito privado) que não possuíam delegação de competências do Estado para este efeito e porque aqueles que podiam utilizar os seus poderes delegados, sempre olharam com sobranceria para estes profissionais, querendo a "todo o custo" retirar-lhes a sua autonomia porque, e apenas porque, tinham um percurso formativo que seguia um padrão diferente daquele que era o percurso dos seus membros. Isto apesar de haver evidência de formações semelhantes nestes países, designadamente, nos países nórdicos, no Reino Unido e, mesmo, nos Estados Unidos da América, do Estado e, concomitantemente, os portugueses escolheram e realizaram um investimento importante na formação destes profissionais de engenharia, das escolas que lecionavam estes cursos, evoluíram constantemente os seus planos curriculares, actualizaram os seus recursos laboratoriais e alteraram substancialmente a composição do seu corpo docente, criando a forte componente de inserção profissional dos docentes mais antigos, com a contratação de outros que exibiam uma vertente mais académica/científica, de existir um reconhecimento público por parte do tecido empresarial da competência de ambas as formações e, simultaneamente, de ambas as profissões. Nesta altura o título profissional de Engenheiro Técnico era atribuído pelas escolas que o exaravam no diploma académico.

Deve-se aqui notar que a posição da outra associação pública da área de engenharia não foi alterada até hoje. A este propósito, recordem-se as recentes declarações de alguns altos responsáveis pela regulação da profissão de Engenheiro que continuam a afirmar que todos os actos de engenharia só são passíveis de serem realizados, de forma autónoma, por detentores de um diploma de um curso do ensino superior em engenharia com, pelo menos 300 ECTS, a que corresponde o título académico de mestre.

A existência de duas profissões autónomas que, com maior ou menor diferença na sua formação de base, competem por actos similares não é apanágio só da área da engenharia em Portugal. Veja-se, por exemplo, o caso dos membros do Colégio da Especialidade de Entomologia da Ordem dos Médicos e os membros da Ordem dos Médicos Dentistas. Por toda a Europa existem muitos exemplos de associações representativas de engenheiros de ciclo curto e de outras representativas de engenheiros de ciclo longo (Espanha, Itália, Bélgica, etc.). A própria Fédération Européen des Associations National d'Ingénieurs (FEANI) aceita as duas formações. Esta situação é profiladamente normal e, se cada um assumir o papel que lhe foi atribuído pelo estado de uma forma completa e empenhada, permite propiciar uma concorrência salutar entre as diferentes profissões nos actos que são comuns, reservando os outros actos para os profissionais que melhor estejam capacitados para os realizar.

Tiremos do texto anterior uma primeira conclusão. Quer por razões de acesso aos diferentes actos de engenharia que um Engenheiro Técnico e um Engenheiro podem realizar, quer por razões que se prendem com a sensatez, a visão estreita e corporativa, a "soberba de casta", ou por outra qualquer razão, quer, ainda, por ser política comum nestes países, houve a necessidade objectiva, de criar e autonomizar dentro da área de Engenharia a profissão de Engenheiro Técnico. Assim o entendeu, e bem, o legislador quando criou a ANET.

Se olharmos esta questão de uma outra perspectiva constatamos, curiosamente, que as vozes que hoje contestam a existência da profissão autónoma de Engenheiro Técnico são as mesmas que se sentam com a ANET no Comité Nacional da FEANI, que a nível europeu representa todos os profissionais de engenharia portugueses, e que, propõe, por unanimidade, o reconhecimento a nível europeu dos cursos 1º ciclo de engenharia registados na ANET, e são as mesmas que em conjunto com a ANET estabelecem acordos para no desempenho dos actos que cada um dos profissionais pode realizar (exemplos: Comissão de Acompanhamento do projecto de revisão do Regulamento de Segurança da Construção de 1958 –Desp. Conjunto 257/2006; Comissão de Acompanhamento do projecto de revisão do Regulamento da actividade de coordenador de segurança e saúde previsto no DL 273/2003 - Desp. Conjunto 257/2006; Comissão de Acompanhamento da Portaria 1379/2009 - Despacho 5861/2010; Comissão de Acompanhamento da aplicação do regime jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios - Desp. 5313/2010; e Protocolo entre AMPC e ANET; Grupo de Trabalho do CCP (DL 18/2008; Grupo de Trabalho da AMACOM sobre ITED/ITUR Manual ITED, Manual ITUR, Protocolo ANACOM/ANET/DGE; Comissão Executiva/Grupo de Trabalho ADENE/Protocolo SCE-Sistema Nacional de Certificação Energética, entre DGGE, Instituto do Ambiente, Conselho Superior das Obras Públicas e Transportes, ANET, OE e AO, entre outras).

Se não são duas profissões como podem os defensores desta ideia acreditar esta dupla representatividade? Haja coerência na acção, credibilidade na opinião e honestidade intelectual!

Actualmente mais de 2000 diplomados com o 1º ciclo de um curso de engenharia, resultante da alteração imposta pelo processo de Bolonha, exercem legal e cabalmente a sua profissão porque a ANET decidiu assumir a sua representação, inscrevendo-os no seu seio e atribuindo-lhes o título profissional de Engenheiro Técnico. Esta é uma realidade que não pode ser ignorada. A posição da outra associação pública da área de engenharia sempre foi o de tacitamente aceitar a existência das duas associações, como bem sabe demonstrado com exemplos práticos que se encontram em desenvolvimento e onde a cooperação entre ambas as associações é clara. É provável que o estado de necessidade em que os elementos da outra associação foram colocados não lhes tenha deixado clarividência suficiente para se aproveitarem da importância que a Engenharia Portuguesa tem para a estratégia do desenvolvimento Nacional. Espera-se que, passado esta fase mais conturbada, onde muitas vezes as alternações são feitas do momento e não da razão, cada uma das associações entenda que o contexto actual exige novas posturas e uma visão mais ampla, livre de preconceitos pseudoblas e, em conjunto, encontrem vectores convergentes de actuação que potenciem e defendam a Engenharia portuguesa, pois no futuro só isso interessa. Pelo lado da ANET nada farei com este propósito.

INTERVENÇÃO DE ABERTURA DO PRESIDENTE DA ANET NO 3º CONGRESSO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Exmo. Senhor

Secretário Regional da Ciência Tecnologia e Equipamento, Dr. José Contente

Caros Colegas de Mesa, Colega António Gameiro . Decano

Senhores Deputados,

Senhor representante do CCISP,

Senhores Representantes das Escolas, das Universidades,

Senhor representante da Ordem dos Engenheiros e em representação do Eng.º Matias Ramos

Senhores Convidados

Caros Colegas,

Quero desde já agradecer a V/presença neste III Congresso da ANET e que quis a história já longa, de 150 anos, dos Engenheiros Técnicos que fosse o último da ANET, porque no próximo dia 27 entre em vigor a Lei 47/2011 que altera a designação e passamo-nos a designarmo-nos como Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Ao fim de 159 anos foi feita justiça e a Engenharia Portufuesa obtém uma das suas maiores vitórias no plano legislativo, pois desde 1852 que os Engenheiros Técnicos dão, de uma forma continuada, o seu contributo para o desenvolvimento do País. Sobre esta matéria quero pedir a atenção de todos para uma pequena edição a que chamamos "Contributos para a história dos Engenheiros Técnicos" e que é simultaneamente a história da Engenharia Portuguesa.

Cabe aqui fazer uma chamada de atenção para o Decano dos Engenheiros Técnicos, En.º António Gameiro, que com quase 60 anos de Engenharia continua activo e ao qual muito devemos.

Este Congresso é também a ponte entre os Engenheiros Técnicos da geração do António Gameiro, formado antes do 25 de Abril, a minha que me formei em 1984, como bacharel e os novos da geração de Bolonha que estão aí para continuar a obra de 160 anos.

Neste Congresso vamos tratar de matérias muito importantes e que são basicamente o exercício da boa engenharia e a reabilitação urbana.

No ensino da Engenharia vamos aprofundar a discussão como se pode em 3 anos produzir, cada vez com mais qualidade, um Engenheiro Técnico.

Para este desafio convocamos todas as escolas Politécnicas e Universidades, públicas e privadas, para se envolveram a fundo nesta tarefa pois não estamos em tempos de desperdiçar recursos financeiros e humanos, em guerras paroquianas e provincianas, de prolongar artificialmente a entrada no mercado de trabalho dos jovens com o 1º ciclo, só porque no interesse de alguns se transferem unidades curriculares do 1º ciclo para o 2º ciclo, para afirmar que só com 5 anos se pode fazer Engenharia. Só uma parceria activa Ordem/Escolas permite potenciar os recursos disponíveis.

Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Não vale a pena escamotear os problemas que o País tem e que é a postura muitas vezes corporativa das Ordens, em tentarem controlar a chegada ao mercado de trabalho de novas gerações, sendo a medicina o caso mais visível mas que atinge todos, nós Ordem dos Engenheiros Técnicos tudo faremos para que isso não aconteça na Engenharia e por isso defendemos a duplicação do número de Engenheiros e Engenheiros Técnicos e Arquitectos em Portugal.

Para harmonizar a intervenção destes profissionais proponho a criação do Conselho Superior de Engenharia e Arquitectura, que englobe a Ordem dos Engenheiros Técnicos, a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros. Este Conselho deve ser o local de excelência para a definição de estratégias que permita à Engenharia e Arquitectura Portuguesas ser um factor de riqueza a exportação de serviços, sem complexos e medos.

Caros Colegas, os nossos novos estatutos são claros em acomodar, no seu seio, todos aqueles que após conclusão do 1º ciclo, prossigam estudos e que com a obtenção de novos graus académicos possam atingir os mais elevados níveis de competência e por isso achamos importante adequar a Portaria 1379/2009, para que acabe a limitação dos Engenheiros Técnicos, a não poderem fazer alguns dos actos de Engenharia, em obras da Categoria IV.

Admitimos muito naturalmente que a 3 níveis ou graus académicos, licenciado, Mestre e Doutor, correspondam títulos Profissionais de Engenheiro Técnico, Engenheiro e Engenheiro Titular para os Doutorados em Engenharia.

Caros Colegas, Minhas Senhoras e Meus Senhores

A opção por realizarmos este Congresso nos Açores foi tomada para de uma foma clara e inequívoca apoiarmos o excelente trabalho que aqui se tem feito ao nível do Governo, autarquias e sociedade civil e ao mesmo tempo a Universidade que ao longo dos últimos anos, se tem aproximado das teses que defendemos de formar os Engenheiros Técnicos necessários ao desenvolvimento do arquipélago.

O nosso muito obrigado a todas as entidades açorianas que connosco têm colaborado.

Sobre o futuro da Engenharia tenho que reafirmar a minha convicção que com os novos estatutos da nossa Ordem esteja de todo ultrapassados os equívocos dos últimos tempos e que com as discussões se façam, em termos das competências e não pelo facto de sermos desta ou daquela Ordem e aqui permitam-me que reafirme a nossa oposição às equiparações administrativas e que todos aqueles que pretendam novos graus académicos regressem às escolas e para isso apelo a que sejam criados programas que permitam que os Bacharéis, por via do estudo, obtenham a Licenciatura, os Licenciados obtenham o Mestrado e os Mestres obtenham o Doutoramento e todos estes possam conviver na Ordem dos Engenheiros Técnicos, nos termos do novo artigo 11-A, nº 4, obtenham as competências para os actos de Engenharia de mais elevada complexidade.

E para concluir, chamo a atenção para os contributos para a história dos engenheiros técnicos, que é na prática um relatório de actividade dos últimos 30 anos e quero anunciar que irei propor hoje ao Conselho Directivo Nacional, a convocação de eleições para os órgãos da Ordem, a ter lugar no dia 25 de Novembro, e às quais me apresentarei como candidato a Bastonário, liderando uma lista renovada para os próximos 3 anos.

Por último agradeço à Comissão Organizadora, Secção Regional dos Açores e Sul, o facto de terem colocado de pé mais um Congresso.

Muito obrigado

Bom trabalho

manchete

Diário Açores	Periodicidade:	Diário	Temática:	Diversos
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	564
	Âmbito:	Regional	Imagem:	S/PB
08-07-2011	Tiragem:	3600	Página (s):	3

No congresso da ANET, Governo defende proposta de fundos comunitários para reabilitação urbana

Este Congresso concentrará em Ponta Delgada cerca de duas centenas e meia de pessoas ...

O 3º Congresso Nacional da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos arrancou ontem e termina hoje, no Hotel "Marina Atlântico" em Ponta Delgada.

A recepção e o registo dos participantes decorreu a partir das 14 horas e, meia hora depois, teve início os trabalhos com a sessão solene de abertura.

A mesa de honra desta sessão foi constituída pelo Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, José Contente, que presidirá, em representação do Presidente do Governo Regional, pelo Presidente da Direcção nacional da ANET, Augusto Ferreira Guedes, e pelo Presidente da Secção Regional dos Açores da Associação, António José Cooper da Silva.

Os trabalhos prolongaram-se até cerca das 19 horas, com o tratamento do tema "REABILITAÇÃO URBANA", desdobrando-se em dois painéis distintos.

No primeiro painel foi feita a abordagem à vertente nacional daquele tema e, no segundo painel, esteve em análise o panorama açoriano da reabilitação urbana, houve ainda espaço para debate no final de cada uma das sessões.

Integraram o primeiro painel, moderado pelo Presidente da Secção Regional da Madeira da ANET, eng.º Técnico Costa Gil, a dr.ª Teresa Pinnow(SRU-Lisboa Ocidental), o eng.º João Paulo Craveiro (SRU – Coimbra), o eng.º Técnico Rui Quelhas (SRU – Porto) e o eng.º Técnico Luís Vaz (ANET).

O segundo painel foi constituído pelo arq. Albano Sousa (Programa RIRVIVA – Ponta Delgada) e ainda por arq. Kval de Carvalho (especialista), dr. Vítor Batista Brasil (Câmara Municipal de Angra do Heroísmo), arq. Rita Campos (Ovibeira – Câmara Municipal de Horta) e eng.ª Maria João Barros (Universidade dos Açores), estando o papel de moderador confiado ao eng.º Técnico José Delgado, Vice-Presidente da Secção Regional do Sul da ANET.

Hoje os trabalhos serão reatados pelas 9,00 horas, com um intervalo para almoço entre as 13 e as 14,30 horas, estando a leitura das conclusões prevista para as 16,15 horas, logo seguida da sessão solene de encerramento.

Este Congresso concentrará em Ponta Delgada cerca de duas centenas e meia de pessoas, oriundas das diferentes regiões do país, tendo sido organizado um programa social que permitirá identificar os visitantes com as potencialidades e as belezas da ilha de S. Miguel.

Governo defende proposta de fundos comunitários para reabilitação urbana

A Ordem dos Engenheiros, junto das instâncias próprias, deve ter um papel activo e propor novas medidas ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, de forma a garantirem um fundo para a reabilitação urbana.

O desafio foi lançado a tarde, pelo Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos que afirmou que nos Açores, mas também no país, existem zonas de forte enquadramento geodinâmico, em termos sísmicos, pelo que "necessitamos de linhas de financiamento comunitário para que a reabilitação urbana seja uma realidade, com menos esforço para os países e regiões, e com mais garantias de segurança e coesão territorial, que é um objectivo europeu".

José Contente, que falava na sessão de abertura do 3º Congresso Nacional dos Engenheiros Técnicos, o parque habitacional nacional e regional tem zonas degradadas, de fraca resistência estrutural, sob o ponto de vista sísmico, e é urgente salvaguardar e reabilitar estes imóveis, que geralmente configuram e personalizam o centro histórico.

O 3º Congresso Nacional da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos arrancou ontem e termina hoje, no Hotel "Marina Atlântico" em Ponta Delgada.

O governante lançou outro repto aos engenheiros, no domínio da engenharia de ponta. José Contente sublinhou, neste sentido, que os Açores necessitam do contributo dos engenheiros em outras áreas que não só da construção, "precisamos também que os engenheiros participem num novo movimento de engenharia de alta tecnologia que está a chegar aos Açores, numa fase pioneira, e que está a ser materializada no Parque Tecnológico".

São já vários os projectos, na área da Ciência e Tecnologia, que podem integrar engenheiros qualificados, como no caso da Estação da ESA em Santa Maria; a rede de estações permanentes; o o projecto Galileu, que necessita da participação da engenharia qualificada e garante, por isso, novas de oportunidades, no futuro.

Um outro projecto, em parceria com o Instituto Geográfico Nacional de Espanha, para a instalação de duas estações de geodesia e radioastronomia, que para além de astrónomos, também necessitará do trabalho e da participação de engenheiros na monitorização e operacionalização destas estações. "Queremos que a engenharia de alta tecnologia faça também esta caminhada, científica e tecnológica, que os Açores estão a trilhar, que gera novos focos de desenvolvimento", acrescentou o governante.

O Secretário Regional elogiou ainda o papel de conselheiro da secção regional da ANET e do seu presidente, no Conselho Regional de Obras Públicas, enquanto parceiro privilegiado na consulta das principais medidas e acções que o Governo dos Açores toma em função da sustentabilidade do sector. José Contente expressou também um voto de satisfação pela realização deste congresso nacional em Ponta Delgada e que trouxe mais de 250 participantes de visita à Região.

manchete

Construir

29-07-2011

ENGENHARIA

ANET critica OE

Para o presidente da ANET, Ferreira Guedes, a Ordem dos Engenheiros está a cometer um acto "ilícito" ao admitir membros com licenciatura pós-Bolonha **PÁGS. 38-39**

manchete

Construir	Periodicidade: Quinzenal	Temática: Construção/Imobiliário
	Classe: Construção/Imobiliário	Dimensão: 857
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
29-07-2011	Tiragem: 5000	Página (s): 1/38/39

"A legislação dá-nos autonomia desde 1967"

Augusto Ferreira Guedes
presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET)

Para o presidente da ANET, o Estado não deve financiar a reabilitação, porque não há dinheiro para tal. Augusto Ferreira Guedes acredita que, se não forem os proprietários dos imóveis a investirem nas obras, o edificado permanecerá devoluto. No que concerne à admissão de licenciados com licenciatura pós-Bolonha na OE, o engenheiro técnico é sucinto – é uma "ilegalidade"

Pedro Cristino
pcristino@construir.workmedia.pt

Augusto Ferreira Guedes, presidente da Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET), recebeu o Construir e explicou as posições da associação nos temas da reabilitação e da admissão de licenciados com curso pós-Bolonha no seio da Ordem dos Engenheiros.

O terceiro Congresso Nacional da ANET teve como base a temática da reabilitação. Qual a posição da associação neste campo?

Nós defendemos que, na reabilitação, não deveriam haver custos para o Estado. Não estamos de acordo com a existência de fundos estatais que, no fundo, são os nossos impostos, destinados à reabilitação, mas achamos que é na simplificação administrativa que está a resposta.

Em que sentido?

Temos hoje um sistema muito rígido, no qual as licenças e as autorizações complicam todo o procedimento e tornam a reabilitação quase impossível. O que propomos é que, em edifícios antigos, sejam exigidas, somente se possível e se não onerarem em demasia a reabilitação, as condições de acessibilidade e as condições mínimas de habitabilidade, como o pé direito. Caso contrário, a reabilitação fica extremamente cara porque, se devemos de introduzir em edifícios com mais de 30, 40, 50, 100 anos as condições que hoje exigimos para a construção nova, tornam-se impossíveis estas obras e comprometem-se o edificado a cair.

E como se desenvolveria a vossa sugestão na prática?

Um caso concreto: se tem de reabilitar um edifício para obter as licenças de utilização e depois vender, este processo não vai durar mais menos de 24 meses. Significa ter um investimento para isso. O que propomos é que se possa transacionar o edifício no estado em que ele estiver, desde que reúna os requisitos mínimos de habitabilidade – não os constantes no RGEU [Regime Geral das Edificações Urbanas], mas os mínimos definidos para que cada um possa depois reabilitar. Por exemplo, se eu for proprietário de um prédio com cinco lojas, dois dos quais devolutos, vendo-os e com essa venda recupero os restantes e quem comprar reabilita os seus próprios lugares, bem o que tem de ser feito, porque não vai existir, durante os próximos 20 ou 30 anos, dinheiro do Estado – dos nossos impostos – para que se faça reabilitação. Não cabe a quem tem edifícios. Por exemplo: é de todo conveniente que sejam criados condições de habitabilidade para a pessoa deficiente, mas é preferível dizer que "estas zonas não têm condições para receber esses requisitos", do que dizer que todas têm e depois não se fazer nada, porque é impossível.

A vossa proposta está, neste momento, em que situação?

Está em fase de proposta de Decreto-Lei. Já está estabelecido e está explicado. Só é necessário o que o poder político perceba que

"Não estamos de acordo com a existência de fundos estatais que, no fundo, são os nossos impostos, destinados à reabilitação"

manchete

Construir	Periodicidade: Quinzenal	Temática: Construção/Imobiliário
	Classe: Construção/Imobiliário	Dimensão: 857
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
29-07-2011	Tiragem: 5000	Página (s): 1/38/39

não podemos estar agarrados a velhos mitos. Esta proposta é precisa porque vai criar dinâmica e empregos. A reabilitação é feita por esta via e não pela atribuição de fundos estatais. A nossa proposta é global e concreta e, ou se pega nela, ou então não sabemos de onde estamos. Se não formos inovadores, vamos continuar a lamentar-nos porque isto está muito mau.

Já receberam algum parecer por parte do Estado?

Já houve, no anterior Governo, alguma aproximação e alguma receptividade às nossas propostas, e a alteração do artigo 551.º e da Lei 47 já transferem para os técnicos esta competência. Foi timido e acho que está na altura de o Governo assumir isto como um desígnio nacional e simplificar. Não se põe em causa nem a segurança nem a confiança pública, mas simplifica-se aquilo em que somos fortes que é a burocracia. É uma opção política e estratégica.

A vossa proposta choca, de alguma forma, com outros tipos de propostas que têm sido apresentadas?

Não, mas surge numa linha completamente distinta. Porque as propostas que existem assentam na isenção de impostos e em dinheiro para os proprietários. Isto é, sempre com dinheiro do Estado. O que dizemos é que isso não resolve porque não há dinheiro e o nosso modelo não requer mobilização de recursos públicos.

Falando agora de um assunto que tem marcado a actualidade, acha que a decisão da Ordem dos Engenheiros (OE) em alterar o seu regulamento de admissão e qualificação, passando agora a admitir os detentores dos graus de licenciado em engenharia, foi uma reacção à alteração da designação de ANET para Ordem dos Engenheiros técnicos?

Se isso for em frente, acho que o bom senso foi perdido para esses lados. Mas eu espero que agora o período de férias traga de volta o bom senso. Essa decisão é ilegal.

Em que aspecto?

Há uma lei aprovada em Assembleia da República - ainda por cima sem votos contra - promulgada pelo Presidente da República e publicada para entrar em vigor a 27 de Julho [que cria a Ordem dos Engenheiros Técnicos]. Se essa decisão da OE] não é ilegal, não faço ideia o que seja. Aliás, é uma pena, porque as ordens deviam pautar-se pelo princípio da legalidade. Não consigo perceber o alcance disso, mas julgo que deverá haver alguma falha de comunicação. Se, de facto, uma ordem com poderes delegados pelo Estado comete ilegalidades dessa dimensão, não sei o que poderá acontecer, mas não nos cabe a nós fazer juízos. A lei que nos regula está clara e explícita. Em termos legais, só pode haver uma [Ordem dos Engenheiros Técnicos], a não ser que inventem uma alternativa.

Qual é, na sua opinião, o objectivo da Ordem dos Engenheiros com esta decisão?

Talvez seja fazer-nos concorrência. O que é preciso é que todos os diplomados pelas escolas públicas e privadas, do politécnico e da universidade, tenham acesso ao mercado *em condições de eficácia, eficácia e* qualidade e que seja feita, de facto, a regulação do exercício da profissão. É importante que não haja o exercício ilegal da profissão e que não existam assinaturas de favor. Sobre estas coisas todas eu não vejo os outros pronunciarem-se. Nós pronunciamo-nos. Se não for para combater a fraude, as assinaturas de favor, a fuga aos impostos e esse tipo de coisas, então para que existem as ordens? Mas eu julgo que aos órgãos do poder político e judicial cabe, seguramente, uma intervenção. Sabemos que o País não funciona muito bem, mas chegar a esse ponto seria o caos absoluto.

Perante este cenário, os engenheiros com licenciatura posterior ao processo de Bolonha poderão ser membros de ambas as ordens?

Não podem porque a lei não o permite. Acho que a decisão da OE] é uma fraude. Lá estamos nós a falar outra vez na ilicitude. A esperança é que o bom senso impere. Agora, que é uma ilegalidade, é. O que é grave é ludibriar os estudantes e as pessoas. Mas, se me permite, acho que essa é uma questão que deveria ser colocada a quem diz que vai fazer isso [alterar o regulamento de admissão e qualificação], ao Governo, à Assembleia da República e à Procuradoria Geral da República, porque se trata de uma questão de ilegalidade. É um crime e os crimes devem ser punidos. Só de pensar que isso pode acontecer, fico preocupado no sentido das pessoas que serão ludibriadas. Vai induzir outros a cometer um crime que consiste em obterem um documento que não é válido. Não sei como se poderá classificar esta medida ao âmbito do código penal, mas não deve receber propriamente uma medalha de louvor.

Mas o que teria a Ordem dos Engenheiros a ganhar se vos fizesse, como mencionou, "concorrência"?

Nada. Nós conhecemos as posições da OE desde há muitos anos. Durante muitos anos foi dito que só um engenheiro com licenciatura de cinco anos poderia praticar os actos de engenharia. Agora isso nega tudo o que foi dito. Não sei se será o controlo do monopólio ou o que poderá estar por trás de uma medida destas. Para uma classe que já existir, como nós existimos, há 159 anos, que somos uma associação de direito público há 12 e que já demos provas das nossas capacidades em termos de nos regularmos e sermos gestores da qualidade da nossa intervenção, serão reconhecidos pela sociedade, isto parece uma tentativa desesperada de manter o domínio e de condicionar o poder político. Poderá haver várias razões, mas qual delas a pior? Mas não me cabe a mim fazer nenhum julgamento. Cada um tem de ser responsável pela sua atitude.

Já conversou com o bastonário da Ordem dos Engenheiros sobre este assunto?

Temos conversado. Tivemos na assembleia. O bastonário tem uma tese segundo a qual não somos autónomos na profissão. Rebatemos isso, porque a lei nos dá essa autonomia desde 1987. Fomos pelo caminho da não autonomia. Nunca percebi muito bem quem foi o iluminado que inventou este raciocínio. Estivemos em audições conjuntas e não conjuntas várias vezes na Assembleia da República, mas quais cada um expôs os seus argumentos. A Assembleia votou em plenário, depois em comissão, e depois novamente em plenário, no qual só houve algumas abstenções. Após a promulgação por parte do Presidente da República, pensei que tinha chegado uma nova era para a engenharia portuguesa, durante a qual não andaríamos aqui a guerrear-nos mas sim a transformarmos a engenharia nacional num produto exportável, de criação de riqueza e que contribuísse para o desenvolvimento do País. Pensávamos que estávamos todos interessados em defender o País, mas parece que alguns estão mais interessados em defender o seu próprio interesse, mas as atitudes fica com quem as toma e a história julga-nos-á. ■

manchete

Diário de Aveiro	Periodicidade:	Diário	Temática:	Construção/Imobiliária
Classificados Emprego	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	142
11-07-2011	Âmbito:	Regional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	5037	Página (s):	1

Urbanismo

ANET considera "vergonha nacional"estado do edificado em Portugal

O presidente da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET) considerou "uma vergonha nacional" o estado a que se deixou chegar o edificado em Portugal, sublinhando a necessidade de "desburocratizar e agilizar" os procedimentos para realização de obras

Importa "dar maior responsabilidade aos técnicos", advertiu Augusto Guedes, insistindo que a "reabilitação não tem custos para os cofres públicos".

Falando aos jornalistas em Ponta Delgada no início do 3.º Congresso Nacional da ANET, que vai debater durante dois dias a reabilitação urbana em Portugal, alertou para a necessidade de se "libertar a sociedade civil - os proprietários, onde se inclui o próprio Estado - da teia burocrática em que somos particularmente criativos".

"Descomplicando o processo é possível fazer a reabilitação de todo o edificado sem recurso a financiamento, só com os proprietários a poderem agilizar e a não ter que esperar dois a três anos por uma autorização administrativa", sustentou Augusto Guedes.

Para o presidente da ANET não faz sentido "gastar dinheiro em habitações novas quando temos um parque habitacional e edificado mais do que suficiente para todos".

Augusto Guedes considerou, ainda, que os Açores "são um bom exemplo de como se tem conseguido, apesar de tudo, não deixar degradar o edificado".

manchete

Correio dos Açores	Periodicidade: Diário	Temática: Sociedade
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 1397
	Âmbito: Regional	Imagem: S/Cor
08-07-2011	Tiragem: 4460	Página (s): 8/9

Congresso nacional da ANET em Ponta Delgada

Açores "são bom exemplo de como se consegue não deixar degradar o património"

O presidente da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET) considerou ontem "uma vergonha nacional" o estado a que se deixou chegar o edificado em Portugal, sublinhando a necessidade de "desburocratizar e agilizar" os procedimentos para realização de obras. Importa "dar maior responsabilidade aos técnicos", advertiu Augusto Guedes, insistindo que a "reabilitação não tem custos para os cofres públicos", disse em declarações aos jornalistas. Para o presidente da ANET não faz sentido "gastar dinheiro em habitações novas quando temos um parque habitacional e edificado mais do que suficiente para todos". Augusto Guedes considerou, ainda, que os Açores "são um bom exemplo de como se tem conseguido, apesar de tudo, não deixar degradar o edificado".

Arrancou ontem, em Ponta Delgada, o 3º Congresso da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos que, segundo o seu presidente, teve os Açores como opção de realização, por um lado para que os visitantes se pudessem aproveitar dos bons exemplos da Região em termos de reabilitação urbana de património histórico edificado e, por outro lado, por ser uma forma de reconhecer o excelente trabalho que a Secção Regional dos Açores da ANET vem desenvolvendo em termos de valorização da classe.

Este Congresso propõe-se discutir o exercício das boas engenharias, aprofundando a discussão de como se pode, no ensino da engenharia, produzir em três anos, cada vez com mais qualidade, um Engenheiro Técnico, havendo ainda oportunidade para fazer uma profunda análise sobre a reabilitação urbana.

O Presidente da ANET preconizou a criação de um Conselho Superior da Engenharia e Arquitectura, englobando a Ordem dos Engenheiros Técnicos, a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros, como local de excelência para a definição de estratégias que permita à Engenharia e à Arquitectura portuguesas fazerem da exportação de serviços um factor de riqueza, sem complexos e sem medos.

Declarando franca e firme oposição às equipacações administrativas, vaticinando que todos os que pretendem novos graus académicos regressem à Escola, Ferreira Guedes falou ainda sobre o futuro da Engenharia, reafirmando a sua convicção de que, com os novos estatutos que a Ordem vai trazer, serão ultrapassados os equívocos dos últimos tempos, desejando que as discussões se façam estritamente em termos de competência.

Presidente da ANET dá os Açores como exemplo a Portugal

Ordem toma forma em Novembro

Este é o último Congresso dos 159 anos de existência dos engenheiros técnicos e da sua actual organização profissional, a ANET, realizando-se num período de transição para Ordem, já consagrada em Lei (47/2011) que entrará em vigor no próximo dia 27, tendo aqui sido acordada, na reunião do Conselho Directivo Nacional da ANET, que ontem à noite teve lugar em Ponta Delgada, a marcação da data de 25 de Novembro próximo para a eleição dos primeiros órgãos sociais da nova instituição, a que o actual Presidente da ANET, Augusto Ferreira Guedes, se apresentou, na sessão de abertura do Congresso, como candidato a primeiro Bastonário, liderando uma lista renovada para os próximos três anos.

A sessão solene de abertura do Congresso foi presidida pelo secretário regional de Ciência, Tecnologia e Equipamentos, José Contente, em representação do Presidente do Governo Regional dos Açores, fazendo ainda parte da Mesa o Presidente da Direcção da ANET, o Decano dos Engenheiros Técnicos, António Gameiro, e ainda António José Gaspar da Silva (ANET-Açores) e Orlando Barbosa (ANET-Sul), ambos da Comissão Organizadora do Congresso.

Na abertura da sessão, após o Presidente da ANET-Açores, Gaspar da Silva, ter dado as boas vindas aos congressistas, Augusto Guedes recordou na sua intervenção que, ao fim de tantos anos, com a criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos, se fez justiça, com uma das maiores vitórias conseguidas pela engenharia portuguesa no plano legislativo, uma vez que os engenheiros técnicos dão, desde 1852, de uma forma continuada, o seu contributo para o desenvolvimento do país.

O Secretário Regional, José Contente, felicitando a ANET pela organização do seu Congresso Nacional dos Açores, realçou também a postura de competência e de dedicação da associação na Região, evidenciando o facto recente da integração da Secção Regional dos Açores da ANET no Conselho Consultivo Regional de Obras Públicas, órgão de

manchete

Correio dos Açores	Periodicidade: Diário		Temática: Sociedade	
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1397
08-07-2011	Âmbito:	Regional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	4460	Página (s):	8/9

Os arquitectos Abel de Carvalho e Albano Sousa falaram sobre reabilitação urbana nos Açores

Engenheiros foram confrontados com os novos desafios que os Açores lhes colocam, não só na reabilitação urbana mas também no contributo que poderão dar na propositura de novas medidas no domínio da geo-dinâmica a integrar no futuro Quadro Comunitário de Apoio

consulta da sua Secretaria Regional onde, para além de outros parceiros, têm lugar nomeadamente a Ordem dos Arquitectos, a Câmara de Comércio e a AICOPA.

José Cesarte confrontou os engenheiros com os novos desafios que os Açores lhes colocam, não só na reabilitação urbana mas também no contributo que poderão dar na propositura de novas medidas no domínio da geo-dinâmica a integrar no futuro Quadro Comunitário de Apoio que, naturalmente, libertarão verbas comunitárias para a reestruturação urbana.

Advertiu, a propósito, que os Açores precisam dos engenheiros técnicos também noutras áreas das engenharias em que os Açores dão passos positivos, nomeadamente na geo-estratégia, como a actual estação de Santa Maria e mais duas em projecto a desenvolver com parceiros comunitários nas Ilhas dos Açores, dizendo que, em tudo o que referia, a participação dos engenheiros técnicos é bem vinda, com efeitos qualificantes e valorizadores em empresas e também com reflexos positivos na actividade governativa.

Reabilitação urbana em Portugal

Depois da abertura, iniciaram-se os trabalhos propriamente ditos, com o Prof. Manuel Antunes a apresentar um estudo sobre a "Caracterização Sócio-Profissional dos Engenheiros Técnicos em Portugal", feito a partir da base de dados da ANET, do qual resultou um relatório, divulgado em Fevereiro último, centrado nos diplomados admitidos na Associação com o grau académico de licenciatura, no abrigo do processo de Bolonha.

Seguiu-se a análise ao panorama nacional da REABILITAÇÃO URBANA EM Portugal, num painel moderado pelo Presidente da Secção Regional da Madeira da ANET, eng. Técnico Costa Gil, e em que foi apresentada a situação, sintetizada no quadro legal existente, que caracteriza a intervenção em diversas regiões do continente português, em intervenções protagonizadas por técnicos e responsáveis de Serviços de Reabilitação Urbana, nomeadamente as estratégias e resultados da reabilitação urbana em Lisboa Ocidental, da responsabilidade da Câmara Municipal (dr^a Teresa do Passo), a situação urbana do vasto centro histórico de Coimbra e as soluções encontradas, nomadamente a financeira, para a sua reabilitação (eng^o Paulo Craveiro), e a actividade da Associação "PORTO VIVO", na capital nortenha, em matéria de reabilitação urbana, sobretudo no parque habitacional da cidade (eng^o Técnico Rui Quelhas), contando ainda com a participação do eng^o Técnico Luís Vaz, que falou sobre a experiência e a intervenção da ANET no domínio do tema em discussão.

O último painel, ainda sobre o mesmo tema mas versando a situação da REABILITAÇÃO URBANA na Região Autónoma dos Açores, com moderação do Vice-Presidente da Secção Regional do Sul da ANET, contou com intervenções de especialistas sobejamente conhecedores da realidade açoriana, nomeadamente o arq. Albano Nuno de Sousa, do Programa REVIVA da Câmara Municipal de Ponta Delgada, o dr. Vítor Batista Brasil, que abordou concretamente o Plano de Acção e Requalificação da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, a arq. Rita Campos, que enquadrou e divulgou as acções e resultados da Reabilitação Urbana em curso na cidade da Horta, sob a égide da respectiva Câmara Municipal, e o arq. Jorge Kol de Carvalho, docente da Secção de Arquitectura da Universidade dos Açores, que apresentou cinco exemplos de Reabilitação Urbana.

Programa para hoje

Os trabalhos deste 3º Congresso da ANET prosseguem esta manhã de sexta-feira, a partir das 9 horas, com a abordagem dos temas "O 1º ciclo de Engenharia como formação habilitante para o pleno desempenho profissional", com moderação do eng^o Técnico Helder Pita e intervenções do eng^o Técnico José Manuel de Sousa, Professor Adjunto do ISEP e Presidente do Colégio de Engenharia Civil da ANET; do eng^o João Duarte Silva, Professor Coordenador do EST/IP de Setúbal e Administrador da ASES; do Prof. Doutor Elmano Margato, Professor Coordenador do ISEL/IP de Lisboa; do Prof. Doutor José Maia, Professor Coordenador do EST/IP de Setúbal; do Prof. Doutor Jorge Bernardino, Professor Coordenador do ISEC/IP de Coimbra; e do Prof. Doutor Rui Bento Elias, docente da Universidade dos Açores.

Ainda da parte da manhã será introduzida a "SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO", num painel que contará com a moderação do eng^o Técnico Nuno Carneiro, da Secção Regional dos Açores da ANET, em que intervirão o eng^o Hugo Resendes, da Inspecção Regional do Trabalho; o eng^o Técnico José Delgada, que abordará a manutenção e a segurança no Convento de Cristo em Tomar; e o eng^o Técnico Gandra do Amaral, que falará sobre a segurança em bairros históricos.

Os trabalhos serão retomados após o almoço com a abordagem às ACTIVIDADES REGULAMENTADAS", num painel em que será moderador o eng^o Técnico António Sequeira Correia, Presidente da Secção Regional do Norte da ANET, e oradores o eng^o Técnico Nuno Costa, Presidente do Colégio de Engenharia Electrónica e Telecomunicações da ANET, o eng^o António Vasculo, da ANACOM, o eng^o João Palm, da ANACOM-Açores, o eng^o Técnico Luís Adão, Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente da ANET, o eng^o Técnico Luís Santos, da Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações dos Açores, e o eng^o Fernando Nunes, especialista que falará sobre o novo regime de segurança contra incêndios em edifícios.

A concluir os trabalhos será tratado o tema "O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO", em conformidade com a Lei 31/2009 e Portaria 1379/2009, em que será moderador o eng^o Técnico Luís Filipe Almeida, Presidente da Secção Regional do Centro da ANET, e oradores o eng^o Técnico Helder Pita, Presidente do Conselho da Profissão da ANET, e o eng^o Técnico Pedro Brás, Vice-Presidente da ANET.

A seguir ao encerramento dos trabalhos serão apresentadas as conclusões do Congresso, o que está previsto para as 18 horas, devendo a sessão solene de encerramento decorrer entre as 18,30 e as 19 horas.

José Nunes

Diário de Coimbra

ESTEVE EM COIMBRA A APRESENTAR PROGRAMA

Candidato a bastonário da OET defende internacionalização

Augusto Ferreira Guedes apresentou ontem, em Coimbra, lista para os vários órgãos da estrutura que substitui a ANET

O candidato a primeiro bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) garante que lutará por criar condições para a «internacionalização da engenharia portuguesa» e por colocar na mentalidade dos engenheiros técnicos que o seu espaço de trabalho «é o Mundo». «Temos de conseguir sair deste espaço que é demasiado pequeno para nós. Sentimos uma certa claustrofobia, até porque já não faz sentido guerrearmos uns com os outros por causa de "projectozinhos" e alvarás de 250 euros», afirmou.

Augusto Ferreira Guedes, líder da ex-Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET), agora redenominada OET, encabeça a única lista candidata a este organismo e esteve ontem em Coimbra para apresentar o programa e os 282 nomes dos que o acompanham na candidatura. O responsável considerou «fundamental» que os engenheiros técnicos «ganhem mercado» e que «em vez de se atropelarem uns aos outros, criem parcerias ou gabinetes de trabalho no exterior».

www.artaeconstrucao.com

Setembro 2011

Arte & Construção

Revista Profissional da Construção

DE PROFISSIONAIS PARA PROFISSIONAIS

À beira de se tornar a Ordem dos Engenheiros Técnicos, a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos promoveu o 3º Congresso Nacional dos Engenheiros Técnicos, cujos debates e reflexões abrangeram questões tão distintas como reabilitação urbana, o 1º ciclo de engenharia como formação habilitante, assim como os novos desafios que enfrentarão enquanto Ordem.

Engenharia

3º Congresso Nacional dos Engenheiros Técnicos

Entrevista

Alexandre Alves da Costa

«Respeitar o passado e dar-lhe vida»

Reabilitação

Chalet da Condessa d'Edla

História restaurada

Dossier

Pavimentos e revestimentos cerâmicos

Comércio internacional positivo

OET MARCA O INÍCIO DE UMA NOVA ERA

TEXTO DE CHANTAL FLORENTINO FOTOS DE ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

À beira de se tornar a Ordem dos Engenheiros Técnicos, a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos promoveu o 3º Congresso Nacional dos Engenheiros Técnicos, cujos debates e reflexões abrangeram questões tão distintas como reabilitação urbana, o 1º ciclo de engenharia como formação habilitante, assim como os novos desafios que enfrentarão enquanto Ordem.

Ponta Delgada foi a cidade escolhida para acolher o 3º Congresso Nacional dos Engenheiros Técnicos nos dias 7 e 8 de Julho, promovido pela ainda Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET).

A pouco mais de 20 dias de se tornar Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), o congresso decorreu num contexto de festa e de expectativa quanto ao futuro.

"Ao fim de 159 anos foi feita justiça e a Engenharia Portuguesa obtém uma das suas maiores vitórias no plano legislativo, pois desde 1852 que os Engenheiros Técnicos dão, de uma forma continuada, o seu contributo para o desenvolvimento do país", afirmou Augusto Guedes, presidente da ANET, na sessão solene de abertura do congresso.

Quanto à forma de produzir, em três anos, um engenheiro técnico com cada vez mais qualidade, o presidente apelou a "todas as escolas politécnicas e universidades, públicas e privadas, para se envolverem a fundo nesta tarefa, pois não estamos em tempos de desperdiçar recursos financeiros e humanos, em guerras paroquianas e provincianas, de prolongar artificialmente a entrada no mercado de trabalho dos jovens com o 1º ciclo, só porque no interesse de alguns se transferem unidades curriculares do 1º ciclo para o 2º ciclo, para afirmar que só com cinco anos se pode fazer Engenharia".

Entre as metas futuras da Associação referidas por Augusto Guedes, destacam-se dois pontos fundamentais: a extinção da "limitação dos engenheiros técnicos, a não poderem fazer alguns dos actos de Engenharia, em obras da Categoria IV"; e a criação do Conselho Superior de Engenharia e Arquitectura, "que englobe a Ordem dos Engenheiros Técnicos, a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros".

44,5% DOS ASSOCIADOS COM IDADES ATÉ 29 ANOS

O professor Manuel Antunes, da Universidade Lusófona, apresentou um Estudo de Caracterização Socioprofissional dos Engenheiros Técnicos em Portugal, tendo em conta os sócios registados entre 1 de Dezembro de 2007 e 31 de Janeiro de 2011.

Segundo o estudo, são os engenheiros técnicos com idades até aos 29 anos que surgem numa maior percentagem na ANET, ao representarem 44,5% do total. Seguem-se os engenheiros técnicos com idades compreendidas entre os 30 e 29 anos (36,8%) e aqueles cujas idades estão entre os 40 e 49 anos (10,6%). A idade média situa-se nos 33,62 anos.

O ano 2010 foi o que mais novos engenheiros técnicos trouxe à Associação, com as inscrições a representarem 45,7% do total. Como referiu Manuel Antunes: "É nesse ano que se regista também o número mais elevado de graduados com a licenciatura pós-Bolonha. E é a partir de então que este tipo de graduados começa a superar os outros".

Quanto à região de inscrição, a Região Sul

surge como a mais forte ao representar 42,7% dos associados. As Regiões Norte e Centro surgem, respectivamente, nas segunda (26,1%) e terceira posições (23,3%).

A origem académica dos inscritos é, maioritariamente, portuguesa, com os Institutos Superiores do Porto, Lisboa e Coimbra a representarem 36% dos engenheiros técnicos inscritos na ANET/OET.

No que diz respeito aos cursos, o de Engenharia Civil aparece na primeira posição ao representar 45,3% dos inscritos. O segundo lugar do ranking dos cursos é ocupado pela Engenharia Mecânica (9,4%). A terceira posição pertence à Engenharia Electrónica (9,2%).

"No conjunto dos cinco anos de efectivação, os bacharéis, com 55,2% dos associados, ainda estão em maioria, mas a tendência está alterar-se a favor dos licenciados pós-Bolonha, como se constata de 2010 a esta parte", concluiu Manuel Antunes.

REABILITAÇÃO É PRIORIDADE

"Apesar das SRU, lei das rendas e dos programas adoptados, o certo é que hoje encontramos nas cidades edifícios degradados em cada esquina", afirmou o engenheiro técnico Luís Vaz durante o painel Reabilitação Urbana, que contou com a participação de Teresa Passos, da SRU – Lisboa Ocidental, de João Paulo Craveiro, da SRU – Coimbra, e de Rui Quelhas, da SRU – Porto.

A ANET considera a reabilitação urbana uma questão "urgente" e, nesse contexto, apresentou uma proposta de decreto-lei que, na opinião de Luís Vaz, trará "mais velocidade à reabilitação urbana" em Portugal.

De acordo com a proposta elaborada pela ANET, a reabilitação "é um oportunidade única que conjuga a criação de riqueza, a requalifica-

Topo-esquerda: Augusto Guedes, presidente da ANET

Topo-direita: Pedro Brás, vice-presidente da ANET

Baixo-esquerda: Hélder Pita, presidente do Conselho da Profissão da ANET

ção do território e a promoção da coesão social, que, no actual contexto económico, deve ser devidamente considerada".

A proposta assenta, de uma forma geral, em quatro pilares. Em primeiro lugar, a ANET considera que se deve ter em conta a divisão histórica com a entrada em vigor do Código de IRS 1989 (DL 442-A/88), que introduz o conceito de mais-valias, e não com o RGEU em 1951.

Em segundo lugar deve-se "assumir que não existem condições para dotar todos os edifícios, em particular os constituídos antes de 1989 [...] de condições de acessibilidades para deficientes – DL 163/2006".

Segue-se a questão de constatar que "nem todo o edificado pode respeitar as áreas mínimas que hoje estão em vigor e que devem respeitar as definidas na Portaria 243/84".

Por último, a ANET alerta para a necessidade de se proceder a uma "alteração ao regime de Propriedade Horizontal – DL 267/94 de 25 de Outubro, simplificando a sua operacionalização, tendo em conta a Lei n.º31/2009 de 3 de Julho".

Estas quatro perspectivas justificam-se com o facto "de estar em vigor a regra de que as construções anteriores a 1951, à entrada em vigor do RGEU estão isentas de licença de utilização". Daí, a Associação propõe que "essa regra seja alargada a todo o edificado constituído até à entrada em vigor do Código de IRS, que introduz o conceito de mais-valias imobiliárias e que esse mesmo acontecimento seja considerado para a não exigência dos requisitos de habitabilidade em vigor considerados os requisitos previstos na Portaria n.º243/84, caso contrário muitos fogos não são passíveis de enquadramento na legislação em vigor no DL 163/2006".

Existe, na opinião da Associação, outra questão premente que é a "possibilidade de transformação em propriedade horizontal [...] independentemente do ano de edificação".

TRÊS ANOS É SUFICIENTE PARA FORMAR UM ENGENHEIRO

O painel «O 1º Ciclo de Engenharia como formação habilitante para o desempenho profissional» contou com a participação do engenheiro João Duarte Silva, professor coordenador da ISEP/IP de Setúbal e administrador da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, que "não tem dúvidas" que o "1º ciclo habilita para a profissão". Na sua perspectiva o que é preciso é ter em conta "as condicionantes" necessárias na "criação de um curso", tal como "enquadramento, necessidades do mercado, e expectativas da família", entre outras.

José Manuel Sousa, professor adjunto da ISEP/IP do Porto e presidente do Colégio de Engenharia Civil da ANET, concluiu, na sua apresentação, que "a formação obtida com o 1º ciclo de estudos conduz a uma formação habilitante para o exercício de um vasto leque de actos de engenharia".

Concordando com os palestrantes anteriores, Jorge Bernardino, professor coordenador do ISEC/IP de Coimbra, também defendeu a aposta em actividades extra-curriculares nas áreas das línguas, desporto, música, voluntariado, entre muitas outras opções.

Pedro Brás, vice-presidente da ANET, fez o balanço de um ano de funcionamento do SEDAP, um sistema para a emissão de declarações para actos profissionais que pode ser utilizado pelos membros da ANET em qualquer hora e lugar.

O funcionamento do SEDAP assenta em quatro fases: Registo de competências no sistema informático da ANET; Exportação para o site; Operação – Emissão de declarações; e Verificação por parte de terceiros.

Durante o primeiro ano de funcionamento que começou no dia 14 de Maio de 2010, o SEDAP emitiu 135 172 declarações, o que representa aproximadamente 327 actos por dia.

"Tendo terminado a limitação administrativa aos Engenheiros Técnicos para os actos mais complexos, conclui-se que os Engenheiros Técnicos são capazes de se auto-regular, em nome do: rigor e seriedade; interesse nacional e segurança das populações", rematou Pedro Brás.

DESAFIOS DA NOVA ORDEM

Ao usar da palavra, Hélder Pita, presidente do Conselho da Profissão da ANET, afirmou que "a criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos constitui o atingir de um objectivo lançado pela classe dos Engenheiros Técnicos há duas dezenas de anos". Na sua perspectiva, "a sua concretização não foi, nem uma vitória nossa, nem uma derrota de alguém", foi antes "o alcançar de justiça há muito almejada por uma classe profissional merecedora de confiança e de respeito da sociedade onde desenvolve a sua actividade".

Hélder Pita encara a criação da OET como uma "rampa de lançamento para novos desafios [...] onde todos temos de ser, ainda, mais competentes e mais rigorosos no desenvolvimento da nossa actividade".

Alertou também para "aqueles que sempre olharam com desdém e sobranceria para os Engenheiros Técnicos" que "continuarão o seu caminho tentando ignorar o nosso papel na sociedade, tentando subvalorizar o nosso espaço de intervenção mas, concomitantemente, estarão atentos a qualquer deslize que possamos praticar".

Na qualidade de presidente do Conselho da Profissão da ANET, Hélder Pita revelou existir um novo desafio: "integrar os diplomados dos cursos acreditados preliminarmente por esta agência [A3ES] mas não registados pela ANET". Nesse sentido a Associação aprovou e publicou "as novas regras para acesso a membro da ANET e solicitámos a todas as escolas o envio do plano curricular fundamentado para que possamos fazer uma análise dos seus conteúdos, não com o objectivo de inibir o acesso à profissão, mas para definir quais os actos profissionais que esses diplomados estão habilitados a desempenhar".

A "abertura de novos colégios de especialidade que respondam às novas áreas de engenharia que vão surgindo" é outro dos reptos lançados pelo presidente do Conselho da profissão. Uma vez que esta capacidade é o que "se exige de uma Ordem dinâmica virada para o exterior que existe para servir e potenciar a qualidade da regulação da engenharia e não, simplesmente, para defender de forma corporativa os seus membros", sublinhou.

CRIAÇÃO DA OET É SÓ O INÍCIO

Na sessão de encerramento, Augusto Guedes mostrou-se "satisfeitíssimo" pelo fim da ANET e pelo surgimento da OET. Foi um processo "difícil, mas está realizado", disse.

O futuro, no entanto, revela-se delicado. que temos pela frente é muito mais e é-nos ex da uma clarividência. Temos de ter uma efect liderança, pois é preciso ver mais longe e melh que os outros".

"A ANET nunca recebeu nenhum apoio de nhuma organização estatal. Nós custamos ze ao Estado", afirmou. Esta constatação permit -lhe "exigir que todo o país siga este modelo

Na sua perspectiva, "não é possível r pagarmos impostos para financiar mestrad enquanto a maioria só faz o 1º ciclo". Só se veria financiar o 1º ciclo "porque é o bastar para exercer a profissão", opinou Augusto Gu des. "Esta é uma alteração cultural profunda nossa sociedade e não sei se vai ter um efe efectivo, mas fica clara a nossa posição".

Entretanto, as eleições para os órgãos cionais, regionais e direcções dos Colégios Especialidade da OET foram marcadas para próximo dia 7 de Outubro.

AUGUSTO GUEDES APRESENTA LISTA E PROGRAMA

III Augusto Guedes lidera uma lista candidata ao comando da OET que se apresenta como sendo "da mudança e da continuidade". As eleições aos órgãos nacionais, órgãos regionais e colégios de especialidade da OET estão marcadas para 7 de Outubro.

LISTA CANDIDATA

ÓRGÃOS NACIONAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Cargo	Nome
Presidente	JOÃO DEUS GOMES PIRES
Vice-Presidente	FERNANDO MANUEL SOARES MENDES
Secretário	JOSÉ ANTÓNIO RESENDES PACHECO
Suplente	NUNO MARIA FIGUEIREDO CABRAL CÂMARA PEREIRA
Suplente	JORGE MIGUEL MOURA ANJINHO

BASTONÁRIO

Cargo	Nome
Bastonário	AUGUSTO FERREIRA GUEDES
Vice-Presidente	HÉLDER JORGE PINHEIRO PITA
Vice-Presidente	JOSÉ MANUEL MARTINS SOARES SOUSA
Vice-Presidente	PEDRO MANUEL FERREIRA RAPOSO TORRES BRÁS
Suplente	ALBERTO PEREIRA MESQUITA
Suplente	ANTÓNIO MANUEL RODRIGUES MARQUES

"Candidato-me a Bastonário da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, porque continuo fortemente empenhado em colocar a minha disponibilidade ao serviço dos Engenheiros Técnicos e da engenharia em Portugal". É com esta frase que Augusto Guedes, presidente da ANET- Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, começa o programa eleitoral da lista candidata às eleições da OET.

Na perspectiva de Augusto Guedes, esta candidatura tem duas vertentes: "da mudança e da continuidade". A mudança surge porque "são as caras novas nos lugares cimeiros da lista" e continuidade "porque conta com todos os colegas Engenheiros Técnicos, Bacharéis, Licenciados do 1.º Ciclo, ou que após o bacharelato tenham concluído novos graus académicos de licenciados, mestres ou doutores em engenharia, para construir os caminhos do futuro".

O programa eleitoral contém 26 propostas para executar no próximo mandato, entre as quais se destacam:

- A criação de um Conselho Superior de Engenharia e Arquitectura;
- A criação de uma Comissão Conjunta OET/OE para abordagem de todas as questões de engenharia;
- A revisão da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro;
- A criação de Gabinete Técnico e Jurídico Nacional da OET;
- A adesão da OET ao Euro-Ace (European Acreditation of Engineering Programmes); e
- A adesão ao Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

As eleições aos órgãos nacionais, órgãos regionais e colégios de especialidade da OET estão agendadas para o próximo dia 7 de Outubro.

Arte & Construção

A dupla de engenheiros Armando Rito e Pedro Cabral recebeu o Prémio Secil de Engenharia Civil 2011, atribuído pela Secil e pela Ordem dos Engenheiros, com o projecto da "Ponte 4 de Abril na Catumbela", em Angola, numa cerimónia que decorreu em Lisboa, a 8 de Outubro.

Engenharia

«Na nossa casa mandamos nós»
OET celebrou aniversário com avisos à Ordem dos Engenheiros

«NA NOSSA CASA MANDAMOS NÓS» OET CELEBROU ANIVERSÁRIO COM AVISOS À ORDEM DOS ENGENHEIROS

TEXTO DE SARA PEREIRA DE OLIVEIRA

A Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) comemorou no passado dia 29 de Setembro, na Casa da Música, no Porto, 160 anos de actividade da classe em prol do desenvolvimento do país e da Engenharia. No programa das comemorações, a OET não deixou passar em branco os mais de quatro mil membros licenciados pós Bolonha, além dos 21 mil membros com o grau bacharelato (a maioria dos quais com obtenção de licenciaturas, mestrados e doutoramentos).

O evento aconteceu num momento em que a Ordem assinala o seu primeiro ano de existência e 13 anos como Associação de Direito Público, facto que, aliás, foi revelado pelo actual bastonário da OET, Augusto Guedes. "Os engenheiros técnicos deram um contributo muito importante para os portugueses e para a Engenharia deste país. Comemoramos o notável trabalho dos profissionais da nossa classe, como é o caso da Casa da Música na qual nos encontramos e que foi construída por uma empresa liderada por um notável engenheiro técnico, Alberto Mesquita", sublinhou à Arte & Construção. Já no âmbito da cerimónia, o bastonário da OET não deixou de enaltecer a importância do lema do «Saber Fazer» dos engenheiros técnicos, "num momento de enorme orgulho" e "reconhecimento" da actividade da classe com a atribuição dos títulos de engenheiro técnico especialista e sénior.

Dirigindo-se aos presentes na Sala 2 da Casa da Música, Augusto Guedes ressalvou a importância da cerimónia dos 160 anos de história desta classe profissional. Trata-se de "um momento de enorme orgulho por termos conseguido com os nossos parcos recursos realizar um evento como este e, simultaneamente, publicar dois livros e, ainda mais importante, o reconhecimento aos nossos colegas que receberam as medalhas de mérito". Foram eles os engenheiros técnicos Torcato David, Alberto Mesquita, João Sequeira, Arménio Gameiro Costa e António Rodrigues Gameiro (que recebeu a medalha a título póstumo) pelo seu contributo, acção e mérito pessoal para o progresso da Engenharia, prestígio da OET e bem comum. Saliente-se que, após ter recebido a medalha, Alberto Mesquita aproveitou a ocasião para pedir a palavra e agradecer a distinção, apelando à "união da classe". Quis ainda deixar palavras de incentivo aos jovens engenheiros técnicos. "Vale ainda a pena lutar. Este país está repleto de obras realizadas por colegas, tenho pena de não ter mais uns anos para ajudar a nova geração", desabafou.

"COMBATE ESTÁ AINDA NO INÍCIO"

Além das medalhas de mérito foram ainda entregues os certificados de Engenheiro Técnico Especialista e Engenheiro Técnico Sénior, um momento de particular regozijo para Augusto Guedes. "Fico muito satisfeito pela atribuição destes títulos, mas ainda mais satisfeito fico por ter sido algo que os nossos colegas da outra Ordem combateram até à exaustão e que nunca quiseram que nos tivéssemos a possibilidade de atribuir". Ao fim de 160 anos, o "combate está ainda no início", mas "na nossa casa mandamos nós" avisou o bastonário, numa breve comunicação improvisada à audiência presente na Casa da Música.

"Acredito que se não fosse um punhado de engenheiros técnicos, a nossa classe já teria desaparecido de Portugal já que há interesses de algumas elites para que nós não existíssemos enquanto classe profissional", acusou. Mas "não estamos dispostos a baixar

os braços (...). Vamos ter de continuar a trabalhar e a mostrar a nossa capacidade e determinação. Não queremos nenhum benefício especial, nem nenhum privilégio. Apenas queremos que a nossa profissão seja tratada como todas as profissões ou então, de uma vez por todas, que o Estado acabe de vez com a profissão, encerre as escolas e transforme-as em universidades. 'Licencialize-se' de vez com todo o ensino da Engenharia", sustenta.

PRODUZIR "MAIS E MELHOR"

Num momento de particular dificuldade para o sector da Engenharia, Augusto Guedes não tem ilusões e acredita que iremos "passar ainda por mais dificuldades". Numa alusão à entrevista publicada pela Arte & Construção, o responsável máximo dos engenheiros técnicos foi mais longe e afirmou ser necessário que "a crise se agudize para que os portugueses tomem consciência de que é necessário alterar a sua postura", por isso defende a necessidade de Portugal produzir "mais e melhor" de preferência com o contributo dos engenheiros técnicos.

Na cerimónia dos 160 anos de actividade da classe foram lançadas ainda duas publicações, nomeadamente o livro que retrata o período da história recente da engenharia portuguesa, intitulado "Contributos para a História da Engenharia Portuguesa – Os Engenheiros Técnicos", da autoria de Augusto Guedes e outros membros da Ordem e ainda o "Manual de Boas Práticas da Construção – Segurança e Saúde no Trabalho" da autoria de José Delgado.

A cerimónia foi presidida pelo Bastonário da OET, Augusto Ferreira Guedes, e contou com a presença do Reitor da Universidade Fernando Pessoa, Salvato Trigo, Manuela Vaz Velho, Directora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo, Filipa Malafaya, da Universidade Fernando Pessoa, Fernanda Campos, da Autoridade das Condições de Trabalho, Rui Quelhas e Nuno Lopes, da Porto Vivo. Estiveram presentes neste evento membros dos Corpos Directivos Nacionais e Regionais da Ordem.

«ACREDITO QUE SE NÃO FOSSE UM PUNHADO DE ENGENHEIROS TÉCNICOS, A NOSSA CLASSE JÁ TERIA DESAPARECIDO DE PORTUGAL JÁ QUE HÁ INTERESSES DE ALGUMAS ELITES PARA QUE NÓS NÃO EXISTÍSSEMOS ENQUANTO CLASSE PROFISSIONAL.»

www.arteconstrucao.com

Outubro 2011

Arte & Construção

Revista Profissional da Construção

DE PROFISSIONAIS PARA PROFISSIONAIS

Após 1143 engenheiros técnicos ter expressado a sua intenção de voto, Augusto Guedes tornou-se o primeiro bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos. Sem colocar de parte a criação, no futuro, de uma Ordem única, o novo bastonário delineou como principal meta ter as escolas a darem aos alunos "o conhecimento necessário para o bom exercício da profissão" e não currículos que respondem "a uma estratégia externa de monopólio".

Entrevista

Augusto Guedes

O 1º bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

O 1º BASTONÁRIO OET

Augusto Guedes é o 1º bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET). Em entrevista dada à Arte & Construção, Augusto Guedes revela estar feliz com o desfecho de 30 anos de luta que, assegura, não vai parar por aqui.
O novo mandato já começou e tem pela frente objectivos ambiciosos como é o caso da criação de uma Comissão Conjunta OET/OE, "para abordagem de todas as questões de Engenharia". Outra meta definida pela Ordem, é conseguir uma melhor "interligação" entre a OET e as escolas, pois, como está convicto que "muitas das escolas não fizeram a adaptação de Bolonha que deviam ter feito, mas fizeram uma adaptação ao processo de Bolonha que garantisse o reconhecimento da OE".

REABILITAÇÃO, SUSTENTABILIDADE, COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

Reabilitação, Sustentabilidade, Competitividade e Internacionalização são os quatro motores da 25ª edição da CONCRETA - Feira Internacional de Construção e Obras Públicas.
Num ano em o sector da construção ainda não dá indicações de estar a ultrapassar esta década de crise, a Arquitectura marca uma forte presença na CONCRETA com um ciclo de conferências com a presença de Eduardo Souto de Moura.
Paralelamente, terá lugar, no mesmo local, a 17ª edição da ENDIEL – Encontro para o Desenvolvimento do Sector Eléctrico e Electrónico, que este ano regressa ao Porto.
Esta será a ocasião para visitantes e expositores trocarem problemas, experiências e soluções. De procurarem por sinais de inovação e criatividade que os ajudem a ultrapassar este momento menos bom que Portugal e o resto do mundo atravessa.

Chantal Florentino
Directora

Directora: Chantal Florentino chantal.florentino@arteconstrucao.com; **Redacção:** Sofia Dutra sofia.dutra@arteconstrucao.com, Sara Oliveira sara.oliveira@arteconstrucao.com; **Colaboração:** Ana Sofia Catarino, Fernanda Mazzetto, F.Pacheco Torgal e Mariana Ferraz da Costa; **Publicidade:** Duarte Mourato (Director) duarte.mourato@arteconstrucao.com; **Assinaturas:** assinaturas@arteconstrucao.com; **Paginação:** Alexandra Antunes • sara.antunes@gmail.com; **Website:** www.arteconstrucao.com; **Fundador da revista:** António Esteves; **Propriedade e Edição:** mg - Edição e Publicidade, Lda. Centro Empresarial Tejo - Rua de Xabregas, 20 - 2º Sala 10 • 1900-440 Lisboa • Tel. 218650070 • Fax. 218650079 • Email: geral@mg.pt • Cap. Social € 5.000,00 • NIPC 507 958 373; **Orgãos Sociais:** Duarte Mourato - 50%; Chantal Florentino - 25%; Pedro Nunes - 25%; **Execução Gráfica:** GRAFNEDRIS - Artes Gráficas, Ldª • Estrada Nacional 247, Km 36 Nº 11 - 2560-191 S. Pedro de Cadeira - Torres Vedras • Tel.: 261 858 464 • Fax.: 261 858 469 • geral@grafnedris.pt; **Publicação Mensal:** Tiragem: 10 500 exemplares; **Distribuição:** VASP; Venda por assinaturas (IVA incluído 5%): Portugal: € 45,50/ano
Os artigos assinados, apenas veiculam as posições dos seus autores; ICS Nº 114748/90; Número Depósito Legal 41713/90; ISSN 0873-5271.

SUMÁRIO

sumário

03 **EDITORIAL**
04 **SUMÁRIO**
06 **ENTREVISTA**
Augusto Guedes
12 **ARQUITECTURA**
Souto Moura ganha
Prémio Secil Arquitectura
14 **CONCRETA**
Energia alternativa para a Construção
16 **AMBIENTE**
Portugal mais verde
26 **ARQUITECTURA**
Tertúlia à MESA com Souto de Moura
28 **DOSSIER**
Cimentos e betões
ETICS contrariam tendência descendente
38 **CONSTRUÇÃO**
Novo Regulamento de Produtos da Construção
42 **GABINETE JURÍDICO**
"Os Engenheiros e as suas (des)Ordens"
44 **EMPRESAS**
Bosch aposta na madeira
46 **NO PAÍS**
48 **NO MUNDO**
50 **EMPRESAS**
EFAPEL
Novos lançamentos e nova fábrica
52 **IMOBILIÁRIO**
54 **RECURSOS HUMANOS**
Investidores portugueses no B
55 **EMPRESAS**
56 **AGENDA**
58 **NAVEGAR**
59 **ARTES&LEITURAS**
60 **PRODUTOS**
62 **EM FOCO**
Investimento em construção d

APÓS 1143 ENGENHEIROS TÉCNICOS TER EXPRESSADO A SUA INTENÇÃO DE VOTO, AUGUSTO GUEDES TORNOU-SE O PRIMEIRO BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS. SEM COLOCAR DE PARTE A CRIAÇÃO, NO FUTURO, DE UMA ORDEM ÚNICA, O NOVO BASTONÁRIO DELINEOU COMO PRINCIPAL META TER AS ESCOLAS A DAREM AOS ALUNOS "O CONHECIMENTO NECESSÁRIO PARA O BOM EXERCÍCIO DA PROFISSÃO" E NÃO CURRÍCULOS QUE RESPONDEM "A UMA ESTRATÉGIA EXTERNA DE MONOPÓLIO".

ESTE É DEFINITIVAMENTE O ANO DE EDUARDO S DE MOURA. DEPOIS DE GANHAR O PRITZKER 20 EM JUNHO, O ARQUITECTO PORTUENSE FOI AGO GALARDOADO COM O PRÉMIO SECIL ARQUITECT 2010, COM A CASA DAS HISTÓRIAS PAULA REGO CASCAIS.

ENTREVISTA — AUGUSTO GUEDES

O 1º BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

TEXTO DE CHANTAL FLORENTINO — FOTOGRAFIA DE HUMBERTO MOUCO

Após 1.143 engenheiros técnicos ter expressado a sua intenção de voto, Augusto Guedes tornou-se o primeiro bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos. Sem colocar de parte a criação, no futuro, de uma Ordem única, o novo bastonário delineou como principal meta ter as escolas a darem aos alunos "o conhecimento necessário para o bom exercício da profissão" e não currículos que respondem "a uma estratégia externa de monopólio".

ENTREVISTA

Arte & Construção – Faz alguma distinção entre ser presidente da ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos e bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET)?

Augusto Guedes – Haverá, naturalmente, do exterior, uma percepção diferente, porque ser presidente da Associação era muitas vezes confundido com ser presidente de uma associação de direito privado. Como bastonário, penso que essa imagem muda.
Há uma grande diferença: tenho menos poderes com estes novos estatutos que tinha como presidente da ANET, pois neste último caso eu também presidia ao Conselho da Profissão, o que, com a revisão dos estatutos, já não acontece na OET.
No plano pessoal, não vai mudar nada. Eu tenho tentado conduzir os destinos dos engenheiros técnicos procurando sempre o equilíbrio entre posições diversas e tendo em mente o interesse colectivo da sociedade. A liderança tem de ver o futuro, com o ver longe. Quando fizemos o levantamento da nossa história, pudemos ver que há 29 anos fazia eu a primeira apresentação da comemoração dos 130 anos da antigo Instituto de Lisboa, agora ISEL [Instituto Superior de Engenharia de Lisboa]. É um trabalho continuado de 30 anos que conseguiu unir um conjunto vasto de pessoas: aqueles que exercem a profissão de engenheiro técnico e, hoje, um engenheiro técnico é reconhecido na sociedade de forma pacífica. Esta realidade reflectiu-se na Assembleia da República, há um reconhecimento implícito na sociedade do bom desempenho da profissão de engenheiro técnico e isso é o mais gratificante.

- Quais acha que vão ser as reacções à apresentação, contra a Ordem dos Engenheiros (OE), da providência cautelar para a suspensão do Regulamento de Admissão e Qualificação da OE?

- Essa questão está agora nos tribunais, mas há um aspecto inquestionável: os nossos colegas da Ordem [dos Engenheiros] perderam. Perderam tudo. Perderam a arrogância, uma característica que sempre tiveram desde o início dos tempos e que na Assembleia da República foi visível. A arrogância de dizer que os deputados tinha decidido à revelia da Ordem [dos Engenheiros].
Independentemente do que vá acontecer no futuro, se há uma Ordem, se há duas Ordens, se há três Ordens, a sociedade portuguesa já ganhou num aspecto: no reconhecimento de uma classe profissional de prestígio que, durante quase cem anos, desde a criação do Técnico, tinha sido alvo de várias tentativas de serem banidos da sociedade.
Aliás, há cinco anos, com o processo de Bolonha, tudo fizeram para banir os engenheiros técnicos, pois sempre afirmaram que para exercer engenharia era preciso cinco anos.
Para mim, este é um momento de duplo sentimento. Por um lado é de uma enorme alegria porque a minha visão de há 30 anos, esta a acontecer, mais lentamente do que eu imaginava, mas está a acontecer paulatinamente de uma forma sustentada e sólida. Por outro lado, sinto uma enorme tristeza porque há uma outra classe profissional, que por arrogância e miopia, tem vindo a perder suces-

sivas batalhas. Isso, enquanto português e engenheiro técnico dá-me uma enorme tristeza porque eu vi algumas daquelas pessoas, acerca de quem eu tinha uma imagem de grande elevação enquanto profissionais, a revelarem-se maus líderes.
A grandeza do engenheiro Brazão Farinha, meu professor e mentor, com quem trabalhei durante muitos anos, do engenheiro Ferreira Cardoso e outros, não se compagina com esta mesquinhez de algumas pessoas que nós conhecemos hoje que estão na defesa do que parece ser a sua sobrevivência enquanto emprego. A competência não tem de ter medo.

- Qual é a posição da OET face à possibilidade de existir apenas uma Ordem a representarem engenheiros e engenheiros técnicos?

- Sempre dissemos e já o fizemos publicamente, que um dia vamos ter de ter uma solução dessas.
No nosso programa eleitoral, propomos a criação de um Conselho Superior de Engenharia e Arquitectura, porque o que está em causa é o interesse público, não é o meu nem o de nenhum colega meu. Também propomos uma Comissão Conjunta OET/OE para tentar regular alguns aspectos. Daí poderá resultar uma única Ordem no futuro? Se calhar o país precisa, mas não é numa posição de arrogância ou de David e Golias, nem pensar.
O objectivo é, um dia, ter uma casa comum da engenharia, sem constrangimentos administrativos e sem preconceitos de classe e de casta. Quando esse dia chegar, nos estaremos absolutamente disponíveis. Eu costumo dizer que só pode fazer a paz quem faz a guerra. Eu fiz a guerra e também posso fazer a paz.

- Mesmo que isso implique envolver os mesmos intervenientes?

- Apesar de não ser muito velho, tenho uma longa experiência de vida, pois sempre trabalhei muito e tive a felicidade de viver fora do país e ver o mundo desde muito novo. Isso permitiu-me conhecer um vasto leque de pessoas dos mais variados quadrantes de pensamento, de filosofia...
Dá-me sempre uma enorme tranquilidade saber que não há nada que não seja ultrapassável. É preciso é ter bom senso. Bom senso não é, no entanto, abdicarmos das nossas posições. É podermos fazer cedências na defesa de um interesse comum.
Essa questão de ser com A ou com B não me afecta. É verdade que gosto mais de falar com gente séria, mas a vida nem sempre corre como queremos (risos).

- O número de inscritos na OET com licenciaturas pós-Bolonha pode ser interpretado como uma mudança na percepção que a sociedade portuguesa tem da Ordem. Quantas novas inscrições registaram nos últimos meses?

- Eu comecei a campanha no dia 16 de Agosto em Ponta Delgada. Percorri todas as capitais de distrito onde temos delegados distritais e verifiquei que há um novo e renovado chegar até à Ordem. Aliás, a própria lista que apresentei reflecte isso. Alguns colegas nossos que, admito eu, não assumindo a condição de engenheiro técnico encontravam-se no limbo, desta vez e após um telefonema meu, aceitaram pertencer à lista de uma forma entusiasta.
Ainda há pouco fui contactado pela associação de estudantes do ISCTE [Instituto Universitário de Lisboa], que pediram a carta [Ofício da ANET enviado às Escolas Superiores de Engenharia no dia 29 de Setembro] para a distribuir pelos alunos.
Os pedidos de informação que nós temos recebido das escolas, dos estudantes, dos estudantes de mestrados integrados que sentem agora terem sido levados a um caminho que os obriga a estudar cinco anos para obterem todas as competências e a perder dois anos da sua vida, porque há uns professores que gostam de dar umas matérias, pois é a única coisa que sabem dar.
Há aqui um movimento muito complexo que eu não consigo, neste momento, medir.
Não tenho os números exactos, mas creio que estão inscritos mais de 4 000 licenciados pós-Bolonha.

- Acha que agora há mais proximidade entre os engenheiros e a OET?

- Há, não tenho dúvidas disso. Eu diria mesmo que há um momento de encantamento.

- Porque razão é que isso está acontecer?

- As pessoas foram muito mal tratadas durante muitos anos. Houve tentativas de vexame

«NO NOSSO PROGRAMA ELEITORAL, PROPOMOS A CRIAÇÃO DE UM CONSELHO SUPERIOR DE ENGENHARIA E ARQUITECTURA, PORQUE O QUE ESTÁ EM CAUSA É O INTERESSE PÚBLICO, NÃO É O MEU NEM O DE NENHUM COLEGA MEU. TAMBÉM PROPOMOS UMA COMISSÃO CONJUNTA OET/OE PARA TENTAR REGULAR ALGUNS ASPECTOS E SE DAÍ PODERÁ RESULTAR UMA ÚNICA ORDEM NO FUTURO?»

permanentes. Logo, hoje, as pessoas revelam uma felicidade enorme de terem sido reconhecidos no plano jurídico aquilo que já eram no plano profissional.
Eu raramente me emociono seja com o que for, mas com algumas manifestações de agradecimento que recebi nos último meses, quase como se eu tivesse conseguido um milagre, deixou-se absolutamente embaraçado. Eu não fiz mais nada do que seguir uma linha decidida há muitos anos. Eu só fui coerente na defesa absolutamente intransigente e sustentada da nossa posição.
As pessoas estudam pouco e gostam de falar só pela rama. Eu gosto muito de aprofundar os temas porque gosto de dominar as matérias. Quando algumas pessoas e, nomeadamente alguns colegas da Ordem dos Engenheiros disseram, na Assembleia da República, que nós não éramos uma profissão autónoma, esqueceram-se que, em 1967, um decreto do Salazar e do Américo Tomás tinha acabado com a obrigatoriedade de um engenheiro subscrever projectos de engenheiros técnicos. Foi desagradável ver alguém dizer algo errado e insistir. Isso deixa-me uma sensação de grande tristeza e é revelador que quão pequena é a dimensão humana.

- "Sem prejuízo, uma leitura minimamente atenta do RAQ permite concluir que a OE reserva para os licenciados do 1º ciclo o papel de subalternos dos seus colegas detentores de grau académico diferente daquele". Com que fundamento foi feita esta afirmação que consta do ofício da ANET enviado às Escolas Superiores de Engenharia?

- Se o regulamento que a outra Ordem agora à pressa veio elaborar, negando tudo o que tinha vindo a dizer desde há muito anos, era para tentar recuperar tempo perdido e dar um sinal que «agora estamos de espírito aberto após termos cometidos muito erros e vamos reconhecer a competência de todos», então teria de ser um regulamento que não fosse outra vez marcado pelas divisões de casta.
Quando dizem que um licenciado está impedido de fazer não sei quantas coisas só pelo facto de ser licenciado, lá está de novo o primado da casta contra o primado da competência. É uma pena porque perderam mais uma oportunidade, apesar de ser uma decisão ilegal, de dar um sinal de abertura e quererem um entendimento. Ninguém ganha com esta situação.
Este regulamento que dizem ser aberto por causa das condições de Bolonha, é uma mentira.

- Qual é que vai ser a primeira iniciativa da OET?

- A nossa grande prioridade é uma interligação com as escolas ainda mais profunda da que tivemos até hoje.
A escola, seja ela universidade ou politécnico, esteve prisioneira, e ainda está, de uma situação muito simples: tem de ter uma certa arrumação dos conteúdos dos currículos para ser reconhecida pela OE. O que nós sempre dissemos é que muitas das escolas não fizeram a adaptação de Bolonha que deviam ter feito, mas fizeram uma adaptação ao processo de Bolonha que garantisse o reconhecimento da OE. Isto é uma subversão total existente na maior parte das escolas.
O Instituto Superior Técnico enviou uma carta, há dias, a dizer que não faria alteração nenhuma aos currículos porque estava de acordo com o que a Ordem dos Engenheiros decide. Essa é a grande tarefa que nós temos pela frente: ter todas as escolas a dárem a todos os seus alunos e aos portugueses aquilo que é o conhecimento necessário para o bom exercício da profissão e não responder a uma estratégia externa de monopólio.

manchete

Construir		Periodicidade:	Quinzenal	Temática:	Construção/Imobiliário
		Classe:	Construção/Imobiliário	Dimensão:	788
		Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
21-10-2011		Tiragem:	5000	Página (s):	20/21

Engenheiros Técnicos levam OE ao tribunal

Num ofício enviado às instituições de ensino, Augusto Ferreira Guedes classificou de ilegalidade a alteração do RAQ da Ordem dos Engenheiros e afirmou que iria recorrer aos meios disponíveis para "repor a legalidade". Assim o fez e, agora, a Ordem dos Engenheiros Técnicos apresentou uma providência cautelar contra a Ordem dos Engenheiros

Pedro Cristino
pcristino@construir.workmedia.pt

No passado dia 3 de Outubro, a rebaptizada Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) fez chegar ao Construir uma cópia de um ofício que foi endereçado "aos institutos superiores e politécnicos, escolas, universidades, faculdades e associações de estudantes". Nesse ofício, a Ordem liderada por Augusto Ferreira Guedes – recentemente reeleito, mas agora como bastonário – apontava sua legitimidade para a representação dos engenheiros técnicos, enquanto associação de direito público, criticando também a atitude da Ordem dos Engenheiros (OE), que alterou o seu Regulamento de Admissão e Qualificação (RAQ), no sentido de passar a admitir os detentores de uma licenciatura (pós-Bolonha) como "membros efectivos e estagiários". Agora, a OET fez saber que apresentou, contra a Ordem dos Engenheiros, uma providência cautelar de "suspensão de eficácia de acto administrativo e de norma de intimação para a abstenção da conduta".

Augusto Ferreira Guedes, bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Correspondência indignada

Na carta enviada às instituições de ensino e associações de estudantes, a Augusto Ferreira Guedes refere que o Decreto-Lei n.º 74/2006, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 107/2008 e 230/2009, "veio estruturar o ensino superior em três ciclos", que conferem os graus académicos de primeiro, segundo e terceiro ciclos, correspondentes a licenciado, mestre e doutor, respectivamente. Por sua vez, segundo a Ordem, a Lei n.º 47/2011, de 27 de Junho, criou a Ordem dos Engenheiros Técnicos e aprovou o respectivo estatuto, cujo primeiro artigo estabelece que a OET "é a associação pública representativa dos titulares de um grau académico de curso de ensino superior do primeiro ciclo em Engenharia, ou de formação equiparada, que exercem a profissão de engenheiro técnico". Continuando, a OET reitera a sua posição, realçando a alínea a) do Artigo 2.º do mesmo diploma legal, na qual se refere que "compete à Ordem dos Engenheiros Técnicos atribuir o título profissional de Engenheiro Técnico". Para contrapor, cita ainda o n.º 1 do Artigo 1.º do Estatuto da OE, que declara que a Ordem dos Engenheiros "é a associação pública representativa dos licenciados em Engenharia, que exercem a profissão de engenheiro".

Competências

Na sua carta, Augusto Ferreira Guedes explica que "tanto a OET como a OE, no uso das atribuições que o Estado lhes conferiu, são livres de produzir a regulamentação de enquadramento das profissões que representam e, enquanto associações de direito público que são, sobre elas impende uma especial cautela de conformarem as suas actividades com as leis da República". Contudo, para o bastonário da OET, "não foi esse o procedimento adoptado pela OE com o Regulamento de Admissão e Qualificação", especificamente na parte em que "se prevê que a OE passa a admitir a inscrição dos licenciados pós-Bolonha como membros efectivos e estagiários, e bem assim a inscrição como estudantes dos alunos matriculados nos cursos superiores tendentes à obtenção daquele grau académico". Ferreira Guedes acusa a OE de resolver "de modo próprio e abusivo ao considerar que os graus de licenciado ante e pós-Bolonha são a mesma realidade", através da utilização da "letra do n.º 1 do artigo 1.º do seu já antigo Estatuto do ano de 1992, e fazendo tábua rasa da evolução que a legislação de enquadramento do ensino superior entretanto registou ao longo dos anos, nomeadamente a substituição do anterior grau de bacharel pelo actual grau de licenciado (primeiro ciclo)".

300 ECTS

"Não podemos deixar passar em claro esta sibilina inversão da posição desde sempre defendida pela OE de que só deveria ter acesso à profissão de engenheiro quem fosse titular de uma formação superior com o mínimo de cinco anos de duração, ou seja 300 ECTS", salienta o bastonário da OET, questionando também "se só agora a OE se curou da cegueira de que padeceu durante décadas ou se, por detrás dessa novidade, não estarão razões de interesse bem mais prosaico". Para o bastonário da OET, "uma

manchete

Construir	Periodicidade: Quinzenal	Temática: Construção/Imobiliário
	Classe: Construção/Imobiliário	Dimensão: 788
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
21-10-2011	Tiragem: 5000	Página (s): 20/21

Legislação

"A Ordem dos Engenheiros, como outra Ordem, existe para cumprir a Lei e não para a subverter", o que, para si, é "um crime", segundo Ferreira Guedes

leitura minimamente aceita do RAQ permite concluir que a OE reserva para os licenciados do primeiro ciclo o papel de subalternos dos seus colegas detentores de grau académico diferente daquele". "Não podemos deixar de salientar que, no entendimento da OET, tanto as disposições citadas do RAQ, como as decisões que as aprovaram, para além de violarem as referidas disposições do Estatuto da própria OE, mais constituem, o que é mais grave, uma tentativa de usurpação das competências legais da OET, sendo, como tal, nulas e insusceptíveis de produzirem qualquer efeito jurídico", refere Augusto Ferreira Guedes no seu ofício, onde declara também que, neste sentido, "a OET não deixará de recorrer aos meios disponíveis para a reposição da legalidade".

"Um crime"

Aquando da apresentação da providência cautelar, Augusto Ferreira Guedes, contactado pelo Construir, justificou esta medida, com o facto de não se ter vislumbrado "um sinal de moderação" por parte da OE. "Os tribunais existem para essas coisas e, por muito que custe, as pessoas só têm que cumprir a Lei", explicou. "Em qualquer sociedade organizada tem de se cumprir a Lei", reforçou o bastonário da OET, declarando também que "não se pode fazer de conta que não existe a Lei 47". Na sua perspectiva, a OE está a "alterar uma Lei" ao alterar o seu RAQ. Segundo Ferreira Guedes, "a Ordem dos Engenheiros, como outra Ordem, existe para cumprir a Lei e não para a subverter", o que, para si, é "um crime". Por outro lado, o responsável pela associação que representa os engenheiros técnicos, afirma acreditar que "os tribunais interpretem a Lei". "Uma Ordem não é uma associação privada de três ou quatro pessoas que decidem, numa assembleia geral, mudar a Lei. A Assembleia da República é que decidiu. Isto não é uma questão de gostar ou não. Bons ou maus, são as leis que temos", conclui.

OE "não tem legitimidade para alterar a Lei"

Questionado pelo Construir se, com esta providência cautelar, a OE fica impedida de admitir novos membros, Augusto Ferreira Guedes respondeu que "só naquilo que colide com a Lei 47", explicando que a OE "tem toda a legitimidade de admitir os mestres. Não tem é legitimidade para alterar a Lei 47", que, a seu ver, "é muito clara e diz que o primeiro ciclo é de admissão exclusiva da OET". Ao Construir, Ferreira Guedes afirmou que, agora, aguarda "com serenidade que alguém reponha a legalidade" nesta situação que tem vindo a deixar as duas ordens numa situação de conflito. ■

ACTUALIDADESEMDESTAQUE

OET

Bastonário quer "reforçar o prestígio dos Engenheiros Técnicos"

A Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), antiga Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET), elegeu, pela primeira vez, no passado dia 7 de Outubro, o seu bastonário. O escolhido foi Augusto Ferreira Guedes, com 98,8% dos votos.

Augusto Ferreira Guedes é o primeiro Bastonário eleito pela OET, tendo conseguido 98,8% dos votos nas eleições do passado dia 7 de Outubro. Com 25 anos de experiência como engenheiro técnico, Augusto Ferreira Guedes pretende ser "um bastonário que não sirva só de veículo para a afirmação de posições corporativistas", sendo, em contrapartida, um "elemento dinamizador de uma melhor prática de engenharia". Para além disso, o novo bastonário assume ainda o papel de "porta-voz das preocupações da classe, quando em causa estiver o interesse público, assegurando que o consumidor final está protegido".

A OET foi criada recentemente, deixando de ser a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET). No entanto, de acordo com o seu bastonário, esta nova designação não trará grandes alterações no papel da ANET e é, acima de tudo, uma mudança de imagem – "De facto, a ANET já era a entidade reguladora da profissão de engenheiro técnico. Só não existia um reconhecimento social generalizado, até ao nível de alguns gabinetes ministeriais que a consideravam como associação de direito privado, o que não acontece desde 1999, data em que foi criada como Associação Profissional de Direito Público. Aliás, a única coisa que a ANET não tinha era a designação de Ordem. Daí considerarmos que pouco vai mudar internamente mas muito vai mudar do ponto de vista do relacionamento da OET com as outras entidades e da opinião pública".

"Temos de saber continuar a estabelecer e reforçar a relação de confiança que actualmente já temos com a sociedade portuguesa e a apresentarmo-nos, cada vez mais, como uma alternativa profissional válida, responsável e confiável. Isso não se consegue com um estalar de dedos ou a simples mudança de designação da nossa associação profissional de direito público. Isso faz-se com reflexão, com responsabilidade, com muito trabalho, com exigência, mas também com abertura. A OET deve estabelecer e fortalecer relações construtivas com os sectores mais dinâmicos da nossa sociedade, e não se fechar sobre si própria", esclarece.

Para o futuro próximo, a recém-criada Ordem tem, de acordo com o responsável, como principal desafio a mobilização das escolas (universidades e politécnicos públicos e privados) para ministrarem uma melhor formação, quer na fase inicial, quer ao longo da vida, de forma a que a classe possa ser cada vez "mais capaz de praticar uma engenharia de excelência".

Também no seu programa eleitoral, Augusto Ferreira Guedes definiu estratégias para o futuro e enumerou 26 pontos globais para o enquadramento da actividade dos Engenheiros Técnicos neste mandato, sendo, segundo a sua opinião, os mais importantes "aqueles que pretendem transformar o pensamento instalado".

Tendo em conta estes pontos, o novo bastonário destaca o desafio lançado pela OET às outras Ordens para se empenharem numa melhor defesa do interesse público, recorrendo a uma "atitude menos corporativa e mais preocupada com o bom desempenho nacional e internacional da arquitectura e engenharia portuguesa, protegendo os cidadãos". No que toca em particular à engenharia, um dos objectivos passa pelo "combate à engenharia e arquitectura ilegal e ilícita e as assinaturas de favor que constituem um dos cancros com que a sociedade portuguesa vive", considera.

Entrevista ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Com a redominação da ANET para OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e a sua nomeação para Bastonário, como encara este novo desafio, face à conjuntura nacional e internacional?

Augusto Ferreira Guedes (AFG) - São dois momentos estruturantes e muito importantes. O primeiro porque criou um sistema de justiça na Engenharia portuguesa e o segundo pelo enorme desafio que é colocado à OET, como reforço e continuidade do trabalho desenvolvido enquanto ANET que, em nome dos mais nobres interesses do país e da Engenharia portuguesa, assumo como uma missão onde as palavras-chave serão a verdade, a exigência e a competência.

A OET é constituída por quantos membros e a que ano remontam as suas origens?

(AFG) Somos 22.700 membros divididos por 16 colégios de especialidade (Engenharia Aeronáutica, Engenharia Agrária, Engenharia Alimentar, Engenharia do Ambiente, Engenharia Civil, Engenharia de Eletrónica e Telecomunicações, Engenharia de Energia e Sistemas de Potência, Engenharia Geográfica/Topográfica, Engenharia Geotécnica, Engenharia Informática, Engenharia Industrial e da Qualidade, Engenharia Mecânica, Engenharia de Proteção Civil, Engenharia Química, Engenharia de Segurança e Engenharia de Transportes).

A OET considera-se herdeira da ACOP – Associação de Condutores de Obras Públicas (criada em 1883). Esta associação passou-se a designar, em 1917, Grémio Técnico Português e, mais tarde, Agremiação Técnica Portuguesa, extinta durante o Estado Novo. A associação reaparece enquanto APET – Associação Profissional de Engenheiros Técnicos em 1975, que integrou em 1999 a associação de direito público com todas as prerrogativas de uma ordem - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos. Esta associação foi redenominada, pela Lei n.º 47/2011, para OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Decorridos vários anos sobre a aplicação do Processo de Bolonha como analisa a sua importância e impacto na Engenharia portuguesa?

(AFG) O Processo de Bolonha veio criar um paradigma ao nível do ensino universitário e politécnico, que nem todas as instituições souberam ou quiseram aplicar. No entanto, passados estes anos e em especial as necessidades de implementação e adaptação, considero que o resultado é muito positivo e uma realidade irreversível, a sustentar.

A OET esteve na primeira linha de apoio à sua implementação através de ações conjuntas com as instituições do governo, politécnicos e universidades. Neste sentido publicámos em 2005 os atos profissionais de Engenharia de todos os colégios da especialidade, existentes à altura, que em muitos casos foram a base que permitiram às escolas entender as necessidades objetivas do mercado de trabalho, transpondo estas necessidades para os planos curriculares dos seus cursos, conforme se pode observar nas justificações das propostas apresentadas na altura.

O Processo de Bolonha veio criar novos horizontes na Engenharia, quer no que diz respeito às condições de acesso e diversidade, resultado das novas tecnologias e novas áreas de intervenção, quer ao nível das novas competências e exigências no exercício da profissão.

Quais os novos desafios que se colocam à Engenharia portuguesa, em termos nacionais e internacionais?

(AFG) A livre circulação veio reforçar as necessidades de interação ao nível dos recursos humanos e novas tecnologias, colocando a Engenharia portuguesa na primeira linha a nível nacional e internacional. A capacidade de intervir no mundo global veio criar novos mercados, mas, concomitantemente, mais responsabilidades e rigor, para os quais a Engenharia portuguesa está em condições de responder, conforme tem provado ao longo dos anos.

A OET, através da sua estrutura e dos 16 colégios de especialidade, tem criado um sistema nacional e internacional que tem como missão acompanhar os engenheiros técnicos no desempenho das suas responsabilidades profissionais.

Quais os contributos da OET para o reforço da Engenharia portuguesa e do desenvolvimento e sustentabilidade do país?

(AFG) Ao nível institucional contribuir para o reforço e modernização da Engenharia portuguesa, através de propostas que respondam às necessidades do país e que tenham como função melhorar o desenvolvimento e a sua sustentabilidade, criando melhores condições, e ao nível económico e social.

Atuamos pro-ativamente junto das escolas, transmitindo-lhes as nossas opiniões sobre as necessidades objetivas de formação exigidas pelo mercado de emprego. Temos tido

algumas experiências gratificantes quando observamos que estas opiniões são consubstanciadas nos currículos dos diferentes cursos, quer ao nível da sua estrutura curricular, quer ao nível dos conteúdos de algumas unidades curriculares.
Contribuímos com propostas para a revisão do Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro, num primeiro momento, e, posteriormente, para o marco histórico da elaboração da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que consagrou a inclusão dos engenheiros técnicos no regime relativo à qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos e pela direção e fiscalização de obra.
Contribuímos, igualmente, na Portaria regulamentadora desta lei - Portaria 1379/2009.
Participámos nas discussões conducentes a toda a legislação sobre Segurança contra Incêndios (Regulamento de Segurança Contra Incêndios em Edifícios), na energia através de diversos Decretos-Lei de enquadramento e Portaria n.º 519/2008, de 25 de junho, que consagrou em definitivo a credenciação dos engenheiros técnicos.
Foi importante a nossa participação na Lei das rendas já que, depois de a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, ter marginalizado os engenheiros técnicos do processo de atualização das rendas, conseguiu-se reparar parcialmente essa injustiça, com as Portarias n.º 1192-A/2006 e n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, tendo no caso da Madeira sido total essa reparação. Deve-se, ainda, referir os diferentes protocolos e comissões de acompanhamento onde participamos, nomeadamente, o protocolo para a regulamentação energética (peritos qualificados) entre a ANET/OE/OA/ADENE e o acordo ITED/ITUR entre a OE/ANET/ANACON.

Como encara a iniciativa da outra ordem, a Ordem dos Engenheiros, de também querer reconhecer as licenciaturas pós-Bolonha, tendo em vista a Lei 47/2011 de 27 de junho?

(AFG) Não me queria referir a este assunto já que o mesmo se encontra na justiça a aguardar uma decisão judicial. Contudo, seria pouco elegante da minha parte fugir-lhe. Assim, digo-lhe que na nossa opinião a atitude da outra ordem, resultante da publicação no novo regulamento de admissão e qualificação, vem assumir por parte deles aquilo que há muito afirmamos, pugnamos e temos conseguido colocar nas diferentes leis que vão regulando esta profissão: para se ser um profissional de Engenharia basta uma formação de três anos numa escola de Engenharia do ensino superior, se se verter para o currículo dos cursos um acervo de conteúdos que permita obter os conhecimentos de base imprescindíveis, os conhecimentos de Engenharia necessários a um consciente desempenho profissional e um conjunto de competências e atitudes que permitam aos diplomados praticar Engenharia. Isto foi o que há muito tempo fizeram os Institutos Superiores de Engenharia, o que mais tarde foi concretizado nas Escolas Superiores de Tecnologia e, mais recentemente, o que algumas faculdades têm vindo a concretizar e outras a anunciar a sua intenção de o fazer.
Quem no passado recente, há dois ou três anos, afirmava, escrevia, discursava que para se praticar Engenharia eram necessários 5 anos de formação, não éramos seguramente nós. Aliás, afirmações recentes de antigos dirigentes dessa ordem continuam a propalar a mesma ideia como, e cito "[...] Corolário da degradação de exigência foi o aparecimento da ordem dos Engenheiros Técnicos, pretendendo regular actos de Engenharia equivalentes com critérios diferentes e considerando igual aquilo que é diferente. Desta forma está criado um problema sério de reconhecimento da qualificação para a prática dos actos de Engenharia regulamentados". Logo, existe, no mínimo, uma notória contradição entre esta decisão e aquilo que foi e continua a ser afirmado.
Deixo para si os comentários. Aquilo que lhe posso dizer é que se com esta decisão pensavam que iam esvaziar a nossa associação nos últimos 6 meses candidataram-se e foram aceites como membros estagiários cerca de 531 diplomados. Isto demonstra a nossa vitalidade. As afirmações que são concretizadas por alguns elementos da outra ordem escondem atrás do rigor a defesa de outros interesses que me abstenho de comentar. Mas os tribunais julgarão e nós cá estaremos, serenamente, para respeitar e implementar a sua sentença.
Sobre a regulação da profissão os nossos membros sabem à partida o conjunto de atos que estão habilitados a desempenhar – está escrito e publicado - e a forma como podem atingir patamares de maior exigência profissional. Seria interessante que o mesmo fosse publicado pela outra organização para que pudéssemos fazer uma discussão séria e honesta, intelectualmente, sobre este assunto. Claro que ambos concordamos que um recém diplomado não está habilitado a realizar atos profissionais de maior complexidade, que a sua realização exige mais experiência, mais conhecimentos e, até, mais maturidade. O que nunca aceitaremos é que de uma forma meramente administrativa se impeça que profissionais, que muito têm dado à Engenharia portuguesa e ao país, possam atingir os mais altos patamares da execução de atos de Engenharia.
Portanto, se este RAQ, no que aos licenciados de 1º ciclo diz respeito, não fosse um ato desprovido de contexto legal, até um desafio ao legislador que produziu a Lei que redenomina a associação pública dos engenheiros técnicos, se esta decisão tivesse uma efetiva coerência com as palavras e os atos, até me congratulava com ela. No entanto, a prática tem demonstrado as suas reais intensões.

Providências cautelares contra a discriminação da OET e dos Engenheiros Técnicos no processo de avaliação de prédios urbanos e em concursos públicos, entre outros, porquê?

(AFG) Essa questão deverá ser colocada à DGCI, nós continuamos a defender e a cumprir os estatutos da OET - Lei 47/2011 de 27 de junho, isto é 1º ciclo.

Sabido que os engenheiros técnicos estão a desempenhar funções por todo o mundo, quais as ações da OET para serem reconhecidos em termos profissionais nesses países, em especial nos países lusófonos, como por exemplo Angola e Brasil?

(AFG) A OET está em contactos permanentes e efetivos com todos os países lusófonos, em especial Angola, Brasil e Moçambique, tendo em vista o exercício da profissão num sistema interativo e de reconhecimento recíproco dos membros das ordens de cada país.
Estamos com protocolos com a CONFEA e CREAS dos diversos estados do Brasil.
Em Cabo Verde foi criada a Ordem dos Engenheiros Técnicos de Cabo Verde. E está em funcionamento o regime de reciprocidade, que queremos para todo o espaço CPLP.

Como encara a possibilidade de fusão entre a OET e a OE?

(AFG) A OET defende em primeiro lugar os interesses do país. Logo, se isso for determinante para o seu desenvolvimento e sustentabilidade, se existir um real entendimento nos princípios que defendemos, e que mais não são do que não subalternizar os nossos representados dando-lhes efetivas possibilidades de evoluírem profissionalmente, seremos os primeiros.

Além das questões relacionadas com a Engenharia, que outras ações a OET promove, face à necessidade de reforço do desenvolvimento económico e social do país?

(AFG) Desenvolvemos ações no âmbito do empreendorismo, novas tecnologias, investigação, sustentabilidade económica e social, residências para seniores e prémios para melhores alunos e trabalhos de investigação na área da Engenharia.

Sabendo que os engenheiros técnicos estão representados em todos os setores da sociedade portuguesa, qual a mensagem para 2012?

(AFG) Defender na primeira linha os interesses de Portugal e potenciar a Engenharia portuguesa em termos nacionais e internacionais, não ser corporativista e cumprir a missão confiada à OET.

Engenharia

www.construir.pt

Projecto

"Temos um problema sério com a avaliação"

Augusto Ferreira Guedes acusa as ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos de "incendiarem" a sociedade com as suas reacções ao valor remuneratório das avaliações de imóveis. Para o bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos não poderá ser colocada em causa a "qualidade e honestidade" dos profissionais que irão efectuar as avaliações

Pedro Cristino
pcristino@construirworkmedia.pt

A não inclusão da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) no Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) motivou uma reacção pela associação liderada por Augusto Ferreira Guedes. Sem "papas na língua", o bastonário da OET afirmou que a atitude do CNOP é "inqualificável" e explicou ao Construir que os engenheiros técnicos estão a ser excluídos de concursos públicos, devido à exigência do grau académico de licenciado. Por outro lado, o decréscimo acentuado da remuneração no processo de remuneração de imóveis resulta, segundo o bastonário, de um processo negocial em que tanto Ordem dos Engenheiros como Ordem dos Arquitectos terão excluído os engenheiros técnicos.

Augusto Ferreira Guedes, bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Um problema chamado "licenciado"

"Os "novos" engenheiros técnicos têm o grau de licenciado. Os que se formaram antes do processo de Bolonha têm o grau de bacharel", explica Augusto Ferreira Guedes ao Construir, referindo que é esta a razão que leva à exclusão de engenheiros técnicos dos concursos públicos. "Nunca defendemos que os bacharéis passem automaticamente a licenciados", declara, revelando que o que se pretende na OET é que deve ser considerada a qualificação de bacharelato para os concursos públicos, uma vez que era este o grau exigido anteriormente a Bolonha. O que acontece é que, actualmente, os engenheiros técnicos têm, independentemente do bacharelato ou da licenciatura, o primeiro ciclo de Engenharia concluído, sendo a única diferença a denominação deste grau, conforme explica Augusto Ferreira Guedes. "Não há, na nossa opinião, nenhuma razão para serem excluídos [dos concursos públicos]", referiu, relativamente aos bacharéis. "Para o exercício da profissão deveria utilizar-se exclusivamente a designação profissional e não a académica", concluiu, acrescentando que "poderia ser feita legislação que clarificasse estas coisas e diminuía-se a conflitualidade".

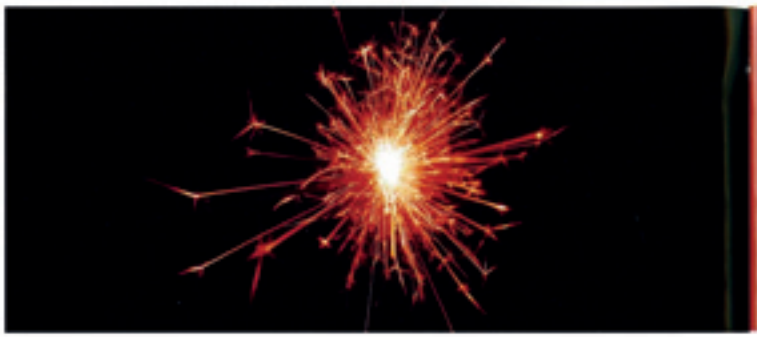
Não inclusão no CNOP

Ao considerar que os engenheiros técnicos são representados pela Ordem dos Engenheiros (OE), o CNOP não admitiu a OET como membro associado. Como resposta a esta decisão, a OET propôs a criação do Conselho das Profissões Liberais (CPL), "em que todas as profissões liberais de nível superior estejam representadas, sem sofismas, sem exclusões, porque estas profissões têm de ser dignificadas e são hoje, seguramente, o sector da sociedade portuguesa onde existe uma maior produção de pensamento e maior massa crítica", segundo afirmou o bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos. "Devemos ser cerca de 300 mil profissionais liberais e, neste momento, cerca de 100 mil estão excluídos do CNOP e nós não aceitamos que um terço dos profissionais liberais estejam excluídos" declarou, mencionando também o caso da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, também excluídos do Conselho, que considera que estes já estão representados pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. "Queremos um Conselho de Profissões Liberais que não exclua ninguém e nós não autorizámos ninguém a falar em nosso nome", afirmou, explicando que a OET pretende um "verdadeiro" CPL, que "não exclua ninguém" ou que o actual CNOP "altere a sua posição". Para Ferreira Guedes, esta decisão do CNOP "não é mais do que a tentativa de preservar o monopólio de alguns instalados" algo que a OET "jamais aceitará". Contudo, consciente de que seria negativa a existência de "duas organizações que supostamente teriam o mesmo objectivo", o bastonário revela que os engenheiros técnicos "estão disponíveis para alterar a sua posição se o CNOP reflectir e, de uma forma modesta, repensar a sua existência".

Processo de avaliação de imóveis

"Temos um problema sério com a avaliação. As outras duas ordens [Ordem dos Arquitectos (OA) e Ordem dos Engenheiros] contestam um conjunto de procedimentos. Nós também achamos que existem divergências, mas achamos que os engenheiros, os arquitectos e os engenheiros técnicos devem contribuir para a resolução deste problema", afirmou Augusto Ferreira Guedes, explicando que a OET já teve de recorrer ao tribunal porque a Direcção Geral de Contribuições e Impostos "não incluía a OET no processo". "A Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Arquitectos sabiam que nós não estávamos incluídos, e que a lei não estava a ser cumprida, e tentaram fazer um "pacote" ganhando o mercado" acusou o bastonário da OET, explicando que, tanto a OA como a OE "aceitaram uma redução das remunerações das avaliações e agora reclamam porque não sabiam que esta redução era tão grande". Segundo Ferreira Guedes, esta situação colocou a OET numa "posição difícil". "Devemos de dizer que achamos que, na maioria dos casos, o valor não é suficientemente compensador, mas temos de considerar que devemos dar um contributo para o desenvolvimento do País e, nos casos em que não há informação disponível, devemos exigir da administração uma atitude diferente", proferiu. Augusto Ferreira Guedes acusou ainda a OE e a OA de colocarem "em causa o mérito e a honestidade dos seus membros" o que levou a que as três ordens sofressem "uma derrota desnecessária" na negociação das remunerações das avaliações com o Estado. Para o responsável da Ordem dos Engenheiros Técnicos "é urgente e necessário fazer uma avaliação correcta de todos os imóveis e, portanto, há uma obrigação com os financiadores do País que deve ser feita com os melhores critérios, com os melhores técnicos e com a maior das seriedades". Neste sentido, acusa a OA e a OE de terem "incendiado" a sociedade com o objectivo de "ganharem mais uns euros com cada avaliação", ao terem proferido que, o nível remuneratório baixo das avaliações poderia colocar em causa a qualidade do trabalho efectuado. "Há muito trabalho para fazer, muita propriedade para avaliar", realça, apontando ainda a importância de um cadastro nacional que, segundo o perígeio, não existe. ■

UM ANO DE OET



A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, ao comemorar o primeiro ano da publicação, da lei n.º 47/2011, de 27 de junho, conseguiu atingir os objetivos principais que desde o início definiu enquanto linha mestra da sua futura ação a curto prazo.

É de salientar, em especial, a adoção de medidas de regulamentação interna nas áreas do acesso e do exercício da profissão de engenheiro técnico, bem como a multifacetada e especializada contribuição disponibilizada a diversas instâncias exteriores, tanto públicas como privadas.

A OET ergulha-se do seu contributo para a dinâmica, que na instituição de medidas mais modernas de regulação da Engenharia que se tem registado em Portugal nos tempos mais recentes, e igualmente se congratula com os valiosos contributos que foram dados por outras associações públicas profissionais nesta matéria, nomeadamente as que representam as classes profissionais dos engenheiros e dos arquitetos. Apesar de tudo o que, durante anos, por vezes foi dito e escrito sobre os engenheiros técnicos, nuns casos com reconhecimento do seu mérito, competência e valioso contributo para o progresso do País, e noutros com desabono destas qualidades, considera-se não existir dúvida de que a criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos funcionou como um fator que contribuiu de forma decisiva para o fim do marasmo a que se assistia, muito tal se devendo ao facto de, embora desde 1999 terem passado a existir duas associações de direito público na área da engenharia, só uma delas ter tido durante cerca de subsequentes doze anos a designação de ordem profissional.

Tendo sido divulgado nos meios de comunicação social, o anúncio da realização do "1.º Congresso de Engenheiros de Língua Portuguesa" subordinado ao tema "A Engenharia como fator decisivo no processo de desenvolvimento", a OET aproveita esta oportunidade para saudar a promoção desta iniciativa, e espera que, os engenheiros técnicos, que constituem mais de um terço dos profissionais da engenharia, não sejam excluídos deste evento, face ao elevado contributo dos mesmos para a afirmação da Engenharia Portuguesa no espaço da CPLP, valor este que se sobrepõe a qualquer interesse de natureza sectorial. Os engenheiros técnicos em Portugal, nos países da CPLP ou em qualquer outro destino onde exercem competentemente a sua atividade, empenham-se para fazer chegar o nome do nosso País aos quatro cantos do mundo e são factores de criação de riqueza e de prestígio sendo parte integrante do que de melhor Portugal tem para dar ao mundo – capacidade, competência e engenho.

Igualmente importante, é a proposta do Governo aprovada e remetida ao Parlamento, para a clarificação das competências das Ordens, esperando a OET que esta lei seja útil para o reforço da regulação das profissões e que permita pôr um ponto final no corporativismo ainda existente.

O bastonário,

...

AUGUSTO FERREIRA GUEDES

NOTA: Texto escrito na nova grafia ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1990

Engenharia

www.construir.pt

Remunerações

"Engenheiros técnicos alvo de desqualificação profissional"

O bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos considera que as entidades empregadoras estão a aproveitar a conjuntura económcia para reduzirem as remunerações na prestação dos serviços de engenharia e critica a postura do CRUP no processo que levou ao reconhecimento das equivalências dos engenheiros lusos no Brasil

Pedro Cristino
pcristino@construir.pt

O bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), Augusto Ferreira Guedes, afirmou que os engenheiros técnicos estão a ser alvo de "desqualificação profissional" e, num comunicado enviado à imprensa, refere que a associação profissional por si liderada irá "repudiar veementemente" as "constantes tentativas" que visam colocar em causa a qualidade dos serviços prestados pelos seus associados.

Em causa a "dignificação da profissão"

"O recente agravamento da crise económica, com impacto directo no mercado de trabalho, tem sido particularmente visível ao nível da actividade exercida pelos engenheiros técnicos", declara Ferreira Guedes. Segundo o bastonário da OET, na sequência da medida do Governo denominada "Estímulo 2012", e que, "consiste na concessão, às entidades empregadoras, de apoios financeiros no caso de estas celebrarem contratos de trabalho com desempregados inscritos no Centro de Emprego há, pelo menos, seis meses", a Ordem tem vindo a constatar "que alguns empregadores sem escrúpulos tentam aproveitar para baixar a contratação de engenheiros técnicos". No seguimento desta acusação, o engenheiro afirma ter conhecimento de "que estão a ser oferecidas aos engenheiros técnicos remunerações a tempo inteiro na ordem de 500 euros mensais" e que "é chegado o momento de dizer que há limites". Frisando que acredita não existir "uma correlação entre a qualidade da engenharia praticada e a retribuição pelos serviços de engenharia", Ferreira Guedes sublinha que "também é verdade que existe um nível de responsabilidades exigível à profissão que tem de ser considerado na devida conta", e que os valores em causa "estão totalmente desajustados da prática de uma actividade com a assunção de responsabilidade, como aquela que é exigida aos técnicos de engenharia". Apesar de admitir que, enquanto associação profissional, não compete à Ordem dos Engenheiros Técnicos "imiscuir-se em questões sindicais ou remuneratórias", o responsável da OET ressalva que é condição de excepção quando "essa prática coloca em causa a dignificação do exercício da profissão". Assim, o bastonário afirma, no comunicado, que a Ordem que lidera, "ao tomar conhecimento desta e de outras situações, mesmo perante a crise que o País atravessa, não pode ficar indiferente à desqualificação profissional que está a ser tentado impor aos seus associados". Assim, Augusto Ferreira Guedes aponta a questão das avaliações de imóveis, explicando que uma retribuição de "pouco mais de 1 euro por cada avaliação, paga a um perito avaliador na avaliação geral do património, de acordo com a Circular n.º 4/2012 do senhor ministro das Finanças, não contribui positivamente para a dignificação do exercício da profissão". Este assunto tinha já levado ao protesto por parte dos representantes da Ordem dos Engenheiros e da Ordem dos Arquitectos.

© Sergey Kozlukovsky - fotolia.com

"O recente agravamento da crise económica, com impacto directo no mercado de trabalho, tem sido particularmente visível ao nível da actividade exercida pelos engenheiros técnicos", declara Ferreira Guedes

"Mal-estar" quanto às remunerações

Em Março passado, o bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), Carlos Matias Ramos, admitiu à Lusa um sentimento de "mal-estar" no seio da sua associação, relativo ao regime remuneratório do processo da avaliação fiscal de imóveis e referiu que os baixos valores remuneratórios poderiam afectar a qualidade dos serviços prestados. Na altura, a OE associou-se à Ordem dos Arquitectos e pediram ambas uma audiência ao ministro das Finanças, Vítor Gaspar, a fim de o "sensibili-

Remunerações

zar" sobre as consequências que adviriam da diminuição para um terço do valor anterior pago pelas avaliações. Na altura, a OET considerou que, "na actual situação do País, os peritos locais para a Avaliação Geral de Prédios Urbanos também devem cumprir os compromissos que Portugal assumiu", referindo, contudo, que a circular que fixa as remunerações "deve contemplar as situações em que as câmaras municipais não forneçam a totalidade dos elementos necessários à avaliação, situação na qual os peritos têm que obter esses elementos pelos seus próprios meios". "Os engenheiros técnicos e a sua Ordem não podem tolerar que algumas entidades empregadoras aproveitem uma boa iniciativa do Governo, que disponibilizou fundos públicos para combater o desemprego, e com base nesta, menosprezem o exercício da actividade e o valor dos actos praticados pelos engenheiros técnicos, enquanto profissionais qualificados que zelam pela engenharia e funcionam como agentes vitais na dinamização do património construído e do ambiente das cidades", afirma o comunicado da OET. Segundo a mesma fonte, a estes técnicos "não resta outra alternativa que não seja a emigração ou então rebaixarem-se profissionalmente para continuarem a exercer a sua profissão, ainda que em condições indignas".

Portugal-Brasil

Por outro lado, a OET frisa que "não aceita e não percebe a exclusão dos seus membros dos acordos negociados com o Brasil, apesar de não se rever no protocolo recentemente assinado entre o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e os directores de escolas brasileiras", alegando que o que está em causa não é a "obtenção de uma equivalência à licenciatura do Brasil, mas sim, e tão somente, um reconhecimento que, em regime de reciprocidade, permita exercer a profissão de engenheiro técnico, aos portugueses no Brasil e aos brasileiros em Portugal, sem quaisquer constrangimentos, criando assim uma zona de livre exercício da engenharia no mundo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa". Neste sentido, a OET considera – e condena – que existem "entidades portuguesas que estimulam soluções parciais e antipatrióticas, ao seguirem a linha do salve-se quem puder". Para Augusto Ferreira Gaudes, volta a constatar-se "a incapacidade do Conselho Nacional das Ordens Profissionais ao não intervir numa matéria de vital interesse para todas as ordens". ■

> PORQUE É QUE DEVEMOS UTILIZAR CORTIÇA NA CONSTRUÇÃO?

1) Impacto favorável na floresta de sobro:
>Área total (Portugal): 735.000 hectares. >Os sobreiros produzem cortiça a cada 9 anos (matéria prima renovável). >Evita a desertificação do solo. >Fixa a população no trabalho do montado. Evita a desertificação populacional. >Importante na manutenção da biodiversidade (única na Europa). >Floresta Portuguesa (sobreiros) sumidouros de 5 milhões toneladas CO_2 por ano.

2) Processo industrial 100% natural:
>Apenas cortiça como matéria-prima. >Sem aditivos.. aglomeração com as suas próprias resinas (suberina). >90% do consumo de energia é biomassa (desperdício do seu próprio processo industrial). >O desperdício do processo industrial é 100% reutilizável (grânulos de cortiça + pó).

3) Características técnicas:
>**Densidade:** 100/120 Kg/m³. >**Condutividade térmica:** Resultado de testes entre 0,036/0,038 W/(mk). >**Valor declarado para marcação CE:** 0,040 W/(mk). >**Resistência à compressão a 10%:** declarado 100 kPa (resultado de testes 113/120 kPa) - EN 826. >**Resistência perpendicular às faces:** declarado TR 50 (resultados de testes 60 kPa) - EN 1607. >**Teor de humidade:** máximo 8% - EN 12105. >**Absorção de água:** declarado 0,5 Kg/m² (resultado do teste máximo 0,3 kg/m²) - EN 1609. >**Tolerâncias no comprimento:** entre ±3 e 5 mm - EN 822. >**Tolerâncias na largura:** entre ±2 e 3 mm - EN 822. >**Tolerâncias na espessura:** entre +/- 1 e 2 mm - EN 823. >**Resistência ao fogo:** Euroclasse "E" - EN 13501-1. >**Durabilidade:** praticamente ilimitada. >**Reciclável:** 100%. >**Ruídos de impacto:** 20dB BF - 40dB MF - 30dB HF. >**Ruídos aéreos:** 30dB BF - 35dB MF - 34dB HF. >**Absorção acústica 50mm:** 40% a 400Hz / 50% a 3500Hz. > **Velocidade do som da cortiça:** 500 m/segundo. >**Coeficiente de absorção acústica 500 CPS:** 0.33/0.35.

ESCOLHA 100% NATURAL

AGLOMERADO DE CORTIÇA EXPANDIDA, É UM MATERIAL SUSTENTÁVEL PARA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL.

manchete

Correio dos Açores	Periodicidade: Diário	Temática: Sociedade
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 308
	Âmbito: Regional	Imagem: S/Cor
30-09-2012	Tiragem: 4460	Página (s): 17

Ordem dos Engenheiros Técnicos assinala 160 anos

Mais de um século e meio a valorizar a Engenharia Portuguesa

A OET – ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS comemorou este fim-de-semana os 160 anos de existência de Engenheiros Técnicos na engenharia portuguesa, numa cerimónia que decorreu, ao fim da tarde de ontem, sábado, na Casa da Música, na cidade do Porto, e que foi presidida pelo Bastonário da Ordem, o Engenheiro Técnico Civil Augusto Ferreira Guedes.

Integrando o programa da cerimónia, foi no decurso da mesma feito o lançamento do livro "História da Engenharia Portuguesa – os Engenheiros Técnicos", que tem como autores, em parceria, o ET Ferreira Guedes e outros membros da OET. Constituiu também assinalável momento deste evento a entrega de "Certificados" de Engenheiro Técnico e de Engenheiro Técnico Sénior aos membros da Ordem que ascenderam a estas categorias profissionais.

A esta cerimónia seguiu-se, ainda na capital do Norte, na Fundação Cupertino de Miranda, um jantar comemorativo da efeméride, com a presença de associados e convidados, em que o Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos reuniu os responsáveis dos órgãos sociais nacionais da OET e ainda os dirigentes das diversas estruturas regionais do continente e das Regiões Autónomas, nomeadamente da OET-Açores.

No âmbito desta comemoração foi ainda lançado o livro "Manual de Boas Práticas da Construção", da autoria do Engenheiro Técnico José Delgado, obra apresentada, no decurso do evento, pelo próprio autor.

Do programa de comemorações há ainda a assinalar um momento especial para sublinhar a existência de mais de 4.000 membros da OET licenciados após Bolonha, para além de mais de 21.000 membros com formatura de Bacharelato dos quais, prosseguindo a sua formação académica, muitos viriam a obter Licenciaturas, Mestrados e mesmo Doutoramentos.

Nesta cerimónia foi também conferido o devido valor aos 15 anos da organização dos Engenheiros Técnicos portugueses como Associação de Direito Público, sendo ainda assinalada a transposição do primeiro ano desta organização com a designação de "Ordem".

A apresentação de dois livros, a "História da Engenharia Portuguesa – Os Engenheiros Técnicos", da autoria do Engenheiro Técnico Augusto Guedes e outros membros da OET, que teria ser um contributo sério para se perceber, sem dogmas, a formação de engenheiros em Portugal, nos últimos 200 anos, e o "Manual de Boas Práticas da Construção", da autoria do Engenheiro Técnico José Delgado, além de um jantar comemorativo, completaram o programa da comemoração dos 160 anos dos Engenheiros Técnicos na engenharia portuguesa.

Estiveram presentes neste evento os membros dos Corpos Sociais – Nacionais e Regionais – da Ordem dos Engenheiros Técnicos, nomeadamente da OET-Açores, que foi representada pelos Engenheiros Técnicos Gaspar da Silva e Bruno Carneiro, dirigentes do Conselho Directivo Regional.

Recorde-se que, para além da representação e valorização profissional dos seus associados, a OET-Açores vem dando um decisivo contributo na formação de colhaos de jovens açorianos, nomeadamente daqueles que se preparam para ingressar no mercado de trabalho, dotando-os com competências teórico-técnicas adequadas ao exercício da profissão, ministradas nos muitos cursos de formação profissional que a estrutura açoriana da OET desenvolve em toda a Região, em variadas especialidades profissionais, na área das engenharias.

www.arteconstrucao.com

Setembro 2012

Arte & Construção

Revista Profissional da Construção

DE PROFISSIONAIS PARA PROFISSIONAIS

Um ano após a constituição da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), Augusto Guedes faz um balanço da actividade e fala das dificuldades que o exercício da engenharia enfrenta. "Temos hoje em Portugal duas possibilidades: ou nos prostituímos para exercer a profissão ou emigramos", diz. O bastonário consegue, porém, ver efeitos positivos na crise vivida no país, na medida em que retira do mercado "muita gente que trabalha de forma ilegal e empresas fictícias".

Entrevista

AUGUSTO GUEDES

"Para exercer a profissão ou nos prostituímos ou emigramos"

Dossier

mbiente

nimizar o impacto da construção

Ferramentas eléctricas

Evitar os perigos

Ferramentas eléctricas requerem manutenção segura

Em Foco

Construção

Licenciamento de obras acentua queda

O PRIMEIRO ANO DA OET

Um ano após a constituição da Ordem do Engenheiros Técnicos (OET), o bastonário Augusto Guedes mostra-se muito satisfeito com o trabalho realizado e chega mesmo a afirmar, em entrevista à Arte & Construção, que "o primeiro ano da Ordem e o 12º enquanto associação de direito público não podia ter corrido melhor".

Mas nem tudo correu bem para a OET durante estes 12 meses. Como frisa Augusto Guedes, este também foi o ano de "enfrentar todas as acções que outras associações de direito público nos fizeram pelo facto de termos mudado a designação". Como é o caso da dos desentendimentos com a Ordem dos engenheiros e a CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais, assim como o processo que a Ordem dos Arquitectos interpôs contra a OET, "pois querem ser engenheiros administrativamente", afirma o bastonário.

Augusto Guedes está convicto que o trabalho desenvolvido pela OET está a ir na direcção certa, tanto que, na sua perspectiva, os mais de quatro mil licenciados pós-Bolonha inscritos na OET, revelam "uma clara assunção de que o caminho que defendemos foi assumido pela sociedade sem nenhum equívoco".

Com os objectivos de continuar "a criar condições para uma boa prática profissional" e "a trabalhar para que as escolas percebam que têm que dar melhor formação aos alunos", a OET mantém o optimismo e acredita que existe "uma possibilidade de entendimento" entre a OET e a Ordem dos Engenheiros. Desde de que haja "igualdade", sublinha.

Chantal Florentino
Directora

Directora: Chantal Florentino chantal.florentino@arteconstrucao.com; **Redacção:** Sofia Dutra sofia.dutra@arteconstrucao.com, Sara Oliveira sara.oliveira@arteconstrucao.com; **Colaboração:** Pedro Miguel Cardoso de Almeida; **Publicidade:** Duarte Mourato (Director) duarte.mourato@arteconstrucao.com; **Assinaturas:** assinaturas@arteconstrucao.com; **Paginação:** Alexandra Antunes • sara.antunes@gmail.com; **Website:** www.arteconstrucao.com; **Fundador da revista:** António Estevão; **Propriedade e Edição:** mtg - Edição e Publicidade, Lda. Centro Empresarial Tejo - Rua de Salvaiga, 20 - 2º Sala 10 • 1900-440 Lisboa • Tel. 218455070 • Fax. 218455079 • Email: geral@mtg.pt • Cap. Social: € 5.000,00 • NIPC 507 958 373; **Orgãos Sociais:** Duarte Mourato - 50%, Chantal Florentino - 25%, Pedro Nunes - 25%; **Execução Gráfica:** EUROPRESS, Lda • Rua João Saraiva, 10-A 1700-249 - Lisboa • Tel.: 218 444 340 • Fax.: 218 492 061 • geral@europress.pt; **Publicação Mensal:** Tiragem: 10 500 exemplares; **Distribuição:** VASP; Vendo por assinatura (IVA incluído 5%): Portugal: € 45,50/ano; Os artigos assinados, apenas vinculam as posições dos seus autores; ICS-N° 114748/90; Número Depósito Legal 41713/90; ISSN 0873-5271.

MÁRIO

sumário

03 **EDITORIAL**
04 **SUMÁRIO**
06 **ENTREVISTA**
Augusto Guedes
12 **OPINIÃO**
Factores que influenciam a certificação energética - Pedro Miguel Cardoso de Almeida
16 **DOSSIER**
Ambiente
24 **RECUPERAÇÃO**
Sintra recupera Castelo dos Mouros
28 **FERRAMENTAS ELÉCTRICAS**
Ferramentas eléctricas requerem manutenção segura
34 **NO PAÍS**
37 **EMPRESAS**
Grundfos inaugura Academia de Formação
38 **NO MUNDO**
39 **EMPRESAS**
Dremel mostra novidades
40 **IMOBILIÁRIO**
42 **EMPRESAS**
44 **AGENDA**
46 **NAVEGAR**
47 **ARTES&LEITURAS**
48 **PRODUTOS**
50 **EM FOCO**
Construção

UM ANO APÓS A CONSTITUIÇÃO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS (OET), AUGUSTO GUEDES FAZ UM BALANÇO DA ACTIVIDADE E FALA DAS DIFICULDADES QUE O EXERCÍCIO DA ENGENHARIA ENFRENTA. "TEMOS HOJE EM PORTUGAL DUAS POSSIBILIDADES: OU NOS PROSTITUÍMOS PARA EXERCER A PROFISSÃO OU EMIGRAMOS", DIZ. O BASTONÁRIO CONSEGUE, PORÉM, VER EFEITOS POSITIVOS NA CRISE VIVIDA NO PAÍS, NA MEDIDA EM QUE RETIRA DO MERCADO "MUITA GENTE QUE TRABALHA DE FORMA ILEGAL E EMPRESAS FICTÍCIAS".

OS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO REPRESENTAM 30% DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS NOS 32 PAÍSES DO ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU, JUSTIFICANDO, SÓ PELO VALOR, A NECESSIDADE DE, TAMBÉM NESTE CASO, "MELHORAR A EFICIÊNCIA DOS RECURSOS PARA REDUZIR A UTILIZAÇÃO GLOBAL DE RECURSOS NATURAIS NÃO RENOVÁVEIS". A BINÓMIO AMBIENTE/CONSTRUÇÃO ESTENDE-SE AO REGULAMENTO DOS PRODUTOS DE CONSTRUÇÃO, ONDE SURGIU UM NOVO REQUISITO: UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

REVISTA
AUGUSTO GUEDES

"PARA EXERCER A PROFISSÃO OU NOS PROSTITUÍMOS OU EMIGRAMOS"

TEXTO DE SOFIA DUTRA

/// Um ano após a constituição da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), Augusto Guedes faz um balanço da actividade e fala das dificuldades que o exercício da engenharia enfrenta. "Temos hoje em Portugal duas possibilidades: ou nos prostituímos para exercer a profissão ou emigramos", diz. O bastonário consegue, porém, ver efeitos positivos na crise vivida no país, na medida em que retira do mercado "muita gente que trabalha de forma ilegal e empresas fictícias".

Qual o balanço que faz do primeiro ano de existência da Ordem dos Engenheiros Técnicos?

Augusto Guedes – O primeiro ano da Ordem e o 12º enquanto associação de direito público não podia ter corrido melhor. Foi um ano de trabalho intensivo, em que fizemos um conjunto de adequações ao modelo de funcionamento, criámos novos regulamentos e adaptámos algumas comissões, além de todo o trabalho de mudança de designação de ANET para OET.
Foi um ano globalmente positivo, sendo certo que tivemos também que enfrentar todas as acções que outras associações de direito público nos fizeram pelo facto de termos mudado a designação. O processo mais complexo e delicado é uma acção que temos pendente em tribunal da tentativa da outra Ordem usurpar as nossas funções. Depois da alteração da nossa designação, a outra Ordem alterou abusivamente e ilegalmente os seus regulamentos internos para admitir os mesmos membros que nós.
Temos também um processo que a Ordem dos Arquitectos interpôs contra nós, pois querem ser engenheiros administrativamente. Há um conjunto de actos de engenharia que os engenheiros técnicos podem praticar, tal como os colegas da outra Ordem, e a Ordem dos Arquitectos achou que devia impugnar o nosso regulamento. Não tem nenhum fundamento. É um exemplo de como a inveja continua a ser uma forma de estar neste país. Já estamos habituados, mas é desgastante em termos físicos, psicológicos e financeiros. Gasta-se muito com estas guerras de capelinha, descurando o interesse público. Nós, ordens, devíamos preocuparmo-nos mais com a defesa da boa prática. E as ordens mais antigas preocupam-se essencialmente na defesa dos interesses dos seus membros, ou seja, funcionam como um sindicato. O interesse maior da existência de uma ordem é a defesa da qualidade do ensino e da boa prática dos actos de cada profissão.

Neste primeiro ano quantos engenheiros é que se inscreveram na OET?

Neste momento, temos mais de 4.000 licenciados pós-Bolonha, o que é uma clara assunção de que o caminho que defendemos foi assumido pela sociedade sem nenhum equívoco.

E no total qual o número de inscritos na OET?

25.000, sendo certo que dos mais de 20.000 muitos já obtiveram novos graus de qualificação. O primeiro ciclo é um primeiro patamar do exercício da engenharia, mas estimulamos a obtenção de novos graus académicos. Um engenheiro tem que manter a disponibilidade para aprender coisas novas, pois de outro modo está rapidamente fora do mercado.
Claro que é difícil obter novas qualificações, porque as próprias escolas colocam bloqueios artificiais à continuação dos estudos. Por exemplo, há algumas escolas que para um bacharel obter o grau de licenciado exigem fazer uma cadeira de inglês. É um absurdo. Há um conjunto de escolas que não percebeu que o mundo mudou. O ensino superior está ainda noutro tempo. As escolas não podem estar estagnadas. As formações que dão têm que estar relacionadas com o exercício efectivo das profissões e têm que estar actualizadas.

Porquê que acha que isso acontece?

Porque a instituição escolar, desde o ensino básico ao superior, é muito conservadora e funciona muito em circuito fechado.
É absurdo e um desperdício de dinheiro público que um engenheiro do primeiro ou do segundo ciclo, quando acaba o curso, não fique habilitado para uma série de competências (como a certificação energética) e seja obrigado a fazer formações complementares. É verdade que temos casos de excepção e que há uma nova geração formada nas nossas escolas superiores de altíssima qualidade, mas com os mesmos recursos devíamos ir mais longe. Temos estabelecido com as escolas mecanismos de consulta para que possam melhorar a formação que facultam e para que chegue ao mercado gente mais habilitada e capaz de contribuir para o desenvolvimento. Agora, isso leva tempo e é preciso alguma paciência. Tem que ser feito com serenidade.

Como analisa o acordo a que a Ordem dos Engenheiros chegou para o reconhecimento de diplomas no Brasil?

Vemos com alguma preocupação a histeria de algumas ordens em defenderem que os engenheiros, os arquitectos, os médicos devem ter equivalências no Brasil. É um erro estratégico. Defendemos é que deve haver livre circulação enquanto profissionais. Eu não quero ser engenheiro do Brasil. Não quero ter equivalência numa determinada universidade brasileira. Quero é poder trabalhar no Brasil, sendo um engenheiro formado em Portugal. Como quero trabalhar em Angola, sendo um engenheiro formado em Portugal. Não quero equivalência ao curso de engenharia noutro país.
Aqui há o problema da reciprocidade. E nós, europeus e portugueses, temos absoluta dificuldade de reconhecer a reciprocidade. Achamos que os engenheiros do Brasil, de Angola e Moçambique não têm qualidade, e, portanto, não lhes queremos dar o direito de reciprocidade. Queremos chegar a esses países, numa postura neocolonial, exercer livremente a nossa profissão, mas não aceitamos que os nossos colegas desses países com cursos tirados lá possam exercer em Portugal. Nós não estamos disponíveis para termos livre circulação só num sentido. Queremos que – tal como na Europa – haja um espaço de livre circulação nos países CPLP.
Há membros da sociedade portuguesa que, numa tentativa de proteger os seus próprios interesses, têm atitudes antipatrióticas. Quando um bastonário diz que só os membros de uma determinada Ordem é que podem praticar um determinado acto de engenharia está a fazer com que todos os portugueses que não tenham esse requisito mínimo sejam impedidos de exercer a profissão. A OET não pode continuar silenciosa sobre essa matéria, porque é uma colocação errada e tem induzido o governo a colocar mal o problema. O governo português devia procurar o reconhecimento da profissão, devia lutar pela livre circulação dos profissionais. O que acontece na Europa devia ser alargado no espaço CPLP. Há aqui uma imagem de marca corporativa profunda que tem que ser alterada. Mas é uma batalha demasiado grande, que não pode ser só dos engenheiros técnicos. O próprio Conselho Nacional das Ordens Profissionais impede a nossa entrada. Há um bloqueio à nossa Ordem, porque não alinhamos nas atitudes corporativas da maioria das ordens. Para nós é um dado adquirido: pode demorar mais 10, 20 ou 100 anos, mas é inevitavelmente o caminho que vai acontecer. Exemplificativo desta linha é o anunciado congresso dos engenheiros em Lisboa, que vai decorrer em Outubro e exclui os engenheiros técnicos. Ainda por cima o congresso é suportado por dinheiros públicos de empresas altamente falidas e deficitárias, como a REFER. Isso é criminoso.

O que pensam fazer para contrariar as baixas remunerações que os engenheiros técnicos estão a auferir?

As ordens deviam ter uma regulação maior do exercício das profissões. O empresariado está a aproveitar de forma injusta as boas medidas que o governo tomou. Mas temos antecedentes: nesta selva que é o exercício da profissão muitas pessoas canibalizam a profissão. Uma parte significativa das pessoas não paga os impostos devidos pelo seu trabalho, o que cria uma concorrência desleal. Entramos numa espiral que leva a que qualquer empregador se atreva a propor o salário mínimo a um enfermeiro, a um engenheiro técnico, a um médico.
O próprio Estado é corresponsável, porque paga pouco mais de um euro nas avaliações. A Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos engenheiros tentaram excluir a OET para ficarem com o mercado das avaliações. Eles acordaram uma baixa de preço, porque estavam a tentar dividir o bolo. Nós contestámos em

tribunal, ganhámos o processo e, como era de direito e justo, o bolo passou a ser dividido por todos. São as ordens que canibalizam o próprio mercado, e depois queixam-se dos preços praticados.
De acordo com a autoridade da concorrência, não podemos definir quanto custa cada projecto, mas podemos definir o valor por hora do exercício da profissão. A OET deliberou que o valor por hora do trabalho do engenheiro técnico é de 50 euros. Se todos nós – arquitectos, engenheiros e engenheiros técnicos - seguíssemos um princípio deste género, fazíamos com que não houvessem estes salários. A partir do momento em que é a lei da selva, do salve-se quem puder, o resultado é que ganham todos abaixo do aceitável.
Temos hoje em Portugal duas possibilidades: ou nos prostituímos para exercer a profissão ou emigramos. Mas só nós, cidadãos, somos responsáveis por isso.
Os engenheiros técnicos têm, apesar de tudo, sobrevivido razoavelmente bem a esta crise, embora comece a haver sinais preocupantes que não tínhamos há três ou quatro meses. Há uma quebra de 25% da nossa actividade. Não há tanto desemprego assim, muitos engenheiros técnicos trabalham para o exterior, mas há queda no rendimento. Espero que a reabilitação urbana traga para todos, e em particular para os engenheiros técnicos, novas oportunidades de trabalho.
Sempre disse que para a engenharia esta crise até poderia ter algumas vantagens, porque tiraria do mercado muita gente que trabalha de forma ilegal, empresas ficticias, empresas que não têm alvará. A engenharia é muito propensa às assinaturas de favor nos projectos, e

ninguém quer atacar esse problema. Hoje, começa a haver consciência que pactuar com isso é prejudicar-nos a todos. Diria, de forma talvez pouco simpática, que é preciso que a crise vá mais fundo para que se consiga resolver alguns destes problemas da sociedade portuguesa.
Sem uma situação de verdadeira emergência, algumas das modificações que estão a ser feitas jamais seriam executadas. Por muito que isso seja duro, ainda bem que tivemos a intervenção da Troika e espero que este governo não perca o fôlego, como aconteceu ao anterior, e consiga fazer as alterações que têm que ser feitas.
Acredito que, se o endividamento das empresas públicas não tivesse crescido como cresceu, iamos fazer de conta que não víamos o problema.
Quando se diz que estão a falir x número de empresas de construção civil, uma parte delas não é empresa, porque nunca pagou impostos. Alguma coisa que tem que mudar, mas só muda se a crise se agravar.

Quais os objectivos da OET para este segundo ano?

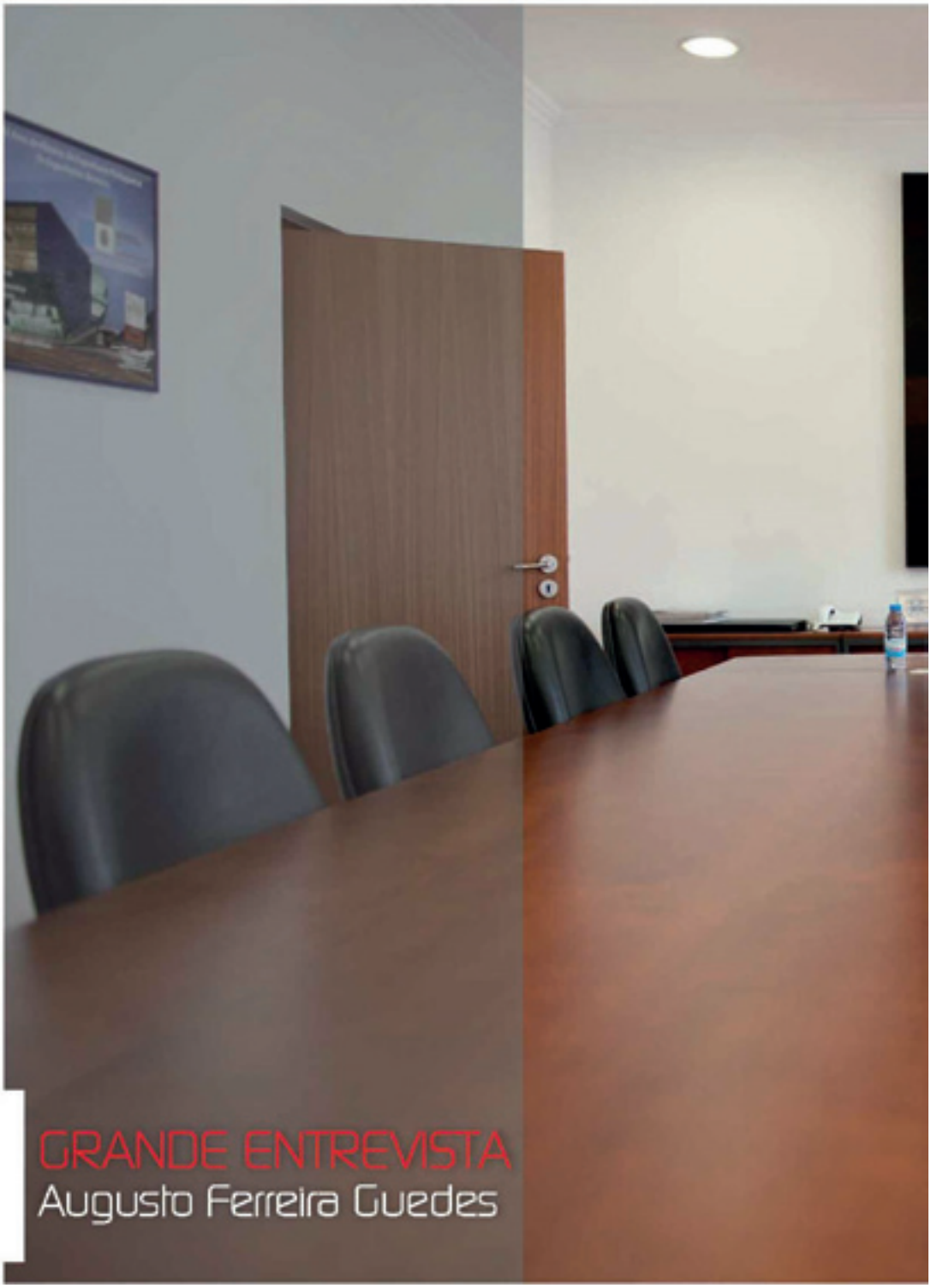
São continuar a criar condições para uma boa prática profissional e manter o combate ao desperdício, à engenharia e à arquitectura ilícita. Estamos a acordar com o governo para que com o cartão do cidadão uma pessoa possa subscrever os projectos e todos os actos de engenharia de uma forma desmaterializada com acesso à nossa base de dados.
Vamos continuar a trabalhar para que as escolas percebam que têm que dar melhor formação aos alunos. E agora que já está na Assembleia da República a proposta do governo sobre a lei das ordens, vamos tentar que algumas situações menos claras sejam corrigidas. E vamos continuar a dar estímulos aos nossos colegas para que no dia-a-dia dignifiquem a engenharia e o país, contribuindo para o desenvolvimento e para a criação de riqueza.

Vê no horizonte alguma possibilidade de entendimento entre as ordens?

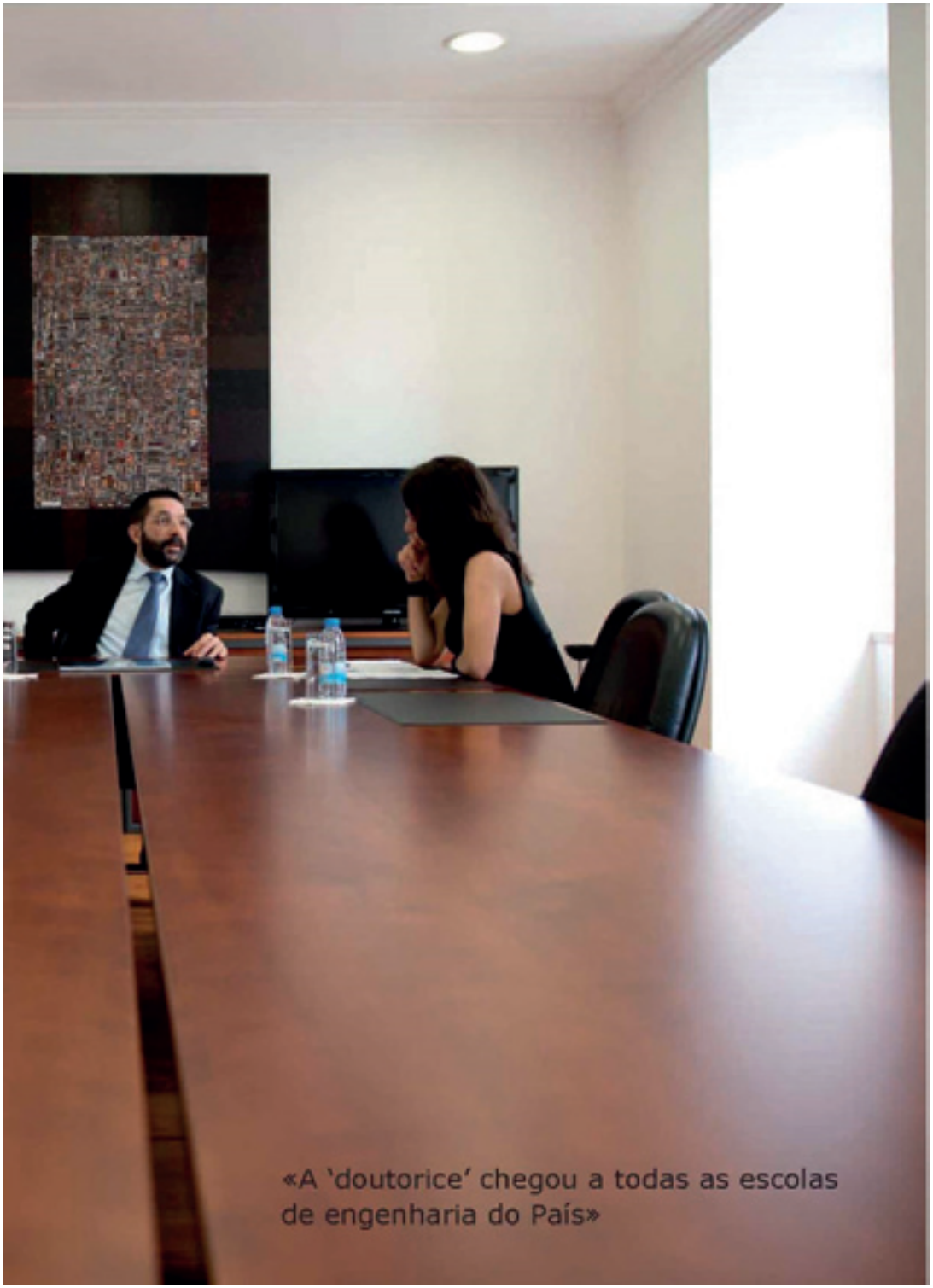
Vejo. É possível desde que exista na outra Ordem uma direcção que não queira tratar-nos como se o país estivesse ainda em 1950. A OET é instrumental para a dinamização e boa prática da engenharia.
No dia em que os nossos colegas dirigentes da outra ordem quiserem fazer uma abordagem séria, serena e honesta sobre a criação de uma Ordem única estamos absolutamente disponíveis. No dia em que os engenheiros técnicos deixem de ser tratados como engenheiros de segunda, podemos fazer uma fusão num curto espaço de tempo.
Surgiu a ideia de criar uma ordem única, mas um engenheiro técnico nunca podia ser bastonário. Isto é suicida. Obviamente que todos os membros de uma determinada ordem podem ser bastonário. Não pode haver nenhuma limitação artificial. Tem que haver igualdade.
No dia que estiverem disponíveis para aceitar todos os membros da Ordem e não como dizem agora que apenas os mestres e doutores podem ir, quando quiserem evoluir nesse sentido, estamos disponíveis. E depois há eleições e vê-se quem ganha. Agora julgo que alguns membros da Ordem terão muito medo de ter um bastonário oriundo dos engenheiros técnicos.

NOTA: A entrevista foi realizada a 6 de Setembro, antes do anúncio de novas medidas de austeridade, nomeadamente do aumento da Taxa Social Única.

PREÇO €5,22
Novembro 2012 | Nº 199
www.oinstalador.com
Periodicidade | Mensal (10 edições/ano)
EFRIARC
apiee
AIPOR
O Instalador
REVISTA TÉCNICA • EDIFÍCIOS • ENERGIA • AMBIENTE
Redes
p.52
SMART GRID
ELECTRICITY
Ambiente
Energias
Renováveis
p.60
Grande Entrevista
Augusto Ferreira Guedes
«A OET está preparada e disposta para fazer a fusão com a OE»



GRANDE ENTREVISTA
Augusto Ferreira Guedes



«A 'doutorice' chegou a todas as escolas de engenharia do País»

GRANDE ENTREVISTA

O Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET) afirma que há uma «tentativa de hegemonia das ordens mais antigas» em Portugal e refere que estas são actualmente entidades «corporativas, densamente povoadas de interesses instalados, que poucas vezes estão preocupadas com a defesa do consumidor» mas antes «com os seus próprios interesses». Augusto Ferreira Guedes realça ainda que Portugal precisa de «engenheiros que concebam grandes obras de engenharia», mas também de outros, «capazes de recuperar e regenerar as cidades».

Entrevista_Ana Dana
Fotos_Tiago Silva

O INSTALADOR – UM ANO APÓS A CONSTITUIÇÃO DA OET, ENQUANTO ORDEM, QUE BALANÇO FAZ DA ACTIVIDADE ATÉ AGORA?

Augusto Ferreira Guedes – Somos uma associação de Direito Público há 13 anos. Apenas a designação mudou. Na altura, a Assembleia da República entendeu não nos conceder a designação de Ordem, mas os estatutos são «exactamente» os mesmos.

E PORQUE É QUE NESSA ALTURA NÃO VOS CONCEDERAM O ESTATUTO DE ORDEM?

Basicamente as razões são as mesmas que existem hoje. Há, de facto, uma tentativa de hegemonia das ordens mais antigas. As mesmas razões pelas quais os nossos colegas tentaram (e tentam) usurpar as funções. Os próprios arquitectos intenteram-nos uma acção em tribunal por causa dos actos que praticamos. São as mesmas razões de há 13 anos, no fundo e sempre foram previstas para que a designação não fosse de Ordem. E se alguma dúvida houve sobre isso, a decisão recente do Conselho Nacional das Ordens Profissionais, que chumbou a nossa entrada para o interior do Conselho, prova isso mesmo. É bom não esquecer que as Ordens são entidades corporativas, densamente povoadas de interesses instalados, que poucas vezes estão preocupadas com a defesa do consumidor mas antes com a defesa dos seus próprios interesses.

ESTE CORPORATIVISMO REINANTE É UM DOS MAIORES PROBLEMAS DAS ORDENS?

É. Aliás, veja-se a forma como as Ordens têm reagido à Lei das Ordens que o Governo está a propor...

COM A TUTELA POLÍTICA QUE É CONHECIDA.

Nós não concordamos com a tutela, mas concordamos que haja alguma regulação. Por exemplo, o que a Ordem dos Engenheiros (OE) faz, através de um regulamento, à novata da lei que ignorou a Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos (ANET) para Ordem, a dizer que podiam admitir os licenciados pós-Bolonha, é uma ilegalidade. Nesta medida, tem que haver algum controlo. As Ordens não deram ainda provas bastantes de que são idóneas. E depois não se podem queixar de o poder político querer interferir. Temos o exemplo da atitude dos médicos, em que a Ordem dos Médicos queria im-

pedir os médicos de outras nacionalidades de «acorrerem» em Portugal.

FALTA UMA MUDANÇA DE MENTALIDADE?
As próprias Ordens ou se modernizam ou se tornam mais beliantas. Ou então sujeitamo-nos a que o Governo interfira. Enquanto OET não aceitamos nenhuma tutela, mas aceitamos que haja um ministério de relacionamento directo. As Ordens não podem aprisionar o Estado e têm no leito durante muitos anos e não conseguiram ainda fazer a adaptação à Democracia.

«AS ORDENS MATARAM OS SINDICATOS»

NA SUA OPINIÃO HÁ VONTADE DE MUDAR ESSE PANORAMA?
Há pessoas que têm essa vontade. Estamos a falar dos seus dirigentes, e não no comum dos membros. As Ordens não são sindicatos, mas a verdade é que «lá» mataram os sindicatos.

PORQUÊ?
Porque as Ordens suffocaram os sindicatos e os membros dos sindicatos não souberam afirmar-se e perderam poder para as Ordens.

E ESTE É O MELHOR MOMENTO PARA MUDAR ISSO?
A crise é um momento muito importante porque somos obrigados a reflectir e a tomar decisões. Costumo dizer que era bom que a crise se agudizasse para tomarmos todas as decisões que temos de tomar. Em certa medida, a crise obriga a tomar medidas de racionalidade que são fundamentais.

COMO É QUE OLHA PARA AS CRÍTICAS E ENTRAVES COLOCADOS PELA OE E PELA ORDEM DOS ARQUITECTOS (OA) À EXISTÊNCIA DA OET?
Há uma razão de fundo na sociedade portuguesa para «ela» continuar combate aos engenheiros técnicos. Somos uma classe com 140 anos de existência. Somos oriundos das primeiras escolas de engenharia criadas em Portugal. Há 100 anos, com a criação do Instituto Superior Técnico (IST), os engenheiros técnicos, à época, foram excluídos. Contudo, é preciso não esquecer que os engenheiros técnicos são, tradicionalmente, oriundos das classes mais baixas da sociedade portuguesa.

A QUESTÃO SOCIAL É DETERMINANTE NO CASO.
É. Hoje, na minha opinião, há algumas «elites» que acham que são donas de Portugal, não estão disponíveis para aceitar a emergência de novos profissionais. Os engenheiros técnicos são basicamente oriundos de famílias operárias. Há uma luta de classes dentro da Engenharia e da Arquitectura. Sempre foram para o IST Técnico e para a Faculdade os filhos das classes mais altas. Para Arquitectura e Belas Artes entrava outra «franja» da sociedade. E depois há os engenheiros técnicos que foram desesperadamente para subir patamares na sociedade. E durante muito tempo a formação nos institutos «era», em termos culturais, muito deficiente. Mas as últimas gerações já

> «Hoje há algumas elites que acham que são donas de Portugal, não estão disponíveis para aceitar a emergência de novos profissionais. Os engenheiros técnicos são basicamente oriundos de famílias operárias. Há uma luta de classes dentro da Engenharia e da Arquitectura»

têm um novo perfil cultural. E isso incomoda. Mas nós, OET, já ganhámos todas as batalhas que tínhamos a ganhar. E «estamos» cá para lutar pela dignidade da engenharia.

O ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL NA ÁREA DA ENGENHARIA EVOLUIU MUITO NOS ÚLTIMOS ANOS. ISSO TAMBÉM É UMA VITÓRIA PERANTE AS ELITES DO SECTOR?
Alguns «elites» vão dizendo que foi uma pena terem acabado as «escolas industriais». Eu, pelo contrário, digo 'ainda bem que «lá» acabaram'. Os alunos das escolas industriais tinham acesso a essa formação apenas na «ânsia» de saberem aprender bem os parafusos. Ainda bem que as «escolas industriais» foram «abaixo». Pena é que no mesmo dia não tivesse sido criado um ensino profissional abrangendo todos os alunos. Aliás, a discussão é tão oportuna que hoje quando este ministro (da Educação) tenta «lançar», com maior impacto, o ensino profissional, ou reforçando o que já existe, «lá» não vai conseguir, porque algumas pessoas oriundas das classes mais baixas não querem ficar outra vez estigmatizados. A minha posição é a de que todo o ensino devia ser profissional. Todo. É a única forma de acabar com o estigma. Dirão até que só as sociedades subdesenvolvidas e mais pobres é que não

têm ensino profissional «lá». Se formos para os países do Norte da Europa, todos têm, e tiveram uma visão de futuro em relação ao ensino profissional.

BOLONHA

QUE MUDANÇAS PROFUNDAS É QUE O PROCESSO DE BOLONHA INTRODUZIU NO SISTEMA DE ENSINO UNIVERSITÁRIO EM PORTUGAL, CONCRETAMENTE NA ÁREA DA ENGENHARIA?
Bolonha, para mim, em particular, é uma das mais importantes reformas nos últimos 200 anos em Portugal.

GRANDE ENTREVISTA

«A Universidade e os Politécnicos são entidades conservadoras. Todo o mundo académico, que devia ser aberto à inovação e modernidade, não o é. Os politécnicos, por exemplo, em Portugal, são uma tentativa de cópia da Universidade. E como cópia, obviamente que sai mal»

POR QUÊ?
Criou dinâmicas no ensino superior em Portugal que, de outra forma, jamais se conseguiriam obter. Mas como o risco sério de «morrer na praia» porque há algumas universidades e algumas Ordens que estão a tentar subverter, desde o primeiro dia, o Processo de Bolonha. A Universidade e os Politécnicos são entidades conservadoras. Todo o mundo académico, que devia ser aberto à inovação e modernidade, não o é. Os politécnicos, por exemplo, em Portugal, são uma tentativa de cópia da Universidade. E como cópia, obviamente que sai mal.

E A QUE SE DEVE ISSO?
As escolas de engenharia, sejam elas universidades ou politécnicos, tentaram fazer cópia daquilo que são, de facto, as grandes escolas de engenharia em Portugal, como o IST e a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP). Nestas escolas, a engenharia tem outra concepção, de investigação e de ensino. A maior parte das escolas tentaram fazer cópia do modelo que existe. E nós, hoje, necessitamos em Portugal, de engenheiros que concebam grandes obras de engenharia, mas também de engenheiros capazes de recuperar e reguenerar as cidades. E é evidente que hoje há uma crise na construção civil, mas isso é absolutamente transitório, porque dentro de pouco tempo teremos aí o boom da recuperação das novas cidades. E nas escolas isto não se ensina. Hoje, sai-se de uma qualquer universidade ou politécnico e para fazer fibra óptica, por exemplo, tem que se fazer um curso complementar de formação. Se se quiser fazer certificação energética tem de se fazer formação.

Então para que serve a escola? Por isso digo que o ensino superior em Portugal é conservador. E isso é um crime, o Estado gasta imenso dinheiro bem como as famílias. Por exemplo, um dos grandes boicotes a Bolonha é o facto de as escolas produzirem uma coisa que se chama Licenciatura em Ciências da Engenharia. Isto não tem nada de formação e é criminoso.

E ESSE CURSO SERVE PARA QUÊ?
Não serve para nada. Serve para enganar as pessoas. Aliás, as notícias de que as escolas superiores fizeram diversas em formas de engenharia mostra que as pessoas começam a acordar porque alguma coisa está mal no processo.

O QUE ME ESTÁ A DIZER É QUE ESTAMOS A FORMAR PROFISSIONAIS MAL PREPARADOS?
Algumas escolas estão a formar

GRANDE ENTREVISTA

profissionais que supostamente seriam de engenharia e não o são. E isto é publicidade enganosa. Por exemplo, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior faz uma avaliação que é na base do se ter Doutores ou não. Esta é uma componente muito importante. Mas é preciso saber se a formação que se vai ministrar corresponde à Portaria 13/9/2009 que define as competências de um engenheiro e de um engenheiro técnico, ou de um arquitecto. A verdade é que a 'doutorice' chegou a todas as escolas de engenharia do País. O euro é a 'doutorização' do Ensino Superior.

DESEMPREGO

O DESEMPREGO QUE ATINGE A ENGENHARIA É FRUTO DA CRISE ECONÓMICA OU TAMBÉM DA MÁ PREPARAÇÃO?

A engenharia não tem um grande desemprego. O que podemos dizer é que há um abaixamento do rendimento que tínhamos. Agora há algum desemprego. Mas o desemprego também se divide por áreas.

NA ENGENHARIA QUAIS SÃO OS SUBSECTORES ONDE O DESEMPREGO É MAIS ELEVADO?

Há uma crise na engenharia civil mas esta crise é absolutamente passageira. Este Governo, na sequência do anterior, já produziu alguma legislação importante no campo da legislação urbana, que simplifica o processo administrativo da reabilitação. É óbvio que o desemprego na engenharia propriamente dita é preocupante, mais concretamente nas grandes obras.

RONDA MAIS OU MENOS QUE VALOR?

Ninguém tem noção. Sabemos que temos muitos colegas fora do país.

HOUVE TAMBÉM MUITOS ENGENHEIROS QUE EMIGRARAM?

Não, a engenharia portuguesa, em particular os engenheiros técnicos, sempre se movimentaram bem pelo mundo. Aliás, a história do que para arranjar emprego só é mais difícil no estrangeiro faz-me levar a concluir que há aqui uma problema da disciplina. Para a engenharia isso nunca foi novidade. Ninguém pois está 200 anos em crescimento a construir. Isto são ciclos. Daqui a 20 anos vamos estar a demolir os bairros que construímos, etc. O que não é normal é o estado degradante das nossas cidades, porque tivemos uma Lei das Rendas congelada e na qual não se podia mexer.

E ONDE FICA O CUSTO DO TRABALHO DO ENGENHEIRO?

Não é só dos engenheiros. Não defendo salários baixos. Mas uma pessoa não pode passar oito horas no emprego e trabalhar duas, ou com horas de almoço de duas horas. A nossa produtividade é muito baixa. É isto tem uma repercussão nos salários e na produção. Há aqui, de facto, um problema sério na nossa cultura e com o qual temos viver.

QUANTOS MEMBROS TEM ACTUALMENTE A OET?

25 mil membros.

DE QUE FORMA É QUE OS ENGENHEIROS PROCURAM AJUDA NA ORDEM?

Nós, em Portugal, não temos muita tradição associativa. As pessoas inscrevem-se na Ordem para obter o título profissional e porque precisam das declarações para trabalhar. Mas de facto não há essa tradição associativa.

E QUE OBJECTIVOS, ESTIPULADOS PELA OET, JÁ FORAM ALCANÇADOS?

O primeiro e grande objectivo foi o facto de não termos sido banidos. Houve quem quisesse fazê-lo.

ESTÁ A FALAR DA OE E DA OA?

Também e essa foi a primeira grande vitória com capacidade afirmativa. O banir era ficarmos ao nível do 12.º ano. Depois a criação de uma associação de Direito Público e a desagregação da Ordem e com tudo o que isso acarreta. Por exemplo, neste momento há uma tentativa clara de anulação dos engenheiros técnicos.

COMO?

Vai haver o Congresso da Engenharia, promovido pela OE, onde estão todas as ordens e classes de engenharia de todos os países, menos os engenheiros técnicos portugueses. Isto é uma provocação e uma infâmia. Só pensam

que vão ter algum sucesso com isso estão enganados. Mas é impossível fazer de conta que os engenheiros técnicos não existem. São apenas manifestações de hipocrisia e medo.

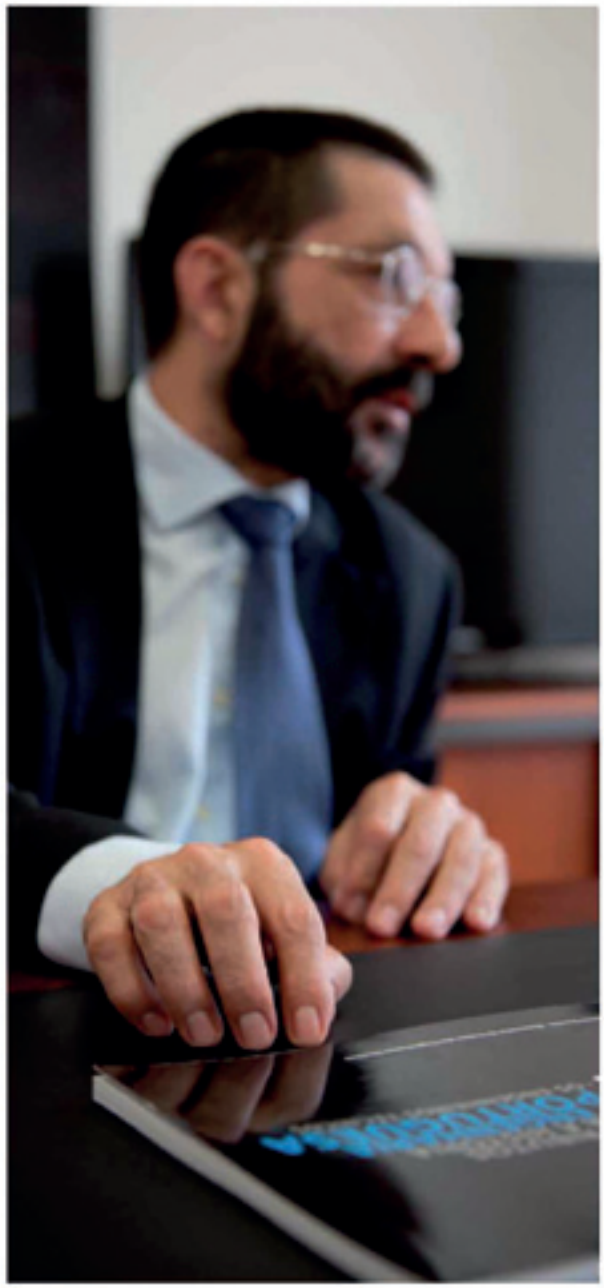
MEDO EM QUE SENTIDO?
Porque eles gostavam de controlar o mercado e ter o monopólio mas isso vai ser impossível. Até porque esta geração que está na OET é demasiado nova para desistir. E já deveriam ter percebido que não vale a pena tentar excluir-nos. A outra grande vitória foi a revisão do Decreto 73/73, que foi algo notável, porque quando todos nos queriam aniquilar, surgimos com mais força e energia. Outra vitória é o Processo de Bolonha, que nos fortaleceu; ou a certificação energética, onde também nos tentaram excluir. O conjunto de vitórias que temos tido mostra que temos novos actores na sociedade portuguesa e isso é muito bom, porque significa que a própria sociedade também está mais alerta.

HÁ ALGUMA POSSIBILIDADE DE, NO FUTURO, HAVER UMA APROXIMAÇÃO ENTRE A OE E A OET?
A OET está preparada e disposta para fazer a fusão das duas Ordens. Basta eles assim o quererem.

E A OE SABE ISSO?
Sabe. Mas tem de mudar de postura. A «bola» está do lado deles. Já disponibilizamos essa abertura mas sem sermos aniquilados.

E DO LADO DA OE HÁ VONTADE PARA ISSO?
Há correntes de pensamento dentro da OE, com quem até conversamos, em que seria possível dentro de pouco tempo termos uma Ordem única. Quando quiserem e estiverem disponíveis, estaremos cá para conversar.

QUE INICIATIVAS TEM A OET PARA O FUTURO?
Dignificar em absoluto a engenharia portuguesa, seja ela praticada por quem engenheiro for. As pequenas querelas entre nós não podem sobrepor-se ao interesse da engenharia e do país. E desejamos que a engenharia seja um factor de riqueza para o país e de exportação de serviços.



EM FOCO — FEANI

AUGUSTO GUEDES PROPÕE ENCONTRO COM CARLOS MATIAS RAMOS

TEXTO DE CHANTAL FLORENTINO

A questão da representação portuguesa na FEANI (Federação Europeia de Associações Nacionais de Engenharia), levou Augusto Guedes, bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), a propor em encontro com Carlos Matias Ramos.

Augusto Guedes, bastonário da OET, enviou uma carta a Carlos Matias Ramos, bastonário da OE, a propor um encontro entre ambos, com o "objectivo único" de "discutir e encontrar as melhores soluções" para a questão da representação portuguesa na FEANI (Federação Europeia de Associações Nacionais de Engenharia).

A OET afirma, na carta, ter estar a assistir "com alguma preocupação e até com alguma condescendência," "a uma tentativa cada vez mais incisiva de protagonismo da Ordem dos Engenheiros dentro da FEANI", tanto que a OE surge na lista de membros nacionais como o representante de Portugal, "quando deveria figurar o Comité Nacional, como sucede em tantos outros países".

É com este propósito de "colocarmos a nossa representatividade nacional onde sempre deveria ter estado" que Augusto Guedes convida Carlos Matias Ramos a "encontrar as melhores soluções para esta situação o contendo de ambas as partes". O bastonário da OET sugere ainda o Comité Nacional da FEANI como o "lugar por excelência para a discussão deste assunto".

"Embora seja verdade que por razões várias as relações institucionais entre a OET e a OE degradaram-se nos últimos tempos, o País, a Engenharia e os nosso membros jamais poderão sair prejudicados", defende Augusto Guedes. "O País e a Engenharia Portuguesa são desígnios nacionais que não podem ser relegados para segundo plano", remata.

Engenharia

www.construir.pt

Estatutos

"Parte das ordens ainda tem o espírito corporativo do Estado Novo"

O bastonário da OET congratula-se pela Lei que estabelece o novo regime das associações profissionais e propõe alterações ao modelo de ensino da Engenharia. Para Augusto Ferreira Guedes, o novo regime "vai repor a legalidade" nos procedimentos das ordens profissionais

Pedro Cristino
pcristino@construir.pt

O novo regime jurídico aplicável às ordens profissionais aprovado recentemente e que mereceu críticas por parte da Ordem dos Engenheiros (OE) é visto com bons olhos por parte da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), que saúda a intervenção do Estado em assuntos que eram, anteriormente do foro exclusivo das próprias ordens.

Estado "prisioneiro" das ordens

"Uma parte significativa das ordens profissionais ainda tem todo o espírito corporativo do Estado Novo e, quase 40 anos depois do 25 de Abril, a maior parte delas ainda não fez o ajuste mental do que é uma ordem hoje. Hoje, uma ordem é um regulador", declarou Augusto Ferreira Guedes ao Construir. O bastonário da OET explicou que "algumas ordens constituíram-se como instrumento do Estado Novo foram formadas para se atingirem determinados objectivos, que não são, actualmente, os objectivos do mercado livre e concorrencial, e da regulação da actividade". Além disso, segundo o engenheiro, algumas das ordens têm "aprisionado o Estado em situações como, por exemplo, a determinação do número de vagas, como sucede em Medicina". "Durante muitos anos [a Ordem dos Médicos] decidiu o número de vagas e hoje contesta a abertura de novas universidades de Medicina", expôs, acrescentando que "há ordens que tudo decidem à revelia do Estado", que é, nas suas palavras, "fraco" e, assim, "foi ficando prisioneiro dos interesses de grupos". Citando um estudo conduzido pela OET, Augusto Ferreira Guedes refere que são 340 mil os profissionais no País inscritos nas ordens. "Somos uma escassa minoria na sociedade portuguesa mas

que tudo controlamos e, portanto, as ordens têm um poder que, na minha opinião, está acima daquilo que deve ser o seu poder, e que não está regulado. Esta lei vem, de alguma forma, repor aquilo que é o verdadeiro espírito das ordens – serem reguladores da actividade e não serem defensores estritos dos [interesses] instalados", afirmou Ferreira Guedes. Segundo o responsável da OET, as ordens devem constituir a regulação da profissão e defender "o interesse comum e público" e não do "interesse dos seus membros". Por outro lado, o bastonário explica ainda que as ordens profissionais absorveram "muito do poder dos sindicatos". "Quase não existem sindicatos de técnicos superiores, desapareceram. As ordens apropriaram-se das funções sindicais e misturam a defesa laboral" e o seu dever, de acordo com a opinião de Augusto Ferreira Guedes, segundo a qual, este Governo, "de uma forma arrojada e corajosa, criou uma lei que vai repor as coisas no seu devido lugar".

A questão do primeiro ciclo

Ainda neste contexto, subsiste a questão sobre o ensino da engenharia a nível universitário e politécnico (segundo e primeiro ciclos, respecti-

www.construir.pt

Engenharia

Estatutos

"Algumas ordens constituíram-se como instrumento do Estado Novo foram formadas para se atingirem determinados objectivos, que não são, actualmente, os objectivos do mercado livre e concorrencial, e da regulação da actividade"

varmente), que, segundo Ferreira Guedes, se relacionada com a situação acima descrita. "[O processo de] Bolonha é subvertido por algumas ordens, quando tentam a existência dos mestrados integrados e que o primeiro ciclo não tenha competências profissionais. São as ordens que manipulam e pressionam algumas universidades, que é um poder que não deveriam ter", afirma o bastonário da OET, acrescentando que o novo regime dos estatutos das ordens profissionais "também aí vem repor a legalidade". Salienta-se que Ferreira Guedes havia já enviado uma carta ao presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), bem como aos reitores das universidades, onde, entre vários pontos, criticava a assimilação do modelo universitário por parte dos politécnicos e o recurso excessivo aos mestrados integrados por parte das universidades que leccionam Engenharia. "O que aconteceu nos últimos anos foi uma tentativa de subversão do verdadeiro espírito do ensino politécnico, e mesmo do ensino universitário" resumiu, esclarecendo que, "algumas ordens pressionaram as escolas a terem apenas doutores [como docentes], gente que tem todo o mérito, mas que não são engenheiros do "dia-a-dia" e do "saber fazer". Formam o tal círculo fechado, composto por bons alunos, com boas médias, que fizeram mestrados e doutoramentos, mas que nunca foram à fábrica". Para o bastonário, o problema reside no facto de, desta forma, se ter criado um ensino "absolutamente teórico e abstracto nas engenharias, quase nada prático, porque, com a nova lei [criada pelo anterior Governo], não poderam continuar a ser docentes. O especialista não tem de ser um doutor, mas sim uma pessoa que tem uma enorme experiência profissional que, depois, lhe permite uma equiparação ao grau de doutor". "Para mim e para a OET, o mais confrangedor é que uma pessoa acaba uma licenciatura ou um mestrado em Engenharia e, depois, para fazer ITED/ITUR tem de ir fazer um curso numa escola, para se tornar especialista em matéria de incêndios tem de ir a outra escola, que nem tem de ser ensino superior. Então para que serve uma escola superior, universidade ou politécnico", questionou, explicando que defende a existência de "doutores nas universidades e politécnicos, mas não pode ser um exclusivo e um monopólio". "Na nossa própria ordem, temos os académicos e os profissionais", prosseguiu, referindo que "era bom que as escolas não tentassem subverter Bolonha". "Bolonha diz que o primeiro ciclo é habilitante para o exercício da profissão e muitas escolas fizeram com que o primeiro ciclo não o seja, afirmando que não há tempo, o que é falso", protesta Augusto Ferreira Guedes, declarando que os cursos têm de ser reorganizados e que os cursos que os contribuinnes pagam actualmente são "enormes para as capacidades do País e, ao defendermos que são necessários cinco anos para se estar habilitado ao exercício da profissão estamos a fazer muito mal, porque as pessoas entram mais tarde no mercado de trabalho".

Limite aos mestrados integrados

"Os mestrados integrados devem terminar. O que deve permanecer, de acordo com a lei, são o primeiro ciclo, licenciatura, o segundo ciclo, mestrado, e o terceiro ciclo, doutoramento. E, portanto, num primeiro ciclo de Engenharia, ou de outro curso qualquer, os licenciados têm de ficar habilitados ao exercício efectivo da profissão, o que não impede que alguns actos, de maior complexidade, sejam reservados para os detentores do segundo ciclo e, depois, para os detentores do terceiro ciclo", afirma Augusto Ferreira Guedes. Por outro lado, o bastonário admite a existência de "determinadas escolas que, pelas suas características, até possam ter mestrados integrados, para além dos da directiva". Contudo, para a maioria das situações "não tem de ser esse o modelo" ■

PUBLICIDADE

ISH

Feira líder internacional
Louças sanitárias, tecnologia para edifícios, energia e climatização
Energias renováveis

Frankfurt am Main
de 9 a 12. 1. 2013 | Water

H2OME OF IDEAS

É aqui que moram as inovações: a ISH é o maior showroom de equipamento inovador para a casa de banho. Venha conhecer as mais recentes tendências que conjugam design e tecnologia, das soluções para toda a casa-de-banho aos sistemas sustentáveis de higienização de água potável. Participe e aproveite os novos impulsos para os seus negócios.

www.ish.messefrankfurt.com
info@portugal.messefrankfurt.com
Tel. 21 793 91 40

messe frankfurt

editorial

OET
UMA CASA DE ENGENHARIA

A profissão de engenheiro técnico existe há mais de 160 anos, desde 1852, e, no panorama da engenharia portuguesa, desde sempre foi caraterizada por fatores diversos e específicos, que determinaram a sua originária matriz de profissão autónoma e em absoluto distinta das demais profissões habilitadas a praticar atos do foro da engenharia.

Ao longo da sua existência, esta profissão registou diversas designações, tendo a atual denominação de engenheiro técnico sido adotada pelo legislador pela primeira vez no Decreto-Lei nº 830/74, de 31 de dezembro, de cujo preâmbulo, a propósito da então operada conversão dos institutos industriais em institutos superiores de engenharia, consta que ao bacharelato conferido por estes novos estabelecimentos de ensino "*...fica a corresponder o título profissional de engenheiro técnico, de uso já generalizado*".

Desde então, a profissão de engenheiro técnico registou um progressivo e variado reconhecimento legal da sua autonomia e especificidade, o que levou à consolidação em definitivo da sua identidade própria. Neste processo, e de entre outros, podemos destacar os aspetos a seguir referidos, como sendo dos mais significativos.

Primeiro, pela sua vastidão, salienta-se o acervo legislativo que tem vindo a ser publicado ao longo dos últimos anos sobre as mais diversas matérias, no qual é prevista a prática de atos de engenharia pelos engenheiros técnicos e em que se destacam a Lei nº 31/2009, de 3 de julho e a Portaria nº 1379/2009, de 30 de outubro.

Desta forma, ficou consolidado em definitivo e de forma multidisciplinar o longo processo evolutivo do exercício da profissão de engenheiro técnico com total autonomia e independência, sendo nesta matéria de salientar como marco anterior mais relevante o Regulamento de Estruturas de Betão Armado, aprovado pelo Decreto nº 47723, de 20 de maio de 1967, que atribuiu aos engenheiros técnicos, então designados por agentes técnicos de engenharia civil e minas, a competência para a elaboração de projetos de obras de betão armado e para a direção técnica da sua execução, sem necessidade de os mesmos serem visados por outras classes profissionais, e posteriormente o Decreto 48446, de 22 de junho de 1968, que fez cessar o então vigente impedimento de os engenheiros técnicos poderem elaborar projetos de estruturas de betão armado de grande importância técnica. Em segundo lugar, a inclusão da profissão de engenheiro técnico no elenco das profissões regulamentadas abrangidas nos setores das obras públicas, transportes e comunicações, estabelecido pela Portaria nº 96/2012, de 5 de abril. Em terceiro lugar, e contudo não menos relevante, assinala-se o reconhecimento pela Assembleia da República da importância da profissão de engenheiro técnico e da correspondente necessidade de proceder ao respetivo enquadramento e regulação segundo normas de direito público, em substituição das anteriores formas de representação associativa de direito privado.

Assim, e num primeiro momento, através da Lei nº 38/99, de 26 maio, a Assembleia da República concedeu autorização ao Governo para dotar os engenheiros técnicos portugueses de uma associação profissional de natureza pública, o que veio a ser prosseguido pelo Decreto-Lei nº 349/99, de 2 de setembro, que criou a ANET – Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos e aprovou o respetivo Estatuto.

Mais recentemente, através da Lei nº 47/2011, de 27 de junho, a Assembleia da República, sem qualquer voto contra, alterou os estatutos da ANET e instituiu a OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos e aprovou o seu Estatuto.

Em conclusão, pode dizer-se que é inquestionável que a Assembleia da República, com estas duas decisões, reconheceu que os engenheiros técnicos constituem uma classe profissional autónoma e distinta, e que, por se verificarem as razões de interesse público que subjazem à aplicação do princípio da instituição de uma ordem profissional por profissão em que tal se imponha, decretou há menos de dois anos a criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

A OET tem cerca de 25.000 membros efetivos, e desenvolve a sua ação com uma cobertura

editorial

de âmbito nacional através das suas secções regionais, sendo três secções regionais no território continental, que no seu conjunto agrupam todos os distritos, e duas secções regionais nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Esta situação resulta em que atualmente dos cerca de 25.000 membros, 3.048 são possuidores de licenciatura pós-Bolonha, estando a ser incentivados os restantes membros que ainda são detentores unicamente do grau académico de bacharel à obtenção do grau de licenciatura, por via académica. Como resultado desta ação, existe já um número significativo de bacharéis que obtiveram, de entre outros graus académicos, o de licenciado.

No âmbito das boas práticas europeias, é igualmente de salientar o reconhecimento que a profissão de Engenheiro Técnico Português e a sua ordem profissional registam a nível internacional, conforme o atesta a qualidade de membro que a OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos detém no comité nacional da FEANI - Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenheiros.

No entanto, a experiência que temos recolhido nestes últimos anos, e o contacto e os pedidos dos nossos colegas por esse mundo fora, levam-nos a concluir que a implantação dos Engenheiros Técnicos Portugueses vai bem mais além da FEANI. É um fenómeno global: do Brasil a Timor-Leste, de Macau à Alemanha, passando por Angola e o Médio-Oriente, os Engenheiros Técnicos Portugueses trabalham globalmente. A nós cumpre-nos procurar proporcionar aos nossos colegas Engenheiros Técnicos a abertura de portas por onde eles possam aceder a esses mercados. É essa a nossa missão a nível internacional e é nela que também estamos empenhados.

A OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos está disponível para conformar o seu Estatuto com o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, estabelecido pela Lei nº 2/2013, de 10 de janeiro, e adequando igualmente o mesmo Estatuto com o conteúdo do Descritor do Quadro Nacional de Qualificações, aprovado pela Portaria nº 782/2009, de 23 de junho, que também enquadra os engenheiros técnicos no nível 6 de qualificação, em adoção dos princípios do Quadro Europeu de Qualificações instituídos pela Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2008, desta forma ficando assegurado que os detentores do anterior grau de bacharelato e os detentores do seu equivalente e atual grau de licenciado (1º ciclo de Bolonha) continuam a poder aceder à profissão de engenheiro técnico em condições de igualdade.

Na proposta de alteração dos estatutos a OET optou por manter os 16 colégios de especialidade, mantendo as áreas de Energia e Sistemas de Potência e a de Eletrónica e Telecomunicações autónomas, apesar de se poderem considerar integradas na de Eletrotecnia. No entanto, existem três especialidades (Proteção Civil, Segurança e Aeronáutica) que se a OET se recusasse a representar, não poderiam trabalhar legalmente enquadrados. A OET reafirma a sua determinação em acompanhar as mudanças na sociedade, no sentido da modernização da regulação efetiva das profissões, e assim garantir que os mais novos não sejam impedidos de exercer legalmente a profissão, com a criação de artifícios como o exame de admissão. A OET, por forma a garantir o acesso a todos os licenciados pós-Bolonha, bem como os diplomados em momento anterior ao processo de Bolonha - bacharéis e equiparados (ex. Agentes Técnicos de Engenharia e Regentes Agrícolas, diplomados pelos Institutos Industriais e Escolas de Regentes Agrícolas, equiparados a bacharéis pelo Decreto-Lei n.º 830/74, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 316/76, de 29 de Abril) -, ao exercício da profissão tem um registo individual de actos profissionais passíveis de serem praticados por cada um dos seus membros em função da sua especialidade, formações complementares, experiência e currículum profissional e outros requisitos que a legislação e regulamentação específica, em cada uma das especialidades e actos, estipulam. ■

A OET tem cerca de 25.000 membros efetivos, e desenvolve a sua acção com uma cobertura de âmbito nacional

O Bastonário
Augusto Ferreira Guedes
Engenheiro Técnico Civil

Textos de Selma Rocha

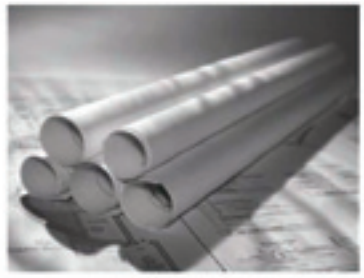
ASSINADO PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS DE MACAU

Foi assinado no dia 1 de julho de 2013, em Lisboa, um protocolo de cooperação entre a OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos (representada pelo Bastonário, Engenheiro Técnico Augusto Ferreira Guedes) e a Associação de Engenheiros de Macau (representada pelo Chairman, Prof. Doutor Tam Lap Mou), o qual visa estabelecer linhas de cooperação para:

- Apoio à prática profissional dos membros destas associações no território das partes outorgantes;
- Troca de experiências e apoio mútuo no que concerne à regulação da engenharia;
- Realização de eventos conjuntos, designadamente conferências, seminários, colóquios e ações de formação ao longo da vida relacionadas com a engenharia.

FICHA TÉCNICA CONTRA INCÊNDIOS

Com o objetivo de melhorar as condições de segurança no ambiente construído, a Ordem dos Engenheiros Técnicos apresentou uma proposta para a criação de uma Ficha Técnica de Incêndio (FTI), que poderá servir de base de trabalho para auditorias às infraestruturas existentes e, assim, minimizar o risco de incêndio.



CONTRIBUTOS PARA OS PROJETOS DE PROPOSTAS DE LEI 492 E 493

Na sequência dos pedidos de parecer relativos aos projetos de propostas de lei 492 e 493, a Ordem do Engenheiros Técnicos, formalizou o seu contributo. Numa carta endereçada ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego, a Ordem dos Engenheiros Técnicos expressou, por escrito, propostas concretas de alteração e melhoria a estes dois projetos de propostas de Lei que estabelecem a **qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pelo projeto e execução de obras de construção civil** e que estabelece o **regime jurídico aplicável ao acesso e exercício da atividade da construção,** respetivamente.

editorial

Tempo futuro

A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, tem mantido nos últimos meses uma intensa atividade relativamente à alteração da legislação que regula a atividade da Engenharia em Portugal.

Alguma dessa legislação já foi publicada e já entrou em vigor e julgamos que, para além de estarem acautelados os interesses dos Engenheiros Técnicos, acautela o interesse dos consumidores dos serviços de engenharia.

Existe ainda outra legislação que continua em análise e revisão, onde se incluem as alterações à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e as Portarias 1379/2009, de 30 de outubro e 16/2004, de 10 de janeiro, bem como os Estatutos da OET.

A nossa Ordem tem encarado as alterações sempre com um espírito construtivo e tem procurado que os interesses dos Engenheiros Técnicos não se sobreponham aos interesses dos cidadãos que precisam da engenharia para o seu dia-a-dia, quer seja em termos pessoais ou em termos empresariais.

A OET não aceita que, apesar dos seus interesses, o Estado esteja prisioneiro dos interesses corporativos e de quem quer que seja, ordens profissionais incluídas.

Sabemos quanto é difícil a algumas pessoas aceitar que as ordens não existem para defender os interesses individuais e também não são sindicatos, mas sim entidades com poderes delegados pelo Estado e que têm a função reguladora como a mais nobre das suas atribuições.

Algumas ordens levam tão longe a sua visão corporativa que trazem para os seus membros mais novos e para os membros das outras ordens profissionais problemas sérios, assumindo posturas sistematicamente antipatrióticas que muito nos entristecem. Estamos a referir o caso dos Engenheiros Técnicos que trabalham em alguns países da CPLP, a quem são colocadas dificuldades e entraves ao exercício da profissão, só porque alguém achou que conseguia limitar o trabalho desses profissionais através de acordo e protocolos ilegítimos. Isso só acontece nesses locais por falta de informação, já que as limitações que se pretendem impor nesses países não existem em Portugal, há muitos anos.

Estamos certos que tal como tem acontecido em território nacional e no espaço europeu, muito por exigência da Troika, também no espaço exterior à Europa, as barreiras serão derrubadas a curto prazo, a bem de Portugal, das empresas portuguesas e dos profissionais de engenharia e arquitectura.

Ao longo destes 160 anos de existência, os Engenheiros Técnicos, enquanto cidadãos responsáveis, têm sabido e vão continuar a saber colocar os interesses pessoais, por muito importantes que sejam, atrás dos interesses de Portugal. ■

Texto de
Augusto Ferreira Guedes
Engenheiro Técnico Civil
Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

editorial

A GUERRA D

No último dia do mês de dezembro deste ano, celebram-se os 40 anos da publicação do Decreto-Lei n.º 830/74, de 31 de dezembro, que criou os Institutos Superiores de Engenharia em Portugal. Nesse mesmo dia, iniciou-se um processo ao qual eu apelido de "guerra dos 40 anos".

Texto de
Augusto Ferreira Guedes
Engenheiro Técnico Civil
Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

No último dia do mês de dezembro deste ano, celebram-se os 40 anos da publicação do Decreto-Lei n.º 830/74, de 31 de dezembro, que criou os Institutos Superiores de Engenharia em Portugal. Nesse mesmo dia, iniciou-se um processo ao qual eu apelido de "guerra dos 40 anos".

"A guerra dos 40 anos" teve algumas batalhas importantes, em que destaco a batalha da FEANI-Federação Europeia das Associações de Engenheiros, a batalha da criação da ANET, a batalha do Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro, a batalha de redenominar a ANET para Ordem, a batalha do CNOP e a batalha de quem representa o 1.º ciclo em Engenharia.

Embora tenhamos ganho quase todas as batalhas desta guerra, será mais importante realçar o contributo muito positivo que os Engenheiros Técnicos deram e continuam a dar à Engenharia Portuguesa, sendo hoje uma classe consolidada e altamente respeitada em Portugal e no mundo.

Na minha opinião, devemos muitas dessas vitórias a vários protagonistas. Desde logo, ao antigo Secretário-Geral da Ordem dos Engenheiros, Engenheiro Paulino Pereira que, com o Bastonário Engenheiro Simões Cortez, nos impediam de ter acesso à FEANI - Federação Europeia das Associações de Engenheiros porque não estávamos representados por uma Associação Profissional, alegando que os Engenheiros Técnicos só tinham Sindicatos. Deve-se a estes protagonistas a criação da APET – Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos, nos idos de 1978.

Mais tarde, num rasgo de inteligência do Engenheiro Vaz Guedes (à data Bastonário da OE), foi celebrado um acordo entre a Ordem dos Engenheiros e a APET – Associação Portuguesa dos Engenheiros Técnicos e criou-se o Comité Nacional da FEANI.

No entanto, se excetuarmos os ligeiros interregnos de lucidez da Ordem dos Engenheiros, onde se destacam o Engenheiro Marcelo das Neves e o Engenheiro Sousa Soares, sempre houve uma grande incapacidade de perceber que os tempos mudaram e que a realidade obrigava a reconhecer e a trabalhar com uma classe profissional: os Engenheiros Técnicos.

E se, no terreno, isso foi e é fácil de conseguir, já que Engenheiros e Engenheiros Técnicos conseguem competir ou conjugar esforços e competências para a elaboração de projetos, direção de obra, fiscalização e coordenação de projeto e de segurança, a verdade é que essa harmonização nunca foi plenamente conseguida entre os dirigentes das Ordens. E é um facto que nem sempre a elegância tem primado. Se é certo que nem sempre o relacionamento tem sido fácil, os dois últimos bastonários da Ordem dos Engenheiros têm tido um comportamento que não é digno da história dessa instituição, procurando sistematicamente com as suas ações enclausurar, confinar e apoucar a classe dos engenheiros técnicos.

E sempre que isso acontece, nós temos que reagir porque temos atrás de nós uma classe mais do que centenária que merece respeito. Foi essa impossibilidade de relacionamento entre os dirigentes que, em momentos na história, nos obrigaram a endurecer a luta. Dou aqui um pequeno exemplo, e vou pela primeira vez revelar aquilo que só os mais próximos sabem: a razão da nossa insistência na passagem de ANET para OET.

Nas duríssimas negociações da revisão do Decreto n.º 73/73, de 28 de fevereiro, os bastonários da OE (primeiro o Eng.º Fernando Santo e, mais tarde, o Eng.º Matias Ramos) alegavam que os Engenheiros Técnicos não podiam aceder aos mais elevados atos de engenharia pois não tinham estatutariamente previsto a condição de Engenheiro Técnico especialista e de Engenheiro Técnico sénior. Assim, ficou expresso pela OE na proposta para a Lei 31/2009, de 3 de julho, que esses atos só poderiam ser efetuados por Engenheiros Técnicos com 15 anos de experiência (e

editorial

OS 40 ANOS

que nós rejeitamos, tendo ficado reduzido para 13 anos).

Foi esta a razão para termos proposto a alteração do Estatuto da ANET, contemplando assim o grau de Engenheiro Técnico Especialista e o grau de Engenheiro Técnico Sénior. E, já que teríamos que alterar o estatuto, e porque éramos a única associação profissional de direito público que não tinha a designação de Ordem, os deputados aproveitaram para alterar a designação para Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Agora em 2014, que se discute a revisão da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de outubro e do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, tudo isto fica clarificado. E, pasme-se, a Ordem dos Engenheiros agora quer impor-nos o limite na classe 8 só para dizer que não podemos fazer tudo. E não hesita em fazer uma santa aliança com os Arquitetos, numa tentativa de nos excluir da coordenação de projeto. Pior na sua postura só a Ordem dos Arquitetos que, para além de nos tentar excluir de tudo, insiste em querer fazer engenharia porque sempre o fizeram. Pena é que, relativamente à arquitetura esse princípio não seja igualmente defendido pela OA que não aceita que os Engenheiros Técnicos e Engenheiros, que sempre o fizeram, continuem a fazer projetos de Arquitetura. Esta postura de dois pesos e duas medidas é inaceitável porque não é séria.

A mais recente batalha é a da alteração dos Estatutos, necessidade que decorre da publicação da Lei nº 2/2013, em que a OE reivindica, a par da OET, de representar também os licenciados pós-Bolonha. Assim se deita para o lixo uma doutrina com dezenas de anos, elaborada por gerações de bastonários da OE que repetiram até à exaustão que só os licenciados de cinco anos é que poderiam ser engenheiros, porque só estes tinham a maturidade suficiente para serem engenheiros. O próprio bastonário que promove a alteração do Regulamento de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros, onde prevê a admissão de licenciados com o 1.º ciclo, é o mesmo que tem numerosas declarações públicas onde refere que o engenheiro tem que possuir uma formação inicial com cinco anos. E isto não revela só falta de coerência. Revela uma inabilidade confrangedora.

Não depende de nós a forma como a engenharia se vai organizar em termos de associações profissionais. Mas um de três caminhos se colocam como possibilidade aceitável para a OET:

- Mantém-se tudo como está, ficando a OET com o 1.º ciclo e a OE com o 2.º ciclo.
- A Assembleia da República procede à fusão das duas Ordens Profissionais na Área da Engenharia;
- Abre-se a livre concorrência entre a OET e a OE por todos os profissionais de engenharia (Bacharéis, Licenciados, Mestres ou Doutores), dando a estes a possibilidade de se inscreverem indistintamente em qualquer das duas ordens, optando estes por serem Engenheiros ou Engenheiros Técnicos.

O que não faz sentido é proporcionar à OE a possibilidade de admitir qualquer diplomado em engenharia e à OET só o 1.º ciclo, como consta na proposta da OE que se encontra no seu site. A não ser que, por esta via, a OE esteja a tentar reduzir o número de membros da OET até que isso origine uma redução de receitas que provoque a nossa insustentabilidade financeira, a médio prazo.

Aconteça o que acontecer, nos próximos meses, com esta batalha não termina a guerra dos 40 anos. Quantos anos mais vai durar, não sabemos. Uma coisa é certa: lutamos, e continuaremos a lutar, pela nossa afirmação todos os dias.

E desenganem-se todos aqueles que nos querem confinar e eliminar. Se isso não foi conseguido no tempo de Salazar, não será certamente agora que o conseguirão. ■

"(...)sempre houve uma grande incapacidade de perceber que os tempos mudaram e que a realidade obrigava a reconhecer e a trabalhar com uma nova classe profissional: Os engenheiros técnicos."

editorial

O ÚLTIMO

Texto de
Augusto Ferreira Guedes
Engenheiro Técnico Civil
Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Quando esta revista chegar às caixas de correio dos Engenheiros Técnicos já terá sido encerrado o último capítulo da história que, para a nossa classe, transforma o ano de 2015 num dos mais importantes dos últimos (quase) 160 anos, com o fim oficial do monopólio da OE e das sucessivas humilhações que temos vindo a sofrer. De facto, depois de 2015, nada ficará como antigamente.

Após meses de conversações com o Governo, foi possível atingir algum consenso e ver resolvidas as questões relativas a quem representa quem e o âmbito de intervenção das várias Ordens: à OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos foram atribuídas as competências de representação de toda a fileira da engenharia, desde os licenciados antes e pós-Bolonha, mestres e doutores em engenharia. Com esta solução, agora encontrada, estamos a considerar a possibilidade de retirar as participações criminais judiciais contra os membros da Ordem dos Engenheiros por usurpação de funções.

A OET mantém e reforça a sua representação nacional com 5 secções regionais de iguais poderes e reforça na Assembleia Representativa Nacional a presença de membros oriundos dos vários distritos do continente e ilhas dos arquipélagos dos Açores e Madeira.

Reforçámos igualmente a sua posição na FEANI - Federação Europeia de Associações Nacionais de Engenharia, onde está representada através do Comité Nacional, constituído por membros da OET e da OE.

Com esta proposta de estatutos fica igualmente assegurado o cumprimento do n.º 1 do art.º 47.º da Constituição da República Portuguesa ao assegurar a livre escolha entre a profissão de Engenheiro Técnico ou Engenheiro.

Fica igualmente assegurado o art.º 267.º da constituição, segundo o qual as associações públicas só podem ser constituídas para necessidades específicas e não podem exercer funções próprias das associações sindicais.

Dos últimos tempos destacamos ainda:

"... E a Ordem dos Engenheiros Técnicos nasceu na sessão final...", era com este título que o Deputado José Gomes Ferreira se referia à criação da OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, no Jornal Público, de 10/04/2011. Quatro anos depois vale a pena relembrar a todos na pessoa do Senhor Deputado (hoje Secretário de Estado do Ensino Superior) a sucessão de acontecimentos que, seguramente, o têm deleitado:

editorial

CAPÍTULO

a) A petição da Ordem dos Engenheiros contra a Portaria 1379/2009.

b) A revisão da Lei 31/2009 e da Portaria 1379/2009 e do Decreto-Lei n.º 12/2004, integralmente realizada pelo seu governo (contra a qual se manifesta a Ordem dos Engenheiros porque **"...além de outras matérias com as quais não concorda, como seja a elevação das competências atribuídas aos engenheiros técnicos..."** - site da Ordem dos Engenheiros).

c) A aprovação dos novos estatutos da OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, pelo seu Governo e pela maioria que apoia esse mesmo Governo.

d) A tentativa da limitação do exercício da profissão de Engenheiro Técnico concertada pela Ordem dos Engenheiros e Ordem dos Arquitectos, assim como a exclusão da OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos do concerto das Ordens Profissionais.

e) A perda pelos Arquitetos do que afirmavam ser "ato próprio", como sejam, por exemplo, a direção de obra e a fiscalização de obra. De facto, com a revogação dos artigos 13.º e 15.º da Lei n.º 31/2009 e com a alteração do artigo 42.º, alínea c) para o artigo 44.º c) dos seus novos estatutos, os Arquitetos deixaram de "elaborar" passando apenas a "intervir".

Por outro lado, é igualmente patente a diminuição de competências dos arquitetos, espelhada de forma cristalina na proposta de lei da revisão do Decreto-Lei n.º 12/2004, designadamente no Anexo I (Estruturas e elementos de betão - arquitetos ficam fora; Estruturas metálicas - arquitectos só até à classe 3; Estruturas de madeira, arquitectos só até à classe 3; Alvenarias - arquitectos até à classe 9; Estuques - arquitectos até à classe 9) e Anexo II (Subcategorias de trabalhos enquadráveis nos certificados de empreiteiro de obras públicas a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º, no Anexo III, Quadro 1 - técnicos, no Quadro 2 Técnicos superiores de segurança no trabalho).

Todavia, este processo, iniciado com as atitudes radicais da Ordem dos Arquitetos relativamente à exclusão de Engenheiros Técnicos e Engenheiros dos atos de arquitetura (e a passividade absurda da Ordem dos Engenheiros), vai continuar nos próximos tempos e não deixaremos de afirmar o novo princípio pelo qual lutaremos, em todos os locais onde seja pertinente esta intervenção: Se a arquitetura é um exclusivo dos arquitetos, a engenharia terá que ser um exclusivo de Engenheiros Técnicos e Engenheiros (e, sim, se a Ordem dos Engenheiros não luta pelas competências para os seus membros, teremos que ser nós a fazer esse trabalho).

É verdade que, com a revisão da Lei 31/2009, conjugada com a redação do artigo 16.º n.º 1 dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros, os membros da Ordem dos Engenheiros ficam favorecidos relativamente a um Engenheiro Técnico com as mesmas habilitações literárias de acesso. Por exemplo, na direção de obra ou fiscalização de obra os membros da OE podem assegurar em obras até à classe 8 quando um membro da OET (com a mesma habilitação) só o pode fazer com cinco anos de exercício da profissão (Anexo I -Coordenação, no Anexo II - Direção e Fiscalização - Quadro 1 e Quadro 2, no Anexo III - Elaboração de projetos de engenharia - Quadro 1 e Quadro 2, no Anexo IV - Condução e execução de trabalho de especialidade).

Embora na solução preconizada pela OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos a regulação da atividade profissional dos diplomados em engenharia do primeiro ciclo deveria ser uma competência exclusiva sua, enquanto os diplomados em engenharia do segundo ciclo deveriam ser regulados pela OE - Ordem dos Engenheiros, consideramos que a solução encontrada é passível de gerar um certo equilíbrio entre as duas Ordens. É necessário, agora, retificar este tipo de atropelos que decorre do facto de os estatutos terem sido publicados após a lei 40/2015.

Evidentemente, percebe-se daqui que iremos continuar a pugnar pela mais elementar justiça e dignidade na profissão de Engenheiro Técnico. Não queremos mais (mas também não aceitaremos menos) do que aquilo a que temos direito. ■

"...O crescimento moderno e a difusão do conhecimento permitiram evitar o apocalipse marxista, embora não modificassem as estruturas profundas do capital e das desigualdades - ou, pelo menos, não tanto quando pudemos imaginar nas décadas otimistas do pós-Segunda Guerra Mundial."

Thomas Piketty em "O Capital no Século XXI"

O facto de muitos de nós

"...Vínhamos das ilhas e do continente, do litoral e do interior, de Trás-os-Montes e do Algarve e das ex-colónias. Acima de tudo, e talvez pela primeira vez de forma tão clara na história do país, éramos filhos de taxistas ou bancários, agricultores ou médicos, operários fabris ou gestores de empresas. Uma elite não elitista."

Rui Tavares, num artigo publicado no jornal Público de 20/04/2015, sobre a morte de Mariano Gago

| DOSSIÊ: ESPECIAL REABILITAÇÃO URBANA

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Visão da ordem dos engenheiros técnicos sobre a regeneração e reabilitação em portugal

A Ordem dos Engenheiros Técnicos tem acompanhado, atentamente, o evoluir da aplicação do quadro legal nacional às avaliações dos prédios rústicos, constatando que os valores das avaliações se mantem num valor irrisório, sem que sejam feitas as avaliações pelos peritos avaliadores referidos no nº 3 do art. 56º do CIMI, aprovado pelo DL nº 287/2003, de 12 de novembro, na redação da Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro.

No entendimento desta ordem profissional, esta avaliação deveria ser feita, preferencialmente, nos mesmos moldes e exigências da avaliação dos prédios urbanos.

Uma outra questão que se considera ser merecedora de preocupação especial, prende-se com a circunstância de muitos prédios urbanos e rústicos serem propriedade de sociedades sediadas em paraísos fiscais, considerando-se, considerando-se que, nestes casos, que nestes casos os prédios deveriam ser tributados de uma forma distinta, do que quando detidos por pessoas singulares ou coletivas que paguem os seus impostos em Portugal.

É indiscutível que todos os Governos, todas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia se têm vindo cada vez mais a preocupar com a reabilitação urbana, sendo por outro lado também certo que a realidade mostra que o património edificado, público e privado, continua muito debilitado.

A par deste panorama, o art. 89º, nº 1, do RJUE, aprovado pelo DL nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo DL nº 136/2014, de 9 de setembro, obriga ao seguinte: *"As edificações devem ser objeto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético."*

O referido, é complementado pelo artigo 6º, nº 1, do RJRU, aprovado pelo DL nº 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, estabelecendo que: *"Os proprietários de edifícios ou frações têm o dever de assegurar a sua reabilitação, nomeadamente realizando todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético".*

Temos assim que, não obstante existir um quadro legal que obriga à conservação e à reabilitação do património edificado, a verdade é que continua a não existir uma cultura de conservação e reabilitação.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos entende que, se às Câmaras Municipais fossem conferidos poderes efetivos para aplicar da legislação em toda a sua plenitude, coimas incluídas, aos proprietários que não tivessem cumprido os referidos deveres legais de conservar e reabilitar, seguramente que grande parte do património edificado não registaria os elevados níveis de degradação que atualmente evidencia, com o consequente benefício, entre outros, de uma menor exigência de esforço financeiro com as respetivas obras de conservação e reabilitação, quando realizadas "in extremis".

Atento o supra exposto, a Ordem dos Engenheiros Técnicos considera que é necessário dotar as Câmaras Municipais e o IHRU de poderes de fiscalização e sancionamento acrescidos nestas matérias, nomeadamente em caso de incumprimento pelos proprietários de notificação que lhes tenha sido feita, por entidade competente, para o cumprimento do dever de conservar e reabilitar os seus imóveis no prazo que lhes tiver sido fixado.

O art. 102º-A do RJUE, aprovado pelo DL nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo DL nº 136/2014, de 9 de setembro, estabelece um regime de legalização de operações urbanísticas ilegais, o qual, entre outros aspetos, estabelece que, por se tratar de operações já realizadas, a instrução do procedimento de legalização é efetuada com documentos em número inferior aos que são exigidos quando se trate de uma operação urbanística nova.

No entendimento da Ordem dos Engenheiros Técnicos, esta solução legal mostra-se inteiramente válida, sendo ainda desejável que seja aperfeiçoada com o acréscimo da dispensa de apresentação dos termos de responsabilidade do diretor de obra e do diretor de fiscalização de obra, dado este aspeto traduzir mais fielmente a realidade da operação realizada.

Neste sentido, propõe-se que ao nº 4 do referido artigo nº 102º-A sejam adicionadas as alíneas i) e j), com a redação seguinte:

* Termo de responsabilidade de diretor de obra;

* Termo de responsabilidade de diretor de fiscalização de obra.

Augusto Ferreira Guedes, Engenheiro Técnico Civil, Bastonário

editorial

Texto de
Augusto Ferreira Guedes
Engenheiro Técnico Civil
Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Com a publicação da Lei 157/2015, de 17 de setembro, foi aprovado e encontra-se, finalmente, em vigor dos novos Estatutos da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET). Nessa sequência, têm vindo a ser publicados (depois de toda uma demorada tramitação legalmente imprescindível) os novos regulamentos de funcionamento da nossa Ordem.

Com estes novos instrumentos podemos dizer que, finalmente, e ao fim de mais de 160 anos de existência, os Engenheiros Técnicos e a engenharia portuguesa veem normalizada a sua vida profissional independentemente de terem concluído os seus cursos no ensino público, privado, politécnico, universitário, militar ou concordatário.

Estes instrumentos regulamentares têm um significado que vai muito além da sua publicação. Eles consubstanciam, por um lado, aquilo que temos denominado como o *fim de um certo monopólio da representação dos profissionais de engenharia*. Agora podemos, finalmente, afirmar que, independentemente da Ordem em que estão inscritos e de serem Engenheiros Técnicos ou Engenheiros, ninguém se encontra limitado nos atos de engenharia que pode praticar. Por outro lado, os novos estatutos da OET e da OE vieram estabelecer a obrigatoriedade de inscrição na OET ou na OE de todos os trabalhadores da administração pública que pratiquem atos de engenharia (seja ela central, regional ou outra). É de aplaudir esta nova imposição legal pelo seu contributo para a confiança pública nos atos de engenharia praticados por estes profissionais.

Com a atual estrutura de representação, não existem profissionais de primeira ou de segunda, independentemente de prestarem serviços por conta própria em profissão liberal ou por conta de outrem, seja no sector privado ou no setor público, seja na administração central, regional, local ou nas Regiões Autónomas.

Com este modelo não há uma Ordem mais prestigiada ou menos prestigiada do que a outra, quer interna, quer externamente, sendo ambas igualmente reconhecidas como membros de pleno direito da FEANI (Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenheiros).

Embora este seja um avanço significativo, estou convencido que ainda há muitos problemas a enfrentar e obstáculos a ultrapassar. Estou convicto de que o bom senso e o interesse nacional se sobreporão à resistência à mudança inexoravelmente acontece, por parte daqueles persistem na tentação voltar atrás no tempo e regressar ao tempo das "trevas".

editorial

O FIM DO MONOPÓLIO

Temos a consciência de que a Ordem dos Engenheiros Técnicos e os Engenheiros Técnicos, apesar de terem um universo de representatividade potencial maior (somos os únicos que representam os Bacharéis, os Licenciados pré Bolonha e os Licenciados pós Bolonha) e dos enormes progressos conseguidos nos últimos 30 anos, ainda não tem na sociedade o "peso" que outros detêm, já que se encontram há mais tempo como entidade reguladora do exercício da profissão.

Também sabemos que o futuro não vai ser fácil e seremos seguramente postos à prova por terceiros, todos os dias, procurando desgastar-nos e cansar-nos. Mas, certamente, quem já sobreviveu mais de 160 anos terá a energia e a resiliência necessárias para viver outro tanto tempo com a dignidade e a elevação que nos é reconhecida.

Para muitos é difícil de explicar a existência de duas Ordens profissionais na área da engenharia. Sobre este assunto, diremos apenas que estaremos sempre disponíveis para fazer parte da solução, analisando o que é melhor para Portugal e para a Engenharia Portuguesa. O tempo e as pessoas que em cada momento lideram as organizações um dia encontrarão o caminho para uma fusão entre duas instituições dignas que, sem pôr em causa nenhuma das profissões e no respeito da história, com perícia e seriedade de cada uma delas, possa melhor defender a Engenharia Portuguesa, em Portugal e no mundo. Da mesma forma, nunca aceitaremos a integração de uma Ordem na outra, mesmo considerando que a OET tem um maior universo potencial de representatividade.

Até que estejam criadas as condições para essa "nova realidade" alguns passos intermédios podem ser prosseguidos e nós já temos vindo a fazer, ao longo do tempo, algumas propostas:

a) A criação do "*Conselho Superior de Engenharia e Arquitetura*, que se pretendia pudesse ser uma plataforma duradoura de entendimento na engenharia e arquitectura portuguesas";

b) A criação de uma *comissão conjunta OET/OE* para a abordagem de todas as questões exclusivamente relacionadas com a regulação do exercício e do ensino da engenharia em Portugal".

Estas propostas foram feitas há cinco anos mas podiam ter sido feitas hoje porque há problemas que subsistem nos dias de hoje sem que tenha sido encontrada uma solução satisfatória.

Temos que ser grandes e ter visão de futuro. Portugal e a Engenharia assim o exigem... ■

Lisboa, 03 de junho de 2016

"(...)ao fim de mais de 160 anos de existência, os Engenheiros Técnicos e a engenharia portuguesa veem normalizada a sua vida profissional independentemente de terem concluído os seus cursos no ensino público, privado, politécnico, universitário, militar ou concordatário."

Reabilitar Lisboa: a opinião dos operadores

No quadro de mais uma edição da Semana da Reabilitação Urbana, fomos escutar a opinião de diversos operadores sobre o atual momento da atividade

Reabilitação Urbana – Inteligente e Sustentável

Opinião

Manuel Reis Campos

A competitividade nacional associada a conceitos como a regeneração, vitalidade e atratividade das cidades e dos centros urbanos, à construção sustentável e melhoria do desempenho energético-ambiental do meio edificado, à preservação dos valores históricos, culturais e arquitetónicos e, em especial, à melhoria da qualidade de vida das populações, são os argumentos que têm de marcar a diferença, num processo que não se pode limitar a, apenas, algumas zonas das nossas maiores cidades. Esta é a "RU-IS", a "Reabilitação Urbana - Inteligente e Sustentável" que queremos promover.

As empresas, os demais agentes do setor e, de uma forma geral, o mercado, têm de estar cientes da necessidade de prossecução deste objetivo. Queremos potenciar o trabalho em rede, identificar as mais-valias que as empresas têm enquanto marcas diferenciadoras, a sua experiência, o seu saber fazer, a utilização de técnicas e metodologias orientadas para a sustentabilidade, para o desempenho energético e ambiental. Este é o desafio que nos propomos alcançar com a criação e disseminação de uma marca associada a este conceito. A "RU-IS" representa o futuro do setor, o dinamismo que lhe está associado e a capacidade de inovação que lhe é inerente.

CPCI - Presidente Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

A importância da fiscalização

Opinião

Augusto Ferreira Guedes

Preocupada e sensibilizada com o atual estado de degradação do parque habitacional, público e privado, a Ordem dos Engenheiros Técnicos, propõe adoção das seguintes medidas:

Fiscalização pelas Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e IHRU do cumprimento dos deveres de conservação e de reabilitação que recaem sobre os proprietários, e notificação dos mesmos para realizarem e comprovarem a realização das obras de conservação e reabilitação necessárias dentro de determinado prazo, sob pena de serem sancionados com a aplicação de coimas, cujos montantes reverteriam para os cofres daquelas entidades.

Na legalização de obras deve ser dispensado o termo de responsabilidade do diretor de obra ou do diretor de fiscalização de obra, evitando-se assim que os técnicos em causa elaborem e subscrevam termos de responsabilidade falsos, uma vez que não podem assumir que uma obra está realizada de acordo com um projeto que na verdade não existe. Em alternativa, deve ser exigido pela câmara municipal uma declaração do diretor de obra ou do diretor de fiscalização a atestar que a edificação não apresenta qualquer tipo de anomalia em termos estruturais, garantindo a sua utilização e a estabilidade, sendo esta declaração acompanhada de documentos e elementos adequados para comprovar a garantia da segurança e da saúde pública;

Nas obras de reabilitação urbana realizadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, que aprova um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou frações, as câmaras municipais devem exigir diretor de obra ou ao diretor de fiscalização de obra a entrega de uma declaração e da documentação com os conteúdos mencionados na alínea anterior.

Bastonário Ordem dos Engenheiros Técnicos

Uma nova visão

Opinião

Fernando Oliveira Silva

No ano em que se comemoram 60 anos de regulação do setor do imobiliário e da construção cumpre-me sublinhar o papel que a reabilitação/regeneração urbanas podem ter, e já estão a ter, na "reabilitação" das próprias empresas do setor da construção.

A "Semana da Reabilitação Urbana" tem sido um excelente exemplo de mobilização das entidades públicas, privadas e da sociedade civil em geral para um problema que, a cada dia que passa, se transforma em solução. O problema da degradação dos centros urbanos das nossas vilas e cidades – apanágio das últimas décadas – está a dar lugar a uma nova visão, que se sauda, de aposta na preservação do edificado, o que é vital para o nosso país, ou não estivéssemos a falar de uma das mais ventosas nações da Europa.

Presidente do Conselho Diretivo DRPIC

Oportunidade e risco do turismo

Opinião

Alice Tavares

A reabilitação tornou-se, na prática atual, um termo propositadamente vago que está a permitir uma intervenção nos centros das cidades e um uso do património existente como simples objetos de mercado, passíveis de acrítica transformação.

Tal é já patente na legislação portuguesa, que enquadra o conceito de reabilitação numa vertente paramente regulamentar de construção, sem contemplar a ação qualificadora de garantia de preservação do valor cultural do património, da arquitetura e do que de singular e identitário existe nas cidades».

Lisboa é um caso paradigmático do tipo de reabilitação que se segue em Portugal, das oportunidades, dos riscos e das âncoras de desenvolvimento. A oportunidade/risco do crescimento do turismo, nomeadamente na área classificada pela UNESCO da Baixa Pombalina, revela que está em curso uma irreversível destruição dos elementos identitários desta área de Lisboa, particularmente das "Gaiolas Pombalinas", decorrente de um descontrolado crescimento do mercado imobiliário. Seria expectável que uma consolidada estratégia de "Reabilitação de Lisboa para o Futuro" se sobrepusesse à falta de regulação do mercado imobiliário e criasse mecanismos de monitorização do turismo associados à intervenção no património construído da cidade. É fundamental evitar a gentrificação e garantir o equilíbrio funcional (habitação, comércio, serviços) das cidades, utilizando a reabilitação como modelo de intervenção que assegure o seu valor cultural e identitário.

Direção APRUPP - Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património

Património – um legado de todos

Opinião

Miguel Franco

De norte a sul de país, tropeçamos, pelas cidades portuguesas, naquelas que são as provas vivas da passagem do tempo, peças chave do legado histórico de uma nação com quase nove séculos de existência. O património edificado é um legado de todos e que devemos preservar para que também as gerações vindouras possam disfrutar dessa herança coletiva, que é de cada um e de todos ao mesmo tempo.

Mas o tempo nem sempre é mesmo confidente na sua passagem, e até a melhor das obras irá, mais cedo ou mais tarde, sentir os seus efeitos e iniciar um ciclo de degradação que, caso não seja alvo de intervenção, nada mais será do que um caminho de morte lenta do edifício ou, olhando numa escala mais abrangente, da própria localidade.

E porque o legado do passado é tanto mais atrativo quanto a sua força para vingar e continuar a servir o futuro, cidades históricas como Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Viseu são muito mais que museus vivos, são centros de vida. Mas são também bons exemplos de como a falta de intervenção pode levar ao progressivo abandono, à desertificação do centro histórico, criando lentamente um espaço vazio naquele que foi o berço do seu desenvolvimento, e de como a aposta na reabilitação é a solução para lhes devolver não só o esplendor de passado, mas, e sobretudo, a capacidade de continuarem a gerar vida e riqueza de forma sustentável para o futuro.

Transformar o passado num futuro sustentável é, a nosso ver, o grande "milagre" da reabilitação. Um milagre que é feito todos os dias e por todos nós!

Administrador Schmitt+Sohn Elevadores

editorial

Ordem dos Engenheiros Técnicos

Plano de ação para 2017

Texto de
Augusto Ferreira Guedes
Engenheiro Técnico Civil
Secretário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

A Ordem dos Engenheiros Técnicos tem um plano traçado para o ano de 2017, com o início de uma intervenção junto do poder político. O objetivo é claro: fazer chegar as suas posições a todos os órgãos do Poder Central e Local.

Em primeiro lugar, a OET reforça a necessidade de rever as leis 40/2015 e 41/2015 para que os Engenheiros Técnicos e os Engenheiros tenham mas mesmas condições para a prática dos atos de engenharia. Em segundo lugar, a OET não aceita que Arquitetos possam praticar atos, que pela sua natureza, são próprios e exclusivos aos Engenheiros Técnicos e Engenheiros, pois aos arquitetos ficou consagrado todos os atos de próprios da arquitetura. De seguida, a OET reforça e dá destaque à necessidade de se criar uma ficha técnica de segurança sísmica relativamente a todos os edifícios, devendo ser obrigatória a sua apresentação em todas as transações de imóveis, à semelhança do que já acontece relativamente ao certificado energético. Reforça, ainda, a necessidade de criar uma ficha técnica de segurança contra incêndios em todos os prédios (rústicos ou urbanos). Os Engenheiros Técnicos reforçam a necessidade de tornar obrigató-

editorial

rio a existência de projeto elétrico, elaborado e subscrito por um Engenheiro Técnico ou Engenheiro, para todas as instalações elétricas. De igual modo assinala a necessidade premente de concretizar o Cadastro Predial Rústico como forma de identificar os proprietários dos terrenos e viabilizar uma prevenção exequível dos incêndios florestais.

Tendo em conta que são altamente questionáveis as competências da Autoridade para as Condições de Trabalho para coordenar a inspeção de acidentes ocorridos em contexto que inclui a prática de atos Engenharia, considerando-se duvidosas as habilitações técnicas de alguns inspetores de trabalho para inspecionarem atividades de engenharia, tendo em consideração que um inspetor tanto verifica uma obra, como uma unidade industrial, um simples comércio ou uma unidade hospitalar, considerando que a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a respetiva tutela não têm tido a vontade política e técnica de rever um regulamento de segurança na construção, que está mais do que ultrapassado e que se mantém em vigor desde 1958, a OET propõe que as atuais competências da ACT nestas matérias sejam transferidas para o regulador IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, da Construção e do Imobiliário. A OET propõe, por último, que se terminem os monopólios instalados ao nível dos organismos que certificam algumas áreas da engenharia, que procuram apropriar-se de competências que estão estatutariamente atribuídas às Ordens Profissionais.

Todas estas ações visam, acima de tudo, garantir a segurança da população, assegurando que os atos de engenharia só são praticados por pessoas qualificadas para tal (por exemplo, Engenheiros Técnicos), tendo em atenção o esforço económico que o país se encontra a realizar e a dinamização do mercado que envolve os serviços de engenharia. ■

A OET propõe que se terminem os monopólios instalados ao nível dos organismos que certificam algumas áreas da engenharia, que procuram apropriar-se de competências que estão estatutariamente atribuídas às Ordens Profissionais.

AUGUSTO FERREIRA GUEDES

(Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos)

Revista "segurança": Como encarou o convite feito pela diretora da revista "segurança" e em nome do Engº Evaldo Valadão, Vice-Presidente de Relações Internacionais da Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança-SOBES, para a OET – Ordem dos Engenheiro Técnicos, serem o parceiro oficial deste Congresso Luso Brasileiro SsOA2017?

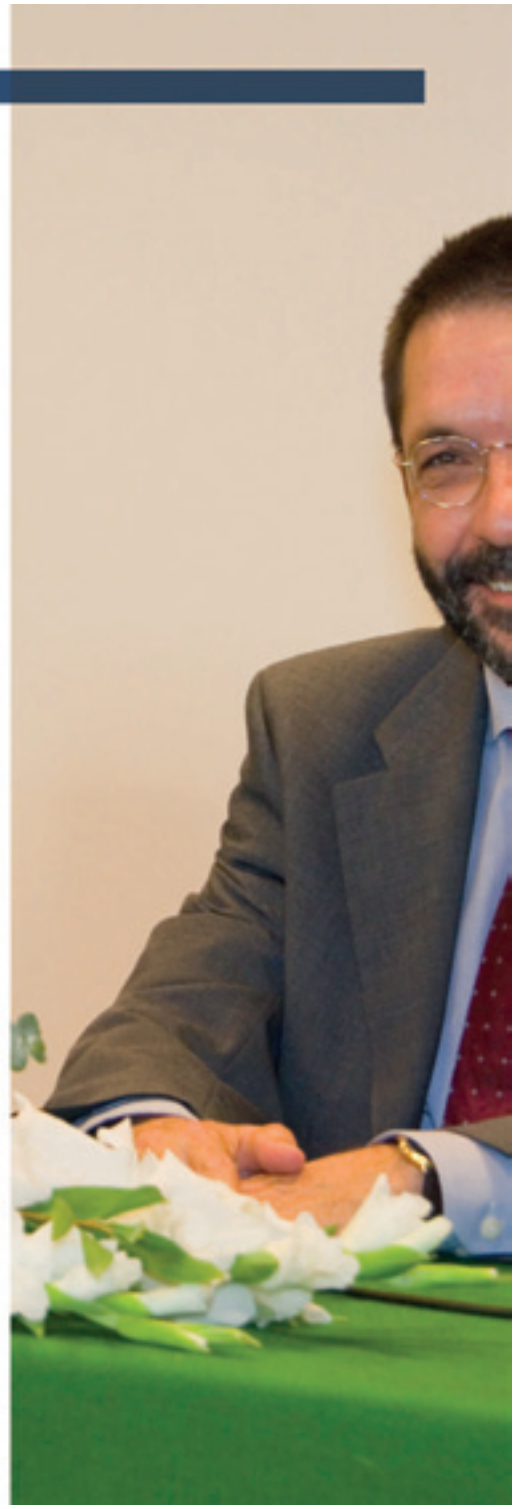
Augusto Guedes: Foi com muito agrado que a Ordem dos Engenheiros Técnicos recebeu o convite para ser parceira oficial do Congresso Luso Brasileiro SsOA2017 e que coincidiu com a criação da FEDERAÇÃO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO (FESHST).

Mais uma oportunidade, que reforça o caminho da Ordem dos Engenheiros Técnicos, na promoção da engenharia a nível nacional e internacional, como eixo de sustentação, desenvolvimento e investigação a nível global, num processo interactivo, onde todos têm um papel decisivo e preponderante para a criação de um sistema sustentado, onde a segurança e a produtividade se apresentam como dois vectores indissociáveis, para a criação de locais de trabalho seguros e saudáveis e para a criação de riqueza, minimizando de forma efectiva e eficaz, os problemas sociais que envolvem as questões relacionadas com o mundo do trabalho.

Revista "segurança": Tendo a OET uma importância muito grande no espetro nacional passará também a palavra ao vasto mercado brasileiro?

AG: A Ordem dos Engenheiros Técnicos, através dos seus 16 colégios e dos actos de engenharia que cada colégio pode praticar, representa a engenharia portuguesa, no país e no mundo, ao mais nível e em todos as especialidades, assentes num sistema de responsabilidade, de profissionalismo, de rigor, de ética e de deontologia, que se manifesta como um contributo irreversível para a o desenvolvimento e crescimento da engenharia a nível nacional e internacional.

A constante procura de novos caminhos para a engenharia, com base na investigação e desenvolvimento e a necessidade



de reforçar a internacionalização, representam uma verdadeira oportunidade de partilha de saberes e de experiências com o Brasil, quer pelas questões relacionadas com a dimensão do mercado, quer pela qualidade da engenharia brasileira, que ao longo dos anos se tem afirmado como uma referência à escala mundial.

Revista "segurança": Dentro dos objetivos da OET, qual o grau de importância que atribui a uma relação estreita com os Engenheiros similares Brasileiros?

AG: A Ordem dos Engenheiros Técnicos atribui grande importância à relação estreita com a engenharia brasileira, nas áreas relacionadas com a segurança, a qualidade e o ambiente, temas do Congresso Luso Brasileiro SsOA2017 e especialidades transversais aos 16 colégios que a ordem dos Engenheiros Técnicos representa, determinantes para a afirmação da engenharia como um todo, onde as questões relacionadas com segurança, qualidade e ambiente, são a alavanca, para um sistema sustentado de desenvolvimento e de investigação, onde o bem-estar e o equilíbrio social e ambiental, são os desígnios, que urge afirmar e representar.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos, pode assim afirmar, que uma relação de colaboração e interacção entre a engenharia portuguesa e brasileira, serão um verdadeiro contributo, para a evolução dos seus técnicos, das comunidades onde estão inseridos, dos seus países e claro, um exemplo a nível internacional.

Revista "segurança": Qual a mensagem que gostaria de passar sobre o grandioso trabalho que esta entidade tem vindo a fazer ao longo dos seus mais de 160 anos de existência?

AG: Em Portugal a Ordem dos Engenheiros Técnicos, representa ao longo de cerca de 160 anos, uma engenharia de excelência, num sistema de constante evolução, persistente e de elevado rigor e profissionalismo, que obrigatoriamente assenta numa matriz, que visa a inovação, o desenvolvimento e o equilíbrio social, tendo em vista uma sociedade mais justa e equilibrada. Este passado histórico é reforçado pela presença da engenharia portuguesa no mundo e em especial, nos países de língua oficial portuguesa, onde os engenheiros técnicos, têm dado um contributo eficaz, para o crescimento das comunidades onde estão inseridos, num processo de constante evolução e de aprendizagem, que faz da engenharia, um pólo dinamizador e de promoção do bem-estar e defesa das populações.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos e os engenheiros técnicos, continuarão a sua missão, de contributo irreversível para uma sociedade melhor, mais equilibrada e sustentada, assentes no rigor, no profissionalismo e na partilha de saberes e experiências.

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

IV CONGRESSO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

PROMOVER A ENGENHARIA, DESENVOLVER PORTUGAL

A ENGENHARIA COMO PILAR FUNDAMENTAL DA ECONOMIA PRODUTIVA

1 E 2 DE JUNHO | LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL

CONCLUSÕES DO 4º CONGRESSO DA OET

LNEC, 1 E 2 DE JUNHO DE 2017

Para além de, evidentemente, nos congratularmos com a qualidade das intervenções e dos painéis que foram aqui reunidos, alguns dos quais deverão ser replicados e desenvolvidos em sessões descentralizadas devido aos constrangimentos de tempo que aqui foram bem patentes, destacamos em primeiro lugar a constituição da "Associação de Engenharia da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho", que envolve a OET, assim como organizações de países da CPLP, designadamente, Angola (Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos de Angola, Ordem dos Engenheiros de Angola), Brasil (Academia Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho e Sociedade Brasileira de Engenharia da Segurança), Cabo Verde (Ordem dos Engenheiros Técnicos de Cabo Verde) e Guiné-Bissau (Associação Guineense dos Engenheiros Técnicos).

Foi igualmente celebrado um protocolo de cooperação entre a Ordem dos Engenheiros Técnicos e a Ordem dos Engenheiros de Angola.

Em segundo lugar, como conclusões principais do 4º congresso, destacamos:

1. Ao nível do relacionamento com entidades terceiras a Ordem dos Engenheiros Técnicos tem vindo a granjear a imagem de parceiro fiável, com posições razoáveis e equilibradas, com crescente importância no panorama nacional, afirmando-se definitivamente como uma parceira institucional da sociedade para tudo o que diga respeito à atividade profissional de engenharia. Somos uma ordem que defende a Engenharia, com verdade, com pensamento coerente, com opinião fundamentada, com propostas concretas e exequíveis e disso não abdicamos.
2. Constata-se que cada um de nós, Engenheiros Técnicos, deve assumir um papel ativo na sua prática profissional diária, apoiando estudantes e recém-diplomados na sua integração no mercado de trabalho, apresentando as nossas diferenças distintivas, as nossas propostas, o nosso espírito jovem e ousado, o nosso dinamismo, a nossa postura não-corporativa, a evolução e adequação tecnológica das nossas plataformas e soluções, para fazermos da classe dos Engenheiros Técnicos a mais dinâmica representante dos profissionais de engenharia em Portugal. Essa postura permitirá honrar, com dignidade, a memória de todos os nossos colegas que estiveram na génese de todo o nosso percurso e dar visibilidade, sem complexos, à obra que durante mais de 160 anos todos temos vindo, anonimamente, a construir.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos alerta para a necessidade de solucionar os seguintes problemas (com propostas concretas para cada um deles):

3. Consagrado que está o princípio de que a arquitetura é um ato exclusivo dos arquitetos, e não de Engenheiros Técnicos e Engenheiros, é imperioso que a mesma linha de pensamento seja plasmada na legislação no sentido de que aos arquitetos não seja permitida a prática dos atos de engenharia (de que são exemplo a Direção de Obra, Fiscalização, Certificação Energética, Segurança contra incêndios, entre tantos outros). Temos que tratar todos os cidadãos portugueses da mesma forma e iremos desencadear os mecanismos para que essa lei seja alterada. Também vamos procurar trazer para esta ação todas as organizações congéneres como forma de consolidar melhor esta posição junto do poder político.
4. Na sequência da reorganização do Ensino Superior em Portugal, decorrente da implementação em Portugal do Espaço Europeu de Ensino Superior (processo de Bolonha), existem vários problemas relativamente à equivalência profissional do grau de bacharel. É de primordial importância que (propostas):
   - Seja publicada uma lei que estabeleça a equiparação ou correspondência para fins profissionais entre os graus académicos de bacharel e de licenciado (1.º ciclo).
   - Na função pública, os diplomados com um bacharelato sejam enquadrados no mesmo nível salarial que os licenciados pós-Bolonha (3 anos de formação académica), no respeito pelo princípio basilar previsto na Constituição da República Portuguesa: trabalho igual, salário igual.
5. É imperioso regular a atividade de perito, constatando-se que continuam a ser elaborados e/ou subscritos

orçamentos, peritagens, auditorias e inspeções na área da Engenharia por pessoas que não estão habilitadas com o necessário título profissional na área, nomeadamente o título de Engenheiro Técnico. Acresce o valor indigno com que são, frequentemente, remunerados os atos de peritagem, algo que tem que ser corrigido.

6. Constatando-se que existem ofertas de emprego consideradas vexatórias na área da Engenharia (em que as empresas colocam ofertas de emprego pelo salário mínimo nacional), a Ordem dos Engenheiros Técnicos propõe que o valor mínimo oferecido a um Engenheiro Técnico deve corresponder ao valor da tabela salarial em vigor na carreira de técnico superior na função pública a que corresponde a 2.ª posição remuneratória, nível 15.
7. Devemos alertar a sociedade portuguesa, para a necessidade premente de levantamento da vulnerabilidade sísmica do edificado. Para isso propõe-se, numa primeira fase, a aplicação de um método do tipo RVS (Rastreio Visual Rápido) como forma expedita que permita avaliar essa vulnerabilidade, em tempo útil. Desse trabalho resultará a hierarquização da urgência de intervenção sobre cada edifício, dando origem a um documento em que conste o "índice de resistência ao colapso". Propomos igualmente que esse documento seja de apresentação obrigatória em todas as escrituras de compra e venda de imóveis.
8. Existindo diversas incongruências na legislação atualmente em vigor, propomos:
   - A eliminação da necessidade de existência de termo de responsabilidade de direção de fiscalização de obra e termo de responsabilidade de direção de obra, nos processos de legislação de obras clandestinas (uma obra que foi realizada clandestinamente e sem qualquer controlo técnico, ao ser exigidos os referidos termos de responsabilidade está a exigir-se que alguém assuma a responsabilidade por algo que não fez – isso é, dito assim com as letras todas, "falsificação de documentos").
   - É igualmente necessário alterar a legislação em matéria de Segurança em Obra de forma a retirar à ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho as competências de fiscalização das obras, passando-as para o IMPIC, I.P. Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (mantendo a ACT as restantes competências), como forma de reduzir drasticamente os acidentes em obra.
   - Todas as obras com riscos especiais terão de ser obrigatória e previamente comunicadas por via eletrónica à ACT e ao IMPIC.
9. Por fim, destaca-se a necessidade de alterar as leis n.º 40/2009, de 1 de junho, e a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, com os seguintes fundamentos:
   - Atualmente, a Ordem dos Engenheiros Técnicos representa os Engenheiros Técnicos (titulares de bacharelato, licenciatura pré e pós Bolonha, Mestrados e Doutoramentos) e a Ordem dos Engenheiros representa os Engenheiros (titulares de licenciatura, Mestrados e Doutoramentos). Aquando da publicação da Lei n.º 31/2009, a OET então ANET representava apenas os bacharéis com uma formação académica de 3 e 4 anos e a OE representava os licenciados de 5 anos, pelo que devido a essa diferença de anos de formação existia uma exigência de mais 5 anos de experiência aos Engenheiros Técnicos em relação aos Engenheiros. No presente momento, ambas as ordens admitem diplomados com o 1º ou 2º ciclos de ensino superior em engenharia, pelo que não se justifica a existência de qualquer diferenciação legislativa entre os profissionais de uma ou de outra Ordem.

Para terminar, e passados quase 30 anos sobre o congresso da Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos Portugueses, onde foi definido um rumo, que teve o seu corolário na criação da OET, não podemos deixar de refletir sobre todo este percurso, considerando o ponto em que estávamos há quase três décadas atrás e o ponto em que nos encontramos hoje.

É esta a razão para ter **ORGULHO** em **SER**, e **SABER SER**, **ENGENHEIRO TÉCNICO!**

ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

Protocolo com a OE de Angola

Foi assinado imediatamente antes da sessão de encerramento do 4º Congresso da OET, um protocolo de colaboração entre a Ordem dos Engenheiros Técnicos e a Ordem dos Engenheiros de Angola.

Constituição de Associação

Foi assinada, no 4º congresso da Ordem dos Engenheiros Técnicos, a ata de constituição da "Associação de Engenharia da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho", que envolve a OET, assim como organizações de países da CPLP, designadamente, Angola (Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos, Ordem dos Engenheiros), Brasil (Academia Brasileira de Engenharia de Segurança do Trabalho e Sociedade Brasileira de Engenharia da Segurança), Cabo Verde (Ordem dos Engenheiros Técnicos de Cabo Verde) e Guiné-Bissau (Associação Guineense dos Engenheiros Técnicos).

ANGOLA

"Próximos anos em Angola serão de oportunidade"

Augusto Ferreira Guedes considera que, apesar do recente abrandamento do crescimento económico em Angola, há áreas no país que apresentam um desenvolvimento significativo, como a energia, as minas ou as telecomunicações. Para o bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, deve não só facilitar-se a circulação dos profissionais de engenharia dos países da CPLP, como criar-se um mercado livre de engenharia, no contexto lusófono

Augusto Ferreira Guedes

bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Pedro Cristão

Em entrevista ao CONSTRUIR, Augusto Ferreira Guedes explica como poderá ser reforçada a cooperação entre Portugal e Angola no campo da engenharia e refere que sectores económicos apresentam actualmente melhores perspectivas neste país africano.

Em que assenta o protocolo assinado entre a Ordem dos Engenheiros Técnicos de Portugal e a Ordem dos Engenheiros e a Ordem dos Engenheiros Técnicos de Angola?

Em Angola existe uma associação, que é a APET (Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos de Angola) que representa os engenheiros técnicos, e existe a Ordem dos Engenheiros de Angola. O que nós temos estado a fazer é a ponte entre todos os profissionais de engenharia no país, que têm origens diferentes e, portanto, nem sempre as coisas são fáceis porque Angola, fruto de todo o processo destes 40 anos de independência, tem os engenheiros e os engenheiros técnicos que foram formados antes da independência, os que foram formados na ex-órbita de países de Leste e Cuba e tem os que foram formados na Europa. Portanto, é uma situação muito complexa. É evidente que Angola dá, neste momento, passos significativos para a regulação da actividade. Hoje, felizmente, Angola é cada vez menos uma selva nessa área. O Governo de Angola tem uma estratégia muito importante do rigor porque está consciente de que o desenvolvimento do país tem de ser feito com bases de seriedade na construção, o que não acontece em África. Acontecerá eventualmente na África do Sul e em Moçambique há também uma cultura de rigor, mas a restante África não segue grandes padrões de qualidade. Angola é um país, embora, por vezes, não pareça, que tem uma cultura de grande rigor e de grande qualidade, aproximando-se muito a padrões europeus nessa área. Nós fomos solicitados para fazer esta ponte. Ajudámos a criação da APET e, nos últimos tempos, com as novas eleições na Ordem dos Engenheiros de Angola, surgiu também o desafio de nós contribuirmos para a articulação entre as associações. O nosso protocolo, que foi assinado durante o nosso congresso tem a haver com o reconhecimento de uma organização pela outra com um objectivo final, que é criar, no mundo da lusofonia, um verdadeiro mercado livre de engenheiros e engenheiros técnicos. Independentemente dos problemas que existem ao nível da CPLP, de não haver uma livre circulação de cidadãos, gostaríamos que a sociedade civil, ao nível da engenharia, se organizasse para, pelo menos ao nível do exercício da profissão, ser verdadeiramente livre a circulação. Ao nível do exercício da profissão, não faz nenhum sentido que nós tenhamos barreiras. Mas há uma barreira psicológica muito importante que é a que os portugueses colocam aos profissionais de engenharia dos outros países da CPLP. Nós achamos que a engenharia e a formação que se faz nos países da CPLP é de inferior qualidade e, portanto, queremos ter nós a livre circulação nesses países mas, depois, quando os engenheiros desses países vêm cá, já não queremos. Para nós, isso não é possível. Para querermos uma livre circulação nos países de língua oficial portuguesa, temos obviamente de estar disponíveis para dar o mesmo reconhecimento independentemente da escola, da universidade, das melhores ou piores condições, porque também temos escolas melhores e piores em Portugal. Este espírito de império que Portugal e nós, muitas vezes, temos, atrapalha nosso juízo. O que temos estado a fazer, embora lentamente, porque isto não pode ser forçado, é criar uma cultura de respeito por cada um dos cidadãos de cada um dos países. Estamos muito satisfeitos, como prova a Associação de Higiene e Segurança que construímos no último Congresso da Ordem dos Engenheiros Técnicos, em Lisboa, onde assinámos o protocolo de constituição da Engenharia da Segurança e da Saúde. São caminhos que se vão fazendo e julgo que começa a

ANGOLA

haver condições para que isso, a curto prazo, esteja a funcionar. Mas, muitas pessoas, como os colegas de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique, gostariam que todo este processo fosse rápido. É mais lento do que gostaríamos mas isto tem o seu tempo e não vale a pena queimar etapas porque pode correr mal e ninguém ganha. Tem de ser feito passo a passo e sem postúres de neo-colonialismo.

Portanto, o objectivo final deste processo é...

...a criação de um mercado livre de engenharia. Quer dizer, se a arquitectura se quiser juntar a este processo, se não tiver as posições sectárias que tem aqui, também estamos disponíveis para o abrir à arquitectura.

Angola segue muito a nossa legislação. Nós temos um instituto regulador da profissão, que é o IMPIC, e em Angola foi criado também um instituto regulador, e há alguma legislação que tem vindo a ser adaptada

Mas isso também será uma questão a envolver a homóloga angolana da Ordem dos Arquitectos...

Claro! É necessário que se entenda que a arquitectura e a engenharia têm de andar de mãos dadas e que não vale a pena andar aqui nestas guerras de alecrim e manjerona, porque não ganha ninguém – perdemos todos. Mas isso tem a haver com as pessoas, com quem lidera a cada momento cada uma das organizações, também se relaciona com o conhecimento histórico de como a regulação da actividade profissional evoluiu em Portugal e na Europa e, portanto, tudo isso tem de ser compatibilizado.

Como está a situação do reconhecimento de qualificações no campo dos engenheiros técnicos, em Angola?

Angola segue muito a nossa legislação. Nós temos um instituto regulador da profissão, que é o IMPIC, e em Angola foi criado também um instituto regulador, e há alguma legislação que tem vindo a ser adaptada. Nós, até à Lei 40 tínhamos uma série de limitações que hoje não existem e, em Angola, isso reflecte-se também, porque, hoje, ser engenheiro ou ser engenheiro técnico é uma opção pessoal, porque podemos inscrever-nos numa ordem ou noutra. As competências são as mesmas. De um lado, uma pessoa pode demorar mais dois anos a obter um determinado patamar, mas não há nenhum limite.

Há muitos engenheiros técnicos portugueses a trabalhar em Angola?

Sim. O mercado angolano, neste momento, apesar de não ser o mercado de há três anos atrás – que era de euforia – é um mercado estabilizado. Há um paradigma em Angola, que é o do desenvolvimento, e o desenvolvimento faz-se com a engenharia e, curiosamente, a engenharia de que Angola está neste momento a precisar não é apenas civil, como foi há uns tempos. Muitas das outras engenharias estão em desenvolvimento em Angola e nós temos muitos membros nossos em Angola, uns residentes, estabilizados, outros no vai-e-vem dos projectos. Temos estado a ver a engenharia na óptica de civil e, quando se fala em engenharia, fala-se na construção civil. Hoje, se calhar, não é essa a parte mais importante. Temos as comunicações, a informática e a mecânica em franca expansão. Angola também tem outra particularidade que é a própria agricultura, que aqui está em declínio e lá está em grande expansão. Portanto, o número de engenheiros técnicos em

Angola, neste momento, é maior nas outras áreas do que em civil, porque, em civil, há um certo compasso de espera. Por exemplo, na área da energia, o desenvolvimento é enorme e, mesmo em Portugal, acho que esta área e a das telecomunicações terão um grande foco nos próximos anos.

Prevê um aumento da mobilidade de engenheiros portugueses e angolanos entre os dois países?

Eu julgo que poderá haver um ou outro caso de engenheiros angolanos se fixarem a Portugal. Depende também se estamos disponíveis em Portugal para ter o seu contributo. Mas, em Angola, mesmo com um crescimento inferior ao dos últimos anos, temos toda a área de geologia e minas com um enorme crescimento, tal como toda a área da agricultura e toda a área de energia. Os projectos de electrificação em Angola são, neste momento, de uma enormidade que não temos aqui perceção. Chegando energia, obriga desenvolvimento e tudo isso vai amarrar a atividade. Mas não podemos ter a atitude de chegar a Angola e dizer "vocês precisam disto", porque não funciona assim. É preciso estudar planos de desenvolvimento, parcerias. Não deve ser uma situação em que os engenheiros e os engenheiros técnicos vão para Angola trabalhar, mas sim de os gabinetes de engenharia fazerem parcerias com os nossos colegas angolanos, dando assistência e criando verdadeiros pólos de desenvolvimento, a partir de empresas, parcerias, gabinetes de engenharia, de fiscalização, etc. Considero que os próximos anos em Angola vão ser anos de grandes oportunidades, mas não pode haver a perspectiva de que vamos lá ganhar dinheiro. Devemos contribuir para o desenvolvimento, fazendo parcerias com os nossos colegas, capacitando e criando sinergias. Depois, se não for possível, devido às nossas obrigações para com a União Europeia, termos uma completa circulação livre de todos os cidadãos, dizia que, pelo menos, ao nível dos profissionais de um conjunto de profissionais, devia haver um passaporte profissional, como há o diplomático, que permitisse que não perdêssemos tempo a ter o visto. No âmbito da CPLP, devia ser criada uma plataforma para o desenvolvimento da engenharia e profissões afins – como médicos ou enfermeiros – que permitisse uma fácil transferência de conhecimento e isso faz-se através da facilidade de circulação. Os países estão disponíveis para isso, mas não podemos ter a visão de que vamos para lá ensinar. Também vamos para lá aprender e, portanto, podíamos aumentar o nível de desenvolvimento e de permuta de conhecimento, bem como de rendimentos. Há uma coisa que é indiscutível: o relacionamento pessoal entre os povos é determinante para o sucesso das organizações. Temos de dar passos significativos e não é tentar enganar os países da CPLP.

Passos significativos em que aspecto?

Por exemplo, o reconhecimento da importância dos profissionais desses países que possam colaborar aqui, connosco, a importância de disponibilizarmos informação que temos para esses países, sem haver uma moeda de troca. Nós temos material e informação. Disponibilizemo-la. Há muitas coisas que se perderão nos próximos anos se não as disponibilizarmos. Disponibilizemo-las já, a título gratuito, sendo certo que o retorno será feito depois. Era preciso algumas medidas simbólicas deste género para também incutir confiança. Se não houver confiança entre as sociedades não vale a pena. Por exemplo, a CCIA, neste momento, é dotada pelo capital angolano. Isso é uma parceria. Temos que assumir isso como orgulho e não dizer coisas como "que aborrecido, os angolanos agora mandam na CCIA", ou "que pena a Isabel dos Santos ter comprado a EFACEC". Quando digo que devíamos ter empresas e projectos em Angola, devíamos congratular-nos de também os angolanos terem investidos em sectores em Portugal.

As dificuldades económicas atravessadas por Angola devido à queda do preço do petróleo acabaram por ter um efeito positivo ao obrigarem o país a diversificar a sua economia?

Eu digo, relativamente a Angola, aquilo que disse relativamente a Portugal e à "troika": felizmente tivemos a "troika" e, se calhar, felizmente, houve a crise do petróleo, que obrigou os angolanos a acordarem. Penso que, neste momento, já começaram esse ressalto e, portanto, acho que, com tudo o que teve de mal a crise do petróleo, teve a enorme vantagem de obrigar a repensar o país e vê-lo de uma forma muito mais consistente para o futuro. Não uma coisa pontual, que vivia do petróleo, mas pensar o país em termos de auto-suficiência numa série de áreas e, seguramente, o país saiu fortalecido desta crise. ■

DISCURSO DO SENHOR BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO ANO LECTIVO 2017/2018 DO ISEL

Exmo. Senhor Presidente do Politécnico de Lisboa, Professor Doutor Elmano Margato

Exmo. Senhor Presidente do Conselho de Supervisão do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Professor Fernando Sousa

Exmo. Senhor Presidente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Professor Jorge de Sousa

Exmo. Sr. Presidente da Associação de Estudantes do ISEL, Sr. Bernardo Barbosa

Exmo. Sr. Bastonário da Ordem dos Engenheiros Eng.º Carlos Mineiro Aires

Ilustre Convidado de Honra, Eng.º Fernando Silva (Siemens)

Exmo. Representante da Caixa Geral de Depósitos, Dr. Joãp Carlos Rodrigues

Exmos. Srs. Presidentes/Diretores, das Escolas e Institutos do IPL

Exmo. Sr. Presidente da Federação Académica do IPL, presidentes e representantes das Associações de Estudantes das diferentes Unidades Orgânicas

Caros Alunos

Ilustres Convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Começo por agradecer em meu nome e no nome da Ordem dos Engenheiros Técnico, o convite que V. Exas. me fizeram para intervir na cerimónia solene de abertura do ano lectivo 2017/2018.

Para mim, ex-aluno desta casa, é sempre um orgulho poder voltar ao ISEL e não escondo o orgulho redobrado que tenho por ser Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos uma das Ordens que representa em Portugal a Engenharia Portuguesa, lutando persistentemente pela sua dignificação.

Longe vão os tempos, já passaram 35 anos, quando discursei neste auditório, na condição de aluno e membro do Conselho Diretivo, durante a comemoração dos 130 anos do ISEL. Nesta época existiam no ISEL 3 computadores e tentávamos incrementar o nosso parque informático à custa de verbas destinadas a papel de fotocópias e outros consumíveis.

Caros Colegas,

Caras e Caros Professores,

Caros e Caras Alunas

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Este é para mim um momento de grande importância, ao estar nesta sessão solene de abertura do ano lectivo na companhia do Bastonário da Ordem dos Engenheiros. Espero que este convite para juntar os dois bastonários nesta sessão resultem da interiorização pelos responsáveis desta casa de que ambas as ordens têm total legitimidade em representar profissionalmente os diplomados pelo ISEL. Contudo, continuo convicto que sendo a Ordem dos Engenheiros Técnicos a única Ordem que representa Bacharéis, Licenciados pós e pré-Bolonha, Mestres e Doutores em Engenharia, continuará a merecer a preferência, tal como no passado, dos seus diplomados, pois são os Engenheiros Técnicos e a Ordem dos Engenheiros Técnicos a classe profissional que sempre pugnou a sua atuação pela defesa intrasigente dos formados por esta escola. Nesta linha de pensamento convido todos os alunos a inscreverem-se como membros estudantes e a aproveitar todas as vantagens que a Ordem dos Engeheiros Técnicos tem para os estudantes e diplomados.

Habituei-me desde os tempos de aluno a olhar para o ISEL como uma escola de referência na formação de profissionais de engengaria. Espero e desejo que esta nossa Escola continue nesta senda de qualidade e competência dando ao país profissionais altamente qualificados e cidadãos empenhados no seu futuro. Embora tenha obtido outros graus académicos, nomeadamente o graus de mestre, em outras instituições de ensino superior, continuo a sentir orgulho em falar do ISEL como a minha Escola e recordar professores que foram referências imprescindíveis na minha formação como profissional de engenharia, permitindo-me destacar os nomes dos saudosos Ferreira Cardoso, Brazão Farinha, entre outros, sem os quais não seriamos hoje os profissionais e os cidadãos que somos.

Longe vão os tempos em que a legislação, o famoso Decreto 73/73, nos impedia, por mero preconceito, o acesso a atos de maior complexidade, apesar de muitos de nós terem experiência profissional comprovada e formação profissional adicional que nos habilitava para o seu desempenho. Foram de facto tempos difíceis, em que nos sentíamos inferiorizados face aos profissionais de Engenharia formados pelas universidades.

Mas a resiliência da nossa classe e do ISEL, a nossa determinação em pugnar justiça levou-nos ao fim de mais de 30 anos a possuir a nossa própria Ordem, com uma postura fortemente dinâmica e de não conformismo, com uma preocupação constante de apoiar e integrar os jovens diplomados. Em todo este caminho, no qual naturalmente me incluo, destaco de entre os muitos que se envolveram os atuais professores desta escola Elmano Margato, Luís Assunção, Nuno Cota, Hélder Pita entre tantos outros que nestes 35 anos me têm ajudado a que hoje os diplomados do ISEL sejam disputados por duas Ordens e a contribuir de forma decisiva para que o estigma de menoridade que nos era imputado fosse definitivamente abolido, apesar de algumas tentativas provocatórias por parte daqueles que ainda vivem no passado.

Os 35 anos da história recente dos Engenheiros Técnicos encontra-se retratada num pequeno livro que reúne as minhas intervistas e intervenções nos últimos 35 anos e que serve de mote para a minha candidatura a um novo mandato como bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Espero assitir neste mandato à recuperação e afirmação em definitivo de todos os cursos de engenharia do ISEL e, em particular, ao fim da crise de candidatos ao curso de Engenharia Civil.

Espero também que seja reconhecido ao ISEL o direito a organizar e lecionar cursos conferentes do grau de doutor, vitais para o suporte do seu desenvolvimento e para a existência de uma concorrência leal com as escolas congéneres. Espero que o subsistema do ensino politécnico passe a ser considerado em pé de igualdade com o subsistema universitário em todos os níveis e que encontre um caminho próprio para o seu desenvolvimento.

Cresci como profissional e como empregador suportado no espírito iseliano que tem acompanhado tantos diplomados por esta casa ao longo dos tempos. Este espírito é forjado na matriz identitária que faz desta escola uma escola diferente. Espero e desejo que as estruturas dirigentes do ISEL tenham a lucidez de fazer perdurar este espírito no futuro daqueles que agora procuram formação para virem a desempenhar a profissão de Engenheiro Técnico ou de Engenheiro.

Por fim, gostaria de aproveitar esta oportunidade para partilhar convosco, em primeira mão, o nosso objetivo primordial para os próximos anos. Como ex-aluno do ISEL que teve a sorte de ser o primeiro Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos e que teve a oportunidade de liderar processos que conduziram ao que a área de engenharia é hoje em Portugal, sinto que esta casa é o lugar próprio para este anúncio.

De entre o muito que há para fazer, das muitas batalhas que temos que travar, penso que o próximo grande desafio das das ordens de representantes dos profissionais de engenharia é encontrar o caminho consesual que leve à existência de uma única Ordem e de um único título profissional para todos os profissionais de engenharia, independentemente da escola de formação e dos grau académico obtido. Se é verdade que em termos do exercício profissional, salvo tempos de experiência profissional requeridos, esta total paridade já foi conseguida, não é menos verdade que a existência de dois títulos profissionais e de duas ordens confunde a nossa sociedade, é muito pouco inteligível, dando uma imagem confusa da organização da área de engenharia. Este será o próximo desafio onde os Engenheiros Técnicos se irão empenhar sem preconceitos ou marcas do passado na procura da solução que sirva igualmente às duas organizações.

Muito Obrigado.

Lisboa, 24 de outubro de 2017

ISBN 978-989-99550-6-6